Fl. nº 01

AGEVAP

AGÊNCIA DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL

Prestação de Contas da AGEVAP

Exercício 2008

Contrato 014/ANA/2004

Fl. nº 02

AGEVAP

AGÊNCIA DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL

I – Rol de Responsáveis 3

II – Relatório de Execução do Contrato de Gestão 2008 21

III – Demonstrativos Contábeis 145

III.1 – Balanço Patrimonial 146

III.2 – Demonstrações dos Recursos – Ano 2008 147

III.3 – Demonstrações do Recurso do Contrato de Gestão BDMG – Ano 2008 148

III.4 – Composição do Disponível em 31.12.2008 149

III.5 – Demonstração do Superávit 150

III.6 – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos 151

III.7 – Notas Explicativas 152

III.8 – Relatório Financeiro 156

III.9 – Parecer da Auditoria Independente 158

IV – Parecer do Conselho Fiscal 159

Fl. nº 03

AGEVAP

AGÊNCIA DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL

I – Rol de Responsáveis

Fl. nº 04

ROL DE RESPONSÁVEIS
(Instrução Normativa TCU nº 47/2004)

Instituição: Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul
CNPJ: 05.422.000/0001-01
Período de Gestão: janeiro a dezembro 2008

NATUREZA: ASSOCIADOS NA ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL		
MEMBROS DO CEIVAP ASSOCIADOS		
ESTADO DE MINAS GERAIS		
1.	Associado	**Prefeitura Municipal de Muriaé (a partir de 10.05/07)**
	CNPJ	17.947.581/0001-76
	Endereço	Praça Cel. Pacheco Medeiros nº 236, Centro, Muriaé/MG, CEP 36880-000
	Representante Legal	José Braz
	CPF	003.036.156-72
	Representante	**Lúcia Helena Francisco Baldanza (a partir de 10.05/07)**
	CPF	684.432.936-91
	Endereço Residencial	Rua Pirapanema, 11, Barra, Muriaé/MG, Tel: (32) 3721-3971
	Endereço Eletrônico	luciahelenab@gmail.com
2.	Associado	**Prefeitura Municipal de Piau (a partir de 04.04.07)**
	CNPJ	18.338.236/0001-06
	Endereço	Praça Pio XII, s/n, Piau - MG CEP:36157-000, Tel: (32) 3254.1130 Fax: (32) 3254-1123
	Representante Legal	Carlos Alberto Lopes de Oliveira
	CPF	167.019.256-34
	Representante	**Virgílio Furtado da Costa (a partir de 10.05.07)**
	CPF	180.675.146-15
	Endereço Residencial	Rua Vieira Lima, 43, Bairu, Piau/MG, 36.157-000
	Endereço Eletrônico	amparjf@yahoo.com.br
3.	Associado	**Prefeitura Municipal de Matias Barbosa (a partir de 10.05.07)**
	CNPJ	18.338.194/0001-03
	Endereço	Av. Cardoso Saraiva, 305, Centro, Matias Barbosa/MG, 36.120-000
	Representante Legal	Joaquim de Assis Nascimento
	CPF	974.810.176-20
	Representante	**Maurício Reis Domingos (a partir de 10.05.07)**
	CPF	611.938.367-00
	Endereço Residencial	Rua Alberto Travinik, 118, Centro, Matias Barbosa/MG, 36.120-000
	Endereço Eletrônico	prefeitojoaquim@ig.com.br / amparjf@yahoo.com.br
4.	Associado	**Prefeitura Municipal de Santana do Deserto (a partir de 10.05.07)**
	CNPJ	18.338.277/0001-94
	Endereço	Pça Mauro Roquete Pinto, 01, Centro, Santana do Deserto/MG, 36.620-970
	Representante Legal	Gilson Geraldo Fraga Granzinoli
	CPF	167.222.726-72
	Representante	**Sílvio Andrade Magalhães (a partir de 10.05.07)**
	CPF	064.969.896-72
	Endereço Residencial	Rua João Pinheiro, 769, Jardim, Juiz de Fora/MG, 36.015-040
	Endereço Eletrônico	pmsantanadeserto@uol.com.br / amparjf@yahoo.com.br
5.	Associado	**FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (a partir de 2002)**
	CNPJ	17.212.069/0001-81
	Endereço	Av Contorno 1420, Funcionários, B Horizonte/MG, 30110-090, Tel: (31) 3263-4501/Fax: 3263 4502
	Representante Legal	Robson Braga de Andrade
	CPF	134.020.566-15
	Representante	**Fídias de Miranda (até março 2005)**
	CPF	087.296.116-87
	Endereço Residencial	Av. Carandaí, 1115, 23º andar – Bairro Funcionários – Belo Horizonte-MG CEP: 30130-915
	Endereço Eletrônico	fidias.miranda@belgo.com.br
	Representante	**Wagner Soares Costa (de abril 2005 até 16/08/06)**
	CPF	097.683.436-72
	Endereço Residencial	Av Contorno 1420 Bairro Funcionários – Belo Horizonte MG CEP 30110-090
	Endereço Eletrônico	costasw@fiemg.com.br
	Representante	**Rafael Candreva Cunha Nacif (a partir de agosto 16/08/06)**
	CPF	044.791.706/42
	Endereço Residencial	Rua Patagônia, 349/aptº 402, SION – Belo Horizonte/MG, Cep: 30.320-080
	Endereço Eletrônico	rnacif@fiemg.com.br
	Representante	**Patrícia Boson (até agosto 2007)**
	CPF	320.084.146-04
	Endereço Residencial	Rua Groenlândia, 165/1501, SION, Belo Horizonte/MG, 30320-060
	Endereço Eletrônico	tita@uaigiga.com.br

	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Wagner Soares Costa (a partir de agosto 23/08/07)** 097.683.436-72 Av Contorno 1420 Bairro Funcionários – Belo Horizonte MG CEP 30110-090 costasw@fiemg.com.br
6.	Associado CNPJ Endereço Representante Legal CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Departamento Municipal de Saneamento Urbano – DEMSUR (a partir de 2002)** 02.318.396/0001-45 Av. Comendador Freitas, 70, Centro, 36880-000, Muriaé/MG Tel: (32) 37282121/Fax 37282194 João Paulo Goulart de Freitas 009.608.026-49 R. Lacyr Goulart Silva, 1512 Apto 401-B, Cel. Isaline – Muriaé – MG – CEP: 36880-000 demsur3@uai.com.br
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**João Paulo Goulart de Freitas (até 10.05.07)** 009.608.026-49 R. Lacyr Goulart Silva, 1512 Apto 401-B, Cel. Isaline – Muriaé – MG – CEP: 36880-000 setortecnico@demsur.com.br
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Maria Aparecida Muruci Monteiro (a partir de 10.05/07)** 572.975.337-34 Rua Santo Antônio, 34, Bl 2, apt 102, Santo Antônio, Muriaé/MG, 36.880-000 demsur3@uai.com.br
7.	Associado CNPJ Endereço Representante Legal CPF	**Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA (a partir de 2002)** 17.281.106/0026-61 Av. Com. Jacinto Souza S. Lima, 1077, 36500-000, Ubá/MG, Tel:(32) 34494802 Fax: 3539 6045 Manoel Afonso da Costa Cruz Filho 280.671.696-91
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Manoel Afonso da Costa Cruz Filho (até 19/12/05)** 280.671.696-91 Tel: (32) 3421-2440 manoel.filho@copasa.com.br
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Edson Machado Gomes Pinto (a partir de 19/12/05)** 193.834.446-49 R Getomir Pereira Bella, 300, Ada Ventania, Leopoldina/MG, 36.700-000, Tel: (32) 34494822/4804 edson.machado@copasa.com.br
8.	Associado CNPJ Endereço Representante Legal CPF	**Companhia de Saneamento e Pesquisa do Meio Ambiente - CESAMA (a partir de 2002)** 21.572.243/0001-74 Av. Barão Rio Branco, 1843/10, Centro, 36013-020, Juiz de Fora/MG Tel: (32)32391201/32391212 José Roizenbruch 245.138.146-91
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Lincoln Santos Lima (até 22/08/06)** 618.090.126-00 Av Barão do Rio Branco, 420 ap 501 Centro. Juiz de Fora/ MG – 36015-370 - Tel: (32) 3239-1332 gao@cesama.com.br
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Marcos de Avelar Monteiro de Castro (de 22/08/06 a 19/08/08)** 253.093.156-91 Rua Dr. Antônio Carlos, 297/104, Centro, Juiz de Fora/MG, 36.010-560, Tel: (32) 3239 1201 marcos@cesama.com.br
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Amaury Couri (de 19/08/08 a 13/01/09)** 080.924.356.34 Rua Benjamin Constant, 1053/201, Santa Helena, Juiz de Fora/MG, 36.015-400, Tel: (32) 3239 1201 acouri@cesama.com.br
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Rubens Coelho de Mello (a partir de 13/01/09)** 015.546.976-20 Rua São Pedro da União, 82, Sion, Belo Horizonte/MG, 30.015-440, Tel: (32) 3239 1201 dp@cesama.com.br
9.	Associado CNPJ Endereço Representante Legal CPF	**CAT-LEO Energia S/A (a partir de 2002)** 02.260.955/0001-03 Pça Rui Barbosa, 80, 2º a, 36.770-901, Cataguases/MG Tel:(32) 3429 6000 / Fax: (32) 3421 4240 José Antônio da Silva Marques 113.699.906-00
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**César Macedo Costa (até março/05)** 575.027.736-49 Rua Alferes Henriques de Azevedo, 28/201 –A – Centro Cataguases- MG- CEP: 36.770-000 cesar@catguazes.com.br
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (de abril/05 a maio/07)** 675.783.657-20 R João Joaquim da Mota, 320/202, Praia da Costa, V. Velha/ES, 29.101-200, Tel: (27) 3319 9640 vargasma@terra.com.br
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Manoel Otoni Neiva (a partir 10/05/07)** 008.275.926-04 Av. Melo Viana, 160 Centro, Cataguases/ MG, 36773-010, (32) 3429-6282 / 9984-3380 moneiva@cataguazes.com.br

10	Associado	**Coletivos Muriaeense Ltda (a partir de 2002)**
	CNPJ	17.661.356/0001-79
	Endereço	Rod. BR 356, km 334, Cx. Postal 109, 36880-000, Muriaé/MG Telfax: (32) 3722 5850/ 9986 1421
	Representante Legal	Felício Brum Lugão
	CPF	001.463.456-68
	Endereço Eletrônico	coletivos@veloxmail.com.br
	Representante	**Felício Brum Lugão (até 12/02/08)**
	CPF	001.463.456-68
	Endereço Residencial	Pca Dep Walter Goulart, 36 Bairro São Francisco Muriaé MG CEP 36880-000
	Endereço Eletrônico	coletivos@veloxmail.com.br
	Representante	**Antônio José Rodrigues Caldas Francisco (a partir de 12/02/08)**
	CPF	135.788.046-49
	Endereço Residencial	Avenida Antonio Francisco, 59, Barra – Muriaé – Cep: 36880-000
	Endereço Eletrônico	riomuriae@imicro.com.br
11	Associado	**Rodoviário Líder LTDA (a partir de 2002)**
	CNPJ	22.777.692/0001-11
	Endereço	Av Monteiro de Castro, 660, Barra, Muriaé/MG, 36.880-000, Tel: (32) 3729-3313/Fax: (32) 3729-3314
	Representante Legal	Flávio Wilson Abdala do Amaral
	CPF	136.054.706-10
	Endereço Residencial	Avenida Francisco Dornelas, 190, Muriaé/MG, CEP 36.880-000
	Endereço Eletrônico	diretoria@rodoviariolider.com.br
	Representante	**Flávio Wilson Abdala do Amaral (a partir de 2002)**
	CPF	136.054.706-10
	Endereço Residencial	Avenida Francisco Dornelas, 190, Muriaé/MG, CEP 36.880-000
	Endereço Eletrônico	diretoria@rodoviariolider.com.br
12	Associado	**Fazenda Pedra Branca (a partir de 04.04.07)**
	CNPJ	16.990.558/0001-00
	Endereço	Fazenda Pedra Branca, Zona Rural, Dona Euzébia/MG
	Representante Legal	Marcelino Dias Moreira
	CPF	380.896.376-04
	Representante	**Cláudio Luis Dias Amaral (a partir de 04/04/07)**
	CPF	542.317.956-49
	Endereço Residencial	Av. Antônio Esteves Ribeiro, 75, Centro, Dona Euzébia/MG
	Endereço Eletrônico	claudiodamaral@yahoo.com.br
13	Associado	**Pousada Pedra Branca (a partir de 04.04.07)**
	CNPJ	00.519.714/0001-00
	Endereço	Av. Antônio Esteves Ribeiro, 75, Centro, Dona Euzébia/MG
	Representante Legal	Cláudio Luis Dias Amaral
	CPF	542.317.956-49
	Representante	**Cláudio Luis Dias Amaral (a partir de 04/04/07)**
	CPF	542.317.956-49
	Endereço Residencial	Av. Antônio Esteves Ribeiro, 75, Centro, Dona Euzébia/MG
	Endereço Eletrônico	claudiodamaral@yahoo.com.br
14	Associado	**Zona da Mata Geração S.A. (a partir de 04.04.07)**
	CNPJ	04.677.737/0001-02
	Endereço	Praça Rui Barbosa, 80, Centro, Cataguases/MG, Tel: (32) 34296282 /Fax: (32) 34221701
	Representante Legal	José Antônio da Silva Marques
	CPF	113.699.906-00
	Representante	**Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (a partir de 04/04/07)**
	CPF	675.783.657-20
	Endereço Residencial	R João Joaquim da Mota, 320/202, Praia da Costa, V. Velha/ES, 29.101-200, Tel: (27) 3319 9640
	Endereço Eletrônico	vargasma@terra.com.br
15	Associado	**Brascan Energética Minas Gerais S.A. (a partir de 04.04.07)**
	CNPJ	02.260.955/0001-03
	Endereço	Rua Pasteur, 125, sl 01, Santa Helena, Juiz de Fora/MG
	Representante Legal	Adriano Martins Vignoli
	CPF	783.151.316-72
	Representante	**José Eustáquio Queiroz de Oliveira(a partir de 04/04/07)**
	CPF	499.008.386.53
	Endereço Residencial	Rua Pasteur, 125, sl 01, Santa Helena, Juiz de Fora/MG
	Endereço Eletrônico	jeqo@brascanenergy.com.br
16	Associado	**Sítio Boa Vista (a partir de 04.04.07)**
	CNPJ	05.232.770/0001-83
	Endereço	Sítio Boa Vista, Zona Rural, Dona Euzébia/MG
	Representante Legal	Eliane Ferreira da Silva Ribeiro
	CPF	031.289.456-24
	Representante	**Cláudio Luis Dias Amaral (a partir de 04/04/07)**
	CPF	542.317.956-49
	Endereço Residencial	Av. Antônio Esteves Ribeiro, 75, Centro, Dona Euzébia/MG
	Endereço Eletrônico	claudiodamaral@yahoo.com.br

17	Associado	**Valesul Alumínio S. A. (a partir de 10.05.07)**
	CNPJ	45.590.364/0001-19
	Endereço	Estrada do Aterrado do Leme, 1225, Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ
	Representante Legal	Sérgio Passos Valadão
	CPF	336.979.907-30
	Representante	**Jamile Maria Gomes da Silva (a partir de 10/05/07)**
	CPF	035.014.356-06
	Endereço Residencial	Rua Raul Cisneiro Guedes, 64
	Endereço Eletrônico	valadao@valesul.com.br
18	Associado	**Votorantim Metais de Zinco S/A (a partir de 12/02/08)**
	CNPJ	42.416.651/0008-83
	Endereço	Rodovia BR 267, km 119, Juiz de Fora/MG
	Representante Legal	Luiz Fernando Fredagolli
	CPF	327.704.136-00
	Representante	**Cristina Campolina de Medeiros (a partir de 12/02/08)**
	CPF	494.841.686-04
	Endereço Residencial	Rua Joaquim Carneiro Filho, 45/302, Juiz de Fora/MG
	Endereço Eletrônico	cristina.medeiros@vmetais.com.br
19	Associado	**Consórcio Intermunicipal p/ Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Muriaé (a partir de 2004)**
	CNPJ	02.295.794/0001-93
	Endereço	Avenida Getúlio Vargas, 447, Muriaé/MG CEP 36.880-000 Tel: (32) 3721-2036
	Representante Legal	Miguel Angelo Spirito (até março/05)
	CPF	009.586.206-44
	Representante	**José Braz (a partir abril/05)**
	CPF	003.036.156-72
	Endereço Residencial	Av. Comendador Freitas, 70 – Centro – Muriaé – MG, Cep: 36880-000
	Endereço Eletrônico	riomuriae@imicro.com.br
	Representante	**Antonio José Rodrigues Caldas Francisco (a partir de março/05)**
	CPF	135.788.046-49
	Endereço Residencial	Avenida Antonio Francisco, 59, Barra – Muriaé – Cep: 36880-000
	Endereço Eletrônico	riomuriae@imicro.com.br
20	Associado	**Associação do Meio Ambiente de Juiz de Fora – AMAJF (a partir de 2002)**
	CNPJ	01.513.446/0001-82
	Endereço	BR 040, km 790 – Juiz de Fora – MG Tel: (32) 3236-4487 / (32) 9988-3033
	Representante Legal	Theodoro Guerra de Oliveira Junior
	CPF	852.081.836-68
	Endereço Residencial	BR 040, km 790 – Juiz de Fora – MG CEP 36001-970
	Endereço Eletrônico	theogoj@terra.com.br
	Representante	**Theodoro Guerra de Oliveira Junior**
	CPF	852.081.836-68
	Endereço Residencial	BR 040, km 790 – Juiz de Fora – MG CEP 36001-970
	Endereço Eletrônico	theogoj@terra.com.br
21	Associado	**Consórcio Interm p/ Proteção e Recup Ambiental da Bacia do Rio Pomba (a partir de 2002)**
	CNPJ	03.141.867/0001-55
	Endereço	Pça Rui Barbosa, 80, Centro, 36.770-901, Cataguases/MG Tel: (32) 34296355-34214639/
	Representante Legal	Georgina Maria de Faria Mucci
	CPF	398.831.756-04
	Representante	**Marco Antônio Pinto Barbosa (a partir de 2002)**
	CPF	467.127.047-15
	Endereço Residencial	R Cel João Duarte, 42 Centro Cataguases MG CEP 36.770-000
	Endereço Eletrônico	marcoantonio@cataguazes.com.br
	Representante	**Karina Riguete (de 10/05/07 até 13/06/08)**
	CPF	062.909.896-42
	Endereço Residencial	R Ministro José Fabrino Baião, 477, Tomé, Cataguases MG CEP 36.770-000
	Endereço Eletrônico	bacpomba@uai.com.br
	Representante	**Viviane Aparecida Marinho (a partir de 13/06/08)**
	CPF	055.917.666-09
	Endereço Residencial	Rua Tenente Pires, 250, Vila Rei, Cataguases/MG, CEP 36.770-232, Tel: (32) 8836 1359
	Endereço Eletrônico	bacpomba@uai.com.br
22	Associado	**Universidade Presidente Antonio Carlos (a partir de abril/2005)**
	CNPJ	17.080.078/0001-66
	Endereço	Rua Monsenhor José Augusto, 203, São José – Barbacena- MG – CEP: 36205-018
	Representante Legal	Nelsio Rodrigues de Abreu
	CPF	450.747.201-68
	Representante	**Lúcia Helena Francisco Baldanza**
	CPF	684.432.936-91
	Endereço Residencial	Rua Pirapanema, 11, Barra, Muriaé/MG, Tel: (32) 3721-3971
	Endereço Eletrônico	luciahelenafb@gmail.com

23	Associado	**Fundação Cultural Ormeu Junqueira Botelho (a partir de 04/04/07)**
	CNPJ	21.187.992/0001-88
	Endereço	Av. Astolfo Dutra, 41, Centro, Cataguases/MG
	Representante Legal	Paulo Soares de Castro Júnior
	CPF	334.047.126-68
	Representante	**Marco Antônio Pinto Barbosa (a partir de 04/04/07)**
	CPF	467.127.047-15
	Endereço Residencial	R Cel João Duarte, 42 Centro Cataguases MG CEP 36.770-000
	Endereço Eletrônico	marcoantonio@cataguazes.com.br
24	Associado	**Associação Comercial e Industrial de Muriaé (a partir de 04/04/07)**
	CNPJ	18.122.473/0001-27
	Endereço	Rua Getúlio Vargas, 447/A, Barra, Muriaé/MG
	Representante Legal	Felício Brum Lugão
	CPF	001.563.456-68
	Representante	**Felício Brum Lugão (a partir de 04/04/07)**
	CPF	001.463.456-68
	Endereço Residencial	Pca Dep Walter Goulart, 36 Bairro São Francisco Muriaé MG CEP 36880-000
	Endereço Eletrônico	coletivos@veloxmail.com.br
25	Associado	**BIOCEP – Biologia da Conservação, Educação e Projetos Ambientais (a partir de 04/04/07)**
	Endereço	Sítio Nossa Sra. Aparecida, s/nº, Ibrahim Mendonça, Cataguases/MG, 36.770-000
	Representante Legal	Marco Antônio Pinto Barbosa
	CPF	467.127.047-15
	Representante	**Plínio Marcos Guimarães Mendes (a partir de 10/05/07)**
	CPF	036.037.486-70
	Endereço Residencial	Rua Nogueira Neves, 45, apt 202, Centro, Cataguases/MG
	Endereço Eletrônico	plinio@cataguazes.com.br
26	Associado	**FUNDER – Fundação de Desenvolvimento Regional (a partir de 04/04/07)**
	CNPJ	26.124.982/0001-17
	Endereço	BR 040, km 800, nº 15, Empresarial Park Sul, Matias Barbosa/MG
	Representante Legal	Luiz Carlos Cabral Júnior
	CPF	654.674.866-68
	Representante	**Elias Guimarães Toledo (de 10/05/07 a 20/08/08)**
	CPF	236.211.336-15
	Endereço Eletrônico	funder@acessa.com
	Representante	Luiz Carlos Cabral Júnior
	CPF	654.674.866-68
	Endereço Residencial	Rua Ribeiro de Abreu, 420, Bairu, Juiz de Fora/MG,
	Endereço Eletrônico	funder@acessa.com
27	Associado	**Fundação Comunitária Educacional de Cataguases – FUNCEC (a partir de 10/05/07)**
	CNPJ	17.703.133/0001-27
	Endereço	Rua Romualdo Menezes, 705, Menezes, Cataguases/MG, 36.770-000
	Representante Legal	Ricardo Maranhão de Oliveira
	Representante	**Georgina Maria de Faria Mucci (a partir de 10/05/07)**
	CPF	398.831.756-04
	Endereço Residencial	Rua Procópio Ferreira, 237, Horto Florestal, Cataguases/MG
	Endereço Eletrônico	f.mucci@superig.com.br
28	Associado	**Colégio Pio XII (a partir de 10.05.07)**
	CNPJ	21.578.372/0001-70
	Endereço	Rua Espírito Santo, 1301, Centro, Juiz de Fora/MG
	Representante Legal	Josino Andrade de Aragão Filho
	CPF	065.319.626-15
	Representante	**Fabiano Diogo Ferreira (a partir de 10/05/07)**
	CPF	010.674.386-41
	Endereço Residencial	Rua Redentor, 280, Bloco H, apt 302, Paineiras, Juiz de Fora/MG
	Endereço Eletrônico	fdifer@yahoo.com.br
ESTADO DE SÃO PAULO		
29	Associado	**Prefeitura de Tremembé (a partir de 04/04/07)**
	CNPJ	46.638.714/0001-20
	Endereço	Rua 7 de Setembro, 701, Centro, Tremembé/SP
	Representante Legal	José Antônio de Barros Neto
	CPF	121.990.488-02
	Representante	**Benedito Jorge dos Reis (a partir de 04/04/07)**
	CPF	404.407.888-20
	Endereço Residencial	Rua Henrique Dias, 50, Bairro da Estiva, Taubaté/SP
	Endereço Eletrônico	bjreis@terra.com.br
30	Associado	**Prefeitura de São José dos Campos (a partir de 12/02/08)**
	CNPJ	46.643.466/0001-06
	Endereço	Rua José de Alencar, 123, Vila Santa Luzia, São José dos Campos/SP
	Representante Legal	Eduardo Pedrosa Cury
	CPF	049.096.708-66

	Representante	**Luiz Roberto Barretti (a partir de 12/02/08)**
	CPF	785.425.528-34
	Endereço Residencial	Av. Heitor Vila Lobos, 624, apt 61 A, Vila Ema, São José dos Campos/SP
	Endereço Eletrônico	macrodrenagem@sjc.sp.gov.br
31	Associado	**Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP (a partir de 2002)**
	CNPJ	43.776.517/0001-80
	Endereço	Av. Ademar de Barros, 550 – Vila Adyanna, São José dos Campos/SP, CEP: 12245-011
	Representante Legal	Benedito Felipe Oliveira Costa
	CPF	975.858.588-68
	Endereço Residencial	R Benedito Nogueira Santos, 327 B. Caracol. Paraibuna. SP CEP 12250-000
	Endereço Eletrônico	bfcosta@sabesp.com.br
	Representante	**Benedito Felipe Oliveira Costa (até 19/03/08)**
	CPF	975.858.588-68
	Endereço Residencial	R Benedito Nogueira Santos, 327 B. Caracol. Paraibuna. SP CEP 12250-000
	Endereço Eletrônico	bfcosta@sabesp.com.br
	Representante	**Mário Pero Tinoco (a partir de 19/03/08)**
	CPF	319.241.668-87
	Endereço Residencial	Rua Tupinambás, 50 fd, Santa, São José dos Campos/SP, CEP: 12.211-300
	Endereço Eletrônico	mtinoco@sabesp.com.br
32	Associado	**Votorantim Celulose e Papel - Unidade Jacareí**
	CNPJ	60.643.228/0001-21
	Endereço	Rod. Gal. Euryale de Jesus Zerbine, km 84,São Silvestre,Jacareí/SP, 12340-010 Tel: (12) 3954-1728-
	Representante Legal	João Florêncio da Costa
	CPF	754.652.058-49
	Representante	**Hamilton Zanola (até 11/09/06)**
	CPF	179.511.758-38
	Endereço Residencial	Rua Raimundo Barbosa Nogueira, 450 – bloco 16 – Apto 13 – S. José dos Campos – SP
	Endereço Eletrônico	hamilton.zanola@vcp.com.br
	Representante	**Danilo Henrique Vergílio (de 11/09/06 a 02/05/07)**
	CPF	254.304.718-28
	Endereço Residencial	Rua Amparo, 51, Jardim Apolo, São José dos Campos/SP
	Endereço Eletrônico	danilo.vergilio@vcp.com.br
	Representante	**Maria José Brito Zakia (a partir de 02/05/07)**
	CPF	029.259.998/67
	Endereço Residencial	Rua Capitão Alberto Aguiar Weissohn, 337, casa 5, Guararema/SP, 08.900-000
	Endereço Eletrônico	zezezakia@ig.com.br
33	Associado	**Centro das Indústrias do Estado de SP – CIESP – São José dos Campos (a partir de 2002)**
	CNPJ	62.226.170/0001-46
	Endereço	Av. Pres. Humberto de Alencar Castelo Branco, 2911, Rio Abaixo, 12321-150 Jacarei/SP
	Representante Legal	Dr. Horacio Lafer Piva
	CPF	038.613.618-17
	Representante	**Cândido Menconi**
	CPF	721.179.158-68
	Endereço Residencial	R. Prudente Meireles de Moraes, 965, apto 804, Vl Adyanna – São José do Campos/SP
	Endereço Eletrônico	cmenconi@jacarei.kaiser.com.br
34	Associado	**FEMSA – Cervejaria Kaiser do Brasil Ltda (a partir de 2002)**
	CNPJ	19.900.000/0039-49
	Endereço	Av. Humberto Alencar Castelo Branco, 2911, Rio Abaixo, 12321-150, Jacarei/SP Tel: (12) 39551602
	Representante Legal	João Roberto Yoshida Arizono
	CPF	102.095.878-22
	Representante	**Cândido Menconi (de março 2005 a maio 2007)**
	CPF	721.179.158-68
	Endereço Residencial	R. Prudente Meireles de Moraes, 965, apto 804, Vl Adyanna – São José do Campos - SP
	Endereço Eletrônico	cmenconi@jacarei.kaiser.com.br
	Representante	**Ezequiel Leite do Nascimento (maio 2007 a fevereiro/2008)**
	CPF	773.227.897-68
	Endereço Residencial	R. Pedro Tursi, 311/62 – Jd. Satélite – S. José dos Campos – SP – CEP: 12230-090
	Endereço Eletrônico	enascimento@jacarei.kaiser.com.br
	Representante	**Nádia Cristina Campos Monteiro (a partir de fevereiro/2008)**
	CPF	199.237.578-03
	Endereço Residencial	Estrada do Rio Comprido, 5001, Rio Comprido, Jacaraei/SP, CEP: 12.302-210
	Endereço Eletrônico	nadia.monteiro@femsa.com.br
35	Associado	**Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Jacareí (a partir de 2002)**
	CNPJ	48.962.625/0001-60
	Endereço	R Antônio Afonso, 460, Centro, 12.327-270, Jacareí/SP Tel: (12) 3953-1122 / Fax: (12)3951-7923
	Representante Legal	Renan Caratti Alves
	CPF	051.054.768-08
	Endereço Residencial	Rua Antônio Afonso, 460, Centro, 12.300-000, Jacareí/SP
	Endereço Eletrônico	renan.caratti@saaejacarei.com.br
	Representante	**Antônio Fernando Batista (até março/05)**

	CPF	019.014.021-95
	Endereço Residencial	R. Antonio Afonso, 460 – Centro – Jacareí – SP Tel: (12) 3954-0305
	Endereço Eletrônico	fernando.batista@saeejacarei.com.br
	Representante	**Luciana Braggio Santana (de abril 2005 a dezembro 2007)**
	CPF	021.738.603
	Endereço Residencial	Rua Antônio Afonso, 460 – Centro, CEP: 12.327-270, Jacareí/SP
	Endereço Eletrônico	luciana.braggio@saaejacarei.com.br
	Representante	**Renan Caratti Alves (de janeiro 2008 a setembro 2008)**
	CPF	051.054.768-08
	Endereço Residencial	Rua Antônio Afonso, 460, Centro, 12.300-000, Jacareí/SP
	Endereço Eletrônico	renan.caratti@saaejacarei.com.br
	Representante	**Antônio Fernando Batista (a partir de 22/09/08)**
	CPF	019.014.021-95
	Endereço Residencial	R. Antonio Afonso, 460 – Centro – Jacareí – SP Tel: (12) 3954-0305
	Endereço Eletrônico	fernando.batista@saeejacarei.com.br
36	Associado	**Sindicato Rural de Monteiro Lobato (a partir de 2002)**
	CNPJ	46.662.870/0001-27
	Endereço	R Abílio Dias, 181 Monteiro Lobato SP CEP: 12.250-000 Tel/Fax: (12) 3979-1165
	Representante Legal	Pedro Pinheiro do Prado
	CPF	018.583.278-49
	Endereço Residencial	R Afonso César de Siqueira 286 apto 41 Vila Jaci CEP 12243-710 São José dos Campos. SP
	Endereço Eletrônico	srlobato@iconet.com.br
	Representante	**Pedro Pinheiro do Prado (até 12/09/05)**
	CPF	018.583.278-49
	Endereço Residencial	R Afonso César de Siqueira 286 apto 41 Vila Jaci CEP 12243-710 São José dos Campos. SP
	Endereço Eletrônico	srlobato@iconet.com.br
	Representante	**João Marcelino da Silva (a partir de 13/09/05)**
	CPF	047.891.068-10
	Endereço Residencial	Estrada do Piagui, s/nº , Porto do Meira, Cx. Postal, 107, CEP: 12.600-970, Lorena/SP
	Endereço Eletrônico	srlobato@iconet.com.br / fazendaconceicao@uol.com.br
37	Associado	**Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Guaratinguetá (a partir de março/2005)**
	CNPJ	45.207.222/0001-18
	Endereço	Rua Xavantes, 1880, Jardim Aeroporto – Guaratinguetá/SP Tel: (12) 3132-7013 / 3141
	Representante Legal	André Luiz de Paula Marques
	CPF	060.433.898-86
	Endereço Residencial	Rua Antonio Cunha, 77, Beira-Rio, Guaratinguetá/SP CEP: 12.517-405
	Endereço Eletrônico	alpmj@yahoo.de
	Representante	**André Luiz de Paula Marques (a partir de março/2005)**
	CPF	060.433.898-86
	Endereço Residencial	Rua Antonio Cunha, 77, Beira-Rio, Guaratinguetá/SP CEP: 12.517-405
	Endereço Eletrônico	alpmj@yahoo.de
38	Associado	**Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP (a partir de 2004)**
	CNPJ	62.225.933/0001-34
	Endereço	Av. Paulista, 1313, Cerqueira César, São Paulo/SP, 01.311-923
	Representante Legal	Paulo Skaf
	CPF	674.083.628-00
	Representante	**Marcos André Sobral Escada (a partir de 2004)**
	CPF	074.218.688-10
	Endereço Residencial	Av. Cidade Jardim, 2720, apt 93, Bosque dos Eucaliptos, São José dos Campos/SP
	Endereço Eletrônico	escada@petrobras.com.br
39	Associado	**EMBRAER (a partir de 2005)**
	CNPJ	07.689.0002/0001-89
	Endereço	Av. Brigadeiro Faria Lima, 2170, Putim, São José dos Campos/SP, 12.227-901
	Representante Legal	Roberto Ribeiro Santos
	CPF	002.147.015-49
	Representante	**Mário Leonel Lima Regazzini (a partir de 2005)**
	CPF	452.182.348-34
	Endereço Residencial	Rua Itália, 36, Jardim Siesta, Jacareí/SP
	Endereço Eletrônico	mregazzi@embraer.com.br
40	Associado	**Associação dos Advogados de São José dos Campos (a partir de 2002)**
	CNPJ	47.534.565/0001-12
	Endereço	R Cel Francisco Américo Fontenele, 140, V Adyanna. SJ Campos/SP,12243-004 Tel 12-3941-4042
	Representante Legal	Denerval Machado Rodrigues de Melo
	CPF	547.876.968-15
	Endereço Residencial	Avenida Sinésio Martins, 39, Jardim Esplanada, São José dos Campos/SP
	Endereço Eletrônico	presidencia@aasjcl.org.br
	Representante	**Eunice Melhado de Lima (até março/05)**
	CPF	017.940.328-19
	Endereço Residencial	Av. José Francisco Longo, 622 apto 122 S. Dimas – S. José dos Campos
	Endereço Eletrônico	presidencia@aasjclorg.br

	Representante	**Andréa Francomano Bevilacqua (de abril/05 a 30 de setembro/05)**
	CPF	159.511.648-69
	Endereço Residencial	Rua Vilaça, 322, Centro . São José dos Campos. SP Tel: (12) 3921-4140
	Endereço Eletrônico	francomano@uol.com.br
	Representante	**Andréa Francomano Bevilacqua (a partir de abril/06)**
	CPF	159.511.648-69
	Endereço Residencial	Rua Vilaça, 322, Centro . São José dos Campos. SP Tel: (12) 3921-4140
	Endereço Eletrônico	francomano@uol.com.br
41	Associado	**Assoc Brasileira de Engª Sanitária e Ambiental – ABES/SP – Seção São Paulo (a partir de 2002)**
	CNPJ	33.945.015/0001-81
	Endereço	Av. Heitor Villa Lobos 1229, Vila Ema, 12243-260, SJ Campos/SP Tel: (12) 39227966/Fax: 341 7927
	Representante Legal	Joper Padrão do Espírito Santo
	CPF	022.374.827-72
	Representante	**Davi Monteiro Lino (até fevereiro/2008)**
	CPF	005.302.678-02
	Endereço Residencial	Praça dos Três Poderes, 73, Centro – Jacareí/SP – Cep: 12.327-170
	Endereço Eletrônico	davi.lino@jacarei.sp.gov.br
	Representante	**Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel (de fevereiro de 2008 a 14/10/08)**
	CPF	832.177.548-91
	Endereço Residencial	Rua Joviano Barbosa, 152, Jardim Morumbi, Taubaté/SP, CEP: 12.060-450
	Endereço Eletrônico	bgurgel@uol.com.br
	Representante	**Renato Traballi Veneziani (a partir de 14/10/08)**
	CPF	947.965.3085-78
	Endereço Residencial	Av. Heitor Villa Lobos, 1229, Vila Ema, São José dos Campos/SP, 12.243-260
	Endereço Eletrônico	rvenezia@sabesp.com.br
42	Associado	**Escola de Engenharia de Lorena – USP (a partir de 04/04/07)**
	CNPJ	63.025.530/0001-96
	Endereço	Estrada Municipal do Campinho, s/nº, Lorena,/SP, 12.602-810
	Representante Legal	Nei Fernandes de O. Júnior
	CPF	023.518.208-78
	Representante	**Teresa Cristina Brazil de Paiva (a partor de 04/04/07)**
	CPF	299.582.534-53
	Endereço Residencial	Rua Jornalista Araken de Aquino, 180, Parque Mondesir, Lorena/SP, 12.609-080
	Endereço Eletrônico	teresa@debiq.eel.usp.br
43	Associado	**Fundação Christiano Rosa (a partir de 04/04/07)**
	CNPJ	02.140.845/0001-08
	Endereço	Rua Cel. Pederneiras, Piquete/SP
	Representante Legal	Paulo Noia de Miranda
	CPF	027.924.197-68
	Representante	**Ana Maria de Gouvêa (de 04/04/07 a 03/04/08)**
	CPF	435.209.368-87
	Endereço Residencial	Rua Cel. Pederneiras, 204, Piquete/SP
	Endereço Eletrônico	amgouvea@hotmail.com
	Representante	**Paulo Noia de Miranda (de 03/04/08 a 01/12/08)**
	CPF	027.924.197-68
	Endereço Residencial	Rua Cel. Pederneiras, 204, Piquete/SP
	Endereço Eletrônico	fundacaochristianorosa@bol.com.br
	Representante	**Ana Maria de Gouvêa (a partir de 01/12/08)**
	CPF	435.209.368-87
	Endereço Residencial	Rua Cel. Pederneiras, 204, Piquete/SP
	Endereço Eletrônico	amgouvea@hotmail.com
44	Associado	**UNA nas Águas (a partir de 04/04/07)**
	CNPJ	03.686.927/0001-47
	Endereço	Rua Nivaldo Righi, 10, Jardim Eulália, Taubaté/SP
	Representante Legal	Leesander Alves da Cruz
	CPF	138.334.078-16
	Representante	**Leesander Alves da Cruz (a partir de 04/04/07)**
	CPF	138.334.078-16
	Endereço Residencial	Rua Nicanor Barros Vieira, 166, Vila dos Comerciários, Taubaté/SP
	Endereço Eletrônico	lee.ambiental@gmail.com
45	Associado	**Vale Verde Associação de Defesa do Meio Ambiente (a partir de 12/02/08)**
	CNPJ	57.537.714/0001-50
	Endereço	Av. Engº Francisco José Longo, 149, sobrepiso1, São José dos Campos/SP
	Representante Legal	Sandra Maria Fonseca da Costa
	CPF	806.519.927-53
	Representante	**Sueleide Silva Prado (a partir de 12/02/08)**
	CPF	050.945.028-83
	Endereço Residencial	Rua Prof. Roberval Froes, 358, Jardim Esplanada II, São José dos Campos/SP
	Endereço Eletrônico	sueleidy@uol.com.br

ESTADO DO RIO DE JANEIRO		
46	Associado	**Prefeitura Municipal de Barra do Piraí (a partir de 2005)**
	CNPJ	28.576.080/0001-47
	Endereço	Trav. Assumpção, 69, Centro, Barra do Piraí, 27123-080
	Representante Legal	José Luiz Anchite
	CPF	208.293.537-04
	Representante	**Madalena Sofia Ávila Cardoso de Oliveira (a partir de 2005)**
	CPF	449.734.207-78
	Endereço Residencial	R: Manoel Duarte, 91, 201, Santana, 27.113-280 (24) 2445 6592
	Endereço Eletrônico	m-sofia@superonda.com.br
47	Associado	**Prefeitura Municipal de Barra Mansa (a partir de 04/04/07)**
	CNPJ	28.695.658/0001-84
	Endereço	Rua Maria de Lourdes Barcellos Camargo, 77 – Santa Rosa, Barra Mansa/RJ
	Representante Legal	Roosevelt Brasil Fonseca
	CPF	560.847.577-15
	Representante	**Renine Cesar de Oliveira (a partir de 04/04/07)**
	CPF	053.102.438-52
	Endereço Residencial	Pca Prof Jandira Reis de Oliveira n°27/104 Santa Rosa Barra Mansa
	Endereço Eletrônico	renine@saaebm.rj.gov.br
48	Associado	**Prefeitura Municipal de Resende (a partir de 04/04/07)**
	CNPJ	29.178.233/0001-60
	Endereço	Rua Augusto Xavier de Lima, 251, Jardim Jalisco, Resende/RJ
	Representante Legal	Sílvio Costa de Carvalho
	CPF	942.395.417-00
	Representante	**Luis Felipe Cruz Lenz César (a partir de 04/04/07)**
	CPF	703.067.027-20
	Endereço Residencial	Estrada da Serrinha, 2648, Serrinha do Alambari, Resende/RJ
	Endereço Eletrônico	lfcesar@terra.com.br
49	Associado	**Prefeitura Municipal de Porto Real**
	CNPJ	01.601.235/0001-52
	Endereço	Rua Hilário Ettore, 442, Porto Real/RJ
	Representante Legal	Jorge Serfiotis
	CPF	110.012.407-15
	Representante	**Luiz Tavares de Melo**
	CPF	453.091.757-68
	Endereço Residencial	Rua Prof. Arthur B. Filho, 13, Bairro Elite, Resende/RJ
	Endereço Eletrônico	smmasudc@yahoo.com.br
50	Associado	**Prefeitura Municipal de Volta Redonda (a partir de 10/05/07)**
	CNPJ	32.512.501/0001-43
	Endereço	Praça Sávio Gama, 53, Volta Redonda/RJ
	Representante Legal	Gothardo Lopes Netto
	CPF	788.626.397-91
	Representante	**Luiz Carlos Rodrigues (de 10/05/07 a 11/01/08)**
	CPF	499.953.167-49
	Endereço Residencial	Rua General Silvino Raulino de Oliveira, 139, Ponte Alta, Volta Redonda/RJ
	Endereço Eletrônico	coordema@portalvr.com.br
	Representante	**Carlos Amaro Chicarino de Carvalho (a partir de 11/01/08)**
	CPF	CPF: 469.493.727-87
	Endereço Residencial	Rua São João, 16, Centro, Volta Redonda, CEP: 27.253-360
	Endereço Eletrônico	smambiente@epdvr.com.br
51	Associado	**Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN (a partir de 2002)**
	CNPJ	42.422.212/0001-07
	Endereço	R Fonseca Teles, 40, 3º, S Cristóvão, 20940-200, Rio de Janeiro/RJ Tel: (21) 2563 4455-4140
	Representante Legal	Mauro Ribeiro Viegas
	CPF	003.056.857-91
	Representante	**Mauro Ribeiro Viegas**
	CPF	003.056.857-91
	Endereço Residencial	Av Visconde de Albuquerque, 805, casa Leblon Rio de Janeiro RJ CEP 22450-001
	Endereço Eletrônico	profmrviegas@concremat.com.br
52	Associado	**Instituto Brasileiro de Siderurgia – IBS (a partir de 2002)**
	CNPJ	60.625.161/0001-18
	Endereço	Av. Rio Branco, 181, 28º andar, 20.040-007, Rio de Janeiro/RJ Tel: (21) 2141-0001/Fax: 2262-2234
	Representante Legal	Rudolf Robert Buhler
	CPF	041.214.577-49
	Representante	**Maria Cristina Yuan (a partir de 2002)**
	CPF	439.765.307-00
	Endereço Residencial	Rua Isis Dias de Oliveira, 60 Rio de Janeiro RJ
	Endereço Eletrônico	crisyuan@ibs.org.br

53	Associado	**Assoc dos Usuários das Águas do Médio Paraíba do Sul – AMPAS (a partir de março de 2005)**
	CNPJ	04.842.311/0001-59
	Endereço	R 35, 714 – F. Sta Cecília – (UBM– Unid Cicuta), Volta Redonda/RJ, 27261-140, Tel: (24) 3342-5423
	Representante Legal	Roosevelt Brasil Fonseca
	CPF	560.847.577-15
	Endereço Residencial	Rua Maria de Lourdes Barcello Camargo, 77 – Santa Rosa, Barra Mansa/RJ
	Endereço Eletrônico	ampas.cicuta@ubm.br
	Representante	**Roosevelt Brasil Fonseca (de 2002 até 02/04/07)**
	CPF	560.847.577-15
	Endereço Residencial	Rua Maria de Lourdes Barcello Camargo, 77 – Santa Rosa, Barra Mansa/RJ
	Endereço Eletrônico	ampas.cicuta@ubm.br
	Representante	**Renine Cesar de Oliveira (a partir de 02/04/07)**
	CPF	053.102.438-52
	Endereço Residencial	Pca Prof Jandira Reis de Oliveira n°27/104 Santa Rosa Barra Mansa
	Endereço Eletrônico	renine@saaebm.rj.gov.br
54	Associado	**Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF**
	CNPJ	33.249.046/0002-89
	Endereço	Av. Euterpe Friburguense, 111/113, 28.605-130, N Friburgo/RJ Tel: (21)2122.69000/(22)2523-5480
	Representante Legal	José Antônio da Silva Marques
	CPF	113.699.906-00
	Representante	**Amaury Antonio Damiance (até março de 2005)**
	CPF	485.251.706-15
	Endereço Residencial	R. Prudente de Morais, 01, gleba A Bl. 4 apto. 101 – Vl. Nova – Na Friburgo – RJ – 28630-010
	Endereço Eletrônico	damiance@cataguazes.com.br
	Representante	**Marco Antonio Pinto Barbosa (de abril de 2005 a maio 2007)**
	CPF	467.127.047-15
	Endereço Residencial	Pça. Ruy Barbosa 80 – Centro – Cataguases – MG CEP:36770-000
	Endereço Eletrônico	marcoantonio@cataguazes.com.br
	Representante	**Amaury Antonio Damiance (a partir de maio 2007)**
	CPF	485.251.706-15
	Endereço Residencial	R. Prudente de Morais, 01, gleba A Bl. 4 apto. 101 – Vl. Nova – Na Friburgo – RJ – 28630-010
	Endereço Eletrônico	damiance@cataguazes.com.br
55	Associado	**Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE – Volta Redonda (a partir de 2002)**
	CNPJ	32.504.706/0001-87
	Endereço	Av. Lucas Evangelista, 643 – 27215-630 – Volta Redonda (RJ) Tel: (24) 3347-3232 – (24) 3344-2919
	Representante Legal	Paulo Cezar de Souza
	CPF	321.080.017-00
	Endereço Eletrônico	diretorexecutivo@epd.com.br
	Representante	**Paulo César de Souza (até 04/04/07)**
	CPF	321.080.017-00
	Endereço Residencial	Rua 154, n° 763 apto 201 Laranjal Volta Redonda RJ
	Endereço Eletrônico	diretorexecutivo@epd.com.br
	Representante	**Isabel Cristina Reis da Silva (a partir de 04/04/07)**
	CPF	046.466.987-14
	Endereço Residencial	Rua 2, 251, Conforto, Volta Redonda/RJ,
	Endereço Eletrônico	dex.saae@epdvr.com.br
56	Associado	**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barra Mansa – SAAE (a partir de 2002)**
	CNPJ	29.053.402/0001-36
	Endereço	R Bernardino Silva, 37- Centro, 27.323-013, Barra Mansa/RJ Tel: (24) 3323 0198/Fax: 3322 5934
	Representante Legal	Renine César de Oliveira
	CPF	053.102.438-52
	Representante	**Renine César de Oliveira (a partir de 2002)**
	CPF	053.102.438-52
	Endereço Residencial	Pca Prof Jandira Reis de Oliveira n°27/104 Santa Rosa Barra Mansa
	Endereço Eletrônico	ass.prefeito@barramansa.rj.gov.br
57	Associado	**Águas do Paraíba S.A. (a partir de março de 2005)**
	CNPJ	01.280.003/0001-99
	Endereço	Av Dr. José Alves de Azevedo, 233, Centro, Campos Goytacazes/RJ, 28010-360, Tel: (22)2733-4392
	Representante Legal	Rodolfo Mantuano
	CPF	672.271.127-72
	Representante	**Paulo César Oliveira Moreno (até maio 2007)**
	CPF	323.665.666-20
	Endereço Residencial	R Baronesa da Lagoa Dourada, 264/apto 1101, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ 28.035-200
	Endereço Eletrônico	aguasdoparaiba@aguasdoparaiba.com.br
	Representante	**Carlos Eduardo Tavares de Castro (a partir de maio 2007)**
	CPF	963.190.116-53
	Endereço Residencial	R Baronesa da Lagoa Dourada, 126, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ 28.035-200
	Endereço Eletrônico	diretoria@aguasdoparaiba.com.br
58	Associado	**Light Serviços de Eletricidade S.A – Gerência de Usinas Elevatórias (a partir de 2002)**
	CNPJ	60.444.437/0001-46

	Endereço Representante Legal CPF	Av Mal Floriano,168, Ed Negrão de Lima, 2º andar, 20080-002 Rio de Janeiro/RJ Tel: (21) 2211 2929 Paulo Roberto Guimarães Monteiro de Barros 027.952.217-72
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Fernando José Lino do Nascimento (a partir de 2002)** 556.827.828-87 R Presidente Carlos de Campos, 183, apto 104 Rio de Janeiro. RJ fernando.lino@light.com.br
59	Associado CNPJ Endereço Representante Legal CPF	**Itaocara Energia Ltda** (a partir de março de 2005) 02.619.221/0001-78 Av. Mal. Floriano, 168/Bl A1, 2º andar – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.080-002 - Tel.: (21) 2211-2583 Heitor Barreto Correa 266.341.987/72
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Heitor Barreto Correa (a partir de 2005)** 266.341.987/72 Rua Timóteo da Costa, 625/apto 204 – Rio de Janeiro/RJ heitor.barreto@light.com.br
60	Associado CNPJ Endereço Representante Legal CPF	**CEDAE (a partir de 2006)** 33.352.394/0001-04 Rua Sacadura Cabral, 103, Centro, Rio de Janeiro/RJ Wagner Granja Victer 763.609.467-34
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Marcello Barcellos Motta** 884.396.667-72 Rua Mário Carpenter, 329/102, Pilares, Rio de Janeiro/RJ, 20.755-062 di@cedae.rj.gov.br
61	Associado CNPJ Endereço Representante Legal CPF	**SAEETRI (a partir de 10.05.07)** 39.754.247/0001-39 Rua XIV de Dezembro, 401, Centro, Três Rios/RJ Carlos Eduardo Carneiro Macedo 197.996.837-34
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Maria Luiza Ferreira da Silva (a partir de 10.05.07)** 806.850.307-25 Parque Residencial Mosela, 115, Mosela, Petrópolis/RJ administracao@saaetri.com.br
62	Associado CNPJ Endereço Representante Legal CPF	**ASSEMAE (a partir de 10.05.07)** 20.057.071/0001-38 Rua XIV de Dezembro, 401, Centro, Três Rios/RJ Carlos Eduardo Carneiro Macedo 197.996.837-34
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Maria Luiza Ferreira da Silva (a partir de 10.05.07)** 806.850.307-25 Parque Residencial Mosela, 115, Mosela, Petrópolis/RJ administracao@saaetri.com.br
63	Associado CNPJ Endereço Representante Legal CPF	**Assoc Brasileira de Engª Sanitária e Ambiental – ABES/RJ (a partir de 2002)** 33.945.015/0001-81 Av. Beira Mar, 216, 1103, 20.021-060, Rio de Janeiro/RJ Tel: (21) 2220 0830/ Fax: (21) 2262 3602 Joper Padrão do Espírito Santo 022.374.827-72
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**José Alfredo Charnaux Sertã (até 29/11/2005)** 020.018.377-04 Rua São Clemente, 397 – apto 601. Botafogo. Rio de Janeiro – RJ CEP 22260-001 jacserta@uol.com.br
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Eliane Pinto Barbosa (a partir de 29/11/2005)** 372.049.127-72 Est Francisco da Cruz Nunes, s/nº, Cond Vale de Itaipu, casa 649, Itaipu, Niterói/RJ, 24.340-140 ebarbosa@urbi.com.br
	Representante CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Mauro Pimentel Furtado (a partir de 05/06/2006)** 934.249.307-68 Rua Marques de Valença, 56/509 –Tijuca, Rio de Janeiro/ RJ, CEP: 20550-030 Tel: (21) 9949-8310 furtado@mls.com.br/diretoria@abesrio.org.br
64	Associado CNPJ Endereço Representante Legal CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Ong O Nosso Vale! A Nossa Vida (a partir de 2002)** 04.471.879/0001-00 Rua Joaquim Leite, nº 01-Centro-Barra Mansa/RJ CEP: 27300-00 Tel: (24) 3322-3892 Vera Lúcia Teixeira 657.699.537-72 Rua I, 187, Santa Maria II, CEP: 27300-000, Barra Mansa/RJ nossovalenossavida@yahoo.com.br

	Representante	**Vera Lúcia Teixeira**
	CPF	657.699.537-72
	Endereço Residencial	Rua I, 187, Santa Maria II, CEP: 27300-000, Barra Mansa/RJ
	Endereço Eletrônico	nossovalenossavida@yahoo.com.br
65	Associado	**Assoc. Brasileira de Recursos Hídricos–ABRH/RJ – Seção Rio de Janeiro (a partir de 2002)**
	CNPJ	29.969.193/0001-75
	Endereço	R Belisário Távora 467/202, Laranjeiras, 22245-070, Rio de Janeiro/RJ Tel:(21) 22050889 /25627836
	Representante Legal	José Nilson Beserra Campos
	CPF	000.967.683-04
	Representante	**Jander Duarte Campos (até janeiro 2008)**
	CPF	178.564.427-00
	Endereço Residencial	R Belisário Távora 467/202 Laranjeiras Rio de Janeiro. RJ CEP 22245-070
	Endereço Eletrônico	jander@hidro.ufrj.br
	Representante	**Lígia Maria do Nascimento Araújo (a partir de janeiro 2008)**
	CPF	636.340.317-00
	Endereço Residencial	Avenida Pauster, 404, Urca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.290-240
	Endereço Eletrônico	ligiamna@rj.cprm.gov.br
66	Associado	**Inst de Pesq Avançadas Economia e Meio Ambiente-Instituto Ipanema (a partir de março/2005)**
	CNPJ	01.668.289/0001-84
	Endereço	Rua Serafim Valandro, 06/304 – Botafogo – Rio de Janeiro - CEP: 22.260-110 / Tel: (21) 2527-8747
	Representante Legal	Ninon Machado de Faria Leme Franco
	CPF	026.899.017-49
	Endereço Eletrônico	ninonmachado@terra.com.br
	Representante	**Ana Maria da França Martins Brito (até março 2007)**
	CPF	259.065.777-34
	Endereço Residencial	Rua Grajaú, 96/602, Grajaú, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.561-140
	Endereço Eletrônico	fbrito@uninet.com.br
	Representante	**Ninon Machado de Faria Leme Franco (a partir de março 2007)**
	CPF	026.899.017-49
	Endereço Residencial	Rua São Clemente, 272, Bloco 2, apto 1104, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.260-000
	Endereço Eletrônico	ninon@institutoipanema.net
67	Associado	**Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (a partir de 10.05.07)**
	CNPJ	33.540.014/0001-57
	Endereço	Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ
	Representante Legal	Nival Nunes de Almeida
	CPF	711.482.567-68
	Representante	**Friedrich Wilhelm Herms (a partir de 10.05.07)**
	CPF	746.172.657-91
	Endereço Residencial	Rua Fonte da Saudade, 61, apt 102, Lagoa, Rio de Janeiro/RJ
	Endereço Eletrônico	fredwh@uerj.br
68	Associado	**Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional – FUNDENOR (a partir de 12/02/08)**
	CNPJ	28.976.710/0001-70
	Endereço	Av. Presidente Vargas, 180, Campos dos Goytacazes/RJ, 28.053-100
	Representante Legal	Eraldo Mothé Bacelar da Silva
	CPF	339.027.807-97
	Representante	**Paulo Jorge Xavier de Souza (a partir de 12/02/08)**
	CPF	100.265.925-68
	Endereço Residencial	Rua Santa Edvirges, 14, Horto, Campos dos Goytacazes/RJ, 28.053-000
	Endereço Eletrônico	paulojorgex@uol.com.br
MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL		
PODER PÚBLICO ESTADUAL		
1.	Instituição	**Governo do Estado de São Paulo**
	CNPJ	43.379.400/0001-50
	Endereço	Palácio dos Bandeirantes.Av. Morumbi, 4500. São Paulo/SP tel: (11) 2193 8008
	Responsável Legal	José Serra
	CPF	935659688-34
	Titular	**José Roberto Schimidt (a partir de 2008)**
	CPF	812.373.408-53
	Endereço Residencial	Travessa Jamil José Elias, 6, Jardim Eulália, Taubaté/SP, CEP: 12.010-690
	Endereço Eletrônico	sjcampos@cetesbnet.sp.gov.br
	Suplente	**Marli Aparecida Reis Maciel Leite (a partir de 2008)**
	CPF	026.124.098/66
	Endereço Residencial	Rua Padre Leonardo Campos, 48, Jardim Ana Emília, Taubaté/SP, CEP: 12.070-260
	Endereço Eletrônico	marlireis@sp.gov.br
2.	Instituição	**Governo do Estado de Minas Gerais**
	CNPJ	05.475.103/0001-21
	Endereço	Pça José Mendes Júnior, s/nº, Palácio dos Despachos, Funcionários, Belo Horizonte/MG, 30140-912
	Responsável Legal	Aécio Neves da Cunha
	CPF	667.289.837/91

	Titular	**Sergio Leal (a partir de 2007)**
	CPF	057.060.386-27
	Endereço Residencial	Rua Tomé de Sousa, 1400/502, Belo Horizonte/MG
	Endereço Eletrônico	sergio.leal@igam.mg.gov.br
	Suplente	**Joaquim Arildo Borges (SEAA) a partir de maio de 2007**
	CPF	171.454.226-20
	Endereço Residencial	Rural Minas, BR 116, Cx. Postal 51, KM 706, Sofocó, Muriaé/MG, 36.880-000
	Endereço Eletrônico	joaquimarild@ruralminas.gov.br
3.	Instituição	**Governo do Estado do Rio de Janeiro**
	CNPJ	42.498.600/0001-71
	Endereço	Palácio da Guanabara, Rua Pinheiro Machado, s/nº, Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ, 22.238-900
	Responsável Legal	Sérgio Cabral Santos
	CPF	744.636.597/87
	Titular	**Luiz Firmino Martins Pereira (a partir de fevereiro de 2008)**
	CPF	775.932.867/20
	Endereço Residencial	Rua Prudente de Moraes, 1488/901, Ipanema, Rio de Janeiro/RJ, 22.420-042
	Endereço Eletrônico	Firmino.serla@gmail.com
	Suplente	Vera Lucia Saboya **(a partir de março de 2005)**
	Endereço Residencial	Rua da Ajuda, 5, 16º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, 20.040-000
	Endereço Eletrônico	verasaboya@yahoo.com.br
PODER PÚBLICO MUNICIPAL		
4.	Instituição	**Prefeitura Municipal de Muriaé (a partir de 2007)**
	CNPJ	17.947.581/0001-76
	Endereço	Praça Cel Pacheco Medeitos nº 236, Centro, Muriaé/MG, CEP 36880-000
	Responsável Legal	José Braz
	CPF	003.036.156-72
	Titular	**Lúcia Helena Francisco Baldanza**
	CPF	684.432.936-91
	Endereço Residencial	Rua Pirapanema, 11, Barra, Muriaé/MG, Tel: (32) 3721-3971
	Endereço Eletrônico	luciahelenafb@gmail.com
	Suplente	
5.	Instituição	**Prefeitura Municipal de Barra do Piraí (a partir de 2005)**
	CNPJ	28.576.080/0001-47
	Endereço	Trav. Assumpção, 69, Centro, Barra do Piraí/RJ, 27123-080
	Responsável Legal	José Luiz Anchite
	CPF	208.293.537-04
	Titular	**Madalena Sofia Ávila Cardoso de Oliveira (a partir de 2005)**
	CPF	449.734.207-78
	Endereço Residencial	R: Manoel Duarte, 91, 201, Santana, Barra do Piraí/RJ, 27.113-280 (24) 2445 6592
	Endereço Eletrônico	m-sofia@superonda.com.br
	Suplente	Cláudia Maria Ramos Quaglia (de março de 2005 até 2006)
	Endereço Residencial	tel: (24) 2443-2449 / Cel: (24) 9967-1642
	Endereço Eletrônico	c.quaglia@ig.com.br
	Suplente	Wagner Coutinho (a partir de 2006)
	Endereço Residencial	tel: (24) 2442 -9487 / Cel: (24) 9841 7921
	Endereço Eletrônico	wgcfacao@yahoo.com.br
6.	Instituição	**Prefeitura Municipal de São José dos Campos (a partir fevereiro de 2008)**
	CNPJ	46.643.466/0001-06
	Endereço	Rua José de Alencar, 123, Vila Santa Luzia, São José dos Campos/SP
	Responsável Legal	Eduardo Pedrosa Cury
	CPF	049.096.708-66
	Titular	**Luiz Roberto Barretti (a partir de fevereiro de 2008)**
	CPF	787.425.528-34
	Endereço Residencial	Av. Heitor Villa Lobos, 624/61 A, Vila Ema, São José dos Campos/SP
	Endereço Eletrônico	macrodrenagem@sjc.sp.gov.br
	Suplente	
USUÁRIOS		
7.	Instituição	**Light Serviços de Eletricidade S.A – Gerência de Usinas Elevatórias**
	CNPJ	60.444.437/0001-46
	Endereço	Av Mal Floriano, 168, Ed Negrão de Lima, 2º and, 20080-002 Rio de Janeiro/RJ Tel: (21) 2211-2583
	Responsável Legal	Paulo Roberto Guimarães Monteiro de Barros
	CPF	027.952.217-72
	Titular	**Heitor Barreto Corrêa**
	CPF	266.341.987-72
	Endereço Residencial	R Timóteo Costa, 625 apto 204 Rio de Janeiro. RJ
	Endereço Eletrônico	heitor.barreto@light.com.br
	Suplente	Fernando José Lino do Nascimento – Gerência de Gestão e Estudos de Geração
	CPF	556.827.828-87
	Endereço Residencial	R Presidente Carlos de Campos, 183/apto 404, Rio de Janeiro/RJ
	Endereço Eletrônico	fernando.lino@light.com.br

8.	Instituição CNPJ Endereço Responsável Legal CPF	**Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barra Mansa – SAAE** 29.053.402/0001-36 R Bernardino Silva, 37, Centro, 27.323-013, Barra Mansa/RJ, Tel: (24) 33253390/ Fax: 3322 5934 Renine César de Oliveira (até dezembro de 2004) 053.102.438-52
	Responsável Legal CPF	Renine César de Oliveira 053.102.438-52
	Titular CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Renine César de Oliveira** 053.102.438-52 Pca Prof Jandira Reis de Oliveira n°27/104 Santa Rosa Barra Mansa. RJ renine@saaebm.rj.gov.br
	Suplente	
9.	Instituição CNPJ Endereço Responsável Legal CPF	**CEDAE (a partir de 2006)** 33.352.394/0001-04 Rua Sacadura Cabral, 103, Centro, Rio de Janeiro/RJ Wagner Granja Victer 763.609.467-34
	Titular CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Marcello Barcellos Motta** 884.396.667-72 Rua Mário Carpenter, 329/102, Pilares, Rio de Janeiro/RJ, 20.755-062 di@cedae.rj.gov.br
	Suplente	
10.	Instituição CNPJ Endereço Responsável Legal CPF	**Companhia de Saneamento Municipal e Pesquisa do Meio Ambiente - CESAMA** 21.572.243/0001-74 Av. Barão do Rio Branco, 1843, 10º andar, Centro, 36013-020, Juiz de Fora/MG Tel: (32) 32391320 José Roizenbruch 245.138.146-91
	Titular CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Ricardo Stahlschimidt Pinto Silva** 618.090.126-00 Av Barão do Rio Branco, 420 apto 501 Centro. Juiz de Fora. MG CEP 36015-370 rpinto@cesama.com.br
	Suplente CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Luís Cesário de Mendonça Lopes** 261.391.206-59 Rua Padre Tiago, 42 apto 302 São Mateus. Juiz de Fora. MG CEP 36016-350 demd@cesama.com.br
11.	Instituição CNPJ Endereço Responsável Legal CPF	**FIEMG – Federação das Industrias do Estado de Minas Gerais** 17.212.069/0001-81 Av Contorno 1420, Bairro Funcionários – Belo Horizonte MG, 30110-090 Robson Braga de Andrade 134.020.566-15
	Titular CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Wagner Soares Costa (a partir de agosto de 2007)** 097.683.436-72 Av Contorno 1420 Bairro Funcionários – Belo Horizonte MG CEP 30110-090 costasw@fiemg.com.br
	Suplente CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Ana Cristina da Silveira (a partir de agosto de 2007)** 790.270.596-91 Av Contorno 1420 Bairro Funcionários – Belo Horizonte MG CEP 30110-090 asilveira@fiemg.com.br
12.	Instituição CNPJ Endereço Responsável Legal CPF	**CAT-LEO Energia S/A (a partir de 2007)** 02.260.955/0001-03 Pça Rui Barbosa, 80, 2º a, 36.770-901, Cataguases/MG Tel:(32) 3429 6000 / Fax: (32) 3421 4240 José Antônio da Silva Marques 113.699.906-00
	Titular CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Manoel Otoni Neiva (a partir de 2007)** 008.275.926-04 Av. Melo Viana, 160 Centro, Cataguases/ MG, 36773-010, (32) 3429-6282 / 9984-3380 moneiva@cataguazes.com.br
	Suplente CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Maria Aparecida Vargas (a partir de 2007)** 675.783.657-20 R João Joaquim da Mota, 320/202, Praia da Costa, V. Velha/ES, 29.101-200, Tel: (27) 3319 9640 vargasma@terra.com.br
13.	Instituição CNPJ Endereço Responsável Legal CPF	**Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP (a partir de 2008)** 62.225.933/0001-34 Av. Paulista, 1313, Cerqueira César, São Paulo/SP, 01.311-923 Paulo Skaf 674.083.628-00
	Titular CPF Endereço Residencial Endereço Eletrônico	**Nádia Cristina Campos Monteiro (a partir de fevereiro/2008)** 199.237.578-03 Estrada do Rio Comprido, 5001, Rio Comprido, Jacaraeí/SP, CEP: 12.302-210 nadia.monteiro@femsa.com.br

	Suplente	
14.	Instituição	**Sindicato Rural de Monteiro Lobato (a partir de 2008)**
	CNPJ	46.662.870/0001-27
	Endereço	R Abílio Dias, 181 Monteiro Lobato SP CEP: 12.250-000 Tel/Fax: (12) 3979-1165
	Responsável Legal	Pedro Pinheiro do Prado
	CPF	018.583.278-49
	Titular	**João Marcelino da Silva (a partir de 2008)**
	CPF	047.891.068-10
	Endereço Residencial	Estrada do Piagui, s/nº , Porto do Meira, Cx. Postal, 107, CEP: 12.600-970, Lorena/SP
	Endereço Eletrônico	srlobato@iconet.com.br / fazendaconceicao@uol.com.br
	Suplente	
ORGANIZAÇÕES CIVIS		
15.	Instituição	**Consórcio Interm para Recup Ambiental da Bacia do Rio Muriaé (a partir de janeiro de 2005)**
	CNPJ	02.295.794/0001-93
	Endereço	Av.Getúlio Vargas 447 Muriaé/MG – CEP: 36.880-000
	Responsável Legal	José Braz
	CPF	003.036.156-72
	Titular	**Antonio José Rodrigues Caldas Francisco**
	CPF	135.788.046-49
	Endereço Residencial	Av. Antônio Francisco, 59, Barra – Muriaé – CEP:36880-000
	Endereço Eletrônico	riomuriae@imicro.com.br
	Suplente	
16.	Instituição	**O Nosso Vale ! A Nossa Vida**
	CNPJ	04.471.879/0001-00
	Endereço	Av. Joaquim Leite, 01/sala 704 – Centro, Barra Mansa/RJ, CEP: 27.300-000 Tel: (24) 3322-3892
	Responsável Legal	Vera Lucia Teixeira
	CPF	657.699.537-72
	Titular	**Vera Lucia Teixeira**
	CPF	65.699.537-72
	Endereço Residencial	R: 1,187-Santa Maria II- Barra Mansa RJ – Tel.: (24) 3323-0198 ramal 204
	Endereço Eletrônico	nossovalenossavida@yahoo.com.br / veluciateixeira@yahoo.com.br
	Suplente	**Ninon Machado de Faria Leme Franco**
	CPF	026.899.017-49
	Endereço Residencial	Rua Serafim Valandro, 06/304 – Botafogo – Rio de Janeiro - CEP: 22.260-110 / Tel: (21) 2527-8747
	Endereço Eletrônico	ninonmachado@terra.com.br
17.	Instituição	**Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RJ – Seção RJ**
	CNPJ	33.945.015/0001-81
	Endereço	Av. Beira Mar, 216, g 1103, 20.021-060, Rio de Janeiro/RJ Tel: (21) 2220 0830/ (21) 2262 3602
	Responsável Legal	Joper Padrão do Espírito Santo
	CPF	022.374.827-72
	Titular	**José Alfredo Charnaux Sertã (até 29/11/2005)**
	CPF	020.018.377-04
	Endereço Residencial	Rua São Clemente, 397 – apto 601. Botafogo. Rio de Janeiro – RJ CEP 22260-001
	Endereço Eletrônico	jacserta@uol.com.br / diretoria@abesrio.com.br
	Titular	**Eliane Pinto Barbosa (até 29/11/2005)**
	CPF	372.049.127-72
	Endereço Residencial	Est Francisco da Cruz Nunes, s/nº, Cond Vale de Itaipu, c 649, Itaipu, Niterói/RJ, CEP: 24.340-140
	Endereço Eletrônico	ebarbosa@urbi.com.br
	Titular	**Mauro Pimentel Furtado (a partir de 29/11/2005)**
	CPF	934.249.307-68
	Endereço Residencial	Rua Marquês de Valença, 56 Apto 509, Tijuca. Rio de Janeiro – RJ CEP: 20550-030
	Endereço Eletrônico	letnem@ig.com.br
	Suplente	**Rosana Fânzeres Caminha**
	Endereço Eletrônico	rcaminha@cedae-rj.com.br
18.	Instituição	**Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (a partir de 10.05.07)**
	CNPJ	33.540.014/0001-57
	Endereço	Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ
	Responsável Legal	Nival Nunes de Almeida
	CPF	711.482.567-68
	Titular	**Friedrich Wilhelm Herms (a partir de 10.05.07)**
	CPF	746.172.657-91
	Endereço Residencial	Rua Fonte da Saudade, 61, apt 102, Lagoa, Rio de Janeiro/RJ
	Endereço Eletrônico	fredwh@uerj.br
	Suplente	
19.	Instituição	**Vale Verde Associação de Defesa do Meio Ambiente (a partir de 12/02/08)**
	CNPJ	57.537.714/0001-50
	Endereço	Av. Engº Francisco José Longo, 149, sobrepiso1, São José dos Campos/SP
	Responsável Legal	Sandra Maria Fonseca da Costa
	CPF	806.519.927-53
	Titular	**Sueleide Silva Prado (a partir fevereiro de 2008)**

	CPF	050.945.028-83
	Endereço Residencial	Rua Prof. Roberval Froes, 358, Jardim Esplanada II, São José dos Campos/SP
	Endereço Eletrônico	sueleidy@uol.com.br
	Suplente	
NATUREZA: MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL		
Presidente do Conselho Fiscal		
1.	Instituição	**Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro- FIRJAN**
	CNPJ	42.422.212/0001-07
	Endereço	R Fonseca Teles, 40, 3º ad - S Cristóvão, 20940-200, Rio de Janeiro/RJ Tel: (21) 2563 4455-4140
	Responsável Legal	Mauro Ribeiro Viegas
	CPF	003.056.857-91
	Titular	**Mauro Ribeiro Viegas (até 04/10/05)**
	CPF	003.056.857-91
	Endereço Residencial	Av Visconde de Albuquerque, 805, casa Leblon Rio de Janeiro RJ CEP 22450-001
	Endereço Eletrônico	profmrviegas@concremat.com.br
	Titular	**Mauri Saddy (até dezembro 2006)**
	CPF	113.465.157-00
	Endereço Residencial	Rua Álvares de Azevedo, 139 Apto 502, Icaraí – Niterói. Rio de Janeiro – RJ
	Endereço Eletrônico	msaddy@firjan.org.br
	Titular	**Marilene Carvalho (a partir de janeiro 2007)**
	CPF	609.867.438-87
	Endereço Residencial	Rua Peregrino Jr. 180 - bloco 02 - apto. 305 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ - 22630-440
	Endereço Eletrônico	mlcarvalho@firjan.org.br
	Titular	**Ivan Sá Earp de Mello e Silva (a partir de maio de 2007)**
	CPF	759.833.467-68
	Endereço Residencial	Rua Jaime de Azevedo, 150/402, Ipanema, Rio de Janeiro/RJ, 22.420-020
	Endereço Eletrônico	isilva@firjan.org.br
2.	Instituição	**Prefeitura Municipal de Piau (a partir de 10.05.07)**
	CNPJ	18.338.236/0001-06
	Endereço	Praça Pio XII, s/n, Piau - MG CEP:36157-000, Tel: (32) 3254.1130 Fax: (32) 3254-1123
	Responsável Legal	Carlos Alberto Lopes de Oliveira
	CPF	167.019.256-34
	Titular	**Virgílio Furtado da Costa (a partir de 10.05.07)**
	CPF	180.675.146-15
	Endereço Residencial	Rua Vieira Lima, 43, Bairu, Piau/MG, 36.157-000
	Endereço Eletrônico	amparjf@yahoo.com.br
3.	Instituição	**Associação dos Advogados de São José dos Campos (a partir de 10.05.07)**
	CNPJ	47.534.565/0001-12
	Endereço	R Francisco Américo Fontenele, 140, V Adyanna. SJ dos Campos.SP 12243-004 Tel 12-3941-4042
	Responsável Legal	Denerval Machado Rodrigues de Melo
	CPF	547.876.968-15
	Titular	**Andrea Bevilacqua Francomano (a partir de 10.05.07)**
	CPF	159.511.648-69
	Endereço Residencial	Rua Alfredo Coslop, 1300, Bosque dos Eucaliptos, São José dos Campos/SP, 12.232-090
	Endereço Eletrônico	francomano@uol.com.br
DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL		
1.	**Diretor**	**José Leomax dos Santos (de 01/09/04 até 30 de agosto de 2005)**
	CPF	030.587.274-57
	Endereço Residencial	Av. Oswaldo Cruz, 58/901, Flamengo, Rio de Janeiro/ RJ, CEP: 22.250-060
	Endereço Eletrônico	leomax@terra.com.br
	Diretor	**João Jerônimo Monticeli (de 01/09/05 até 31 de março de 2006)**
	CPF	466.555.658
	Endereço Residencial	Av. Marcílio Dias, 126, apt. 804, Resende/RJ, CEP: 27.500-000
	Endereço Eletrônico	joaojeronimo@ceivap.com.br
	Diretora	**Eliane Pinto Barbosa (de 10/05/06 até 14 de abril de 2008)**
	CPF	372.049.127-72
	Endereço Residencial	Est Francisco da Cruz Nunes, s/nº, Cond Vale de Itaipu, cs 649, Itaipu, Niterói/RJ, CEP: 24.340-140
	Endereço Eletrônico	ebarbosa@urbi.com.br
	Diretor	**Edson Guaracy Lima Fujita (a partir de 01 de setembro de 2009)**
	CPF	163.266.289-20
	Endereço Residencial	Rua Prof. Roberval Froes, 335, Jardim América, São José dos Campos/SP, CEP 12.242-460
	Endereço Eletrônico	eglfujita@uol.com.br
2.	**Coordenador Gestão**	**Hendrik Lucchesi Mansur (a partir de 01 de setembro de 2004)**
	CPF	838.157.167-72
	Endereço	Rua 41, nº 11, Vila Rica/Vista Verde, Volta Redonda/RJ, CEP: 27529-430
	Endereço Eletrônico	hlmansur@uol.com.br
3.	**Coordenador Técnico**	**Flávio Antonio Simões (a partir de 01 de setembro de 2004)**
	CPF	887.688.998-15
	Endereço	Rua Cônego Almeida, 377, Centro, Taubaté/SP, CEP: 12080-260

	Endereço Eletrônico	fassimoes@uol.com.br
CONTABILIDADE DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL		
1.	**Empresa**	**JPC Empresa de Auditoria e Assessoramento Administrativo e Contábil Ltda**
	CNPJ	27.965.458/0001-31
	Contador	Sebastião Carlos Gama Filho
	CPF	498.105.107-72
	Endereço Residencial	R Coroados, 36/402, Aterrado, Volta Redonda/RJ
	Endereço Eletrônico	jpcauditoria@yahoo.com.br

Fl. nº 21

AGEVAP

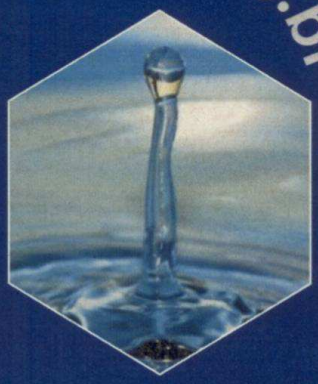
II – Relatório de Execução do Contrato de Gestão 2008

AGEVAP
AGÊNCIA DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL

CEIVAP
COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

www.ceivap.org.br

PRODUÇÃO GRÁFICA/TEXTOARTE



7º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Exercício 2008

Contrato 014/ANA/2004

Janeiro/2009

Fl. nº 23

ÍNDICE

Apresentação	4
Informações Gerais de Identificação da Unidade Jurisdicionada	6
Descrição dos Objetivos e Metas	8
Indicadores ou Parâmetros de Gestão	12
Análise Crítica dos Resultados Alcançados	14
Indicador 1 – Disponibilização de Informações	15
Indicador 2 – Planejamento e Gestão	19
Indicador 3 – Cobrança pelo Uso da Água	24
Indicador 4 – Gerenciamento Interno	26
Indicador 5 – Reconhecimento Social	27
Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas	34
Recebimento de Recursos Mediante o Contrato de Gestão	35
Providências Adotadas para dar Cumprimento às Determinações do TCU no Exercício	36
Outras Medidas e Informações para a Melhoria da Gestão	38
Aprovação pelo Conselho de Administração da AGEVAP	51
ANEXO I – Programa de Trabalho – Metas e Indicadores	53
ANEXO II – Informativo Impresso "Pelas Águas do Paraíba" Ano 9 – Edição nº 19 – novembro/2008	61
ANEXO III – Revista "Pelas Águas do Paraíba" Ano 2 – Edição nº 2 – dezembro/2008	74

DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

Fl. nº 25

APRESENTAÇÃO

As Leis nº 9.433/97 e 9.984/00 instituíram o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – SINGREH. Nesse contexto, foi criada a Agência Nacional de Águas, autarquia especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, que assume as funções de órgão gestor dos recursos hídricos de domínio da União.

Integrando ainda o SINGREH, são formados os Comitês de Bacia, fóruns participativos onde ocorrem os debates e decisões sobre as questões relacionadas ao uso das águas da bacia e, as Agências de Bacia, secretarias executivas de um ou mais Comitês, além de receber e aplicar os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água.

A AGEVAP – Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, criada em 20 de junho de 2002, foi constituída para o exercício das funções de secretaria executiva do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP. Reconhecida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, em sua resolução n° 38, de 26 de março de 2004, como entidade delegatária das funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, teve prorrogada a delegação até o ano de 2016, por meio da Resolução nº 59, de 2 de junho de 2006.

A partir da edição da Medida Provisória nº 165/04, posteriormente convertida na Lei nº 10.881/04, a AGEVAP pôde, por meio do estabelecimento de um Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas – ANA, assumir efetivamente as funções de uma Agência de Bacia.

A ANA e a AGEVAP celebraram o Contrato de Gestão nº 014/2004 com a interveniência do CEIVAP, em 1º de setembro de 2004, o que permitiu à AGEVAP receber, por repasses da ANA, os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso da água bruta na bacia e aplicá-los integralmente na própria bacia, segundo um Manual de Investimentos, aprovado anualmente pelo CEIVAP.

Desde a celebração do Contrato de Gestão, aprovado pela Deliberação CEIVAP n° 28/04, oito Termos Aditivos ao instrumento foram aprovados em reuniões plenárias do CEIVAP e assinados. Excetuando-se o quarto e, parcialmente, o quinto e o sétimo Termo Aditivo, todos os demais foram celebrados com o objetivo primeiro de possibilitar o repasse das receitas provenientes da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul, conforme o art. 4º, § 1º, da Lei nº 10.881 de 2004:

Fl. nº 26

TABELA 1 – TERMO ADITIVO

Termo Aditivo	Aprovação CEIVAP	Deliberação CEIVAP	Assinatura	Publicação no DOU
Primeiro	23/11/2004	nº 31/04	24/12/2004	29/12/2004
Segundo	19/12/2004	nº 37/04	16/06/2005	17/06/2005
Terceiro	16/02/2006	nº 57/06	23/03/2006	24/04/2006
Quarto	20/06/2006	nº 63/06	17/07/2006	24/07/2006
Quinto	19/10/2006	nº 71/06	21/12/2006	28/12/2006
Sexto	11/12/2006	nº 74/06	15/03/2007	26/03/2007
Sétimo	03/12/2007	nº 87/07	28/12/2007	21/01/2008
Oitavo	03/12/2007	nº 87/07	12/05/2008	02/06/2008

A minuta do Nono Termo Aditivo ao Contrato de Gestão foi aprovada pelo CEIVAP em 17 de dezembro de 2008, por meio da Deliberação CEIVAP Nº 98/2008.

A AGEVAP vem, desde sua criação, superando fases importantes, assumindo os compromissos estabelecidos pelo CEIVAP e cumprindo com as metas e responsabilidades constantes no Contrato de Gestão com a ANA. A fim de comprovar a execução das metas pactuadas, a Agência apresenta sistematicamente relatórios de gestão contendo os resultados obtidos no exercício das funções de agência por meio de indicadores de desempenho.

O 7º Relatório de Gestão elaborado pela AGEVAP, e que ora se apresenta, atende ao disposto no Programa de Trabalho do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, acrescido de alterações do 5º Termo Aditivo, Indicador 5 – Reconhecimento Social, que não alterou metas, e ainda a inclusão do sub-indicador 2D – Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Barra Mansa, constante no 7º Termo Aditivo. Portanto, o conteúdo do presente relatório refere-se às ações desenvolvidas no ano de 2008 e relata a continuidade do processo de gestão, apresentado nos demais Relatórios de Gestão, referentes aos períodos de 1º de setembro de 2004 a 31 de dezembro de 2007, já submetidos à Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão e com os respectivos resultados de seus Relatórios de Avaliação.

Fl. nº 27

1. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome

Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

Sigla: AGEVAP

1.2 CNPJ

05.422.000/0001-01

1.3 Natureza Jurídica

Associação Civil sem Fins Econômicos

1.4 Vinculação

Agência Nacional de Águas – ANA (Contrato de Gestão)

1.5 Endereço

Estrada Resende-Riachuelo, 2535 – 4º andar – AEDB – Campo de Aviação – Resende/RJ – Brasil – CEP: 27523-000

1.6 Internet

www.ceivap.org.br – ceivap@ceivap.org.br

1.7 Código SIAFI

Não aplicável

1.8 Normas de Criação e Finalidade

A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, associação civil, sem fins econômicos, tem por finalidade básica dar apoio técnico e operacional à gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Fl. nº 28

Foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, em sua Resolução n° 38, de 26 de março de 2004, como entidade delegatária das funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, e garantida a prorrogação da delegação até o ano de 2016 por meio da Resolução nº 59, de 2 de junho de 2006.

Nos termos da Lei n° 10.881, de 6 de junho de 2004, firmou Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas – ANA, com a interveniência do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, visando ao exercício das funções de competência da Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela AGEVAP são providos anualmente pela ANA, oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, conforme determinado no Contrato de Gestão.

1.9 Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão

1.9.1 Estatuto Social
- Fundação da AGEVAP: 20 de junho de 2002
- 1ª alteração: 13 de agosto de 2004
- 2ª alteração: 23 de novembro de 2004

1.9.2 Regimento Interno
- Inicial: 31 de março de 2004
- 1ª alteração: 29 de abril de 2005

1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada

Não aplicável à entidade. Todas as versões do Estatuto Social estão registradas no Cartório do 1º Ofício de Resende – RJ.

Fl. nº 22

2. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS

2.1 Identificação do Programa Governamental (ANA)

- Programa: 1107 – Probacias
- Contrato (Contrato de Gestão): 014/ANA/2004

2.2 Descrição

O Contrato de Gestão celebrado entre a ANA e a AGEVAP, com a interveniência do CEIVAP, em 1° de setembro de 2004, tem por objeto o alcance, pela AGEVAP, das metas constantes no Programa de Trabalho – Metas e Indicadores (Anexo I) do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão. Consta ainda, alteração no Indicador 5 – Reconhecimento Social, no 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e a inclusão do sub-indicador 2D – Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Barra Mansa, constante no 7º Termo Aditivo.

O Programa de Trabalho contempla o detalhamento dos objetivos estratégicos, metas e resultados a serem alcançados pela AGEVAP, mensurados por meio de indicadores de desempenho.

A área de atuação da AGEVAP é a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, que envolve três estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Na bacia encontram-se presentes 180 municípios, dos quais 39 municípios situam-se no Estado de São Paulo, 88 no Estado de Minas Gerais e 53 no Estado do Rio de Janeiro.

Através da Resolução Nº 18 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro – CERH/RJ, publicado no D.O. em 15 de fevereiro de 2007, foi ampliada e anexada nova área à Bacia do Rio Paraíba do Sul. Este processo encontra-se em aprovação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH.

2.3 Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa

O Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão modificou o Plano de Trabalho que passou a ser composto de cinco INDICADORES, que se desmembram em SUB-INDICADORES, aos quais se associam as METAS a serem atingidas.

Fl. nº 30

O quinto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão alterou o "Indicador 5 – Reconhecimento Social" do Plano de Trabalho. O sétimo Termo Aditivo incluiu o sub-indicador 2D – Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Barra Mansa. É com base neste Plano de Trabalho, que o 7º Relatório de Gestão apresenta os resultados e metas alcançados pela AGEVAP.

Os Indicadores referem-se a:

1. Disponibilização de Informações – compreende tornar disponível e atualizar informações relevantes para a gestão de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul numa página eletrônica, assim como o acompanhamento detalhado do número de consultas à mesma.

2. Planejamento e Gestão – compreende a publicação de dados técnicos sobre a situação da bacia hidrográfica, elaboração de relatório com subsídios para ações de regulação na bacia, atualização do manual de investimento e a realização do Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Barra Mansa;

3. Cobrança pelo Uso da Água – conjunto de ações referente ao aperfeiçoamento da cobrança com a aplicação dos recursos captados pela cobrança pelo uso das águas da bacia e repassados pela ANA à AGEVAP. Visa induzir maior desembolso frente ao valor repassado, assim como o aumento da alavancagem de recursos externos e o aperfeiçoamento da cobrança pelo uso da água;

4. Gerenciamento Interno – compreendem as ações da Agência relacionadas ao cumprimento das obrigações contratuais pela AGEVAP;

5. Reconhecimento Social – avaliação da AGEVAP pelos membros do Comitê.

A cada INDICADOR estão associados seus correspondentes **SUB-INDICADORES** e **METAS**, conforme apresentado na **Tabela 2**. Aos sub-indicadores estão associados pesos, estabelecidos como indicação de sua relevância para o indicador correspondente. As metas estão associadas aos sub-indicadores, de maneira que, em função do desempenho conseguido, e dos pesos atribuídos a cada sub-indicador, obtém-se uma nota final para o desempenho dos respectivos indicadores. O que permite definir uma nota final para o desempenho da AGEVAP em cada indicador. Essa estrutura está aplicada à planilha que constitui o Anexo I do Contrato de Gestão, e permite que seja estabelecido um conceito para o desempenho conseguido em cada indicador, dependendo da nota calculada, sendo considerado: Ótimo (nota maior ou igual a 9); Bom (nota entre 7 e 8,99); Regular (nota entre 5 e 6,99) e Insuficiente (nota menor que 5).

Fl. nº 31

2.4 Metas pactuadas para o período sob exame

As metas estão associadas aos sub-indicadores, de maneira que, em função do desempenho conseguido, e dos pesos atribuídos a cada sub-indicador, obtém-se uma nota final para o desempenho dos respectivos indicadores.

As metas a serem alcançadas no ano de 2008, e que estão na Tabela 2, são tratadas no item 4 deste Relatório.

A Tabela 2 apresenta os **INDICADORES, SUB-INDICADORES, CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO** e **METAS** para o ano de 2008.

TABELA 2 – INDICADORES, SUB-INDICADORES, CRITÉRIOS E METAS

INDICADOR	SUB-INDICADOR	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	META 2008
Indicador 1 - Disponibilização de Informação	1A - Conteúdo Disponibilizado	1 - CEIVAP (informações gerais e realizações) 2 - AGEVAP (informações gerais e realizações) 3 - Cadastro de usuários 4 - Cobrança e arrecadação 5 - Banco de dados de estudos e projetos 6 - Situação dos investimentos na Bacia 7 - Monitoramento hidrometeorológico 8 - Situação e operação dos reservatórios 9 - Legislação sobre recursos hídricos 10 - Contrato de gestão	10 dos 10 itens
	1B - Atualização das Informações	1 - CEIVAP (informações gerais e realizações) 2 - AGEVAP (informações gerais e realizações) 3 - Cadastro de usuários 4 - Cobrança e arrecadação 5 - Banco de dados de estudos e projetos 6 - Situação dos investimentos na Bacia 7 - Monitoramento hidrometeorológico 8 - Situação e operação dos reservatórios 9 - Legislação sobre recursos hídricos 10 - Contrato de gestão	10 dos 10 itens
	1C - Média Mensal de Consultas à Página eletrônica	Número médio mensal de consultas aferidas no período da avaliação	2100
Indicador 2 - Planejamento e Gestão	2A - Publicação sobre a situação da bacia	1 - CEIVAP (informações gerais e realizações) 2 - AGEVAP(informações gerais e realizações) 3 - Recursos hídricos – balanço quantitativo 4 - Recursos hídricos – balanço de qualidade 5 - Eventos críticos quantitativos registrados 6 - Eventos críticos qualitativos registrados 7 - Balanço sobre a cobrança pelo uso 8 - Usos dos recursos hídricos 9 - Cadastro dos usos dos recursos hídricos 10 - Situação dos instrumentos de gestão (outorga, enquadramento, plano e sistema de informação 11 - Situação dos investimentos na bacia 12 - Situação da coleta e do tratamento de esgotos	8 dos 12 itens
	2B - Relatórios com subsídios para ações de gestão na bacia	1 – Sobre cadastro de usuários 2 - Sobre fiscalização 3 - Sobre outorga 4 - Sobre cobrança 5 - Sobre reservatórios	5 dos 5 itens
	2C - Manual de Investimentos	Manual de Investimentos para o ano subsequente, devidamente aprovado pelo CEIVAP	1
	2D - Plano de Bacia do Rio BM	Plano de Bacia do Rio Barra Mansa aprovado pelo CEIVAP	1

Fl. nº 32

TABELA 2 – INDICADORES, SUB-INDICADORES, CRITÉRIOS E METAS (CONTINUAÇÃO)

INDICADOR	SUB-INDICADOR	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	META 2008
Indicador 3 - Cobrança pelo uso da água	3A - Valor desembolsado sobre valor repassado pela ANA (%)	VD / VR (%)	80%
		VD = Valor total gasto neste contrato de gestão, acumulado desde o início até o mês de apuração (R$)	
		VR = Valor total repassado neste contrato de gestão acumulado desde seu início até o mês anterior à apuração (R$)	
	3B - Recursos das contrapartidas alavancadas sobre recursos da cobrança investidos (%)	CP / CB (%)	50%
		CP = Recursos financeiros de contrapartida para ações estruturais contratadas no período de avaliação, na Bacia (inclusive seus projetos) (R$)	
		CB = recursos financeiros da cobrança para ações estruturais contratadas, no período de avaliação, na Bacia (inclusive seus projetos) (R$)	
	3C - Proposta para aperfeiçoamento da cobrança	Resultado verificado pelo número de propostas apresentadas ao CEIVAP. Este critério somente será considerado no período de avaliação, quando exigido pelo CEIVAP.	1
Indicador 4 - Gerenciamento Interno	4A - Pontualidade no cumprimento das obrigações contratuais	1 - Relatório anual de execução do contrato de gestão	5 itens
		2 - Prestação de contas anual dos gastos e receitas	
		3 – Publicação do extrato da execução físico-financeira no D.O.U. – até 31/03	
		4 - Previsão da receita global para o ano subseqüente – até 31/05	
		5 – Aprovação do CEIVAP ao termo aditivo ao contrato de gestão para alocação de recursos para o ano subsequente - até 31/12	
Indicador 5 - Reconhecimento Social	5A - Avaliação dos membros titulares do Comitê (ou por votantes na Plenária) sobre a atuação da AGEVAP	Resultado apurado por período de avaliação, por intermédio de metodologia aprovada pelo CEIVAP. O valor apurado da avaliação será igual à nota calculada ao plano de trabalho do Contrato de Gestão.	9

Fl. nº 33

3. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES E PARÂMETROS DE GESTÃO

3.1 A verificação do atendimento das metas é apresentada nas planilhas matriciais compostas de valores a serem alcançados no período de gestão correspondente ao ano de 2008.

As planilhas são apresentadas no **ANEXO I – Programa de Trabalho – Metas e Indicadores deste Relatório**.

Fl. nº 34

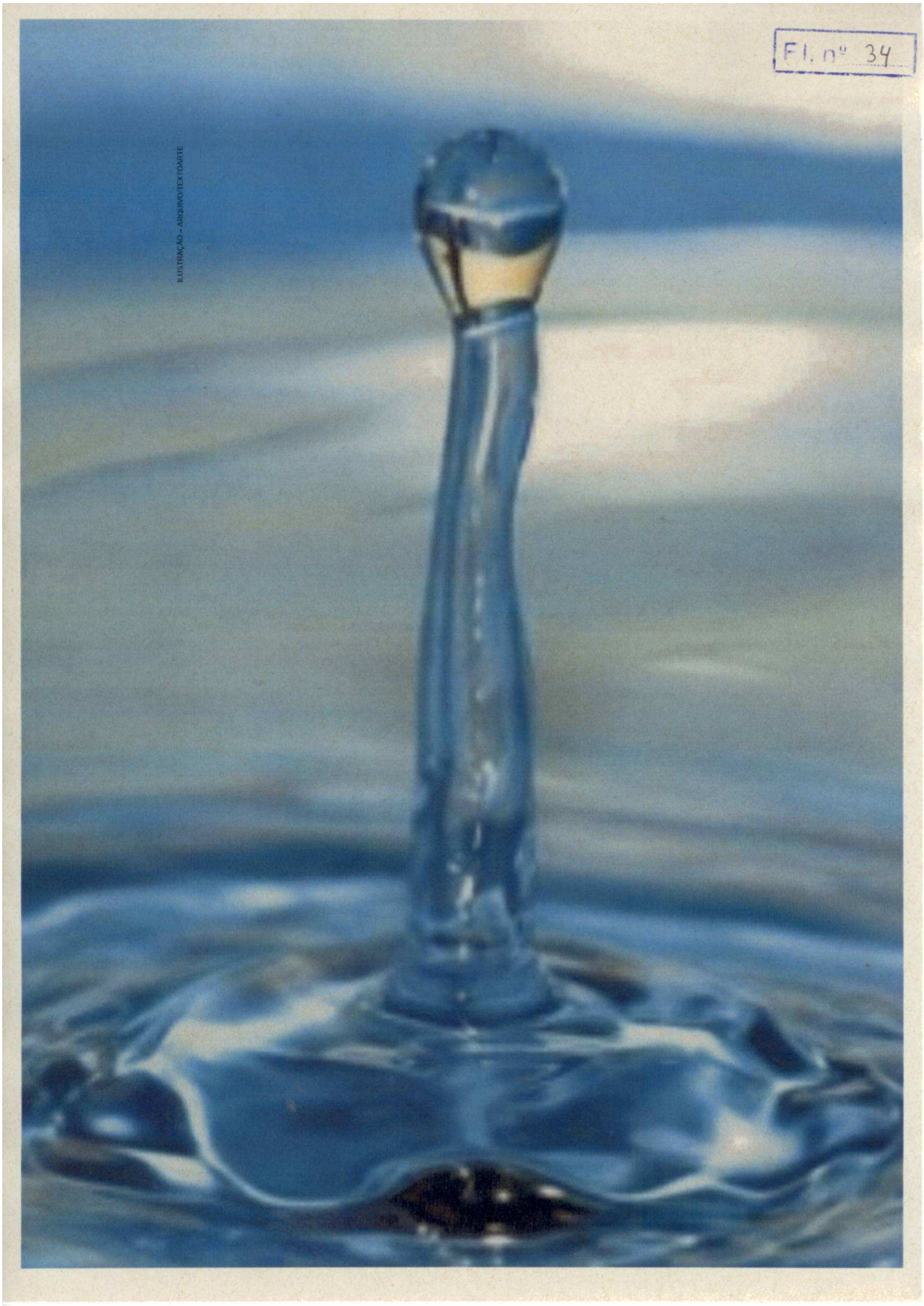


ILUSTRAÇÃO - ARQUIVO TEXTO/ARTE

Fl. nº 35

4. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Visando otimizar o atendimento das metas previstas para a avaliação dos Indicadores que traduzem a ação da AGEVAP, a Agência desenvolveu Programas de Trabalho (PROG) em conformidade com a categoria das ações estabelecidas para distribuição e aplicação dos recursos financeiros repassados pela ANA:

- Ações para Implantação e Operação da Agência (custeio)
- Ações Não Estruturais Prioritárias para o Cumprimento do Contrato de Gestão (PR)
- Ações de Gestão (G)
- Ações de Planejamento (PL)
- Ações Estruturais (E)

Nas páginas seguintes são apresentadas as análises dos resultados de cada indicador.

Fl. nº 36

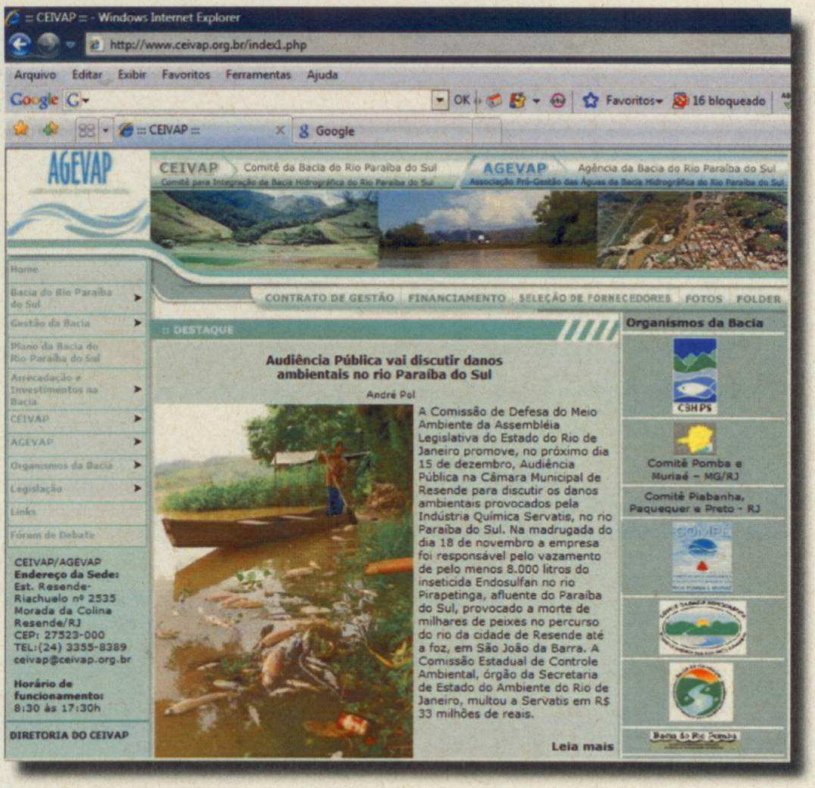
Indicador 1 – Disponibilização de Informações

Sub-indicador: 1A – Conteúdo Disponibilizado

Previsto: Disponibilização de informações relativas aos dez itens discriminados abaixo na página eletrônica:

1. CEIVAP (informações gerais e realizações);
2. AGEVAP (informações gerais e realizações);
3. Cadastro de Usuários;
4. Cobrança e Arrecadação;
5. Banco de Dados de Estudos e Projetos;
6. Situação dos Investimentos na Bacia;
7. Monitoramento Hidrometeorológico;
8. Situação e Operação dos Reservatórios;
9. Legislação sobre Recursos Hídricos; e
10. Contrato de Gestão.

Realizado: Disponibilização das informações relativas aos dez itens no site do CEIVAP/AGEVAP – www.ceivap.org.br ou www.agevap.org.br.



Fl. nº 37

TABELA 3 – DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES NO SITE WWW.CEIVAP.ORG.BR

Informação	Endereço Eletrônico
1. CEIVAP	http://www.ceivap.org.br/
2. AGEVAP	http://www.agevap.org.br/
3. Cadastro de Usuários	http://ceivap.org.br/cnarh.php http://ceivap.org.br/downloads2008/Procedimentos%20do%20CNARH.pdf http://ceivap.org.br/downloads2009/CNARH_PBS.kmz http://ceivap.org.br/downloads2008/CNARH_FINAL.pdf http://ceivap.org.br/downloads2008/Relatorio.Cobranca%20PBS%20-%2010Dez08.pdf
4. Cobrança e Arrecadação	http://ceivap.org.br/gestao_1_4.php http://ceivap.org.br/gestao_3.php http://ceivap.org.br/downloads2008/Relatorio.Cobranca%20PBS%20-%2010Dez08.pdf http://ceivap.org.br/downloads2008/cobranca_captacao_lancamento_consumo.pdf http://ceivap.org.br/downloads2008/Arrecadacao_uso.pdf http://ceivap.org.br/downloads2008/arrecadacao_usuario.pdf http://ceivap.org.br/downloads2008/Arrecadacao%20por%20municipio.pdf http://ceivap.org.br/downloads2008/Arrecadacao_estado.pdf http://ceivap.org.br/downloads2008/Arrecadacao_cobranca_2008.pdf http://ceivap.org.br/downloads2008/Evolucao_arrecadacao_2003_2008.pdf http://ceivap.org.br/downloads2009/CNARH_PBS.kmz
5. Banco de Dados de Estudos e Projetos;	http://ceivap.org.br/estudos/index.php
6. Situação dos Investimentos na Bacia;	http://ceivap.org.br/gestao_3.php http://ceivap.org.br/downloads/investimentos%20na%20bacia.zip
7. Monitoramento Hidrometeorológico	http://ceivap.org.br/bacia_1_6.php
8. Situação e Operação dos Reservatórios;	http://ceivap.org.br/bacia_2.php
9. Legislação sobre Recursos Hídricos	http://www.ceivap.org.br/ (Localizado no Menu – Legislação)
10. Contrato de Gestão	http://ceivap.org.br/gestao_4.php

Em 2 de dezembro de 2008 a AGEVAP recebeu o Ofício nº 022/2008/CACG-ANA, datado de 26 de novembro de 2008, informando o conteúdo mínimo a ser disponibilizado no site para o cumprimento desta meta. A AGEVAP encaminhou à ANA a Carta nº 003/2009/DI – AGEVAP, datada de 5 de janeiro de 2009, em resposta ao ofício supracitado.

Grau de alcance: META ATINGIDA

Fl. nº 38

Sub-indicador: 1B – Atualização das Informações

Previsto: Atualização dos conteúdos relativos aos dez itens discriminados abaixo na página eletrônica:

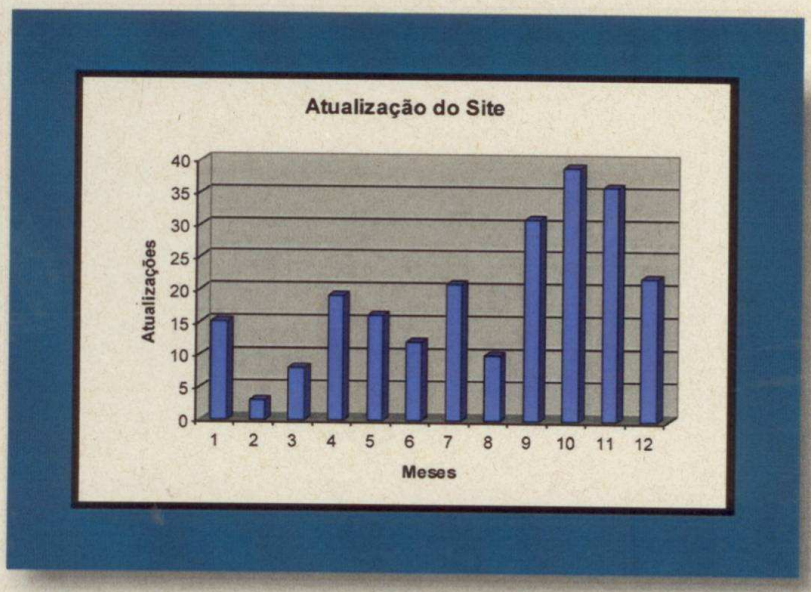
1. CEIVAP (informações gerais e realizações);
2. AGEVAP (informações gerais e realizações);
3. Cadastro de Usuários;
4. Cobrança e Arrecadação;
5. Banco de Dados de Estudos e Projetos;
6. Situação dos Investimentos na Bacia;
7. Monitoramento Hidrometeorológico;
8. Situação e Operação dos Reservatórios;
9. Legislação sobre Recursos Hídricos; e
10. Contrato de Gestão.

Realizado: Atualização dos conteúdos relativos aos dez itens no site do CEIVAP/AGEVAP – www.ceivap.org.br ou www.agevap.org.br.

TABELA 4 – QUANTIDADE DE ATUALIZAÇÕES DO SITE

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média Mensal	Média Semanal
15	03	08	19	16	12	21	10	31	39	36	22	**232**	**19,33**	**4,83**

GRÁFICO 1 – ATUALIZAÇÕES DO SITE POR MÊS



Grau de alcance: META ATINGIDA

Fl. nº 39

Sub-indicador: 1C – Média Mensal de Consultas à Página Eletrônica

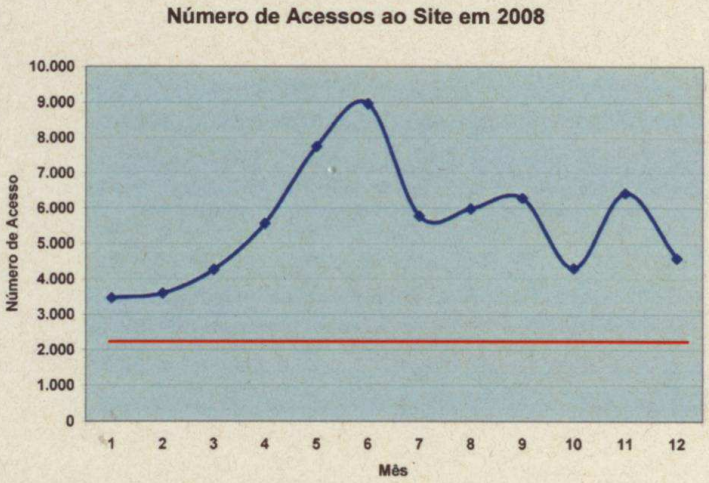
Previsto: Número médio mensal de consultas à página eletrônica do CEIVAP, no período de avaliação, maior ou igual a 2.100 acessos.

Realizado: Média mensal de consultas aferida no período de avaliação igual a 5.577 acessos. O critério utilizado para o cálculo deste sub-indicador foi o de número de visitas ao site.

TABELA 5 – ACESSOS AO SITE WWW.CEIVAP.ORG.BR

Mês	Visitantes Únicos	Número de Visitas	Páginas Acessadas
Janeiro	2.790	3.463	15.343
Fevereiro	3.005	3.597	13.637
Março	3.554	4.265	16.160
Abril	4.628	5.563	21.865
Maio	6.523	7.742	27.859
Junho	7.671	8.951	27.233
Julho	4.823	5.773	20.938
Agosto	4.852	5.981	22.010
Setembro	5.252	6.282	24.507
Outubro	3.660	4.306	18.652
Novembro	5.351	6.421	25.386
Dezembro	3.862	4.587	19.731
TOTAL	55.971	66.931	253.321
MÉDIA	4.664	5.577	21.110

GRÁFICO 2 – ACESSOS AO SITE WWW.CEIVAP.ORG.BR EM 2008



** A linha vermelha corresponde à meta mensal (2.100 acessos)*

Grau de alcance: META ATINGIDA

Fl. nº 40

Indicador 2 – Planejamento e Gestão

Sub-indicador: 2A – Publicação Sobre a Situação da Bacia

Previsto: Realização de publicação anual onde constem oito dos itens relacionados abaixo:

01 CEIVAP (informações gerais e realizações);
02 AGEVAP (informações gerais e realizações);
03 Recursos Hídricos – balanço quantitativo;
04 Recursos Hídricos – balanço de qualidade;
05 Eventos Críticos quantitativos registrados;
06 Eventos Críticos qualitativos registrados;
07 Balanço sobre a cobrança pelo uso;
08 Usos dos recursos hídricos;
09 Cadastro dos usos dos recursos hídricos;
10 Situação dos instrumentos de gestão (outorga, enquadramento, plano e sistema de informação);
11 Situação dos investimentos na bacia; e
12 Situação da coleta e do tratamento de esgotos.

Realizado: Foram publicadas matérias no site, no Boletim Informativo Digital – nº 1 – out/2008, no Informativo Impresso – Ano 9 – Edição nº 19 – nov/2008 (Anexo II) e na revista "Pelas Águas do Paraíba" – Ano 2 – Edição nº 2 – dez/2008 (Anexo III) referentes aos oito itens relacionados abaixo:

- 01 - CEIVAP (informações gerais e realizações);
- 02 - AGEVAP (informações gerais e realizações);
- 06 - Eventos críticos qualitativos registrados;
- 07 - Balanço sobre a cobrança pelo uso;
- 08 - Usos de recursos hídricos;
- 09 - Cadastro dos usos dos recursos hídricos;
- 11- Situação dos investimentos na bacia; e
- 12- Situação da coleta e do tratamento de esgoto.

Fl. nº 41

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES

ITENS	PUBLICAÇÕES			
	Site	Boletim Digital	Informativo Impresso	Revista
01 - CEIVAP (informações gerais e realizações)	S	S	S	S
02 - AGEVAP (informações gerais e realizações)	S	S	S	S
06 - Eventos críticos qualitativos registrados	S	N	N	pág. 19 a 21 e 32
07 - Balanço sobre a cobrança pelo uso	S	N	S	pág. 6 a 13
08 - Usos de recursos hídricos	S	N	S	pág. 14 a 17
09 - Cadastro dos usos dos recursos hídricos	S	N	N	pág.12
11- Situação dos investimentos na bacia	S	N	S	pág. 8
12- Situação da coleta e do tratamento de esgoto	S	N	N	pág. 28 a 31

** S (sim) – contém informação sobre o item.*
** N (não) – Não contém informação substancial sobre o item.*

Grau de alcance: META ATINGIDA

Sub-indicador: 2B – Relatório com Subsídios para Ações de Gestão na Bacia

Previsto: Elaboração de Relatório com subsídios para ações de gestão na bacia onde constem todos os itens abaixo:

1. Cadastro de Usuários;
2. Fiscalização;
3. Outorga;
4. Cobrança e
5. Reservatórios.

Realizado: Foram elaborados relatórios sobre os itens supracitados e encaminhados à ANA, em 29 de dezembro de 2008, por meio da Carta nº 477/2008/DI-AGEVAP.

Grau de alcance: META ATINGIDA

Fl. nº 42

Sub-indicador: 2C – Manual de Investimento

Previsto: Apresentação do Manual de Investimentos para o ano seguinte, devidamente aprovado pelo CEIVAP.

Realizado: O Manual de Investimento 2009 foi aprovado pelo CEIVAP em 17 de dezembro de 2008, conforme Deliberação nº 101/2008.

Grau de alcance: META ATINGIDA

Sub-indicador: 2D – Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Barra Mansa

Previsto: Apresentação do Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Barra Mansa, devidamente aprovado pelo CEIVAP.

Realizado: Em 2007, foi assinado entre a AGEVAP e a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU, o Acordo de Cooperação Técnica nº 0010/2007, com objetivo da implantação e a execução de ações integradas com vistas à consolidação do Programa de Revitalização da Bacia do Rio Barra Mansa.

Para consolidação das ações e para as transferências de recursos financeiros, foi assinado em dezembro de 2007 um Termo de Cooperação entre a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU como Concedente a Agência Nacional de Águas – ANA como Proponente e a AGEVAP como Interveniente Executora.

Na condição de Interveniente Executora, a AGEVAP teria um prazo de 4 (quatro) meses para desenvolver o programa em conformidade com o Plano de Trabalho, parte integrante do Termo de Cooperação.

Na condição de Proponente, a ANA, repassaria à AGEVAP o recurso financeiro para a execução do programa, o que ocorreu somente em 20 de maio de 2008.

No mês de setembro de 2008, por meio da Carta nº 334/2008/DI-AGEVAP, a AGEVAP solicitou à ANA a prorrogação de prazo para conclusão do projeto até dezembro de 2008 e por meio da Carta nº 369/2008/DI-AGEVAP ratificou a necessidade de prorrogação do prazo do Termo de Cooperação Técnica, mas com nova data estimada para março de 2009.

Fl. nº 43

No dia 1º de dezembro de 2008 a AGEVAP encaminhou à ANA a Carta nº 427/2008/DI-AGEVAP registrando o não recebimento de respostas às outras cartas supracitadas.

No dia 2 de dezembro de 2008 a AGEVAP recebeu o Ofício 023/2008/CACG-ANA, datado de 26 de novembro de 2008, aceitando a prorrogação de prazo desde que fosse atendida a condição de envio de novo Plano de Trabalho contemplando a alteração de prazo.

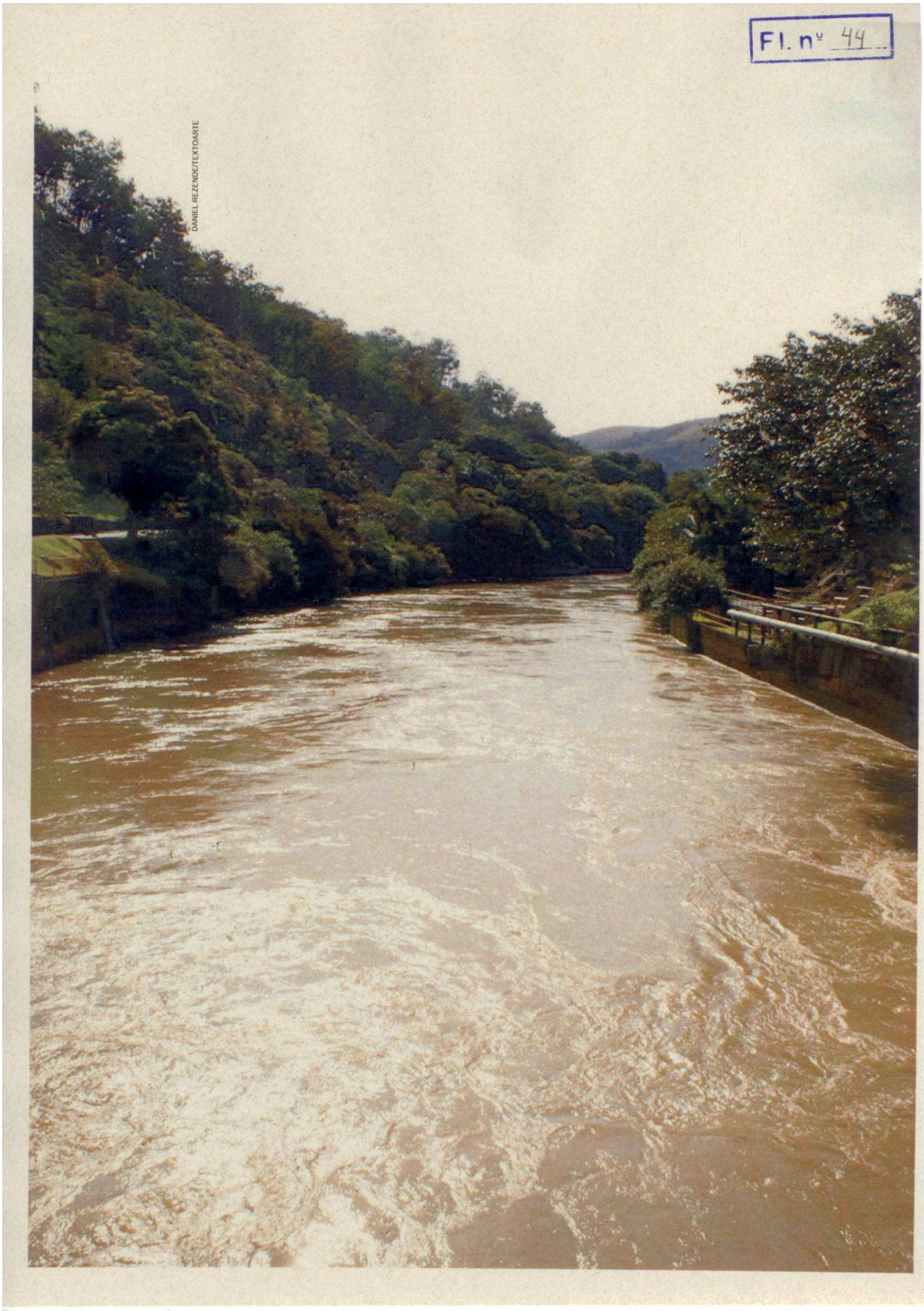
No dia 16 de dezembro de 2008 a AGEVAP encaminhou à ANA a Carta nº 456/2008/DI-AGEVAP na qual foi apresentado o novo Plano de Trabalho.

Em janeiro de 2009, a AGEVAP mais uma vez contatou a ANA para obter informações sobre o processo, sendo informada, via e-mail, que o novo Plano de Trabalho foi encaminhado pela ANA à SRHU. Até a presente data não houve outra manifestação por parte da ANA.

Tendo em vista que a prorrogação de prazo para 2009 foi aceita, este indicador não está sendo considerado para o exercício de 2008.

Grau de alcance: Indicador não considerado para o exercício de 2008

Fl. nº 44



Fl. nº 45

Indicador 3 – Cobrança pelo Uso da Água

Sub-indicador: 3A - Valor Desembolsado sobre o Valor Repassado pela ANA (%)

Previsto: Índice de 80% – valor total gasto pela AGEVAP no Contrato de Gestão, acumulado desde o início do contrato até o mês de apuração (dez/2008), sobre o valor total repassado pela ANA no Contrato de Gestão, acumulado desde o início do contrato até o mês anterior à apuração (nov/2008).

Realizado: Índice igual a 43,31%.

TABELA 7 – REPASSE E DESEMBOLSO

ANO	REPASSE	DESEMBOLSO
set/2004	6.510.640,00	193.135,89
2005	6.202.792,73	1.920.890,50
2006	6.558.795,50	2.980.290,31
2007	7.328.669,93	6.761.191,50
2008	7.302.968,25 *	2.829.400,52
TOTAL	**33.903.866,41**	**14.684.908,72**

* até nov/2008

$$\frac{\text{Valor Desembolsado pela AGEVAP}}{\text{Valor Repassado pela ANA}} = \frac{14.684.908,72}{33.903.866,41} = 43,31\%$$

Cabe destacar que, conforme o critério de avaliação contido no Programa de Trabalho do Contrato de Gestão, o Valor Desembolsado é o valor total gasto neste contrato de gestão, acumulado desde seu início até o mês de apuração. Não é considerada, na avaliação, a eficiência da AGEVAP em contratar, ou seja, comprometer o recurso financeiro que foi hierarquizado pelo Comitê.

Pelo exposto a dificuldade do tomador em licitar e executar uma obra, aumentando o tempo de desembolso do recurso financeiro, interfere negativamente na avaliação da AGEVAP.

Quanto aos valores arrecadados com a cobrança que já estão comprometidos, abaixo está o resultado, em percentual, quando consideramos valor total desembolsado mais o comprometido pela AGEVAP, acumulado desde o início do contrato até o mês de apuração (dez/2008), sobre o valor total repassado pela ANA no Contrato de Gestão.

$$\frac{\text{Valor Desembolsado + Comprometido pela AGEVAP}}{\text{Valor Repassado pela ANA + Rendimentos de Aplicação Financeira}} = \frac{28.583.780,05}{40.202.738,29} = 71,10\%$$

Grau de alcance: META PARCIALMENTE ATINGIDA

Sub-indicador: 3B – Recursos das Contrapartidas Alavancados sobre Recursos da Cobrança Investidos (%)

Previsto: Índice de 50% em recursos financeiros de contrapartida para ações estruturais contratadas, no período de avaliação (janeiro a dezembro/2008), sobre recursos financeiros da cobrança para ações estruturais contratadas, no período de avaliação (janeiro a dezembro/2008).

Realizado: Não foi contratado qualquer projeto em ações estruturais no ano de 2008, logo o índice é igual zero.

Grau de alcance: META NÃO ATINGIDA.

Sub-indicador: 3C – Proposta para Aperfeiçoamento da Cobrança

Previsto: Apresentação de uma proposta para aperfeiçoamento da Cobrança, quando exigido pelo CEIVAP.

Realizado: Conforme Deliberação CEIVAP nº 99/2008, de 17 de dezembro de 2008, foram estabelecidos novos prazos para a AGEVAP apresentar ao CEIVAP estudos para o aperfeiçoamento da metodologia de cobrança pelo uso da água. As datas para completação dos estudos estão previstas para o ano de 2009, portanto este sub-indicador não está sendo considerado para o exercício 2008.

Grau de alcance: Indicador não considerado para o exercício de 2008

Fl. nº 47

Indicador 4 – Gerenciamento Interno

Sub-indicador: 4A – Pontualidade no Cumprimento das Obrigações Contratuais

Previsto: Pontualidade no cumprimento das obrigações contratuais relacionadas na Tabela 8.

TABELA 8 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Obrigações Contratuais	Período	Realizado
1- Relatório anual de execução do contrato de gestão – Exercício 2007	Até 30/01/2008	28/01/2008
2- Prestação de contas anual dos gastos e receitas – Exercício 2007	Até 15/02/2008 Prorrogado até 15/03/08 *	14/03/2008
3- Publicação do extrato da execução físico-financeira no D.O.U.	Até 31/03/2008	26/03/2008
4- Previsão de receita global para o ano subseqüente	Até 31/05/2008	29/05/2008
5- Aprovação do CEIVAP ao termo aditivo ao contrato de gestão para alocação de recursos para o ano subseqüente	Até 31/12/2008	17/12/2008

** Ofício CACG nº 01/2008/CACG/ANA – comunicou a AGEVAP sobre a prorrogação do prazo de entrega da Prestação de Contas da AGEVAP referente ao exercício de 2007.*

Realizado: O 6º Relatório de Execução do Contrato de Gestão – Exercício 2007 foi enviado à ANA em 28/01/2008.

A Prestação de Contas da AGEVAP – Exercício 2007 foi enviada à ANA em 14/03/2008 via e-mail e através da Carta nº 079/2008/DI-AGEVAP.

A Publicação do extrato da execução físico-financeira – exercício 2007 foi feita no Diário Oficial da União, seção 3, nº 58, no dia 26/03/2008.

A previsão global de receitas oriundas da cobrança pelo uso da água para o exercício 2009 foi encaminhada à ANA em 29/05/2008, por meio da Carta nº 185/2008/DI-AGEVAP.

O CEIVAP aprovou o 9º Termo Aditivo ao contrato de gestão para alocação de recursos em 2009, por meio da Deliberação CEIVAP nº 98/2008, de 17 de dezembro de 2008.

Grau de alcance: META ATINGIDA

Fl. nº 48

Indicador 5 – Reconhecimento Social

Sub-indicador: 5A – Avaliação dos Membros Titulares do Comitê (ou por votante na plenária) sobre a atuação da AGEVAP

Previsto: Realização de avaliação pelos membros do CEIVAP sobre a atividades exercidas pela AGEVAP com resultados de 9 pontos calculados de acordo com a tabela abaixo:

TABELA 9 – AVALIAÇÕES

Nota (média das avaliações)	Pontos
Entre 9 e 10	10
Entre 7 e 9	8
Entre 5 e 7	6
Inferior a 5	Igual a nota calculada

Realizado: O CEIVAP aprovou a nova metodologia de avaliação da AGEVAP por meio da Deliberação CEIVAP nº 96/2008, de 17 de dezembro de 2008.

Foi realizada a avaliação pelos membros do CEIVAP com média da nota igual a **7,41**, que corresponde a **8 pontos**.

Verifica-se que não existe o resultado 9 (nove) pontos na tabela acima, alcançando-se 10 ou 8 pontos.

O Questionário de Avaliação da AGEVAP pelo CEIVAP – 2008 é dividido em duas partes, sendo a primeira composta de dados do avaliador, sem a identificação do mesmo, e a segunda parte contém 10 itens com o total de 50 afirmativas que o avaliador deve concordar completamente (CC - 10 pontos), concordar (C - 8 pontos), concordar parcialmente (CP - 6 pontos), discordar parcialmente (DP - 4 pontos), discordar (D - 2 pontos), discordar completamente (DC - zero ponto) e informar se não entendeu a afirmação ou não tem condições de julgar (Não se Aplica – NA – a resposta não é considerada).

Conforme item 2.1.8 da metodologia aplicada, as afirmativas 5, 6, 8, 9, 20 e 21 são necessárias para a orientação da AGEVAP, mas não são consideradas na pontuação final, uma vez que dependem de ações de outras instituições.

Fl. nº 49

TABELA 10 – RESULTADO DA 1ª PARTE DA AVALIAÇÃO

RESULTADO DA 1ª PARTE DA AVALIAÇÃO DA AGEVAP FEITA PELOS MEMBROS DO CEIVAP - ANO 2008		
1) Tempo de Participação no CEIVAP	**Qtde**	**%**
até 6 meses	-	-
6 meses a 1 ano	-	-
1 a 2 anos	10	38,46
2 a 3 anos	-	-
mais de 3 anos	16	61,54
TOTAL	**26**	**100**
***Obs:** A AGEVAP tem mais de 3 anos de funcionamento*		
2) Grau de Escolaridade	**Qtde**	**%**
Doutorado	2	7,69
Mestrado	6	23,07
Especialização	14	53,85
Superior completo	4	15,39
Superior incompleto	-	-
Ensino médio completo	-	-
Ensino médio incompleto	-	-
Ensino fundamental completo	-	-
TOTAL	**26**	**100**
3) Tamanho da organização em que trabalha	**Qtde**	**%**
até 10 funcionários	6	23,07
11 a 25 funcionários	2	7,69
26 a 50 funcionários	-	-
51 a 100 funcionários	-	-
101 a 500 funcionários	3	11,54
501 a 1000 funcionários	3	11,54
mais de 1000 funcionários	12	46,16
TOTAL	**26**	**100**
4) Você conhece a maioria dos funcionários da AGEVAP?	**Qtde**	**%**
responderam que sim	19	73,08
responderam que não	6	23,07
não respondeu	1	3,85
TOTAL	**26**	**100**
5) Quantos funcionários possui a AGEVAP?	**Qtde**	**%**
até 3	1	3,85
4 a 6	3	11,54
7 a 10	15	57,69
11 a 15	7	26,92
16 a 20	-	-
mais de 20	-	-
TOTAL	**26**	**100**
***Obs:** A AGEVAP possui 8 funcionários*		
6) Marque as áreas de atuação da AGEVAP	**Qtde**	**%**
Marcaram 1 opção	1	3,85
Marcaram 2 opções	1	3,85
Marcaram 3 opções	7	26,92
Marcaram 4 opções	5	19,23
Marcaram todas as opções	12	46,15
TOTAL	**26**	**100**
***Obs:** A AGEVAP atua em todas as áreas*		

Fl. nº 50

TABELA 11 – RESULTADO DA 2ª PARTE DA AVALIAÇÃO

RESULTADO DA 2ª PARTE DA AVALIAÇÃO DA AGEVAP FEITA PELOS MEMBROS DO CEIVAP - ANO 2008			
	PONTUAÇÃO TOTAL	RESPOSTAS CONSIDERADAS	MÉDIA
A - Organização Interna			**7,23**
1) Todas as minhas solicitações são encaminhadas à Diretoria Colegiada do CEIVAP	146	19	7,68
2) Minhas solicitações são respondidas em tempo satisfatório pela AGEVAP	168	23	7,3
3) Minhas solicitações enfrentam pouca burocracia para tramitar na AGEVAP	160	23	6,95
4) Minhas solicitações não ficam emperradas sem motivo na AGEVAP	154	22	7
5) A estrutura organizacional da AGEVAP é adequada para a gestão dos recursos colocados à disposição	*132*	*23*	*5,73*
6) A estrutura organizacional da AGEVAP favorece a resposta adequada ao CEIVAP	*150*	*24*	*6,25*
Obs: As afirmativas 5 e 6 não foram consideradas na pontuação final conforme metodologia de avaliação			
B - Capacidade de Organizar Reuniões e Eventos			**7,93**
7) Recebo as convocações para reuniões conforme disposto no Regimento Interno	198	25	7,92
8) Recebo a documentação referente às reuniões com antecedência satisfatória	*160*	*25*	*6,4*
9) Normalmente, a quantidade de temas colocados na pauta da reunião é adequada	*138*	*25*	*5,52*
10) A infra-estrutura utilizada para as reuniões (pessoal, recursos audiovisuais, material distribuído) é satisfatória	188	24	7,83
11) Os locais das reuniões são confortáveis	178	25	7,12
12) O *"coffe-break"* servido é satisfatório	212	24	8,83
Obs: As afirmativas 8 e 9 não foram consideradas na pontuação final conforme metodologia de avaliação			

Fl. nº 51

C - Capacidade Técnica			**7,44**
13) Sempre recebo uma resposta adequada às minhas solicitações técnicas	178	25	7,12
14) Sempre recebo uma resposta adequada quando o assunto é "saneamento"	150	20	8,75
15) Sempre recebo uma resposta adequada quando o assunto é "recursos hídricos"	168	22	7,63
16) Sempre recebo uma resposta adequada quando o assunto é "administrativo/financeiro"	144	23	6,26
D - Clareza e Qualidade dos Documentos Apresentados			**7,52**
17) Os documentos são tecnicamente bem elaborados	182	25	7,28
18) Os documentos possuem apresentação textual de fácil entendimento	186	25	7,44
19) A apresentação visual dos documentos é adequada	196	25	7,84
20) O tempo para a apresentação dos documentos nas reuniões do CEIVAP é adequado	*150*	*25*	*6,00*
21) Preciso de capacitação para melhor entender os documentos da AGEVAP	*82*	*24*	*3,41*
Obs: As afirmativas 20 e 21 não foram consideradas na pontuação final conforme metodologia de avaliação			
E – Capacidade de Expressão Oral sobre Trabalhos Apresentados			**7,09**
22) Toda pessoa designada para expor um trabalho normalmente organiza a apresentação de forma adequada	162	25	6,48
23) Toda pessoa designada para expor um trabalho normalmente possui a capacidade de expor o tema de forma objetiva	172	25	6,88
24) Toda pessoa designada para expor um trabalho normalmente possui o conhecimento necessário	186	25	7,44
25) Toda pessoa designada para expor um trabalho normalmente possui capacidade de comunicação adequada	164	25	6,56
26) Toda pessoa designada para expor um trabalho normalmente utiliza os meios auxiliares (retroprojetor, "datashow", quadro, etc.) de forma adequada	202	25	8,08

Fl. nº 52

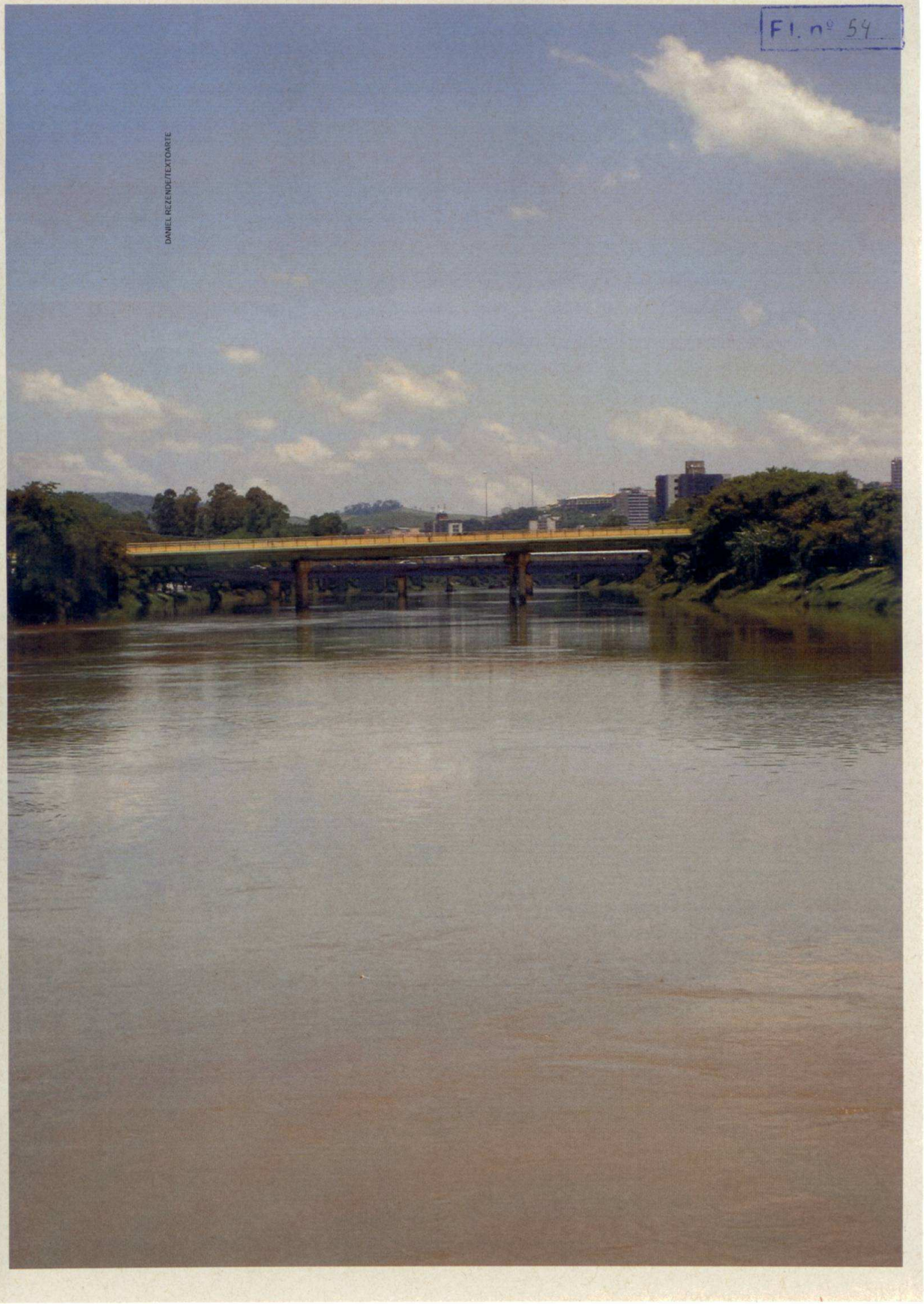
F - Qualidade no Atendimento das Consultas demandadas			**7,39**
27) As consultas sempre são respondidas	156	22	7,09
28) As respostas às consultas sempre são corretas	156	22	7,09
29) As respostas às consultas são sempre embasadas com dados técnicos	158	23	6,86
30) As consultas são respondidas de boa vontade pela equipe da AGEVAP	196	23	8,52
G - Rapidez no Atendimento das Consultas			**7,64**
31) As consultas feitas sobre assuntos gerais são respondidas em tempo hábil	174	23	7,56
32) As consultas feitas sobre o andamento dos contratos assuntos gerais são respondidas em tempo hábil	140	18	7,77
33) As consultas feitas sobre as deliberações são respondidas em tempo hábil	140	18	7,77
34) As consultas feitas sobre saneamento são respondidas em tempo hábil	128	16	8,00
35) As consultas feitas sobre recursos hídricos são respondidas em tempo hábil	146	18	8,11
36) As consultas feitas sobre informações administrativas/financeiras são respondidas em tempo hábil	148	21	7,04
37) As consultas feitas por e-mail são respondidas em tempo hábil	178	24	7,41
38) As consultas feitas por telefone são respondidas em tempo hábil	188	24	7,83
39) As consultas feitas por meio de ofícios são respondidas em tempo hábil	124	17	7,29
H - Precisão nas Informações Prestadas			**7,00**
40) As informações prestadas pela AGEVAP são conclusivas	164	24	6,83
41) As informações prestadas pela AGEVAP são de fácil entendimento	168	24	7,00
42) As informações prestadas pela AGEVAP são coerentes pois são embasadas	172	24	7,16

Fl. nº 53

I - Grau de Confiança na Equipe			**7,70**
43) A equipe da AGEVAP é transparente na administração dos recursos financeiros	186	25	7,44
44) A equipe da AGEVAP é transparente na divulgação das ações desenvolvidas	190	25	7,60
45) A equipe da AGEVAP repassa as informações (técnicas e administrativas) para o CEIVAP	188	24	7,83
46) A equipe da AGEVAP defende adequadamente o retorno dos recursos da cobrança para serem aplicados na Bacia	198	25	7,92
J - Capacidade Criativa da Equipe			**7,22**
47) A equipe da AGEVAP demonstra que tem capacidade para superar os obstáculos	190	25	7,6
48) A equipe da AGEVAP soluciona de forma criativa as demandas dos membros do CEIVAP	170	23	7,39
49) A equipe da AGEVAP sabe resolver seus problemas, mesmo sob pressão	162	24	6,75
50) A equipe da AGEVAP tem inovado em suas ações	164	23	7,13

Grau de alcance: META PARCIALMENTE ATINGIDA

Fl. nº 54



Fl. nº 55

5. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

No Relatório de Avaliação de 2007, a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão fez algumas recomendações que são relacionadas abaixo, segundo o indicador pertinente, seguidas dos correspondentes comentários da AGEVAP.

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO – Item VIII do Relatório de Avaliação de 2007:

- Alínea "a" – a AGEVAP submeta ao CEIVAP a nova metodologia de avaliação pelos seus membros.

Medida adotada: A AGEVAP apresentou ao CEIVAP a nova metodologia de avaliação e o Comitê aprovou a referida metodologia por meio da Deliberação CEIVAP nº 96/2008, de 17 de dezembro de 2008.

- Alínea "b" – a CACG-ANA, a ENTIDADE DELEGATÁRIA e ao CEIVAP a revisão da meta do sub-indicador média mensal de consultas à página eletrônica, e a definição do parâmetro de apuração, se acessos à página ou número de visitantes

Medida adotada: A AGEVAP solicitou e se reuniu com a ANA e o CEIVAP e apresentou sugestões de novas metas para o contrato de gestão. Ficou decidido que as metas serão revistas em 2009.

Fl. nº 56

6. RECEBIMENTO DE RECURSOS MEDIANTE O CONTRATO DE GESTÃO

TABELA 12 – RECEBIMENTO DE RECURSOS NO PERÍODO DA AVALIAÇÃO

Identificação	Objeto	Data Publicação no DOU	Valor Pactuado 2008 (R$)	Valor Total Recebido 2008 (R$)
Contrato ANA 014/ANA/2004 assinado em 01/09/04 e com vigência até 26/03/06	O alcance das metas constantes no Programa de Trabalho do Contrato (Anexo I)	13/09/2004		
Primeiro Termo Aditivo assinado em 24/12/04	Alteração das Cláusulas 3, 4, 9, 11 e 13	29/12/2004		
Segundo Termo Aditivo assinado em 16/06/05	Promover ajustes nos recursos orçamentários e financeiros para o exercício de 2005, nas metas do indicador "1d" do Programa de Trabalho (Anexo I), na relação de bens patrimoniais (Anexo II) e no cronograma de desembolso para 2005 (Anexo III)	17/06/2005		
Terceiro Termo Aditivo assinado em 23/03/06	Alocar recursos financeiros e orçamentários para o exercício de 2006, prorrogar o prazo de vigência, promover alterações nos Anexos I, II e nas cláusulas 2ª, 3ª, 5ª, 8ª, 9ª e 13ª Obs: Vigência até 31/12/2006	24/04/2006		
Quarto Termo Aditivo assinado em 17/07/06	Estabelecer novo Programa de Trabalho (Anexo I) e alterar as Cláusulas segunda, terceira, quarta, quinta, sétima, oitava, nova, décima e décima-primeira. Obs: Vigência até 30/06/2016	24/07/2006	9.678.064,00	7.302.968,25
Quinto Termo Aditivo assinado em 21/12/06	Alterar o Programa de Trabalho quanto ao procedimento de apuração de resultados do Indicador de Reconhecimento Social, conforme expresso no Anexo I e as cláusulas quarta e quinta	28/12/2006		
Sexto Termo Aditivo assinado em 15/03/2007	Indicar os créditos orçamentários e financeiros para o exercício de 2007	26/03/2007		
Sétimo Termo Aditivo assinado em 28/12/2007	Promover alteração no indicador "2-Planejamento e Gestão" e nas cláusulas terceira e quarta	21/01/2008		
Oitavo Termo Aditivo assinado em 12/05/08	Alocar recursos financeiros para o exercício de 2008	02/06/2008		

Fl. nº 57

7. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO TCU NO EXERCÍCIO

Não foi solicitada qualquer providência pelo TCU.

Fl. nº 58

DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

Fl. nº 59

8. OUTRAS MEDIDAS E INFORMAÇÕES PARA A MELHORIA DA GESTÃO

Para a execução do Contrato de Gestão existem diversas atividades que são necessárias, mas não estão expressas nas metas. Abaixo relacionamos uma série de atividades e produtos que foram desenvolvidos para a melhoria da Gestão na Bacia do rio Paraíba do Sul:

REUNIÕES CEIVAP 2008

- 12/02/2008 — 1ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 29/05/2008 — 2ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 20 e 21/08/2008 — 1ª Reunião Extraordinária – Juiz de Fora/MG
- 23/09/2008 — 2ª Reunião Extraordinária – Resende/RJ
- 16/12/2008 — 3ª Reunião Extraordinária do CEIVAP – Resende/RJ *
- 17/12/2008 — 4ª Reunião Extraordinária do CEIVAP – Resende/RJ *

** reuniões convocadas e organizadas, contudo não obtiveram quórum, mas geraram custos operacionais.*

Sendo assim, foram realizadas 2 (duas) reuniões ordinárias e 2 (duas) reuniões extraordinárias do CEIVAP no ano de 2008.

MÔNICA DA COSTA/TEXTOARTE

20 e 21/08/2008: 1ª Reunião Extraordinária, realizada em Juiz de Fora/MG

Fl. nº 60

REUNIÕES CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO CEIVAP 2008

- 24/04/2008 – 1ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 09/05/2008 – 2ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 30/05/2008 – 3ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 18/06/2008 – 1ª Reunião Extraordinária – Resende/RJ
- 07/08/2008 – 4ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 14/08/2008 – 5ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 22/10/2008 – 6ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 19/11/2008 – 7ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 02/12/2008 – 8ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 16/12/2008 – 9ª Reunião Ordinária – Resende/RJ

Sendo assim, foram realizadas 9 (nove) reuniões ordinárias e 1 (uma) reunião extraordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP no ano de 2008.

MÔNICA DA COSTA/TEXTOARTE

22/10/2008 – 6ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva, realizada em Resende/RJ

Fl. nº 61

Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do Rio Paraíba do Sul, para atuação conjunta com o Comitê da Bacia do Rio Guandu – GTAOH

- 01/04/2008 Reunião do GTAOH – Taubaté/SP
- 10/12/2008 Reunião do GTAOH – Itatiaia/RJ

DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

10/12/2008 – Reunião do GTAOH, realizada na sede da Usina Hidrelétrica de Funil, em Itatiaia/RJ

Grupo de Trabalho de Articulação Institucional – GTAI

- 26/09/2008 Reunião do GTAI – Rio de Janeiro/RJ

Grupo de Trabalho da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP

- 12/12/2008 Reunião do GTCTC – Resende/RJ

Sendo assim, foram realizadas 4 (quatro) reuniões dos Grupos de Trabalho do CEIVAP no ano de 2008.

Fl. nº 62

REUNIÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL DA AGEVAP 2008

- 12/02/2008 – 1ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 14/03/2008 – 2ª Reunião Ordinária – Resende/RJ*
- 20/08/2008 – 1ª Reunião Extraordinária – Juiz de Fora/MG*
- 23/09/2008 – 1ª Reunião Extraordinária – Resende/RJ

* reuniões convocadas e organizadas, contudo não obtiveram quórum, mas geraram custos operacionais.

Sendo assim, foram realizadas 1 (uma) reunião ordinária e 1 (uma) reunião extraordinária da Assembléia Geral da AGEVAP no ano de 2008.

MÔNICA DA COSTA/TEXTOARTE

23/09/2008: 1ª Reunião Extraordinária, realizada em Resende/RJ

REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGEVAP 2008

- 24/01/2008 – 1ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 14/03/2008 – 2ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 08/05/2008 – 3ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 29/05/2008 – 4ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 20/08/2008 – 1ª Reunião Extraordinária – Juiz de Fora/MG
- 16/12/2008 – 2ª Reunião Extraordinária – Resende/RJ

Sendo assim, foram realizadas 4 (quatro) reuniões ordinárias e 2 (duas) reuniões extraordinárias do Conselho de Administração da AGEVAP no ano de 2008.

Fl. nº 63

MÔNICA DA COSTA/TEXTOARTE

20/08/2008 – 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em Juiz de Fora/MG

REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL DA AGEVAP 2008

- 10 e 11/1/2008 — 1ª Reunião Ordinária – Resende/RJ
- 3/3/2008 — 2ª Reunião Ordinária – Resende/RJ

Deste modo, em 2008 ocorreram 2 (duas) reuniões do Conselho Fiscal da AGEVAP.

OFICINAS

- 8 e 9/4/2008 – Oficina sobre o Papel, Missão e Atribuição da AGEVAP em relação ao CEIVAP – Penedo/Itatiaia/RJ

- 18 e 19/6/2008 – Oficina do Conselho de Administração da AGEVAP sobre a alteração do Estatuto da AGEVAP – Penedo/Itatiaia/RJ

- 30/9 e 1/10/2008 – Oficina sobre o CNARH – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos promovido pela ANA – Brasília /DF

Fl. nº 64

OUTROS EVENTOS

- 24 a 26/4/2008 – I Simpósio de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul – Resende/RJ

DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

- 14/10/2008 – Reunião com Membros do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão do CEIVAP, da Comissão de Acompanhamento e da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, Diretoria do CEIVAP e AGEVAP, para discussão da Programação do Seminário Anual e Avaliação Contratual – Metas e Condições – PBS – Resende/RJ

EVENTOS EXTERNOS (COM PARTICIPAÇÃO E/OU PARCERIA DO SISTEMA CEIVAP/AGEVAP)

- 3/9/2008 – Solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, ANA e CEF para financiamento das ações de recuperação das Bacias Hidrográficas dos rios Paraíba do Sul e Piracicaba, Capivari e Jundiaí, a partir dos recursos da cobrança pelo uso da água – Gabinete do Ministro do Meio Ambiente, em Brasília/DF

Fl. nº 65

DENISE CAPUTO/BANCO DE IMAGENS ANA

3/9/2008 – Solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, ANA e CEF para financiamento das ações de recuperação das Bacias Hidrográficas dos rios Paraíba do Sul e Piracicaba, Capivari e Jundiaí

- 10 a 14/11/2008 – X Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas – Rio de Janeiro/RJ
- 12 e 13/11/2008 – 1º Encontro Bianual dos Comitês de Bacias Interestaduais Rio de Janeiro/RJ

- 17 e 18/11/2008 – 4º Encontro Anual das Agências de Água no Brasil – Rio de Janeiro/RJ

- 2/12/2008 – Criação do Comitê Rio Dois Rios (BNG2) em Friburgo/RJ

- 8 e 9/12/2008 – Seminário "Perspectivas p/ Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no Brasil – Rio de Janeiro/RJ

PROVIDÊNCIAS QUANTO AO ATENDIMENTO E/OU CONHECIMENTO DO CONSTANTE NOS OFÍCIOS DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS ABAIXO:

Ministério Público

- 18/3/2008 – Ministério Público do Trabalho de Teresópolis
Of. 1ª PJTC/NT/Nº 0330/2008, de 31/1/2008 – Informa arquivamento do procedimento IC 027/2006-AS-MA – Investigação de aterro às margens do rio Paraíba do Sul

Fl. nº 66

- 18/3/2008 – Ministério Público do Trabalho de Teresópolis
Of. 1ª PJTC/NT/Nº 567/2008, de 3/3/2008 – Ref.: IC 027/2006-AS-MA – Investigação de aterro às margens do rio Paraíba do Sul

- 10/4/2008 – Ministério Público Federal de Volta Redonda
Of. MPF/PRM/VR/GAB/PGFF nº 461/2008, de 25/3/2008 – Proc. Ministerial nº 1.30.010.000272/2004-38 – Meio Ambiente - Controle - Revitalização (IBAMA)

- 18/4/2008 – Ministério Público Federal de Volta Redonda
Of. MPF/PRM/VR/GAB/PCG nº 572/2008, de 8/4/2008 – Proc. Ministerial nº 1.30.010.000010/2007-16 – Justificativa sobre contratação de serviços

- 13/5/2008 – Ministério Público do Estado de São Paulo
Of. Nº 509/08 - 2ª PJ São José dos Campos (Jacareí) – Tratamento e coleta de esgoto despejado na Bacia do Rio Paraíba do Sul pelas cidades atendidas pela SABESP

- 4/6/2008 – Ministério Público do Estado de São Paulo
Of. Nº 533/08 - 2ª PJ São José dos Campos (Jacareí) – Apurar a responsabilidade de moradores, poder público e concessionárias de serviço público (a apurar) por eventuais danos e ilícitos ao meio ambiente

- 20/6/2008 – Ministério Público Federal de Volta Redonda
Of. MPF/PRM/VR/GAB/PGFF nº 1081/2008, de 12/6/2008 – Ref.: PA nº 1.20.010.000010/2007-16 (Carta 019/2008/PRES -CEIVAP - Prorrogação de prazo)

- 8/7/2008 – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro/Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Resende
Of. TCOL/Res nº 0214/rma/08, de 26/6/2008 – Ref.: Inquérito Civil 038/08

- 23/9/2008 – Ministério Público Federal de São José dos Campos
Of. PRM/SJC nº 2102/2008, de 17/9/2008 – Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.34.014.000148/2003-11

- 28/10/2008 – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro/Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Núcleo Volta Redonda – Ofício TCOL/VR nº 142/08 – LF – Referente: IC - 137/08

- 18/12/2008 – Ministério Público Federal de Volta Redonda
Oficio MPF/PRM/VR/GAB/PGFF n°2528/2008 – Procedimento Ministerial

Fl. nº 67

Ministério do Meio Ambiente – MMA

- 1/10/2008 – Ministério do Meio Ambiente
Of. nº 197/2008/ DCONAMA/ SECEX/MMA – Encaminhamento de moção do CONAMA pela recuperação Ambiental da Bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro

Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

- 16/1/2008 – Of. Circular nº 09/2008/CNRH/MMA, de 8/1/2008 – Deliberações do CNRH

- 29/2/2008 – Ofício Circular nº 05/2008/CNRH/MMA, de 18/2/2008 – Deliberação do CNRH

- 3/3/2008 – CNRH – Ofício Circular nº 06/2008/CNRH/MMA, de 25/2/2008 – Deliberação do CNRH (resolução nº 082 de 10/12/2007)

- 9/6/2008 – Ofício Circular nº 033/2008/CNRH/MMA, de 28/5/2008 – Deliberação do CNRH

- 10/11/2008 – CNRH/MMA – Oficio Circular n°085/2008/CNRH/MMA – Deliberação do CNRH

Agência Nacional de Águas – ANA

- 7/1/2008 – Of. nº 162/2007/SAG-ANA, de 20/12/2007 – Agenda de Atividades ANA/CEIVAP

- 20/2/2008 – Of. nº 010/2008/SAG-ANA, de 14/2/2008 – Contratos de Repasse ANA-CEF

- 29/2/2008 – Of. nº 057/2008/AA-ANA, de 28/2/2008 – Auditoria em contratos de repasse

- 24/3/2008 – Of. nº 2/2008/CACG-ANA, de 20/3/2008 – 6º Relatório de Execução do Contrato de Gestão – Contrato 014/ANA/2004 celebrado entre a ANA e a AGEVAP

- 15/4/2008 – Of. nº 021/2008/SAG-ANA – Alteração da área de atuação do CEIVAP – Decreto Presidencial

- 28/4/2008 – Of. nº 031/2008/SAG-ANA, de 24/4/2008 – Convênio nº 03/2002 celebrado entre a ANA e a Prefeitura de Resende, com a interveniência do IMVAP, para a operação do escritório de apoio técnico, administrativo e logístico à Secretaria Executiva do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP- Proc. nº 02501.000571/2002-07

Fl. nº 69

Comissão Interministerial de Avaliação do Contrato de Gestão

- 3/9/2008 – na ANA – Agência Nacional das Águas em Brasília/DF
- 14/10/2008 – na AGEVAP em Resende/RJ

Fóruns e Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos-CERH

- 16/10/2008 – Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas em Belo Horizonte/MG
- 24/9/2008 – CERH/RJ no Rio de Janeiro

Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro

- 24/9/2008 – no Rio de Janeiro
- 1/12/2008 – no Rio de Janeiro

Com Agências de Bacia e Órgãos Gestores dos Recursos Hídricos

- 4/9/2008 – Presidência da ANA – Agência Nacional de Águas
- 5/9/2008 – Direção do IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas
- 24/9/2008 – Secretária da SEA – Secretaria de Estado do Ambiente
- 24/9/2008 – Presidência da SERLA – Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas
- 16/10/2008 – GECOB – Gerência de Cobrança do IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas
- 23 e 24/10/2008 – Com Agência de Água PCJ, em Piracicaba/SP
- 3/12/2008 – com Diretor da Agência Mineira Peixe Vivo, em Resende/RJ

CNARH – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos

- 7/10/2008 – com representante da ANA – Agência Nacional de Águas, em Resende/RJ

Com tomadores de Recursos da Cobrança

- 10/10/2008 – com Direção-presidência da SAEG - Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá/SP
- 6/11/2008 – visita do Prefeito Eleito de Bananal/SP na AGEVAP
- 27/11/2009 – visita do Prefeito Eleito de Resende/SP na AGEVAP
- 10/12/2008 – visita a obra no município de Rodeiro/MG

Com Entidades de Ensino e Pesquisa

- 25/9/2008 – com Superintendência da SECT/RJ – Secretaria de Ciência e Tecnologia no Rio de Janeiro/RJ

Fl. nº 70

- 8/10/2008 – Direção da UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro em Resende/RJ
- Direção da AEDB – Associação Educacional Dom Bosco em Resende/RJ – em várias datas

Para atendimento de emergências ou situações de risco

- 1/12/2008 e 15/12/2008 – sobre acidente com endosulfan na SEA do Rio de Janeiro/RJ
- 10/12/2008 – sobre situação da barragem da Cia. Cataguases no Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé – COMPÉ – Cataguases/MG

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO TÉCNICA

Desde agosto de 2008 a AGEVAP conta com a Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria de Imprensa, de Comunicação Técnica em Recursos Hídricos e Criação e Produção Editorial de Publicações. Principais serviços realizados:

- Apoio à organização e cerimonial de reuniões.
- Apoio à Secretaria Executiva do Sistema CEIVAP/AGEVAP.
- Cobertura jornalística das reuniões.
- Produção de fotos.
- Levantamento do cadastro de imprensa local e regional.
- Produção e envio de releases à imprensa.
- Elaboração de clipping de notícias.
- Entrevistas.
- Elaboração de atas, encaminhamentos e ajuda-memória.
- Atendimento a jornalistas e pesquisadores.
- Produção Gráfica e Editorial para a elaboração de produtos (Boletim Informativo Digital, Boletim Informativo Impresso, Revista, Nota Técnica, Relatório de Atividades e Relatório de Gestão).

Fl. nº 71

- Atualização do site do CEIVAP/AGEVAP, com a produção de 110 notícias e informações (setembro a dezembro).

- Boletim Informativo Digital "Pelas Águas do Paraíba – edição nº 1 – Novembro de 2008. O Boletim Digital é composto por quatro páginas coloridas, contendo informações do CEIVAP/AGEVAP. É enviado aos membros do Sistema CEIVAP/AGEVAP, órgãos ligados ao Sistema Nacional de Recursos Hídricos, imprensa dos três Estados da Bacia Hidrográfica e disponibilizado no site.

- Boletim Informativo "Pelas Águas do Paraíba" – Ano 9 – Edição nº 19 – Novembro de 2008. O boletim é composto por 12 páginas coloridas impressas em papel reciclado, tiragem de 5.000 exemplares, contendo informações do CEIVAP e da AGEVAP. É enviado aos membros do Sistema CEIVAP/AGEVAP, para órgãos ligados ao Sistema Nacional de Recursos Hídricos, imprensa dos três Estados da Bacia Hidrográfica e disponibilizado no site.

- Revista "Pelas Águas do Paraíba" – Ano II – Edição nº 2 – Dezembro de 2008. A Revista é composta por 48 páginas coloridas impressas em papel couché brilho, tiragem de 5.000 exemplares, contendo informações do CEIVAP e da AGEVAP. É enviada aos membros do Sistema CEIVAP/AGEVAP, para órgãos ligados ao Sistema Nacional de Recursos Hídricos, imprensa dos três Estados da Bacia Hidrográfica e disponibilizada no site.

Fl. nº 72

9. APROVAÇÃO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AGEVAP

O presente Relatório de Gestão foi aprovado pelo Conselho de Administração da AGEVAP, em sua 1ª Reunião Ordinária realizada no dia 21 de janeiro de 2009.

Resende, 22 janeiro de 2009.

Edson Guaracy Lima Fujita
Diretor

Hendrik Lucchesi Mansur
Coordenador de Gestão

Flávio Antônio Simões
Coordenador Técnico

Fl. nº 73

ANEXOS

Fl. nº 74

AR, GERENCIAR, RECUPERAR...

s ações na Bacia do rio Paraíba do Sul

CEIVAP

COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

SP | RJ | MG

Planeta

Fl. nº 75

capa rio paraíba em guararema (sp)
FOTO: DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

sumário

dezembro/2008

6 balanço da **cobrança**
R$ 40 milhões já foram arrecadados na bacia

12 **cadastramento**
243 usuários cadastrados em 2008

14 principais usos de **recursos hídricos**
abastecimento atende 14 milhões de pessoas

19 desastre **ambiental**
inseticida provoca a morte de milhares de peixes

26 **saneamento**
88% dos efluentes lançados têm origem no esgoto doméstico

33 entrevista
anaiza miranda, promotora do ministério público

36 sistema **ceivap/agevap**
planejamento estratégico e modernização

CEIVAP

REVISTA *pelas águas do* PARAÍBA

Publicação do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP

Estrada Resende-Riachuelo, nº 2.535 – AEDB, 4º Andar
Morada da Colina – Resende (RJ)
CEP: 27523-000 / Tel: (24) 3355-8389
www.ceivap.org.br – ceivap@ceivap.org.br

Presidente
Paulo Teodoro de Carvalho
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais – SEMAD/MG

Vice-Presidente
Mauro Ribeiro Viegas
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN/RJ

Secretário
Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/SP

Coordenação Técnica
Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP

CNPJ: 05.422.000/0001-01

Estrada Resende-Riachuelo, nº 2.535 – AEDB, 4º Andar
Morada da Colina – Resende (RJ)
CEP: 27523-000 / Tel: (24) 3355-8389
www.agevap.org.br – agevap@ceivap.org.br

Presidente do Conselho de Administração
Renine César de Oliveira

Presidente do Conselho Fiscal
Ivan de Mello e Silva

Diretor
Edson Guaracy Lima Fujita

Coordenador de Gestão
Hendrik Lucchesi Mansur

Coordenador Técnico
Flávio Simões

Produção Gráfica / Editorial
Diagramação, Arte Final
Reportagens, Redação, Edição e Revisão
Assessoria de Comunicação da AGEVAP
TextoArte Comunicação – Rua Dr. Oliveira Braga, nº 405 – Centro – Aparecida (SP)
CEP: 12570-000 – Tel: (12) 3631-4961
textoarte@textoarte.com

Editora
Mônica da Costa (MTb 24.122)

Jornalista Responsável
Teresa Barbosa (MTb 16.973)

Fiscalização e Acompanhamento
Hendrik Lucchesi Mansur
Aline Raquel de Alvarenga

Fotografias
TextoArte Comunicação e Arquivos CEIVAP/AGEVAP

Impressão
Resolução Gráfica – Tel: (12) 2125-1700

Tiragem
5.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Fl. nº 76

carta | **ao leitor**

Um valioso acervo de dados

O acesso democrático à informação é parte indissociável de todo e qualquer esforço integrado à busca de resultados socioeconômicos e ambientais no seio compartilhado da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, que reúne considerável malha hídrica de municípios mineiros, fluminenses e paulistas, numa visão gerencial compartilhada que transcende a calha do rio e se projeta nas demandas da sociedade – que transitam pela agricultura, comércio, serviços, mineração, setor florestal, abastecimento humano, entre outras serventias dos recursos hídricos, num largo horizonte de tempo. A sustentabilidade dos projetos socioeconômicos, sejam eles quais forem, dependem dos recursos naturais para que haja um equilíbrio dinâmico entre ofertas e demandas no seio das bacias hidrográficas.

A Revista "Pelas Águas do Paraíba", fruto de múltiplas parcerias, é mais um esforço do sistema CEIVAP/AGEVAP para proporcionar às lideranças, pessoas, entidades, governos e empreendedores, em Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, abordagens apropriadas para que se tenha uma visão consistente não apenas de investimentos, mas também da convergência de conhecimentos e talentos humanos que contribuem para transformar estudos, propostas e projetos em realidades municipais e regionais em defesa das águas que nutrem o Paraíba do Sul com seu corolário de benefícios econômicos, sociais e ambientais.

A leitura meditada da revista há de proporcionar aos leitores um valioso acervo de dados e informações que refletem, acima de tudo, os desafios científicos e tecnológicos requeridos dos governos, sociedade organizada e usuários dos recursos hídricos, para que o atendimento às condicionantes ambientais sejam um dos caminhos mais seguros para lograr a sustentabilidade dos recursos naturais em que a água se destaca como fonte de vida, prosperidade e bem-estar social no campo e nas cidades.

Boa leitura! A natureza convoca a sociedade para servi-la e servir-se dela. Um pacto e tanto, além de absolutamente necessário.

Paulo Teodoro de Carvalho
Presidente do CEIVAP

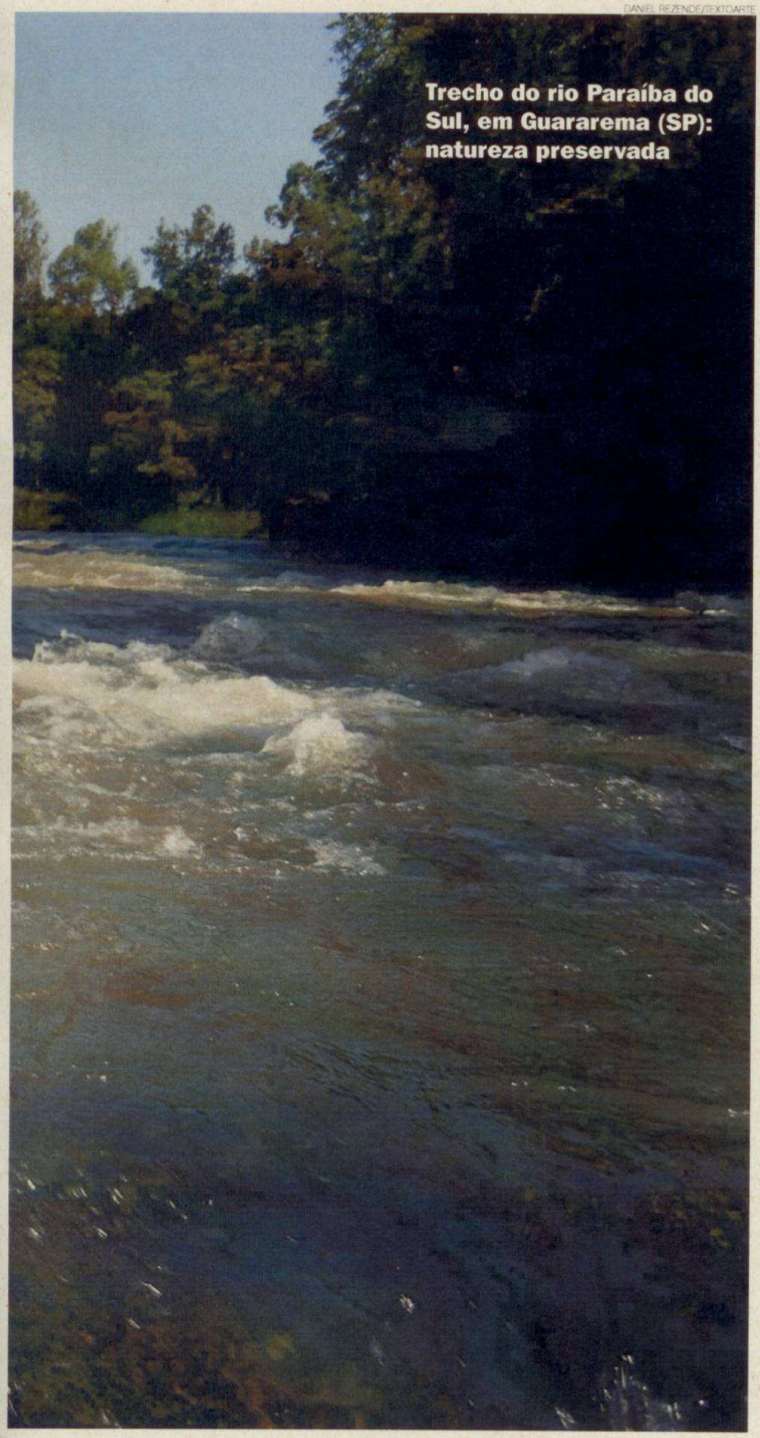
Fl. nº 77

A cobrança pelo uso da água

R$ 40 milhões já foram arrecadados na bacia do rio Paraíba do Sul

Fl. nº 78

DANIEL REZENDE/TEXTOARTE



Trecho do rio Paraíba do Sul, em Guararema (SP): natureza preservada

A cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul teve seu início em março de 2003, após a consolidação de um grande pacto entre os poderes públicos, os setores usuários e as organizações civis representadas no âmbito do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), para a melhoria das condições relativas à quantidade e à qualidade das águas.

Para implantar de forma pioneira esse importante instrumento de gestão, instituído pela Lei 9.433/97, foram necessários dois anos de discussão em torno dos mecanismos e valores a serem aplicados. O processo contou com o envolvimento de todos os setores representados no CEIVAP, além do apoio da Agência Nacional de Águas (ANA) e dos demais organismos de recursos hídricos dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que subsidiaram a definição dos parâmetros com a elaboração de estudos técnicos, apresentação de palestras e suporte à realização de oficinas de trabalho.

O resultado deste esforço conjunto foi a elaboração de uma metodologia, cuja fórmula definiu os Preços Públicos Unitários (PPUs) para o uso dos recursos hídricos, de acordo com os volumes de derivação, captação, extração de água e lançamentos de efluentes declarados e consolidados, tendo ainda como norteadores mecanismos e critérios específicos deliberados pelo CEIVAP e que ao longo destes anos passaram por constantes evoluções. Assim, desde o início de 2007, atendendo às diretrizes da Deliberação CEIVAP Nº 65/2006, atualmente os valores praticados levam em consideração os seguintes PPUs, obedecendo a uma progressividade de 88% em 2007 (primeiros 12 meses), 94% em 2008 (13º ao 24º mês); e 100% a partir de 2009 (25º mês):

- PPU_{cap}: Captação de Água Bruta = R$ 0,01 por m^3.
- PPU_{cons}: Consumo de Água Bruta = R$ 0,02 por m^3.
- PPU_{DBO}: Lançamento de carga orgânica – $DBO_{5,20}$ = R$ 0,07 por kg.

Fl. nº 79

balanço da **cobrança**

VALTER PEREIRA/PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ETE BANDEIRA BRANCA
Jacareí (SP)

População atendida
1.000 habitantes

Redução de DBO/dia
43,20 kg

Recursos da Cobrança
R$ 120.473,90
Coletor tronco e linha de recalque

No balanço geral de 2003 a 2008, a cobrança pelo uso da água previa uma arrecadação de R$ 62,8 milhões, mas o valor efetivamente arrecadado até o dia 10/12/2008 foi de R$ 39,9 milhões (veja o quadro resumo Arrecadação por Setor, publicado na página 13). Segundo a ANA, a maioria dos usuários está pagando em dia seus boletos. Com relação à inadimplência, até o mês de novembro foram computados 55 usuários nesta condição, com dívidas em conjunto de aproximadamente R$ 4,7 milhões. Desses, 22 usuários foram colocados na Dívida Ativa da União e 26 estavam inscritos no Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Setor Público Federal (CADIN), sujeitos às sanções previstas em lei. O índice de inadimplência era de 9,44% e os valores depositados em juizo estão sendo atualizados pela agência. O balanço completo da cobrança x arrecadação pela ANA terá seu fechamento no início do mês de janeiro, tendo em vista os pagamentos que ainda serão efetuados até 31/12/2008.

Em 2004, a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) assinou um Contrato de Gestão com a ANA e assumiu as funções de Agência da Bacia. Desde então, recebe os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água e os aplica segundo o Manual de Investimentos aprovado pelo CEIVAP. Todo o recurso é aplicado integralmente em ações de Gestão, Planejamento e Estruturais.

De 2004 a 2008, a ANA repassou para a AGEVAP R$ 30,6 milhões (dados computados até agosto). De acordo com o Coordenador de Gestão da AGEVAP, Hendrik Lucchesi Mansur, o total desembolsado foi de R$ 14 milhões; o valor contratado/comprometido de R$ 14,2 milhões; e o saldo restante é de R$ 2,4 milhões. "No balanço de 2003 ao início de dezembro de 2008, com relação aos recursos arrecadados e alavancados, temos o seguinte cenário: recursos arrecadados ANA, R$ 39,9 milhões; recursos adicionais alavancados com a cobrança, R$ 58 milhões; PRODES/ANA, R$ 24,5 milhões; totalizando R$ 122,4 milhões para investimentos em ações de gestão, planejamento e estruturais", explica Mansur.

Nestes quatro anos, a AGEVAP já assinou um total de 69 contratos, sendo: 17 de Ações de Gestão (16 concluídos e 1 em andamento); 22 de Ações de Planejamento (4 concluídos e 18 em andamento); e 30 de Ações Estruturais (5 concluídos e 25 em andamento). Veja ao lado o quadro resumo dos projetos concluídos.

SÍNTESE DOS CONTRATOS CONCLUÍDOS

TOMADOR	RECURSOS DA COBRANÇA R$
AÇÕES DE GESTÃO	
AMPAS – Programa Educação Ambiental	99.733,00
Fundação Casimiro Montenegro – ITA – Rede de Ensino para Gestores de Recursos Hídricos	152.400,00
Faenquil/USP – Monitoramento Ecotoxicológico de Efluentes Industriais	120.994,10
Instituto Oikos – Planejamento para Gestão Participativa Usos dos Recursos Hídricos	85.730,80
Instituto Ipanema – Programa Educação Ambiental Rural	14.085,00
Associação Pescadores de Itaocara (RJ) – Programa Preserv. Ilhas Fluviais do RPS (cont. do CT03/05)	61.400,00
Prefeitura Municipal de Fervedouro (MG) – Programa Educação Ambiental Microbacias – APA	25.840,00
Consórcio BNG2 – Programa Ação Informativa – Gestão Recursos Hídricos	177.999,25
Prefeitura Municipal de Laranjal (MG) – Programa Educação Ambiental Microbacias	18.640,00
MAPA – Petrópolis (RJ) – Programa Mobilização Educação Ambiental na Bacia do Piabanha	75.000,00
UENF – Univ. Norte Fluminense – Programa Conscientização na Bacia do Rio Paraíba do Sul	40.300,00
AGEVAP – Campanha do Uso Racional da Água – PROG (G) 04/05	46.750,00
AGEVAP – Campanha do Uso Racional da Água – PROG (G) 04/05 Vol. I – Rio Pomba	22.175,00
AGEVAP – Campanha do Uso Racional da Água – PROG (G) 04/05 Vol. II – BNG2	22.175,00
AGEVAP – Campanha do Uso Racional da Água – PROG (G) 04/05 Vol. III – AMPAS	22.175,00
AGEVAP – Campanha do Uso Racional da Água – PROG (G) 04/05 Vol. IV – Fundação Christiano Rosa	22.175,00
AÇÕES DE PLANEJAMENTO	
Prefeitura Municipal de Barra Mansa (RJ) – Projeto Executivo do Sistema de Esgoto	649.961,96
Prefeitura Municipal de São José dos Campos (SP) – Proj. Controle de Erosão – V. Cristina	89.680,00
Prefeitura Municipal de Rodeiro (MG) – Projeto Emissário e Interceptor de Esgoto	57.600,00
Prefeitura Municipal de Leopoldina (MG) – Estudo de Concepção do Sistema de Esgoto	73.937,50
AÇÕES ESTRUTURAIS	
Prefeitura Municipal de Muriaé (MG) – Construção ETE Safira	871.795,00
Prefeitura Municipal de Guaratinguetá (SP) – Construção de Coletor Tronco – Pedregulho	200.000,00
Prefeitura Municipal de Carangola (MG) – Construção do 1º Módulo – ETE Carangola	800.000,00
Prefeitura Municipal de Jacareí (SP) – Construção de Coletor Tronco e Recalque – Bandeira Branca	120.473,90
Taubaté (SP) – PRODES – ETE Taubaté	2.876.078,21

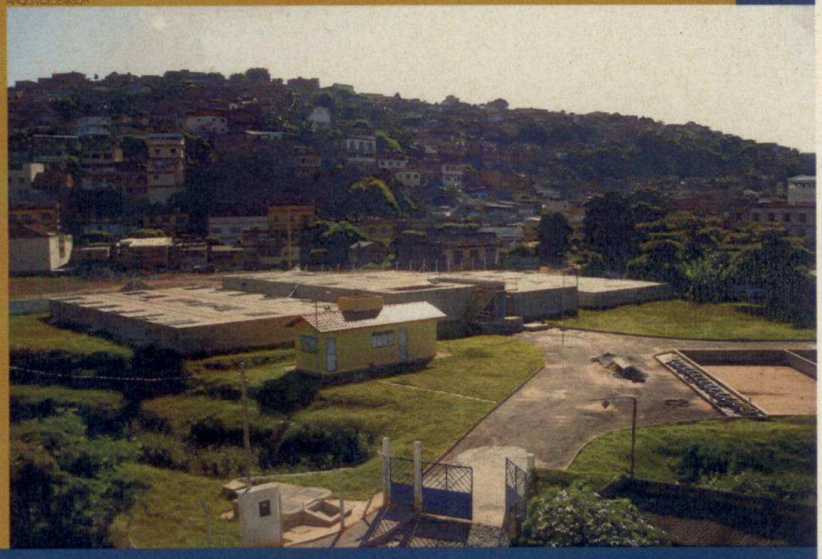
ETE SAFIRA
Muriaé (MG)

População atendida
14.763 habitantes

Redução de
DBO/dia
691,2 kg

Recursos
da Cobrança
R$ 871.795,00

ARQUIVO CEIVAP



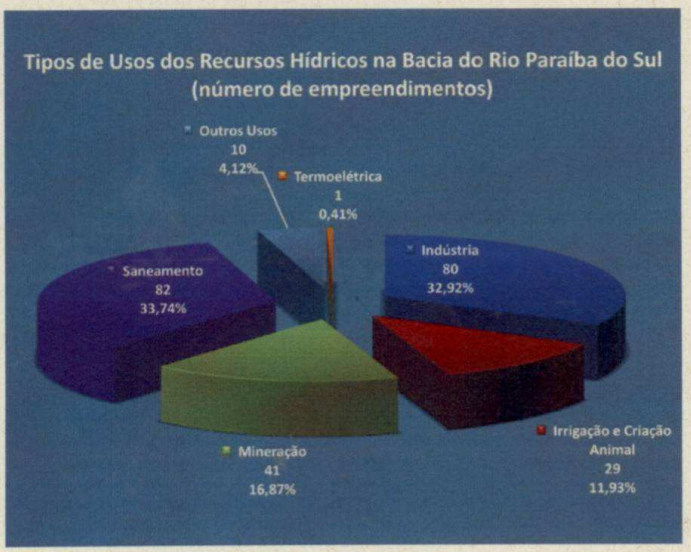
Fl. nº 81

Para o exercício de 2008, a estimativa de arrecadação da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul era de R$ 10,9 milhões (valor nominal do boleto lançado), sendo: R$ 6,8 milhões no Estado do Rio de Janeiro; R$ 2,8 milhões em São Paulo e 1,2 milhão em Minas Gerais. Até 10/12/2008, a ANA havia arrecadado um total de R$ 7,2 milhões, contabilizando: R$ 3,4 milhões do Rio de Janeiro; R$ 2,6 milhões de São Paulo e R$ 1,2 milhão de Minas Gerais, considerando os pagamentos da receita nominal, juros e multas, pagamentos de exercícios anteriores, parcelamentos de débitos e outros. Veja as informações completas no quadro ao lado (Arrecadação por Estado).

Nos três Estados onde está inserida a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, dos 243 usuários pagantes em 2008, 111 estão no Estado do Rio de Janeiro; 66 em São Paulo; e 66 em Minas Gerais. As outorgas foram concedidas pela Agência Nacional de Águas para os seguintes usos: 80 indústrias (32,92%); 29 irrigação e criação animal (11,93%); 41 mineração (16,87%), 82 saneamento (33,74%), 1 termoelétrica (0,41%) e 10 outros usos (4,12%). Predominam entre os usuários – em número de empreendimentos e em volume de utilização de recursos hídricos – o uso da água no setor de saneamento, sendo seguido pelo setor industrial. Veja o gráfico abaixo.

Segundo relatório da ANA, em termos de valores de cobrança, os municípios de Volta Redonda, Campos dos Goytacazes (RJ), Jacareí, São José dos Campos, Pindamonhangaba (SP) e Juiz de Fora (MG) são os que possuem um somatório de usuários com maior potencial de arrecadação da bacia. Com relação à distribuição da cobrança entre os setores, observa-se que o maior valor cobrado recai sobre o saneamento (54,08%), seguido pela indústria (43,65%), ficando com os demais setores o somatório de 2,27%.

O relatório também destaca que 18,9% dos usuários (46 de 243 usuários) são responsáveis pelo pagamento de 90% do total da cobrança na bacia. Em 2008, 39 usuários (16,04%) tiveram seus valores de cobrança aumentados e 50 (20,57%) diminuíram seus valores nominais em relação ao exercício de 2006, em virtude de alterações de usos, mudança dos mecanismos e valores de cobrança.



Cobrança pelo

ARR

FONTE: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS/SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO

ESTIMATIVA DE ARRECAD
Estimativa de Arrecadação - Valor Nominal d

ARRECADAÇÃO EFETI
Receita Nominal
Pagamento de Juros e Multa
Pagamento de Exercícios Anteriores
Parcelamento de Débitos
Outras Deduções/Compensações/Restituiçõe
Total Pago no Exercício (

Cronologia da implantação da cobrança pelo uso da água no CEIVAP

16 de março de 2001 – Formalização do processo, com a aprovação do calendário para a implantação da cobrança no ano seguinte.

6 de dezembro de 2001 – Estabelecidos os valores para os setores de saneamento e indústria – Deliberação nº 8, de 6/12/2001 – Dispõe sobre a implantação da cobrança pelo uso de Recursos Hídricos na Bacia do rio Paraíba do Sul a partir de 2002.

4 de novembro de 2002 – Definidos os valores para os setores: agropecuário, aqüicultura e geração de energia elétrica em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) – Deliberação nº 15, de 4/11/2002 – Dispõe sobre medidas complementares para a implantação da cobrança pelo uso de Recursos Hídricos na Bacia do rio Paraíba do Sul a partir de 2002, em atendimento à Deliberação CEIVAP nº 08/2001.

Março de 2003 – Início da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul.

Deliberação nº 26, de 19 de janeiro de 2004 – Aprova a compensação de valores com aqueles correspondentes às parcelas vincendas quando

Fl. nº 82

uso da água na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul

ECADAÇÃO POR ESTADO - EXERCÍCIO DE 2008

ANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS

Atualizado em: 10/12/2008

AÇÃO	MINAS GERAIS (R$)	RIO DE JANEIRO (R$)	SÃO PAULO (R$)	TOTAL (R$)
o Boleto	1.233.213,40	6.842.631,27	2.877.050,21	10.952.894,88

/A	MINAS GERAIS (R$)	RIO DE JANEIRO (R$)	SÃO PAULO (R$)	TOTAL (R$)
	873.303,87	2.478.481,76	2.338.195,31	4.346.625,45
	15.969,69	36.992,57	239.352,62	292.314,88
	53.647,71	80.544,05	39.975,98	174.167,74
	226.864,79	791.472,19	32.703,63	1.051.040,61
s	50,26	3.047,18	28.159,17	31.256,61
R$)	**1.169.735,80**	**3.384.443,39**	**2.622.068,37**	**7.176.247,56**

constatado pela ANA o recebimento de valores a maior ou indevido.

31 de março de 2004 – Aprovados os mecanismos e valores de cobrança para o setor de mineração de areia em leito de rio – Deliberação nº 24, de 31/3/2004 – Dispõe sobre o cumprimento da Deliberação CEIVAP nº 15/2002 e sobre medidas complementares para a continuidade da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia do rio Paraíba do Sul.

Deliberação nº 41, de 15 de março de 2005 – Dispõe sobre mecanismos e critérios para a regularização de débitos consolidados referentes à cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia do rio Paraíba do Sul.

Deliberação nº 43, de 15 de março de 2005 – Dispõe sobre o cumprimento da Deliberação CEIVAP nº 024/2004 e sobre medidas complementares para a continuidade da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia do rio Paraíba do Sul.

16 de setembro de 2005 – Aprovado o valor de cobrança pelo uso das águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu.

Deliberação nº 51, de 16 de setembro de 2005 – Dispõe sobre a adequação dos mecanismos e critérios para a regularização de débitos consolidados referentes à cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia do rio Paraíba do Sul, definidos na Deliberação CEIVAP nº 041/05, aos termos da Resolução CNRH nº 50, de 18 de julho de 2005.

Deliberação nº 52, de 16 de setembro de 2005 - Define metodologia e critérios para a cobrança pelo uso das águas captadas, derivadas e transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu e dá outras providências.

16 de fevereiro de 2006 - Formalizada a necessidade de discussões de aprimoramento da metodologia de cobrança, decidindo pela manutenção dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso das águas na referida bacia até 31 de dezembro de 2006 – Deliberação nº 56, de 16/2/2006 – Dispõe sobre a manutenção dos mecanismos e valores atuais da cobrança pelo uso das águas na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, a vigorar de 1º de abril de 2006 até 31 de dezembro de 2006.

28 de setembro de 2006 - aprovada a Deliberação nº 65, que estabeleceu novos mecanismos e propôs valores para a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, a partir de janeiro de 2007 – Deliberação nº 65, de 28/9/2006 – Estabelece mecanismos e propõe valores para a cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a partir de 2007.

Fl nº 83

Bacia pioneira no cadastramento

A cobrança é um dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos instituídos pela Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que tem como objetivo estimular o uso racional da água e gerar recursos financeiros para investimentos na recuperação e preservação dos mananciais. A cobrança não é um imposto, mas um preço público, fixado a partir de um pacto entre os usuários de água, sociedade civil e poder público no âmbito do Comitê de Bacia, com o apoio técnico da Agência Nacional de Águas (ANA).

Em função de condições de escassez em quantidade e ou qualidade, a água deixou de ser um bem livre e passou a ter valor econômico. Esse fato contribuiu para a adoção de um novo modelo de gestão desse recurso, que compreende a utilização de instrumentos regulatórios e econômicos, como a cobrança pelo uso da água.

Compete à ANA operacionalizar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União e repassar os recursos arrecadados integralmente à Agência de Águas da Bacia, conforme determina a Lei Nº 10.881, de 9 de junho de 2004, cabendo à mesma alcançar as metas previstas no contrato de gestão assinado com a ANA, instrumento pelo qual são transferidos os recursos arrecadados.

A cobrança em rios de domínio da União somente se inicia após a aprovação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) dos mecanismos e valores de cobrança propostos pelos Comitês das Bacias Hidrográficas. Estão sujeitos à cobrança os usos localizados em rios de domínio da União da bacia, como por exemplo, os rios Paraíba do Sul, Muriaé e Pomba.

Os usos de recursos hídricos em rios de domínio dos Estados de São Paulo e Minas Gerais estão sujeitos ao que estabelecem as leis

estaduais: em SP, à Lei Nº 12.183, de 29/12/2005; em MG ao Decreto Nº 44.046, de 13/6/2005; e no Rio de Janeiro, à Lei Nº 4.247, de 16/12/2003.

A cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul iniciou-se em março de 2003 com 217 usuários pagantes, extraídos do total de cadastrados junto à ANA nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os usuários restantes ficaram isentos porque os volumes captados não ultrapassam vazões de até um litro de água por segundo, estando dentro dos parâmetros de usos considerados insignificantes e, portanto, dispensados da outorga, conforme disposto em lei.

No exercício de 2008 foram contabilizados 268 usuários cadastrados, sendo que 243 foram aprovados pela Gerência de Arrecadação da ANA. Os 25 usuários restantes tiveram seus cálculos de cobrança com valores inferiores a R$ 30. Como este é o valor mínimo para a emissão de boletos, então o montante devido será acumulado para o exercício subseqüente.

A bacia do rio Paraíba do Sul foi pioneira no sistema de cadastramento declaratório e a regularização de usos de recursos hídricos iniciou-se em 2002, com uma campanha conforme diretrizes estabelecidas pelo CEIVAP. A fase de cadastramento estendeu-se pelo período entre setembro a dezembro de 2002 e a base de dados consolidada a partir desse levantamento propiciou o início da cobrança pelo uso da água na bacia, em março de 2003. O primeiro cadastro de usos foi sistematizado pelo antigo Sistema de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GESTIN) e o período de regularização de usos da bacia se estendeu até março de 2006.

O GESTIN, durante o período de funcionamento, recebeu cerca de 4.800 declarações compreendendo o período de setembro de 2002 até agosto de 2006. Com o desenvolvimento do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH), iniciou-se, em 2006, um processo de migração das declarações realizadas anteriormente no GESTIN para o CNARH, com prioridade às declarações de empreendimentos de maior porte ou aquelas em processo de cobrança pelo uso da água.

Atualmente, encontram-se no CNARH declarações de aproximadamente 1.700 usuários de recursos hídricos da bacia, oriundos da migração do GESTIN e de novos registros realizados diretamente no Cadastro Nacional.

Fl nº 84

Cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul

ARRECADAÇÃO POR SETOR - EXERCÍCIOS DE 2003 A 2008

FONTE: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS/SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS

Atualização: 10/12/2008

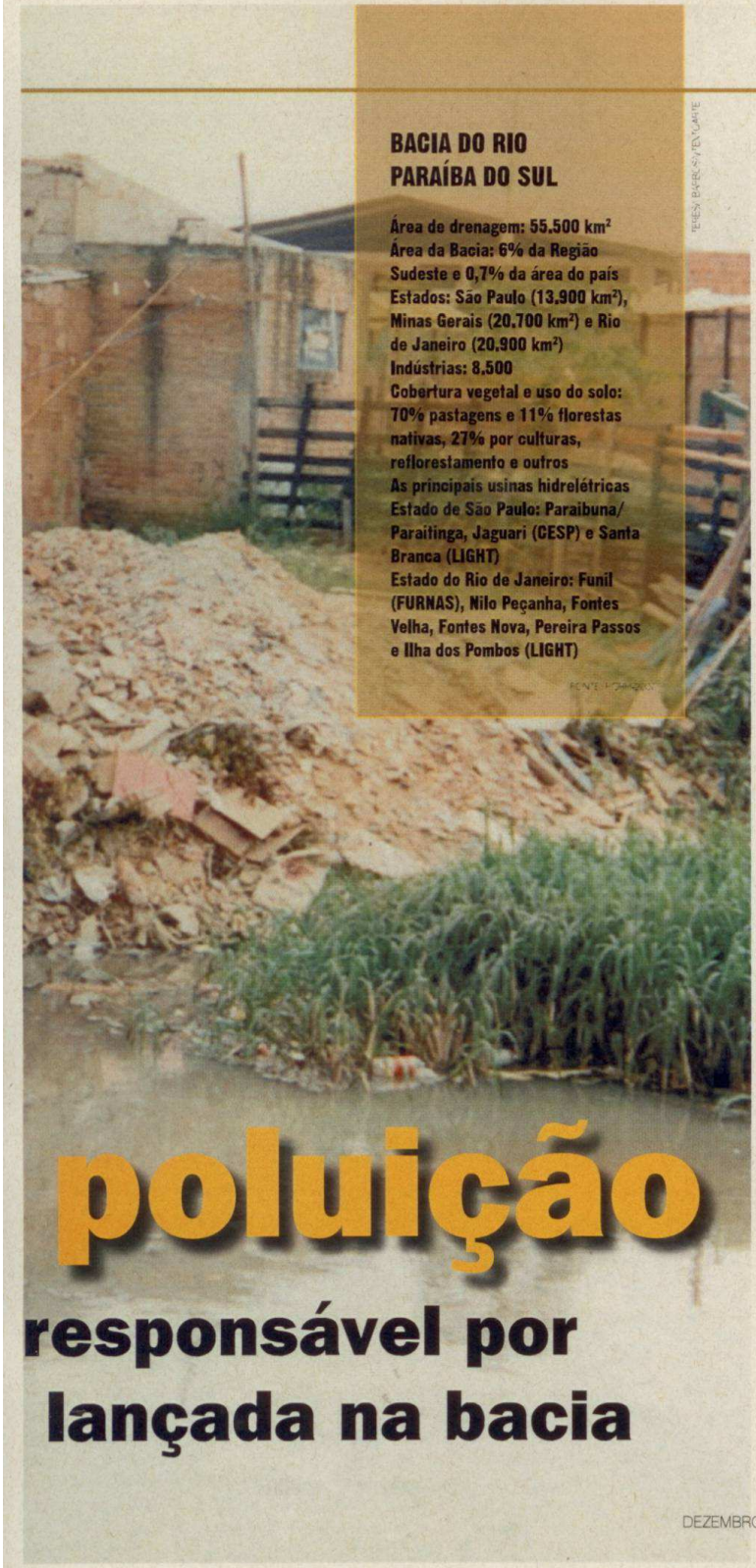
ANO	SETOR DE ARRECADAÇÃO	Estimativa de Arrecadação/ Valor Nominal do Boleto Lançado	MINAS GERAIS			RIO DE JANEIRO			SÃO PAULO			VALORES PAGOS		
			Valores Pagos			Valores Pagos			Valores Pagos					
			Nos Exercícios	Nos Exercícios Subseqüentes	TOTAIS	Nos Exercícios	Nos Exercícios Subseqüentes	TOTAIS	Nos Exercícios	Nos Exercícios Subseqüentes	TOTAIS	Nos Exercícios	Nos Exercícios Subseqüentes	TOTAIS
2003	Indústria	4.095.960,46	33.187,75	2.418,24	35.605,99	1.515.601,74	92.519,84	1.608.121,58	1.218.859,21	34.669,26	1.253.528,47	2.767.648,70	129.607,34	2.897.256,04
	Irrigação	7.855,10	-	34,02	34,02	3.271,17	1.674,59	4.945,76	571,38	1.069,18	1.640,56	3.842,55	2.777,79	6.620,34
	Dessendentação e Criação Animal	121,64	-	-	-	-	110,88	110,88	-	-	-	-	110,88	110,88
	Mineração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros Usos	25.823,42	488,28	6.958,87	7.447,15	1.800,18	245,27	2.045,45	469,56	753,91	1.223,47	2.758,02	7.956,05	10.716,07
	Saneamento	4.560.875,06	637.017,22	3.193,75	640.210,97	1.317.302,74	350.895,42	1.668.198,16	1.175.468,93	142.962,51	1.318.431,44	3.129.788,89	497.051,68	3.626.840,57
	Total Pago 2003	**8.690.635,70**	**670.693,25**	**12.604,88**	**683.298,13**	**2.837.975,83**	**445.446,00**	**3.283.421,83**	**2.395.369,08**	**179.454,86**	**2.574.823,94**	**5.904.038,17**	**637.505,74**	**6.541.543,91**
2004	Indústria	4.797.368,41	48.609,90	2.257,69	50.867,59	752.382,60	31.063,48	783.446,08	1.267.539,75	120.263,90	1.387.803,65	2.068.532,25	153.585,07	2.222.117,32
	Irrigação	9.255,66	34,02	31,20	65,22	1.592,92	914,53	2.507,45	471,29	1.177,84	1.649,13	2.098,23	2.123,57	4.221,80
	Dessendentação e Criação Animal	144,82	-	-	-	243,94	11,76	255,70	-	-	-	243,94	11,76	255,70
	Mineração	1.097,28	-	237,27	237,27	302,67	326,28	628,95	65,54	-	65,54	368,21	563,55	931,76
	Outros Usos	32.686,51	13.355,56	7.793,30	21.148,86	2.727,53	-	2.727,53	707,77	830,33	1.538,10	16.790,86	8.623,63	25.414,49
	Saneamento	5.252.401,63	701.139,67	56.659,01	757.798,68	1.871.898,94	176.205,84	2.047.904,78	1.301.639,22	76.993,62	1.378.632,84	3.874.477,83	309.858,47	4.184.336,30
	Total Pago 2004	**10.092.954,31**	**763.139,15**	**66.978,47**	**830.117,62**	**2.628.948,61**	**208.521,89**	**2.837.470,50**	**2.570.423,57**	**199.265,69**	**2.769.689,26**	**5.962.511,33**	**474.766,05**	**6.437.277,38**
2005	Indústria	**4.522.039,83**	28.666,81	2.257,69	30.924,50	560.099,25	36.048,44	596.147,69	993.936,61	36.788,35	1.030.724,96	1.582.702,66	75.094,48	1.657.797,14
	Irrigação	**9.911,71**	57,17	-	57,17	1.888,51	1.015,00	2.903,51	810,55	1.234,08	2.044,63	2.756,23	2.249,08	5.005,31
	Dessendentação e Criação Animal	**144,82**	-	-	-	133,06	11,76	144,82	-	-	-	133,06	11,76	144,82
	Mineração	**3.774,85**	14,01	1.341,82	1.355,83	776,70	775,70	1.552,40	157,30	-	157,30	948,01	2.117,52	3.065,53
	Outros Usos	**61.636,81**	21.130,87	985,45	22.116,32	5.450,09	-	5.450,09	687,16	745,83	1.432,99	27.268,12	1.731,28	28.999,40
	Saneamento	**5.935.369,55**	829.541,99	-	829.541,99	2.385.915,30	79.904,48	2.465.819,78	1.444.203,27	73.510,15	1.517.713,42	4.659.660,56	153.414,63	4.813.075,19
	Total Pago 2005	**10.532.877,57**	**879.410,85**	**4.584,96**	**883.995,81**	**2.954.262,91**	**117.755,38**	**3.072.018,29**	**2.439.794,89**	**112.278,41**	**2.552.073,30**	**6.273.468,64**	**234.618,75**	**6.508.087,39**
2006	Indústria	**4.445.923,59**	39.849,07	3.176,86	43.025,93	649.187,65	43.253,44	692.421,09	906.623,84	50.355,97	956.979,81	1.595.640,56	96.786,27	1.692.426,83
	Irrigação	**4.822,37**	33,04	-	33,04	346,74	1.710,70	2.057,44	636,28	3.836,95	4.473,23	1.216,06	5.547,65	6.763,71
	Dessendentação e Criação Animal	**103,26**	-	-	-	79,24	11,76	91,00	-	-	-	79,24	11,76	91,00
	Mineração	**23.851,58**	2.009,53	1.328,19	3.337,72	17.287,72	1.957,08	19.244,80	142,00	-	142,00	19.439,25	3.285,27	22.724,52
	Outros Usos	**62.002,02**	12.283,36	1.026,65	13.310,01	782,81	3.293,01	4.075,82	410,94	618,64	1.029,58	13.477,11	4.938,30	18.415,41
	Saneamento	**8.266.136,59**	793.299,05	3.554,26	796.853,31	2.912.382,08	150.276,86	3.062.658,94	1.393.681,11	88.990,81	1.482.671,92	5.099.362,24	242.821,93	5.342.184,17
	Total Pago 2006	**12.802.839,41**	**847.474,05**	**9.085,96**	**856.560,01**	**3.580.046,24**	**200.502,85**	**3.780.549,09**	**2.301.694,17**	**143.802,37**	**2.445.496,54**	**6.729.214,46**	**353.391,18**	**7.082.605,64**
2007	Indústria	**4.414.072,50**	52.577,90	-	52.577,90	611.181,10	4.606,98	615.788,08	1.267.591,22	2,23	1.267.593,45	1.931.350,22	4.609,21	1.935.959,43
	Irrigação	**24.458,36**	-	-	-	11.135,01	442,15	11.577,16	13.691,24	-	13.691,24	24.826,25	442,15	25.268,40
	Dessendentação e Criação Animal	**66,14**	-	-	-	67,48	-	67,48	-	-	-	67,48	-	67,48
	Mineração	**9.830,05**	2.086,52	1.190,29	3.276,81	8.598,31	-	8.598,31	154,03	-	154,03	10.838,86	1.190,29	12.029,15
	Outros Usos	**2.727,35**	2.274,84	-	2.274,84	3.669,47	19,42	3.688,89	3.573,71	-	3.573,71	9.518,02	19,42	9.537,44
	Saneamento	**5.247.199,40**	815.948,66	51.095,99	867.044,65	1.880.944,93	60.960,28	1.941.905,21	1.499.549,06	10.032,69	1.509.581,75	4.196.442,65	122.088,96	4.318.531,61
	Total Pago 2007	**9.698.353,80**	**872.887,92**	**52.286,28**	**925.174,20**	**2.515.596,30**	**66.028,83**	**2.581.625,13**	**2.784.559,26**	**10.034,92**	**2.794.594,18**	**6.173.043,48**	**128.350,03**	**6.301.393,51**
2008	Indústria	**4.666.250,81**	45.835,72	-	45.835,72	527.589,10	-	527.589,10	1.207.388,53	-	1.207.388,53	1.780.813,35	-	1.780.813,35
	Irrigação	**40.463,60**	-	-	-	7.432,36	-	7.432,36	7.633,09	-	7.633,09	15.065,45	-	15.065,45
	Dessendentação e Criação Animal	**70,75**	115,04	-	115,04	22,89	-	22,89	-	-	-	137,93	-	137,93
	Mineração	**8.226,02**	3.842,08	-	3.842,08	3.495,58	-	3.495,58	164,53	-	164,53	7.502,19	-	7.502,19
	Outros Usos	**2.199,99**	960,02	-	960,02	299,85	-	299,85	866,23	-	866,23	2.126,10	-	2.126,10
	Saneamento	**6.252.810,16**	1.065.385,49	-	1.065.385,49	2.768.106,74	-	2.768.106,74	1.394.199,18	-	1.394.199,18	5.227.691,41	-	5.227.691,41
	Total Pago 2008	**10.970.021,33**	**1.116.138,35**	**-**	**1.116.138,35**	**3.306.946,52**	**-**	**3.306.946,52**	**2.610.251,56**	**-**	**2.610.251,56**	**7.033.336,43**	**-**	**7.033.336,43**
TOTAL GERAL		62.787.882,12	5.149.743,57	148.840,85	5.298.284,12	17.823.776,41	1.038.254,95	18.862.031,36	15.102.092,53	644.836,25	15.746.928,78	38.075.612,51	1.828.931,75	39.904.244,26

Fl. nº 85

Rio sofre com

Esgoto doméstico é 88% de toda a carga

Fl. nº 86



TERES/BARBOSA/TEXTOARTE

poluição responsável por lançada na bacia

BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL

Área de drenagem: 55.500 km²
Área da Bacia: 6% da Região Sudeste e 0,7% da área do país
Estados: São Paulo (13.900 km²), Minas Gerais (20.700 km²) e Rio de Janeiro (20.900 km²)
Indústrias: 8.500
Cobertura vegetal e uso do solo: 70% pastagens e 11% florestas nativas, 27% por culturas, reflorestamento e outros
As principais usinas hidrelétricas
Estado de São Paulo: Paraibuna/Paraitinga, Jaguari (CESP) e Santa Branca (LIGHT)
Estado do Rio de Janeiro: Funil (FURNAS), Nilo Peçanha, Fontes Velha, Fontes Nova, Pereira Passos e Ilha dos Pombos (LIGHT)

FONTE: [illegible]

A bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul localiza-se na região Sudeste – uma das mais industrializadas do Brasil, com cerca de 8,5 mil indústrias instaladas, responsável por 12% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Abrange 180 municípios, sendo: 88 em Minas Gerais, 53 no Estado do Rio e 39 no Estado de São Paulo.

A população urbana total da Bacia é de cerca de 5,5 milhões de habitantes (IBGE/2005), sendo que desses 2,4 milhões (16%) vivem no Estado do Rio de Janeiro, 1,3 milhão (7%) em Minas Gerais e 1,8 milhão (5%) em São Paulo. Além desta população, também dependem das águas da Bacia cerca de 8,7 milhões de habitantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, abastecida pelas águas transpostas pelo Sistema Lajes/Guandu, o que representa aproximadamente 14,2 milhões de pessoas.

Segundo o Relatório da Agência Nacional de Águas (ANA) "Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos 2008 – Rio Paraíba do Sul", a tendência de concentração populacional nas áreas urbanas segue o mesmo padrão de outras regiões brasileiras e é um dos fatores de aumento da poluição nos rios da bacia.

O rio Paraíba do Sul é formado no município de Paraibuna, no Estado de São Paulo, da junção dos rios Paraitinga e Paraibuna. A partir de Paraibuna, segue seu curso por 1.150 km até desaguar no Oceano Atlântico, no norte fluminense, na praia de Atafona, no município de São João da Barra.

Os principais usos da água na bacia são: abastecimento, diluição de esgotos, irrigação e geração de energia hidroelétrica e, em menor escala, pesca, aqüicultura, recreação, navegação, entre outros. A captação de água para abastecimento corresponde a 64 mil litros por segundo (17 mil para abastecimento domiciliar da população residente na bacia, mais 47 mil para o abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro). Para uso industrial, a captação

Fl. nº 87

Rio Pomba, em Cataguases (MG): um dos principais afluentes da margem esquerda do rio Paraíba do Sul

é estimada em 14 mil l/s e para uso agrícola 30 mil l/s.

Todos esses usos somam uma captação de 588.554.840,68 m³/ano. O lançamento é da ordem de 351.378.165,80 m³/ano e o consumo de 145.464.167,74 m³/ano. Nos três Estados, o índice de DBO apurado é de 31.593.895,82 kg/ano – DBO é a sigla para Demanda Bioquímica de Oxigênio, o consumo de oxigênio da água através de reações biológicas e químicas. A maior carga vem do despejo do esgoto in natura no rio Paraíba do Sul, o que representa 88% do total. Veja tabela ao lado.

Separando-se por atividades, os 80 usuários do setor industrial captam 326.981.366,34 m³/ano de água; lançam 216.713.163,38 m³/ano e consomem 75.872.479,12 m³/ano. A carga de DBO é da ordem de 3.725.041,87 kg/ano (11,79%). Os 29 usuários do setor de irrigação e criação animal captam 24.670.213,76 m³/ano e consomem 6.733.636,50 m³/ano. Os 41 usuários de mineração captam 568.143,06 m³/ano e consomem 38.130,64 m³/ano.

Já o setor de saneamento tem 82 cadastrados que captam 232.433.232,07 m³/ano de água, lançam 134.245.679,68 m³/ano, consomem 59.130.654,81 m³/ano e o nível de DBO é de 27.758.544,86 kg/ano (87,86%). Os setores classificados como outros usos tem 10 cadastrados que captam 159.901,46 m³/ano de água, lançam 331.482,74 m³/ano, consomem 35.122,68 m³/ano e a carga de DBO apurada é de 110.031,51 kg/ano (0,35%). Só uma termoelétrica está cadastrada para pagamento, com captação de 3.741.984,00 m³/ano, lançamento de 87.840,00 m³/ano, consumo de 3.654.144,00 m³/ano e 277,57 kg/ano de DBO.

De acordo com o levantamento da ANA, um bilhão de litros de esgotos domésticos, praticamente sem tratamento, são despejados diariamente, contribuindo para a situação de degradação da bacia. Cerca de 90% dos municípios não contam com estação de tratamento. A carga poluidora total da bacia, de origem orgânica, corresponde a cerca de 280 toneladas de DBO por dia, dos quais 88% derivam de efluentes domésticos e 12% industriais.

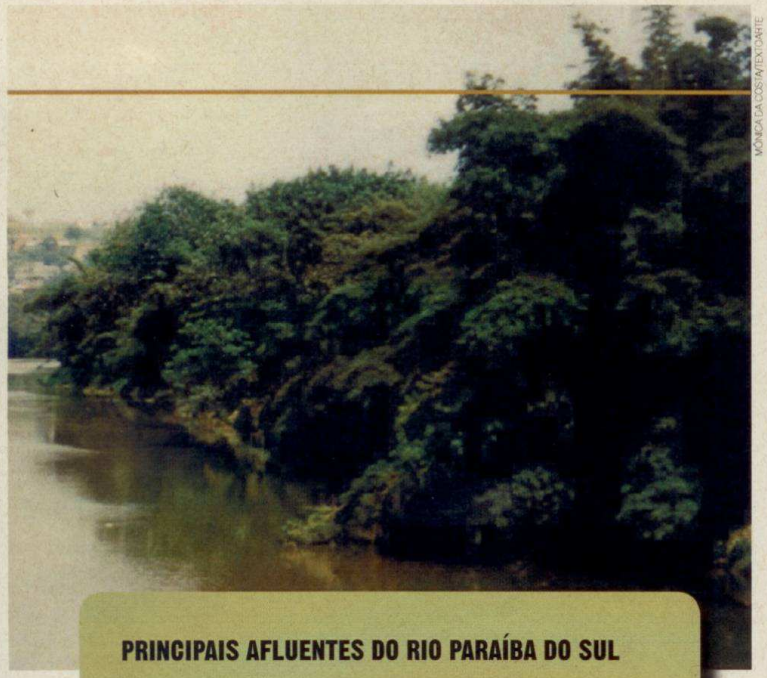
Ainda de acordo com o relatório da ANA, o Estado de São Paulo é o que apresenta maior percentual de esgotos tratados (28%), enquanto o Rio de Janeiro trata 3% e Minas Gerais 1,2%. Outros fatores que contribuem para a degradação da qualidade das águas da Bacia são: disposição inadequada do lixo (53% dos lixos produzidos são destinados aos lixões ou outras formas inadequadas); desmatamento indiscriminado, provocando a erosão que acarreta o assoreamento dos rios, agravando as conseqüências das enchentes; retirada de recursos minerais e areia para a construção civil sem as devidas medidas para a minimização de impactos e recuperação ambiental das áreas desativadas; o uso indevido e não controlado de agrotóxicos; a ocupação desordenada do solo; e a pesca predatória; entre outros.

Usos de Rec

FONTE: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

SETOR	Nº DE EMPREENDIMENTOS
Indústria	80
Irrigação e Criação Animal	29
Mineração	41
Saneamento	82
Outros Usos	10
Termoelétrica	1
Total	243

Fl. nº 88



MÔNICA COSTA/TEXTO ANTE

PRINCIPAIS AFLUENTES DO RIO PARAÍBA DO SUL

MARGEM ESQUERDA

- Paraibuna – desenvolve seu curso, com extensão de 180 km, em Minas Gerais; banhando a cidade de Juiz de Fora, tendo afluentes, dentre outros, os rios do Peixe e Preto
- Pomba – com 300 km de curso, sua foz está próxima à Itaocara, limite entre os trechos médio e baixo Paraíba
- Muriaé – com 250 km de extensão, tendo seu curso inferior localizado em território fluminense, com características de rio de planície

MARGEM DIREITA

- Piraí – rio cujas características hidráulicas e sedimentológicas são bastantes modificadas, pois possui os barramentos de Tocos e Santana e um barramento no Ribeirão Vigário, afluente pela margem direita
- Piabanha – com 80 km de extensão, banha os municípios de Petrópolis, Areal e Três Rios, sendo seu principal afluente o rio Paquequer de 75 km de curso, que banha Teresópolis e São José do Vale do Rio Preto
- Dois Rios – formado pela confluência dos rios Negro e Grande

cursos Hídricos por Setor – 2008

Captação (m³/ano)	Lançamento (m³/ano)	Consumo (m³/ano)	DBO (kg/ano)
326.981.366,34	216.713.163,38	75.872.479,12	3.725.041,87
24.670.213,76	0,00	6.733.636,50	0,00
568.143,06	0,00	38.130,64	0,00
232.433.232,07	134.245.679,68	59.130.654,81	27.758.544,86
159.901,46	331.482,74	35.122,68	110.031,51
3.741.984,00	87.840,00	3.654.144,00	277,57
588.554.840,68	**351.378.165,80**	**145.464.167,74**	**31.593.895,82**

Usuário de Água da Bacia do rio Paraíba do Sul

Cadastre-se no CNARH

Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos

Acesse o site do CEIVAP e saiba passo-a-passo como fazer o registro

http://ceivap.org.br/cnarh.php

Outras informações:
Agência Nacional de Águas
0800 – 7252255
de 2ª a 6ª feira
das 8 às 14 horas

Fl. nº 89

Encontro Nacional de Comitês de Bacias

ARQUIVO/AGEVAP

Apresentação do CEIVAP foi realizada pelo Secretário Breno Gurgel

Representantes do CEIVAP e da AGEVAP participaram, nos dias 12 e 13 de novembro, do 1º Encontro de CBH's Interestaduais, evento que foi realizado em paralelo ao X Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, na cidade do Rio de Janeiro. Também estiveram presentes integrantes dos comitês dos rios São Francisco; Doce; Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ); Paranaíba; e Piranhas-Açu, que tiveram a oportunidade de trocar experiências entre os colegiados.

O tema principal deste primeiro encontro foi "Planejamento das ações dos comitês de bacias interestaduais", com os sub-temas: a) infra-estrutura e secretaria executiva – experiências; b) planos de recursos hídricos – o que é preciso para torná-los eficazes? c) ação dos comitês para a regulação dos usos; d) cobrança pelo uso da água – experiências dos comitês do rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e rios Piracicaba Capivari e Jundiaí (PCJ); e) apoio técnico e agência de água; f) planejamento das ações do comitê: como fazer?; g) como operacionalizar o comitê de integração?

O X Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas reuniu cerca de 2 mil pessoas, de 150 Comitês de Bacias Hidrográficas de 26 estados brasileiros. Este ano, o evento teve como tema "O Fortalecimento da Gestão Participativa das Águas - 10 anos de Articulação dos Comitês de Bacia no Brasil", para enfocar a importância dos comitês que compõem o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Brasil.

Além dos relatos das experiências dos estados em gestão participativa e comitês de bacia, foi aprovada a Carta do Rio, que trata do posicionamento do Fórum sobre apoio à gestão participativa, bem como aponta a necessidade crucial de funcionamento dos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos como indispensável nas ações que visam garantir os padrões de qualidade e quantidade da água dentro da sua unidade de conservação - a bacia hidrográfica.

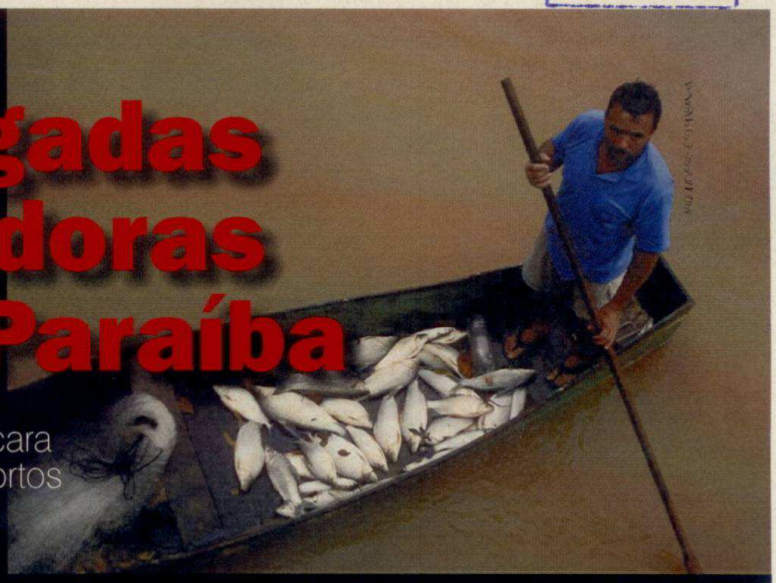
Minas Gerais foi eleita pela plenária da Coordenação Nacional dos Comitês para sediar o XI Fórum Nacional, em 2009. O evento, ainda sem data definida, será organizado pelo Fórum Mineiro de Comitês de Bacia Hidrográfica, com o apoio do Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema) por meio do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).

O Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, formado pelo conjunto dos Comitês de Bacias Hidrográficas legalmente instituídos no âmbito dos Sistemas Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos, foi organizado em 1999, ano em que realizou-se o Primeiro Encontro Nacional de Comitês, na cidade de Ribeirão Preto (SP).

Posteriormente, estes Encontros anuais aconteceram nos Estados do Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina, Sergipe, Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo e Paraná. Sua missão primordial é articular os Comitês de Bacias Hidrográficas em nível nacional, visando ao fortalecimento dos mesmos como parte do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, de forma descentralizada, integrada e participativa.

Fl. nº 90

Madrugadas desoladoras no rio Paraíba



Pescador de Itaocara recolhe peixes mortos envenenados por endosulfan

Desde 2003 que as madrugadas na bacia do rio Paraíba do Sul já não são mais tranqüilas. A região - onde habitam mais de 5 milhões de pessoas, além de outras 10 milhões que usufruem de suas águas - vem sendo gradativamente marcada, com espaços cada vez mais curtos, por graves desastres ambientais. Nos últimos cinco anos, quatro ocorrências de proporções interestaduais abalaram a vida dos moradores, dos pescadores e daqueles que dependem da água do rio para sobreviver.

O primeiro choque ocorreu na madrugada de 29 de março de 2003 quando a barragem da empresa Florestal Cataguases, localizada na cidade de Cataguases (MG), rompeu provocando o vazamento de cerca de 1,2 bilhão de litros de resíduos tóxicos no rio Pomba, um dos maiores afluentes da porção media do rio Paraíba do Sul. O vazamento prejudicou o abastecimento de água em 56 cidades nos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. A mancha tóxica chegou a atingir o sul do Espírito Santo e se dispersou no oceano Atlântico. Este desastre ficou internacionalmente conhecido como o maior incidente de poluição fluvial causado por uma industria de celulose no mundo.

Na tarde de 2 março de 2006, um novo rompimento de barragem, desta vez da Mineradora Rio Pomba Cataguases, localizada na cidade de Mirai (MG), despejou cerca de 400 milhões de litros de lama resultante de lavagem de bauxita nos rios Fubá e Muriaé. O vazamento durou três dias e prejudicou os municípios de Mirai e Muriaé (MG); Laje do Muriaé, Itaperuna, Italva, Cardoso de Moreira, Campos dos Goytacazes e Paraíba do Sul (RJ).

Na madrugada de 10 janeiro de 2007 outro rompimento, na mesma mineradora, despejou mais dois milhões de litros de lama no Córrego Bom Jardim, que deságua no Rio Fubá. O acidente ambiental atingiu os municípios de Miraí, Muriaé e Patrocínio do Muriaé (MG); além de Laje do Muriaé e Itaperuna (RJ). Mais de 2 mil moradores de Miraí ficaram desabrigados e, cerca de 100 mil sem água potável.

Menos de um ano depois, na madrugada do dia 18 de novembro de 2008, em Resende (RJ) cerca de 8.000 litros do inseticida Endosulfan vazaram no rio Pirapetinga, afluente do Paraíba do Sul. O acidente ocorreu devido a uma falha operacional durante descarregamento do produto na indústria química Servatis provocando a morte de milhares de peixes e animais em todo o percurso que o rio Paraíba faz de Resende até a foz, no município de São João da Barra.

Infelizmente, estes não foram os primeiros acidentes de grandes proporções, causados por indústria, que afetaram o rio. Em 1980 e 1982 a empresa Cia. Paraibuna de Metais também despejou milhares de litros de resíduos industriais no rio Paraibuna, em Juiz de Fora (MG), maior afluente em volume de água do Paraíba do Sul.

A Comissão Estadual de Controle Ambiental, órgão da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA), multou a empresa Servatis em R$ 33 milhões de reais e os proprietários devem ser indiciados por crime ambiental. Existe ainda a suspeita de que o vazamento do inseticida Endosulfan tenha sido maior do que os 8 mil litros informados pela empresa, o que está sendo apurado.

A SEA está elaborando os laudos sobre os impactos na ictiofauna do Paraíba do Sul e estuda com o IBAMA a necessidade de criar um defeso emergencial, visando dar prazo para a recomposição das espécies afetadas. As ações de socorro ao rio Paraíba do Sul foram anunciadas pela Secretaria e são consideradas necessárias, sobretudo porque em caso de acidente ambiental em Minas Gerais ou em São Paulo ou mesmo no Estado do Rio, como o que aconteceu, o abastecimento de água para mais de 12 milhões de pessoas no Estado do Rio é diretamente afetado.

Fl. nº 91

Acidente ambiental dizimou várias espécies de peixes no trecho entre Resende até a foz do rio Paraíba do Sul

Para a Secretária do Ambiente do Rio de Janeiro, Marilene Ramos, é preciso ter um plano de contingência para acidentes no rio Paraíba do Sul e isso tem de ser debatido entre os três Estados que integram a bacia hidrográfica e a Agência Nacional de Águas. No Estado do Rio de Janeiro, especificamente, a SEA já está discutindo também a possibilidade de repovoamento da ictiofauna do Paraíba do Sul, que no trecho entre Resende e a foz foi totalmente dizimada. "Além disso, há que se rediscutir o sistema de alerta que hoje a ANA junto com o Serviço Geológico do Brasi/CPRM está operando, mas que demonstrou neste acidente que não dá conta do tipo de problema que nós podemos enfrentar", alerta.

Quem também chama a atenção para essa deficiência do sistema é o Prof. Paulo Canedo Magalhães, Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI/RJ). De acordo com ele, o Estado só conseguiu identificar a fonte, o local, a quantidade e o tipo de matéria que foi derramada com mais de 24 horas após o acidente na Servatis, porque não há um sistema de alarme eficiente e que permita identificar a que horas a mancha de poluição passará por cada ponto e com que concentração. "O sistema que nós temos ainda é falho, não-preciso para identificar isso, e, portanto, não permite decisões de proteção da saúde pública com a devida eficácia", afirma.

Para Magalhães, o Rio de Janeiro não tem procurado alternativas para o abastecimento de água e o colapso nas águas do Paraíba do Sul significa uma crise incontornável para o abastecimento público da região metropolitana e da cidade do Rio de Janeiro. "Mas, o problema de poluição acidental no rio Paraíba do Sul traz conseqüências bem maiores do que a interrupção do abastecimento da região metropolitana, porque o rio ainda fornece água para inúmeros outros municípios", lembra. "O que a gente aprende deste acidente é a fragilidade em que estamos todos nós com relação a uma possível contaminação nas águas".

Guilherme Souza, Diretor Técnico do "Projeto Piabanha", com sede em Itaocara (RJ), informou que populações de 19 espécies de peixes foram afetadas com o acidente em Resende e que a comunidade de pescadores está indignada. De acordo com o Ministério da Saúde, o limite tolerado pelo homem é de 20 microgramas de endosulfan por litro; já os peixes são extremamentes sensíveis ao inseticida e suportam um limite de apenas 0,2 microgramas por litro.

Técnicos do Projeto Piabanha recolheram vários exemplares de peixes visando à obtenção das biometrias

Cronologia d

Data:29/3/2003

Local: Cataguases (MG)
Ocorrência: vazamento de 1,2 bilhão de litros de resíduos tóxicos no rio Pomba, afluente do rio Paraíba do Sul
Responsável: Empresas Florestal Cataguazes
Cidades Afetadas: 56 em Minas Gerais e Rio de Janeiro
População Afetada: 600.000 habitantes sem água potável
Multa: R$ 75 milhões. Em novembro de 2007, o Ministério Público Federal em Campos (RJ) conseguiu decisão judicial favorável ao ação civil pública no caso. O juiz federal em Campos condenou solidariamente os réus a pagarem uma indenização de R$ 144 milhões. Na ação, o procurador da República Eduardo Santos de Oliveira pedia indenização e compensação por danos ecológicos e por danos difusos
Conseqüência: mancha atingiu o mar cerca de 215 km de distância do acidente e das 169 espécies de peixes existentes no Paraíba do Sul, 60 foram diretamente afetadas pelo vazamento tóxico
O que disse a empresa: "o produto é orgânico e não é tóxico".

Data: 2/3/2006

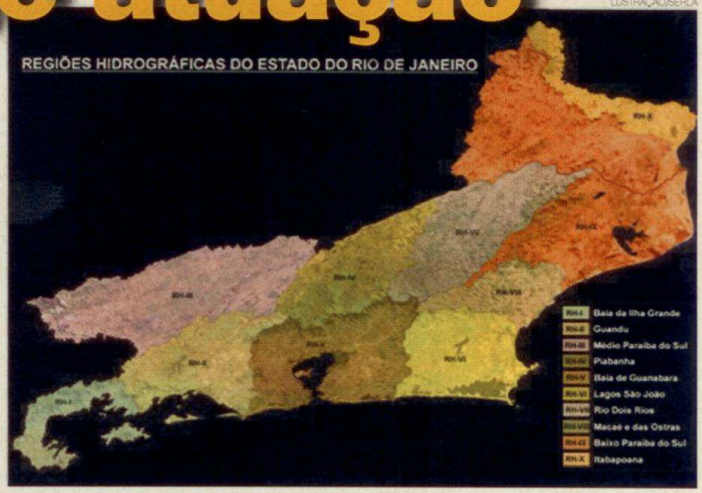
Local: Miraí (MG)
Ocorrência: vazamento de 400 milhões de litros de lama resultante de lavagem de bauxita nos rios Fubá e Muriaé
Responsável: Mineradora Rio Pomba Cataguases
Cidades Afetadas: Mirai e Muriaé (MG); Laje do Muriaé, Itaperuna, Italva, Cardoso de Moreira, Campos dos Goytacazes e Paraíba do Sul (RJ)
População Afetada: 100 mil pessoas sem água potável
Multa: R$ 75 milhões
Conseqüência: O vazamento durou 72 horas. Destruição de ecossistemas ribeirinhos, eliminação de fauna aquática por falta de oxigenação na água, inundação de áreas de pastagens e agricultura e alteração da qualidade das águas do córrego Bom Jardim e do ribeirão Fubá, por índices altos de turbidez (presença de sedimentos).
O que disse a empresa: "não há produtos químicos nem metais pesados e o material é "inerte", não-tóxico, exclusivamente argila"

Fl. nº 93

CEIVAP amplia área de atuação

CBH Rio Dois Rios: cerimônia de posse aconteceu dia 2 de dezembro

ILUSTRAÇÃO/SERLA



Região Hidrográfica IX do Estado do Rio de Janeiro passa a integrar o Sistema de Gestão da Bacia do Paraíba do Sul

Buscando o aperfeiçoamento do sistema de gestão dos recursos hídricos, o Estado do Rio de Janeiro subdividiu seu território em 10 Regiões Hidrográficas: Baía de Ilha Grande; Guandu; Médio Paraíba do Sul; Piabanha; Baía de Guanabara; Lagos e rio São João; Rio Dois Rios; Macaé e das Ostras; Baixo Paraíba do Sul; e Itabapoana. A medida, aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI), por meio da Resolução CERHI-RJ Nº 18, de novembro de 2006, tem por objetivo facilitar a gestão dos recursos naturais e otimizar a aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso da água em cada região. Esta resolução regulamenta o Artigo 10 da Lei Estadual Nº 3.239.

Um aspecto importante deste documento é a especificação da área de atuação do Comitê de Bacia Hidrográfica, coincidente com a respectiva região hidrográfica. Desta forma, no Estado do Rio de Janeiro os comitês gestores existentes e os que ainda serão criados no futuro deverão assumir a conformação da região hidrográfica correspondente. A Resolução esclarece também que, no caso dos comitês já constituídos, a área geográfica fica desde já alterada para a área de abrangência da região hidrográfica e estimula as atuais diretorias dos comitês a empreenderem ações de mobilizações nas novas áreas agregadas.

Em dezembro de 2006, o CEIVAP apresentou a Moção 003/2006 reconhecendo a nova definição hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, que foi aprovada após parecer da ANA – que entende que a gestão dos recursos hídricos da bacia do Paraíba do Sul e da região dos canais deve ser feita de forma integrada, assim como a operação e a manutenção do sistema de canais em questão. "Em março deste ano, o Comitê recebeu a aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) para a ampliação da sua área de atuação, incluindo os canais de Campos e as bacias costeiras associadas (Lagoa Feia), que integram a Região Hidrográfica IX – Baixo Paraíba do Sul", diz Breno Gurgel, Secretário do CEIVAP. Veja as novas áreas agregadas ao CEIVAP no novo mapa da bacia, publicado nas páginas seguintes.

De acordo com a ANA, a bacia do Baixo Paraíba do Sul é marcada por obras hidráulicas – a exemplo de canais e diques – que datam do século XVII. Essas estruturas encontram-se hoje deterioradas e sem capacidade para atender a todas as demandas. É, portanto, um desafio regional, cuja solução está orçada em cerca de R$ 35 milhões, e a recuperação do sistema depende, necessariamente, de uma visão integrada.

No território da Bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, que compreende o Estado do Rio de Janeiro, existem atualmente três Comitês de Bacias: Piabanha, Médio Paraíba do Sul (norte fluminense) e Rio Dois Rios (na região serrana) – este último recentemente instalado em Nova Friburgo, durante cerimônia de posse realizada nas dependências do SENAI, no dia 2 de dezembro. A região hidrográfica conta ainda com a atuação de mais três colegiados: PS1 e COMPÉ, no Estado de Minas Gerais, e CBH-PS, no Estado de São Paulo. Confira ao lado o quadro resumo destes colegiados, que têm importante atuação na gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Fl. nº 94

FLÁVIO SIMÕES/AGB PCJ

Comitê das Bacias Hidrográficas do Piabanha

Criação: 14/9/2005 – Decreto Nº 38.235
Área: Rio Piabanha e Sub-bacias hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto
Municípios: Petrópolis, Teresópolis, Areal, Três Rios, São José do Vale do Rio Preto, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Sumidouro, Sapucaia e Carmo
Composição: 30 membros e seus respectivos suplentes, sendo 12 do segmento dos usuários de água, 9 do poder público e 9 das organizações civis

Comitê de Bacia da Região Hidrográfica Rio Dois Rios

Criação: 11/9/2008 – Decreto Nº 41.472
Área: Rio Negro e Dois Rios, Córrego do Tanque e Adjacentes, Bacia da Margem Direita do Médio Inferior do Paraíba do Sul
Municípios: Bom Jardim, Duas Barras, Cordeiro, Macuco, Cantagalo, Itaocara, São Sebastião do Alto, Nova Friburgo, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena e São Fidélis.
Composição: 24 membros e respectivos suplentes, sendo 8 representantes do poder público, 8 representantes de usuários e 8 representantes da sociedade civil

Comitê de Bacia da Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul

Criação: 11/9/2008 – Decreto Nº 41.475
Área: Bacia do Preto e bacias do curso médio superior do rio Paraíba do Sul
Municípios: Itatiaia, Resende, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda, Pinheiral, Valença, Rio das Flores, Comendador Levy Gasparian, assim como, parcialmente, os municípios de Rio Claro, Piraí, Barra do Piraí, Vassouras, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Três Rios e Mendes
Composição: 24 membros e respectivos suplentes, sendo 8 representantes do poder público, 8 representantes de usuários e 8 representantes da sociedade civil

Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul

Criação: 25/11/1994 - Lei 7.663/91
Área: Alto Vale e Médio Vale Superior – trecho paulista da bacia
Municípios: Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Cunha, Guararema, Guaratinguetá, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Santa Isabel, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, Silveiras, Taubaté e Tremembé. Além destes, também estão incluídos no CBH-PS os municípios de Arujá e Guarulhos (região do Alto Tietê) – que têm parte de seus territórios inseridos na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
Composição: 36 representantes e respectivos suplentes, sendo 12 representantes do poder público; 12 representantes de usuários e 12 representantes da sociedade civil

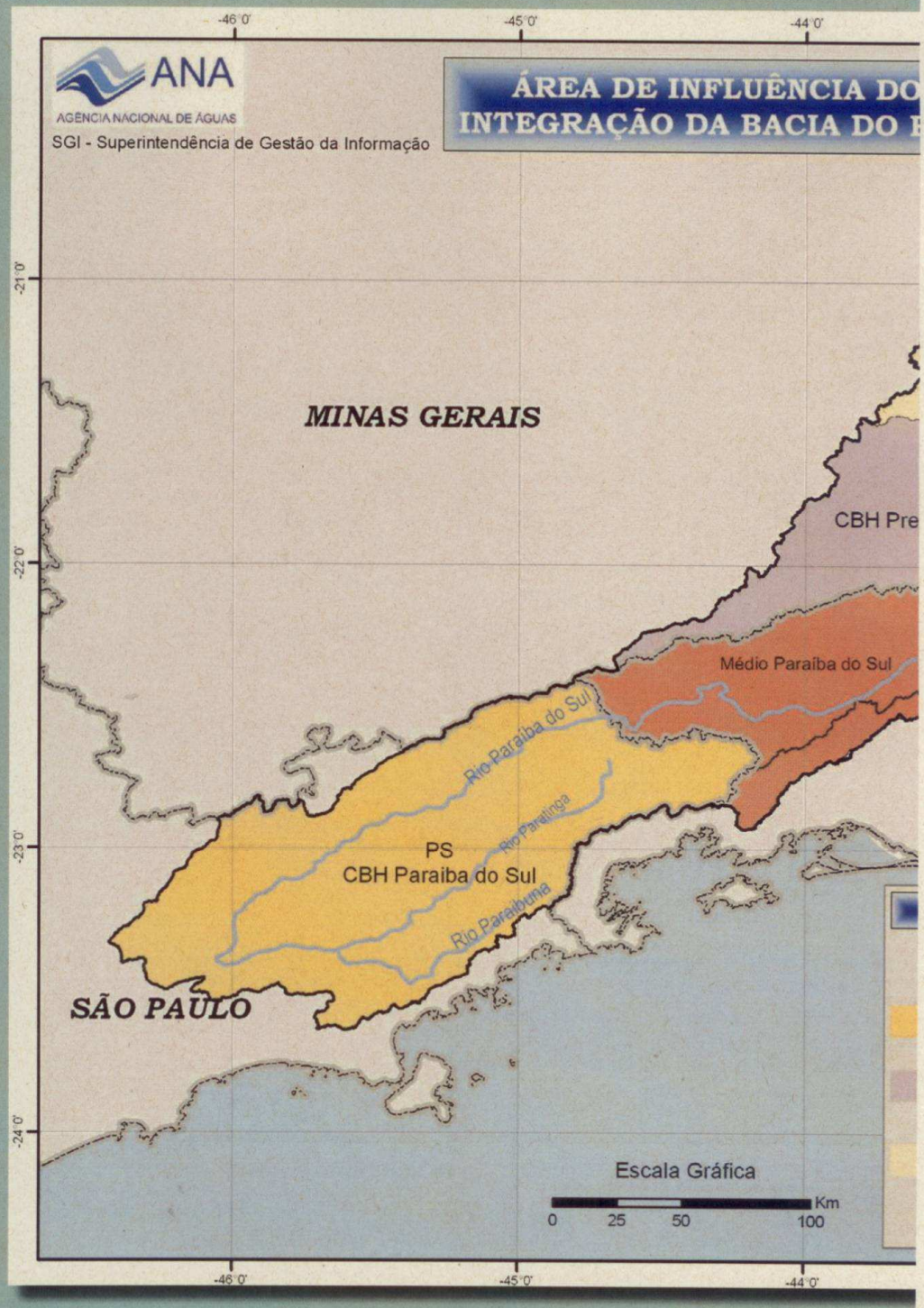
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé

Criação: 3/5/2006 - Decreto 44.290
Área: Bacias dos rios Pomba e Muriaé
Municípios: Além Paraíba, Antônio Carlos, Antônio Prado de Minas, Barão do Monte Alto, Barbacena, Bicas, Carangola, Chácara, Desterro do Melo, Divinésia, Divino, Ervália, Espera Feliz, Estrela-d'Alva, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Miradouro, Miraí, Muriaé, Orizânia, Patrocínio do Muriaé, Pedra Dourada, Pirapetinga, Rosário da Limeira, Santo Antônio do Aventureiro, São Francisco do Glória, São Sebastião da Vargem Alegre,, Senador Cortes, Tombos, Vieiras, Volta Grande, Aracitaba, Argirita, Astolfo Dutra, Cataguases, Coronel Pacheco, Descoberto, Dona Euzébia, Goiana, Guarani, Guidoval, Guiricema, Itamarati de Minas, Laranjal, Leopoldina, Mercês, Oliveira Fortes, Paiva, Palma, Piau, Piraúba, Recreio, Rio Novo, Rio Pomba, Rochedo de Minas, Rodeiro, Santa Bárbara do Tugúrio, Santana de Cataguases, Santos Dumont, São Geraldo, São João Nepomuceno, Silveirânia, Tabuleiro, Tocantins, Ubá, Visconde do Rio Branco
Composição: 16 representantes e respectivos suplentes, sendo 4 membros de órgãos e entidades do Poder Público Estadual, 4 membros do Poder Público Municipal, 5 membros de organizações de usuários das águas da bacia e 3 membros de entidades da sociedade civil

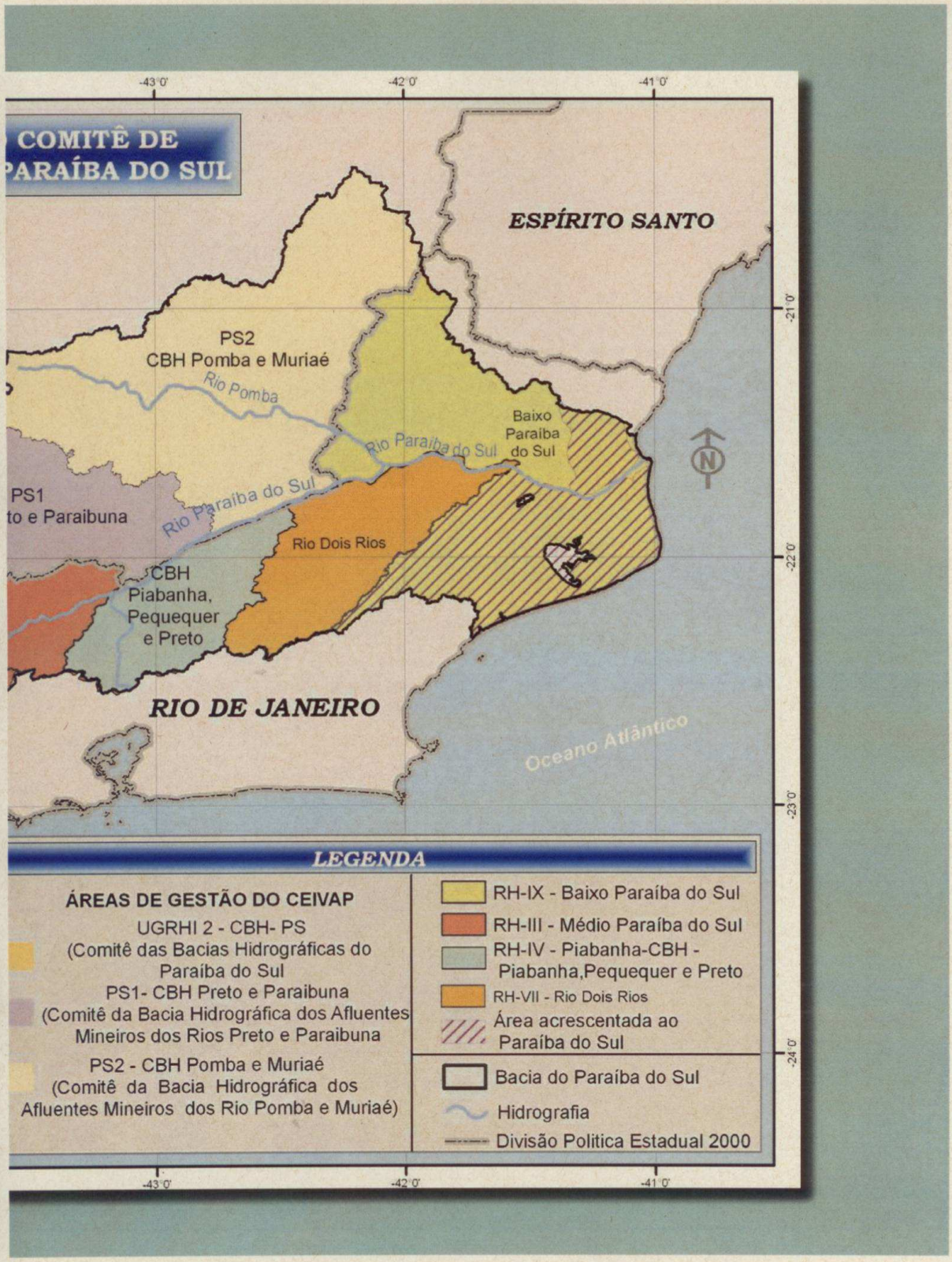
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna

Criação: 29/12/2005 - Decreto 44.199
Área: afluentes mineiros dos rios Preto e Paraibuna
Municípios: Além Paraíba, Antônio Carlos, Belmiro Braga, Bias Fortes, Bicas, Bocaina de Minas, Bom Jardim de Minas, Chácara, Chiador, Ewbank da Câmara, Guarará, Juiz de Fora, Lima Duarte, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Matias Barbosa, Olaria, Passa-Vinte, Pedro Teixeira, Pequeri, Rio Preto, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Rita do Ibitipoca, Santa Rita do Jacutinga, Santana do Deserto, Santo Antônio do Aventureiro, Santos Dumont, Senador Cortes, Simão Pereira
Composição: 32 representantes e respectivos suplentes, sendo 8 representantes dos usuários de águas, 8 representantes da sociedade civil, 8 representantes do poder público municipal e 8 representantes do poder público estadual

Fl nº 95


ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SGI - Superintendência de Gestão da Informação
ÁREA DE INFLUÊNCIA DO
INTEGRAÇÃO DA BACIA DO
-46°0'
-45°0'
-44°0'
-21°0'
-22°0'
-23°0'
-24°0'
MINAS GERAIS
CBH Pre
Médio Paraíba do Sul
Rio Paraíba do Sul
Rio Paraitinga
Rio Paraibuna
PS
CBH Paraiba do Sul
SÃO PAULO
Escala Gráfica
0
25
50
100
Km

Fl nº 96


COMITÊ DE
PARAÍBA DO SUL
ESPÍRITO SANTO
PS2
CBH Pomba e Muriaé
Rio Pomba
Rio Paraíba do Sul
Baixo
Paraíba
do Sul
PS1
to e Paraibuna
Rio Paraíba do Sul
Rio Dois Rios
CBH
Piabanha,
Pequequer
e Preto
RIO DE JANEIRO
Oceano Atlântico
N
-43°0'
-42°0'
-41°0'
-21°0'
-22°0'
-23°0'
-24°0'
LEGENDA
ÁREAS DE GESTÃO DO CEIVAP
UGRHI 2 - CBH- PS
(Comitê das Bacias Hidrográficas do
Paraíba do Sul
PS1- CBH Preto e Paraibuna
(Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes
Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna
PS2 - CBH Pomba e Muriaé
(Comitê da Bacia Hidrográfica dos
Afluentes Mineiros dos Rio Pomba e Muriaé)
RH-IX - Baixo Paraíba do Sul
RH-III - Médio Paraíba do Sul
RH-IV - Piabanha-CBH -
Piabanha,Pequequer e Preto
RH-VII - Rio Dois Rios
Área acrescentada ao
Paraíba do Sul
Bacia do Paraíba do Sul
Hidrografia
Divisão Politica Estadual 2000

Fl. nº 97

Condição ambi

ETE SABESP Taubaté–Tremembé: obra, que também recebeu recursos da cobrança pelo uso da água, vai permitir uma remoção média de 17.382 kg DBO/dia

Fl. nº 98

ental da bacia

Secretários de Estado de MG, RJ e SP fazem um balanço sobre principais problemas e investimentos

Fl. nº 99

José Carlos Carvalho: *"A tese da abundância dos recursos naturais, com ênfase na água, deve ser definitivamente descartada pela sociedade e pelos governos"*

Marilene Ramos: *"O Pacto Pelo Saneamento no Estado do RJ prevê a ampliação do tratamento de esgoto dos atuais 25% para 80%, nos próximos dez anos"*

Francisco Graziano: *"O principal problema ainda enfrentado na região continua sendo o tratamento dos esgotos domésticos"*

Com intensa atividade industrial, a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul é conhecida nacionalmente pela elevada concentração populacional e importância econômica. Sua área geográfica abrange 180 municípios: 39 no Estado de São Paulo, 53 no Rio de Janeiro e 88 em Minas Gerais. Este alto desenvolvimento regional, no entanto, é também um dos marcantes fatores que contribuem para a sua rápida degradação ambiental.

De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA), um bilhão de litros de esgotos domésticos são diariamente despejados em toda a bacia, praticamente sem tratamento. Levantamentos e estudos realizados no âmbito do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (PGRH-2007), elaborado pela Fundação COPPETEC – Laboratório de Hidrologia e Estudos de Meio Ambiente, indicam que das localidades pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul com populações superiores a 15.000 habitantes – onde se concentram 82,3% de sua população urbana total –, cerca de 82,02% são servidos por rede coletora de esgotos e apenas 17,6% contam com o tratamento de seus efluentes domésticos. A situação é ainda pior quando se constata que nas parcelas fluminense e mineira os percentuais de tratamento são inferiores a 12,0%. Veja ao lado o gráfico Situação Atual dos Sistemas de Esgotamento Sanitário.

Já em relação às estimativas de lançamentos de cargas orgânicas expressas em DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio), do total de 282,6 toneladas/dia produzidas (cerca de 88% derivam de efluentes domésticos e 12% de efluentes industriais), apenas 36,8 t/d são retiradas através de tratamento, restando como carga remanescente 246,0 t/d, lançada diretamente na bacia. Deste modo, esses percentuais refletem de maneira inequívoca o grau de exposição aos agentes de doenças infectocontagiosas de veiculação hídrica a que todos os habitantes estão sujeitos, além de evidenciarem a contribuição diária, em termos de carga orgânica remanescente, que o rio Paraíba do Sul e seus afluentes estão recebendo. Portanto, a conclusão final deste rápido diagnóstico é bastante evidente: a bacia do rio Paraíba do Sul necessita de amplos investimentos destinados à implantação, ampliação e/ou melhoria dos sistemas de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários.

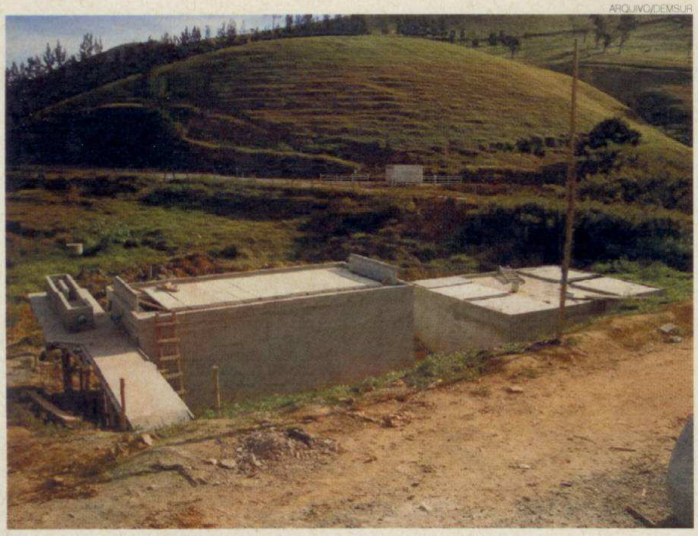
MINAS GERAIS

Para o Estado de Minas Gerais, o tratamento de esgotos se reveste de importância estratégica, não somente para a saúde pública como também como fator de qualidade de vida. "O saneamento ambiental tem muitas vertentes, entre elas o tratamento da água, dejetos humanos e animais, lixo domiciliar e hospitalar, controle de insetos e roedores, controle das veiculações de doenças hídricas, verminoses, educação sanitária, meio ambiente e poluições concentradas e difusas. Portanto, esse atendimento de condicionantes exige vultosos investimentos físicos, tecnológicos e educacionais, num considerável espaço de tempo, e os recursos, como todos podem avaliar, são escassos para atender às crescentes demandas por qualidade de vida no campo e nas cidades", argumenta José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais.

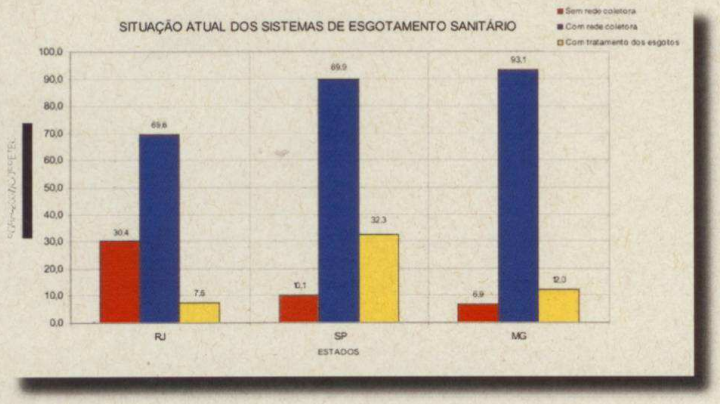
De acordo com os dados disponibilizados pela SEMAD, na geografia dos 88 municípios pertencentes à bacia do Paraíba do Sul existem três estações de tratamento e seis ETE's de pequeno porte. "Esse esforço precisa ser multiplicado por exigir consideráveis recursos financeiros, nem sempre disponíveis", diz Carvalho. Segundo ele, um aspecto importante a assinalar neste contexto é a experiência ambiental de Muriaé, com uma população de aproximadamente 95.548 habitantes

Fl. nº 100

ARQUIVO/DEMSUR



ETE Pirapanema, em Muriaé (MG). Obra em andamento, prevê uma redução de 34,6 kg DBO/dia.



(2008). "Com recursos repassados pela cobrança do CEIVAP e do PRODES/ANA (Programa de Despoluição das Bacias Hidrográficas), três ETE's estão construídas e com previsão de mais duas. Essa iniciativa permitiu o tratamento de 100% dos esgotos de duas comunidades rurais, ampliando para 48% a capacidade de tratamento dessa cidade mineira", explica.

Além destes investimentos, um conjunto de práticas ambientais vêm sendo deflagradas na região com o objetivo de reduzir a poluição do solo e das águas, com seus reflexos positivos na qualidade de vida das comunidades. Segundo dados da FEAM (Sisema), nos 88 municípios mineiros da rede hídrica do Paraíba do Sul existem 40 lixões, 22 aterros controlados, 17 usinas de triagem e compostagem, 2 aterros sanitários e 6 aterros sanitários com usina de compostagem. Já na área de abastecimento público, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) possui a concessão de operação de água de 46 municípios da bacia do Paraíba do Sul e somente em Barbacena também opera o sistema de esgotamento sanitário. "Até 2008, a companhia já investiu R$ 247,41 milhões nessa região e, até 2011, pretende investir aproximadamente R$ 60 milhões", informa o Secretário.

Outro aspecto relevante deste trabalho é que em 10 sub-bacias do Paraíba do Sul a COPASA também implantou o Sistema Integrado de Proteção de Mananciais (SIPAM), programa que busca proteger e preservar os mananciais utilizados pela companhia, contando com a parceria da comunidade, de órgãos públicos de proteção ambiental, poder público municipal, comitês de bacia, entidades e associações, entre outros. As ações do SIPAM envolvem tanto iniciativas de conscientização e educação ambiental quanto de preservação, tais como cercamento de nascentes, recomposição de mata ciliar e bolsões de contenção de sedimentos.

José Carlos Carvalho enfatiza que a Campanha de Regularização dos Recursos Hídricos que abrange todo o Estado de Minas Gerais, realizada em parceria com órgãos públicos, privados, Polícia Militar Ambiental e FIEMG, é outra ação importante desenvolvida pela SEMAD. "Nosso objetivo é saber quem usa a água, como usa, para que usa, onde usa e quanto usa. Essas informações são fundamentais para a gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas e até agora perto de 15.000 solicitações de outorga na Zona da Mata foram requeridas nos 88 municípios, envolvendo a agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços".

Ainda sob este aspecto, a SEMAD avalia que a convergência de esforços entre os governos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo,

Fl. nº 101

juntamente com os Comitês de Bacias Hidrográficas e os usuários dos recursos hídricos, se configura numa importante decisão estratégica interestadual na gestão compartilhada da água nos municípios que alimentam o rio Paraíba do Sul. "A tese da abundância dos recursos naturais, com ênfase na água, deve ser definitivamente descartada pela sociedade e pelos governos. De outro lado, pela sinergia das condicionantes ambientais, é importante lembrar ainda que nesses 88 municípios, no todo ou em parte, há também a presença atuante do Instituto Estadual de Florestas (IEF), da Emater-MG e do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), estes dois vinculados à Secretaria de Estado da Agricultura, que atuam nas questões ligadas ao meio ambiente nas suas respectivas áreas de competências técnicas e institucionais", ressalta.

Para Carvalho, em termos estaduais e muito além da Zona da Mata, são imensos os desafios que a SEMAD enfrenta nas áreas dos recursos hídricos, fauna, flora, complexos industriais, agroindustriais e mineração, para que as condicionantes ambientais sejam cumpridas e que Minas se desenvolva. "As denúncias ambientais no Estado somam mais de 30.000 por ano e fazem reconhecida pressão de resposta sobre o aparato público mineiro. Minas tem 586.000 km², 853 municípios e 19,6 milhões de habitantes. Esses dados falam por si mesmos", conclui.

RIO DE JANEIRO

A Secretária Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro, Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos, vê com muita preocupação a condição ambiental da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e acredita que é preciso reavaliar o modelo de gestão integrada atualmente praticado. "O Rio Paraíba do Sul, em toda a sua bacia, continua recebendo grandes cargas de esgotos e todo tipo de poluição proveniente de resíduos urbanos. Temos um enorme parque industrial pouco controlado, haja vista o recente acidente com o vazamento de inseticida de gravíssimas proporções. Portanto, acho que a gestão integrada que se pensava ter com o CEIVAP e sua Agência de Bacia ainda de fato não está acontecendo", diz.

Para ela, repensar o modelo de Agência de Bacia hoje existente é um dos caminhos em busca de soluções para a total recuperação ambiental da região. "Nesse contexto, penso que a ANA – juntamente com os órgãos gestores dos três Estados – tem de buscar a reestruturação da Agência da Bacia do Paraíba do Sul, no sentido de que ela precisa ser fortalecida para ter mais condições de fazer este trabalho de integração", ressalta. "E acho que essa iniciativa tem de partir do poder público", completa.

Considerada estratégica para o abastecimento público da região metropolitana do Rio de Janeiro, a bacia do rio Paraíba do Sul vem recebendo do governo estadual uma atenção especial em investimentos. Com a construção do Pacto pelo Saneamento no Estado do Rio de Janeiro, que prevê a ampliação do tratamento de esgoto dos atuais 25% para 80% nos próximos 10 anos (com investimentos da ordem de R$ 6 bilhões), de imediato o principal foco da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) é a redução da poluição no trecho médio do Paraíba do Sul. "Para isso, estamos assinando com a Prefeitura Municipal de Volta Redonda um convênio de R$ 33,5 milhões, complementar ao projeto de saneamento que o município conseguiu com o governo federal através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), de forma que possamos ter 100% de coleta e tratamento de esgotos em Volta Redonda, considerando que este é o município do médio Paraíba que mais contribui com a poluição neste trecho", informa Marilene Ramos. Segundo ela, um outro convênio similar também está sendo firmado com a Prefeitura de Piraí. "O município sofreu muito os impactos da transposição do Paraíba do Sul e a redução do curso do rio Piraí. Então, também estamos assinando um convênio no valor de R$ 4,8 milhões para ampliar a coleta e o tratamento de esgotos".

Além dos investimentos em saneamento, a SEA está iniciando um trabalho especial voltado à elaboração de projetos que permitam ampliar os sistemas de coleta e tratamento de esgotos, além da construção de um plano de auditoria ambiental das indústrias instaladas nas bacias do Paraíba do Sul e Guandu, com alto potencial poluidor. "Outros investimentos importantes são voltados à área de resíduos sólidos, com a implantação do Programa Lixão Zero, que prevê a construção de aterros sanitários consorciados nos municípios de Vassouras, Teresópolis e na região da foz (envolvendo Quissamã, São João da Barra e outros municípios do entorno)".

SÃO PAULO

O Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo, publicado anualmente pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), revela que 89% do total do esgoto produzido no trecho paulista da bacia é coletado e o índice de tratamento é de 33% do esgoto gerado. Composta por 34 municípios, a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Paraíba do Sul (UGRHI-2) abriga quase 5% da população paulista, sendo que destes 91% vivem em áreas urbanas.

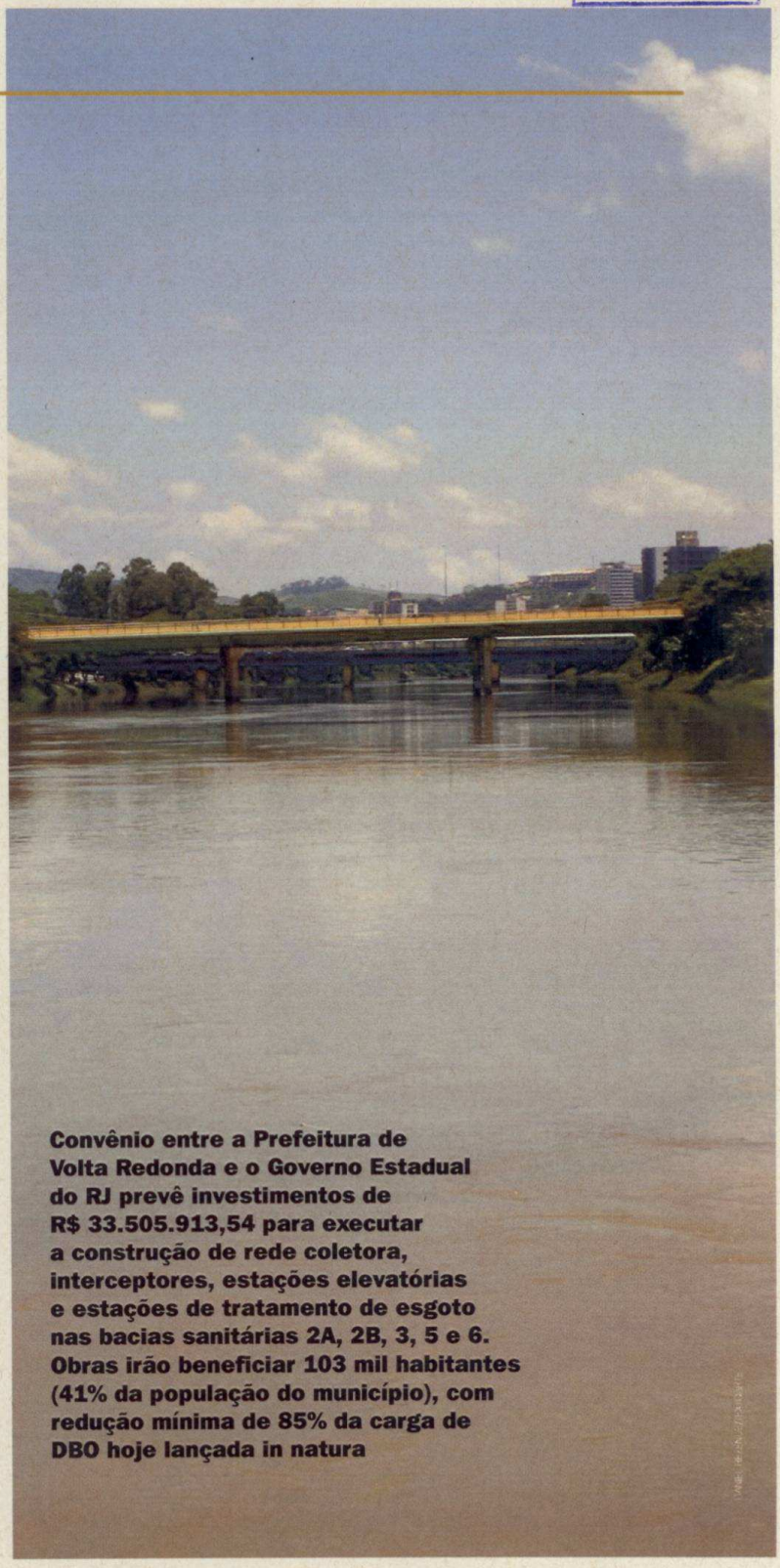
De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente, a carga potencial de esgotos sanitários é hoje de 97.420 kg/DBOdia, com remoção percentual de 26,2% – o que permite que a carga remanescente que chega aos corpos d'água seja de 71.905 kg/DBOdia. Já em relação à carga potencial industrial, que é de 104.320 kg/DBOdia, como a remoção é de 94,15%, a carga remanescente que chega aos corpos d'água é de 6.100 kg/DBOdia. Assim, totalizando os índices, a carga orgânica poluidora potencial na bacia do Paraíba do

Fl. nº 102

Sul, trecho paulista, é de 201.740 kg/DBOdia, com remoção total de 61,3%, resultando em uma carga orgânica remanescente total aos corpos d'água de 78.005 kg/DBOdia.

Para o Secretário do Meio Ambiente Francisco Graziano Neto, no que concerne às ações preventivas e corretivas de poluição das águas, a condição ambiental da bacia do rio Paraíba do Sul está sob controle há 40 anos e há mais de 35 anos em relação à poluição do solo e do ar. Mas, ainda assim, o principal problema enfrentado na região continua sendo o tratamento dos esgotos domésticos. "Porém, com os investimentos da SABESP em 21 dos 34 municípios em que opera, mais os recursos financeiros do FEHIDRO, distribuídos pelo Comitê Estadual da Bacia, e ainda os recursos financeiros advindos da cobrança pelo uso da água em âmbito estadual e federal, em cerca de um ano atingiremos o índice de remoção de 50% da carga orgânica gerada nos municípios (pela implantação da ETE SABESP Taubaté–Tremembé e pela duplicação da ETE SABESP Lavapés em São José dos Campos)", explica Graziano.

Em relação aos resíduos domiciliares gerados (cerca de 1100 t/dia), 79,6% são dispostos adequadamente, 17,1% controladamente e 3,3% inadequadamente, conforme indica o Relatório 2007 de Qualidade dos Aterros no Estado de São Paulo. A região também não enfrenta problemas quanto à disposição dos resíduos industriais, uma vez que possui três grandes aterros que recebem resíduos industriais, inclusive perigosos: Anaconda, em Santa Isabel; Enterpa, em São José dos Campos; e SARPI, em Tremembé. "Além destes, há o incinerador de resíduos industriais da BASF, em Guaratinguetá (que recebe resíduos de várias empresas), o incinerador hospitalar de Suzano (cidade que não fica na bacia, mas é limítrofe) e outros aterros sanitários municipais que permitem co-disposição de resíduos domiciliares com resíduos industriais não perigosos e inertes", conclui.



Convênio entre a Prefeitura de Volta Redonda e o Governo Estadual do RJ prevê investimentos de R$ 33.505.913,54 para executar a construção de rede coletora, interceptores, estações elevatórias e estações de tratamento de esgoto nas bacias sanitárias 2A, 2B, 3, 5 e 6. Obras irão beneficiar 103 mil habitantes (41% da população do município), com redução mínima de 85% da carga de DBO hoje lançada in natura

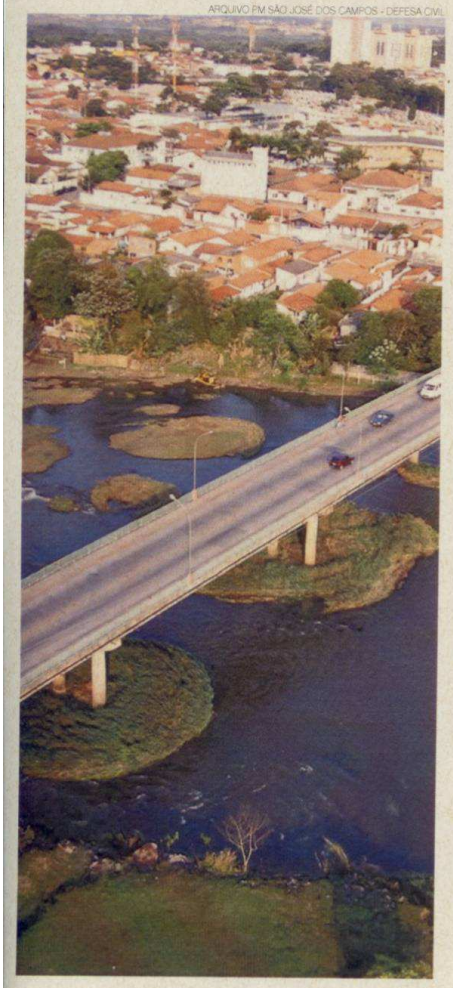
Fl. nº 103

Macrófitas no rio

Projeto de remoção de plantas aquáticas em São Paulo já atingiu 70%

O trabalho de remoção de plantas aquáticas no trecho paulista do rio Paraíba do Sul já atingiu 70% do previsto. As obras de desobstrução tiveram início em 20 de julho e devem estar concluídas em abril de 2009, com a limpeza de 101 mil metros cúbicos de capituvas, em aproximadamente 200 quilômetros do rio. A obra representa um investimento total de R$ 4 milhões e está sendo realizada por meio de parceria entre o Governo Federal (Ministério da Integração Nacional) e o Governo do Estado de São Paulo (DAEE/Secretaria de Saneamento e Energia), que disponibilizaram, respectivamente, R$ 2,5 milhões e R$ 1,5 milhão.

ARQUIVO PM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - DEFESA CIVIL



Ponte Maria Peregrina (São José dos Campos – SP): em 2005, macrófitas já invadiam o rio Paraíba

No final de novembro, a Diretora do Departamento de Águas e Energia Elétrica DAEE - Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira, Marli Aparecida Reis Maciel Leite, realizou a fiscalização das obras e constatou que apesar de as capituvas já terem sido retiradas de alguns pilares de pontes, como em Cachoeira Paulista, as plantas aquáticas voltaram a se instalar no local. "Verificamos que as macrófitas se desprendem e descem rio abaixo e acabam novamente a se fixar nos pilares", explicou a diretora.

Marli disse que outro problema está relacionado aos custos do projeto, que previu gastos para transporte que contemplavam 30 quilômetros e na verdade a distância trabalhada é de 75 quilômetros, o que tem encarecido muito a obra. "Na verdade, o projeto estimou cerca de R$ 8 milhões e só conseguimos a metade, ou seja, R$ 4 milhões. Além disso, estamos enfrentando muitas dificuldades que não estavam previstas, como outros locais adequados para a disposição do material e dos resíduos sólidos (lixo) que têm sido retirados manualmente da vegetação. As piores situações encontram-se em Jacareí, São José dos Campos e Caçapava e, em geral, não temos tido o apoio das prefeituras, com exceção de Potim e de Roseira, porém os aterros das duas cidades são pequenos", lamenta.

Na sua opinião, há uma necessidade urgente de se criar um grupo de trabalho no CEIVAP para acompanhar a situação, com a realização de um diagnóstico e de um prognóstico, bem como analisar outros fatores que podem estar relacionados com a proliferação das plantas aquáticas, como o assoreamento do rio, a operação dos reservatórios, além da poluição por esgoto. Marli destacou a colaboração da CETESB, do DEPRN, da empresa Nobrecel (que está recebendo a vegetação retirada do rio) e também de consultores de ONGs que têm ajudado a encontrar locais adequados para o depósito das plantas e de lixo.

Os problemas com a proliferação das plantas aquáticas começaram a se agravar em 2006. No segundo semestre daquele ano, após reunião ocorrida em Jacareí, o DAEE – atendendo a uma reivindicação de municípios paulistas, situados entre Jacareí e Lavrinhas, que sofrem com a incidência de macrófitas no rio – formalizou um Termo de Referência, que resultou na elaboração do "Projeto Executivo para Remoção, Transporte e Disposição Final de Plantas Aquáticas do Rio Paraíba do Sul – Trecho Paulista".

O Relatório Final do projeto estimou em R$ 7,8 milhões o valor total dos recursos necessários para a remoção das capituvas nas áreas levantadas e nove meses para a execução dos trabalhos. Nos 150 quilômetros pesquisados no Vale do Paraíba, foram identificadas 755 áreas ocupadas pelas plantas, somando um total de 2.372.688 m² e as áreas entre Jacareí e Caçapava foram consideradas as mais críticas. Apurou-se ainda que 90% das macrófitas são da espécie *echinochloa polystachya*, também conhecida popularmente como canarana.

Fl. nº 104

entrevista | **anaiza miranda**

Trabalho pioneiro

Ministério Público do Rio de Janeiro busca o desenvolvimento de ações coordenadas na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

ARQUIVO PARTICULAR/ANAIZA MIRANDA

A Promotora Pública Anaiza Helena Malhardes Miranda é sub-coordenadora do 6º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público (6º CAO), órgão da administração central do Ministério Público (MP) do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela coordenação das atividades das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva e de apoio institucional (pesquisa e diagnóstico técnico, acadêmico e jurídico) dos temas de interesse. O 6º CAO também assessora e apóia os Promotores de Justiça que atuam na área de Meio Ambiente, Urbanismo, Cidadania, Improbidade Administrativa e Ordem de Consumo. Para falar sobre esse importante trabalho, a promotora concedeu a seguinte entrevista à Revista do CEIVAP.

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro está realizando um trabalho pioneiro na bacia do Rio Paraíba do Sul. Quando começou essa atividade? Em 2004, os Promotores de Justiça que atuam nas áreas de influência do Rio Paraíba do Sul decidiram iniciar a tomada de diagnósticos e avaliações conjuntas, ante à necessidade de encontrar soluções únicas para situações semelhantes em todos os municípios banhados pelo rio, ou por vezes danos que atingiam várias cidades. A partir desse encontro o 6º CAO instaurou procedimento da avaliação conjunta e ações coordenadas junto às administrações públicas, entidades e órgãos que atuavam junto ao rio, bem como buscou manter contato com os demais MPs com atribuições sobre esse corpo hídrico que tanta importância tem para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda por força das decisões tomadas no referido encontro, as Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva (PJTCs) instauraram Inquérito Civil conjunto a fim de buscar diagnóstico e investigação única para as agressões e problemas hoje experimentados pelo Rio Paraíba do Sul. Os objetivos previstos em ambos os procedimentos são diversos; o procedimento administrativo do 6ºCAO visa ao levantamento de diagnósticos e pesquisas cientificas já realizadas, de forma a instruir e apoiar as investigações das demais PJTCs. Visa, ainda, o prosseguimento das medidas relacionadas ao Termo de Cooperação firmado entre o MP do Estado de Minas Gerais e com o MP do Estado do Rio de Janeiro, bem como buscar encetar compromissos que possam expandir o referido termo de cooperação com o MP do Estado de São Paulo. Aventou-se a criação de um

Fl. nº 105

Grupo de Trabalho que comportasse não só profissionais dos MPs como de outras entidades, tais como o CEIVAP, a ANA e órgãos ambientais estaduais, mas ainda não ocorreu a criação desse grupo, pois estamos no aguardo da decisão conjunta dos três MPs Estaduais. Seria muito bom que esse GT tivesse abrangência para todo o rio e não apenas para o trecho fluminense.

Quando serão as próximas reuniões do 6º CAO e que assuntos estão agendados? O 6º CAO vem realizando várias reuniões com apresentações de trabalho e tomadas conjuntas de decisões administrativas que já renderam frutos, tais como a elaboração de termos de referências para estudos e medidas de monitoramento ambiental para serem apresentados ao CEIVAP, visando à execução dessas medidas. Ainda há muito a fazer, principalmente criar um banco de dados científicos para as várias pesquisas já realizadas, estabelecimento de sistema de monitoramento perene da qualidade ambiental, e não só das águas, mas de todos os ecossistemas integrantes da bacia, além de indicação de outras pesquisas que necessitam ser implementadas. Dentre elas, indico a necessidade de prosseguimento ao sistema de monitoramento experimentalmente realizado pela FEEMA e pesquisadores do Museu Nacional sobre os efeitos da contaminação química sobre a ictiofauna do rio Paraíba do Sul, especialmente depois dos três últimos acidentes industriais que despejaram moléculas químicas, metais pesados e outros efluentes industriais que causam prejuízos à higidez da fauna e da flora fluviais. Outro problema que merece atenção se refere aos efeitos ambientais oriundos da transposição das águas do Rio Paraíba do Sul ao sistema Guandu, especialmente quando a diminuição da vazão das águas do corpo hídrico coincidem com os danos ambientais identificados na foz do rio, na localidade de Atafona, em São João da Barra, onde mais de oito quarteirões de ruas e casas foram tomados pelas águas do mar, o que, segundo alguns pesquisadores, pode estar ligado à diminuição da pressão das águas fluviais sobre as águas do mar. Além desses eventos, vários outros merecem avaliação científica, e não apenas conjecturas, de forma a confirmar ou mesmo afastar as ponderações levantadas.

E como a Sra. vê os recentes acidentes ambientais, que causaram a mortandade de milhares de peixes e a interrupção do abastecimento de água potável? Com grande perplexidade. É simplesmente inaceitável que os governos defiram licença ambiental para indústriais químicas nas margens do maior corpo hídrico de abastecimento à população dos três Estados, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, no qual 70% da população sobrevive pela água do rio Paraíba do Sul. Nas palavras do Dr. José Roberto de Souza Aguiar, Chefe da Agência Regional do Médio Paraíba (FEEMA), "é o mesmo que guardarmos nossas latas de inseticida sobre nossas caixas d'água"; o risco de contaminação é imenso. Cataguases, Rio Pomba e o recente acidente de Resende são simplesmente absurdos e frutos do descaso de nossos empresários e da incapacidade de nossos técnicos em acompanhar, com a parca estrutura que possuem, todas as agressões existentes nas margens do rio. Uma atuação preventiva que impedisse a instalação dessas unidades na área seria mais eficiente para todos. O último acidente é especialmente inaceitável, principalmente por ser uma indústria de agrotóxicos, com suas estações de tratamento ligadas ao rio Paraíba do Sul; por ser uma empresa que já apresentara problemas no passado; e por ser o material despejado nas águas moléculas de organoclorados, cuja produção e uso no Brasil estão proibidos há anos. Penso que nesse caso, não somente os órgãos ambientais devam ser instados, mas também a ANVISA e o Ministério da Agricultura que licenciam essas moléculas.

"Ainda há muito a fazer, principalmente criar um banco de dados científicos para as várias pesquisas já realizadas, estabelecimento de sistema de monitoramento perene da qualidade ambiental, e não só das águas, mas de todos os ecossistemas integrantes da bacia"

Qual a importância da criação de promotorias especiais para a área da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul? Parece-me uma conseqüência lógica na aplicação da Lei Nacional de Recursos Hídricos, que prevê a gestão dos recursos ambientais na base de suas bacias e sub-bacias hidrográficas e também os MPs se encaminham para essa solução administrativa, na distribuição das atribuições investigatórias de suas PJs. Aliás, assim já está sendo feito no Estado de São Paulo, cujas PJs são divididas por bacias hidrográficas e em Minas Gerais, onde há PJs especializadas para o rio Paraíba do Sul e para o rio São Francisco. No Estado do Rio, as PJTCs têm atribuição exclusiva em determinados grupos de cidades, mas somente algumas têm especialização em meio ambiente; muitas ainda cumulam atribuições para cidadania e consumidor. Parece-me que a especialização por matéria seria o melhor caminho a ser tomado no Estado do Rio de Janeiro, já que nossos núcleos de tutela coletiva, ressalvadas algumas exceções, já se encontram englobadas por sub-bacias e ecossistemas

Fl. nº 106

únicos. Ressalte-se que o Estado do Rio, territorialmente, é o menor dos três Estados, e está dividido em dois grandes grupos de bacias: as que contribuem para o rio Paraíba do Sul e as que contribuem para a Baía de Guanabara e outros sistemas marinhos. Embora seja o menor dos três Estados, o Rio de Janeiro é o que possui, dentre eles, o maior número de cidades banhadas pelas águas do rio Paraíba do Sul, o que facilita a distribuição territorial das PJTCs.

Como tem sido o entendimento do Ministério Público do Rio de Janeiro com os Estados de São Paulo e Minas Gerais no que se refere à bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul? A atuação conjunta dos três MPs é uma medida iniciada em 2005, a qual procuramos dar prosseguimento. No mês de outubro se reuniram no Estado de São Paulo as Coordenações de Meio Ambiente dos MPs do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A partir dessas reuniões, alguns passos foram dados, mas muito ainda há por fazer. Nesse último encontro ficou acertada a necessidade de mantermos os termos de cooperação entre os três Estados, bem como o levantamento de discussões sobre o barramento do rio Paraíba do Sul por força das muitas hidroelétricas previstas nas obras federais pela matriz energética escolhida nos últimos anos pela União. As hidroelétricas hoje existentes já causam danos ao fluxo gênico da fauna e da flora e danos à ictiofauna, além de outros efeitos que merecem avaliação. A construção das demais aumentará em muito esses reflexos e tememos os efeitos danosos à vida silvestre no rio Paraíba do Sul. A formalização de termos de cooperação entre os três MPs é hoje uma necessidade, a fim de tomarmos posição única sobre as diversas ações indispensáveis à defesa do Paraíba do Sul. Algumas ações já foram encetadas, tais como controle de esgoto urbano, maior controle sobre resíduos industriais por São Paulo e Rio de Janeiro e medidas contra a ação minerária em Minas Gerais, mas penso que esses termos de cooperação devam ser um embrião de uma ação mais profícua e eficaz, menos centralizada em nossos limites territoriais, e mais voltada à visão unificada de todo o corpo hídrico.

Qual é a situação atual do saneamento nas cidades fluminenses e qual o quadro das doenças de veiculação hídrica? Pessoalmente reporto a situação como gravíssima. Cerca de 98% da população que vive na área de influência da bacia do Paraíba do Sul ou não possui nenhum sistema de coleta e tratamento de esgoto doméstico ou esse sistema simplesmente não existe. Nossos governantes nunca levaram a sério a questão sanitária, sempre entendendo que as águas do rio seriam suficientes para receber todo o nosso lixo e encaminhá-lo para o mar, sem efeitos ao homem. Ainda me lembro que nas minhas aulas de geografia aprendia que a água é um recurso infinito, muito diferente do que hoje vemos. Nossa população não se vê responsável pelo esgoto que produz e ainda pensa que a responsabilidade é apenas do governo. Reverter esse entendimento equivocado é uma medida que demandará décadas de intervenções e medidas de educação ambiental. Em conseqüência, nossas cidades estão cada vez mais insalubres, sendo comum relatos de doenças de veiculação hídrica como rotavirus, HPillory, lepstospirose, e até mesmo casos de leschimaniose, dentre outros, como todos os anos constam de relatórios médicos das cidades da bacia. Por óbvio, a responsabilidade é do Poder Público em criar as políticas públicas e cobrar a sua efetivação, mas também é de cada um de nós. A legislação determina que cada pessoa é responsável pelo tratamento primário de seu esgoto doméstico, cabendo ao Poder Público, diretamente ou por meio de concessão, promover a coleta dos efluentes e o seu tratamento, com a disposição final do mesmo em sistemas, mas garantindo a redução de poluentes segundo os padrões legais. Nossas políticas são pífias nesse sentido, e mesmo nos locais onde há algum tratamento, o mesmo precisa ser revisto, a fim de ser adequado aos padrões e sistemas mais modernos e mais eficazes de tratamento. O grande problema no Rio de Janeiro vem do recebimento de águas já contaminadas em São Paulo e Minas Gerais. Nos reservatórios onde se acumulam as águas da transposição, que são posteriormente distribuídas na região metropolitana do Rio de Janeiro – Capital, a proliferação de cinobactérias revela um elevadíssimo teor de fósforo acumulado, o que é indicação de contaminação das águas por esgoto sanitário. Há muito a ser feito; é preciso uma tomada séria de posição ou estaremos condenando nossa população a desenvolver doenças que facilmente poderiam ser evitadas. A Organização Mundial de Saúde aponta que para cada um dólar gasto no tratamento do esgoto, o governo deixa de gastar quatro dólares no sistema público de saúde. É uma conta simples, matemática, mas que nem de longe revela o sofrimento da população exposta a essas doenças e à insalubridade de nossas cidades.

"A formalização de termos de cooperação entre os Ministérios Públicos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais é hoje uma necessidade, a fim de tomarmos posição única sobre as diversas ações indispensáveis à defesa do Rio Paraíba do Sul"

Fl. nº 107

Cerimônia de instalação e posse dos membros do CEIVAP em 18/12/1997, na AMAN (Resende - RJ). Evento foi presidido pelo Secretário Nacional de Recursos Hídricos, Paulo Afonso Romano

TERESA BARBOSA/TEXTOARTE

Avanços na gestão

Planejamento Institucional Estratégico do Sistema CEIVAP/AGEVAP definiu uma nova estrutura organizacional para o colegiado

Instituído pelo Decreto Federal Nº 1.842, de 22 de março de 1996, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) foi criado após um longo processo de negociação, envolvendo representantes do Governo Federal e dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com a finalidade de promover:

I - no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilização técnica e econômico-financeira de programas de investimento e a consolidação de políticas de estruturação urbana e regional, visando ao desenvolvimento sustentado da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul;

II - a articulação interestadual, de modo a garantir que as iniciativas regionais de estudos, projetos, programas e planos de ação sejam partes complementares, integradas e consonantes com as diretrizes e prioridades que vierem a ser estabelecidas para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Este novo colegiado substituiu o então Comitê Executivo de Estudos Integrados do Vale do Paraíba (CEEIVAP), que destinava-se a apoiar as ações do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH), criado pela Portaria Interministerial nº 90, de 29 de março de 1978, para classificar os cursos d'água da União, bem como promover o estudo integrado e o acompanhamento da utilização racional dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios federais.

Portanto, desde a década de 1970 a necessidade da adoção de uma Política e um Plano Nacional de Recursos Hídricos vem sendo discutidos no Brasil, tendo a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul sempre ocupado lugar de destaque neste cenário.

Até a criação do CEIVAP, os programas que tinham por objetivo o gerenciamento das águas do rio Paraíba do Sul e seus afluentes não possuíam caráter interestadual, dificultando assim a compatibilização de iniciativas de interesse comum. A primeira tarefa do Comitê neste sentido foi praticamente delineada em 1996, quando São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais receberam do Ministério do Planejamento e Orçamento recursos de R$ 3 milhões, a fundo perdido, para que cada Estado preparasse Programas de Investimentos capazes de alavancar financiamentos para a recuperação da

Fl. nº 108

qualidade das águas e controle da poluição hídrica. O grande desafio desta experiência até então inédita foi exatamente integrar os resultados obtidos pelos PQAs em cada Estado, cujo custo total de investimentos foi estimado em R$ 3 bilhões para a recuperação de toda a bacia.

Instalado oficialmente no dia 18 de dezembro de 1997 durante cerimônia de posse realizada na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ), o CEIVAP era inicialmente integrado por 39 representantes – três do Governo Federal (MMA, MME e MPO) e 12 de cada Estado da Bacia. Hoje o colegiado é formado por 60 membros: União - três representantes; Governo Estadual (SP, RJ e MG) - três representantes de cada Estado; Prefeituras Municipais (SP, RJ e MG) - três representantes de cada Estado; Usuários (SP, RJ e MG) - oito representantes de cada Estado; e Organizações Civis (SP, RJ e MG) – 5 representantes de cada Estado. A representatividade no CEIVAP é dividida da seguinte forma: Poder Público – 35%; Usuários – 40%; e Organizações Civis – 25%. Conheça quem são os atuais representantes do colegiado nas páginas seguintes.

Sistema CEIVAP/AGEVAP em constante transformação

Desde o início de 2007, a gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul vem passando por profundas transformações, visando ao contínuo aperfeiçoamento deste modelo – considerado pioneiro em todo o Brasil. Após uma pequena crise institucional ocorrida no âmbito do CEIVAP e da AGEVAP para a definição de competências, missão, divisão de trabalhos e funções, chegou-se à conclusão que a concepção de um Planejamento Institucional Estratégico e Estruturação Organizacional seria vital para a reestruturação e fortalecimento do Sistema CEIVAP/AGEVAP.

A partir deste trabalho, algumas importantes mudanças foram empreendidas, com destaques para as revisões do Regimento Interno do CEIVAP, aprovado por unanimidade durante a 4ª Reunião Extraordinária realizada no dia 3/12/2007, em Resende (RJ), e do Estatuto da AGEVAP, cujas alterações também foram aprovadas na 1ª Reunião Extraordinária da Assembléia Geral da AGEVAP e referendadas pelo CEIVAP em sua 2ª Reunião Extraordinária, ambas realizadas no dia 23/9/2008, em Resende (RJ).

No CEIVAP, a nova estrutura contemplou as seguintes mudanças: composição da diretoria, que passou a ser colegiada e formada apenas por três membros (um de cada estado e de cada segmento); redução de três para apenas uma Câmara Técnica Consultiva; eleição dos membros do Comitê em articulação com os Comitês de rios afluentes; fim da representação por procuração nas assembléias; manutenção dos Grupos de Trabalho existentes (GTAI e GTAOH) e criação de outros temporários, de acordo com a demanda; e criação da Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão.

Para o Presidente do CEIVAP, Paulo Teodoro de Carvalho, é preciso observar que o resultado de todo este esforço é fruto de um longo período de discussão, com ampla participação de membros do CEIVAP e da AGEVAP, e as mudanças empreendidas fortalecem não só Comitê, como também a Agência da Bacia. "E um sistema formado por duas instituições fortalecidas e trabalhando unissonamente torna-se também fortalecido perante a comunidade e os usuários de água, possibilitando que cada vez mais a sociedade tenha plena confiança no modelo de gestão de recursos hídricos praticado por nós", ressalta. Segundo ele, agora o Sistema CEIVAP/AGEVAP possui todos os instrumentos capazes de nortear a sua caminhada futura em prol da recuperação ambiental da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Confira nas páginas 40 a 43 um resumo das atividades desenvolvidas pelos grupos de assessoramento técnico do CEIVAP: Câmara Técnica Consultiva, Grupo de Trabalho de Articulação Institucional e Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica.

DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

Plenária do CEIVAP em reunião ocorrida em Juiz de Fora (MG), nos dias 20 e 21 de agosto de 2008

Fl. nº 109

ceivap | gestão 2007-2009

60 membros
REPRESENTANTES

DIRETORIA CEIVAP
PRESIDENTE: Paulo Teodoro de Carvalho – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais – SEMAD/MG

VICE-PRESIDENTE: Mauro Ribeiro Viegas – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN/RJ

SECRETÁRIO: Breno Gurgel – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES/SP

UNIÃO

Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente
Titular: Marley Caetano de Mendonça
Suplente: Marco Antônio Mota Amorim

	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO	MINAS GERAIS
GOVERNOS ESTADUAIS	**Titular:** Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) / Secretaria de Saneamento e Energia – Edilson de Paula Andrade **Suplente:** Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) / Secretaria de Saneamento e Energia – Marli Aparecida Reis Maciel Leite **Titular:** Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de São Paulo – Marcos Martinelli **Suplente:** Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de São Paulo – Paulo Henrique Salgado de Queiroz **Titular:** Cia. de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) / Secretaria de Estado do Meio Ambiente – José Roberto Schmidt **Suplente:** Fund. p/ Conservação e a Produção Florestal / Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Paulo Valadares Soares	**Titular**: Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) – Luiz Firmino Martins Pereira **Suplente:** Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) – Fátima de Lourdes Casarin **Titular:** Subsecretaria de Estado de Projetos de Urbanismo Regional e Metropolitano / Secretaria Estadual de Obras – Vicente de Paula Loureiro **Suplente:** Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – Nelson Teixeira Alves Filho **Titular:** Subsecretaria de Estado de Educação Profissional e Ensino Superior / Secret. Estad. Ciência e Tecnologia – Eliane Pinto Barbosa **Suplente:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Serviços – Francis Fixel	**Titular:** Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD) – Paulo Teodoro de Carvalho **Suplente:** Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) – Ana Lúcia Bahia **Titular:** Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) – Marília Carvalho de Melo **Suplente:** Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais / SES – Superintendência de Epidemiologia – Maria Berenice Cardoso Martins Vieira **Titular:** Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA) – Joaquim Arildo Borges **Suplente:** Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (SECTES) – Magda Barcelos Greco
MUNICÍPIOS	**Titular:** Prefeitura Municipal de Jacareí – Andréa Francomano Bevilacqua **Suplente:** Prefeitura Municipal de São José dos Campos – Luiz Roberto Barretti **Titular:** Prefeitura Municipal de Aparecida – Luiz de Gonzaga Santos **Suplente:** Prefeitura Municipal de Lorena – Bárbara Sparenberg Juliano Nunes **Titular:** Prefeitura Municipal de Tremembé – Benedito Jorge dos Reis **Suplente:** Prefeitura Municipal de Jambeiro – Benedito Antunes de Andrade Júnior	**Titular:** Prefeitura Municipal de Barra Mansa – Ana Lúcia de Araújo Lima **Suplente**: Prefeitura Municipal de Quatis – Mayra Ferrari da Cunha **Titular:** Prefeitura Municipal de Volta Redonda – Carlos Amaro Chicarino de Carvalho **Suplente:** Prefeitura Municipal de Barra do Piraí – Madalena Sofia Ávila Cardoso de Oliveira **Titular:** Prefeitura Municipal de Resende – Luis Felipe Cruz Lenz Cesar **Suplente:** Prefeitura Municipal de Porto Real – Luiz Tavares de Melo	**Titular:** Prefeitura de Matias Barbosa – Maurício dos Reis Domingos **Suplente:** Prefeitura de Santana do Deserto – Sílvio Andrade Magalhães **Titular:** Prefeitura de Piau – Virgílio Furtado da Costa **Suplente:** Prefeitura de Recreio – Fernando de Almeida Coimbra **Titular:** Prefeitura de Muriaé – Lúcia Helena Francisco Baldanza **Suplente:** Prefeitura de Mirai – Sérgio Luis Resende
USUÁRIOS	Titular: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – Marcos André Sobral Escada Suplente: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) – Aline Rocha dos Santos Titular: FEMSA – Cervejarias Kaiser do Brasil S/A – Nádia Cristina Campos Monteiro Suplente: Malteria do Vale S/A – Hélio Reimann	Titular: Associação Fluminense de Plantadores de Cana (ASFLUCAN) – Zenilson do Amaral Coutinho Suplente: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barra Mansa (SAAE) – Jorge Neves Cezar Titular: Light Energia S/A – Oswaldo Pires Gonçalves Suplente: Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo (CENF) – Amaury Antônio Damiance	Titular: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) – Wagner Soares Costa Suplente: Votorantim Metais Zinco – Cristina Campolina de Medeiros Titular: Belgo Siderurgia S/A – Carlos Alexandre de Miranda Suplente: Rodoviário Líder Ltda. – Flávio Wilson Abdala do Amaral

Fl. nº 110

USUÁRIOS

SÃO PAULO

Titular: Votorantim Celulose e Papel – Maria José Brito Zakia
Suplente: Cebrace Cristal Plano Ltda.

Titular: Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (Embraer) – Mário Leonel Lima Regazzini
Suplente: Parker Hannifin Indústria e Comércio Ltda. – João de Freitas Miranda Neto

Titular: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) – Mário Pero Tinoco
Suplente: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) – Jorge Luiz Monteiro

Titular: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jacareí (SAAE) – Antônio Fernando Batista
Suplente: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guaratinguetá (SAAEG) – André Luiz de Paula Marques

Titular: Sindicato Rural de Guaratinguetá – José Tadeu França Guimarães
Suplente: Sindicato Rural de Monteiro Lobato – João Marcelino da Silva

Titular: Companhia Energética de São Paulo (CESP) – João Alberto Cardoso de Oliveira
Suplente: Companhia Energética de São Paulo (CESP) – Sérgio Zuculin

RIO DE JANEIRO

Titular: Furnas Centrais Elétricas S/A – Sergio Dias Canella
Suplente: Itaocara Energia Ltda. – Heitor Barreto Corrêa

Titular: Votorantim Metais – Unidade Aço (Siderúrgica Barra Mansa S/A) – Marco Túlio Lanza
Suplente: Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) – Maria Cristina Yuan

Titular: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) – Mauro Ribeiro Viegas
Suplente: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Três Rios (SAAE TRI) – Maria Luiza Ferreira da Silva

Titular: Associação dos Usuários das Águas do Médio Paraíba do Sul (AMPAS) – Renine César de Oliveira
Suplente: Águas do Paraíba S/A – Carlos Eduardo Tavares de Castro

Titular: Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE/ Regional Rio de Janeiro – Maria Luiza Ferreira da Silva
Suplente: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda (SAAE) – Isabel Cristina Reis da Silva

Titular: Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) – Marcello Barcellos Motta
Suplente: Águas do Imperador S/A – André Lermontov

MINAS GERAIS

Titular: Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) – Edson Machado Gomes Pinto
Suplente: Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de Fora (CESAMA) – Ricardo Stahischmidt Pinto Sinto

Titular: Departamento Municipal de Saneamento Urbano de Muriaé (DEMSUR) – Maria Aparecida Muruci Monteiro
Suplente: Valesul Alumínio S/A – Sérgio Passos Valadão

Titular: Fazenda Pedra Branca – Cláudio Luis Dias Amaral
Suplente: Pousada Pedra Branca – Cláudio Luis Dias Amaral

Titular: Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) – Alexander Gonçalves da Silva
Suplente: Zona da Mata Geração S/A – Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas

Titular: CAT-LEO Construções, Indústria e Serviços de Energia S/A – Manoel Otoni Neiva
Suplente: Brascan Energética Minas Gerais S/A

Titular: Coletivos Muriaeense – Felício Brum Lugão
Suplente: Sítio Boa Vista – Maria Rufino de Souza

ORGANIZAÇÕES CIVIS

Titular: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/SP (Sub-Seção Vale do Paraíba) – Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel
Suplente: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/SP (Sub-Seção Vale do Paraíba) – Renato Traballi Veneziani

Titular: Associação de Advogados de São José dos Campos – Andréa Francomano Bevilacqua
Suplente: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (18ª Sub-Seção) – Paula Guimarães de Souza

Titular: Escola de Engenharia de Lorena (EEL-USP) – Teresa Cristina Brazil de Paiva
Suplente: Escola de Engenharia de Lorena (EEL-USP) – Flávio Teixeira da Silva

Titular: Fundação Christiano Rosa – Paulo Noia de Miranda
Suplente: Vale Verde Associação de Defesa do Meio Ambiente – Sueleide Silva Prado

Titular: UNA nas Águas – Leesander Alves da Cruz
Suplente: Instituto Eco-Solidário – Carlos Roberto Aguiar

Titular: Instituto Ipanema – Instituto de Pesquisas Avançadas em Economia e Meio Ambiente – Ninon Machado de Faria Leme Franco
Suplente: Associação Ecológica do Vale do Paraíba – Denival da Costa

Titular: Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (FUNDENOR) – Paulo Jorge Xavier de Souza
Suplente: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Friedrich Wilhelm Herms

Titular: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/RJ) – José Alfredo Charnaux Sertã
Suplente: Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH/RJ) – Lígia Maria Nascimento de Araújo

Titular: O Nosso Vale! A Nossa Vida! – Vera Lúcia Teixeira
Suplente: Associação Rio-Minas "Trem Mineiro" – Juarez de Magalhães

Titular: Cons. Interm. p/ Prot. e Recup. Amb. das Bacias dos rios Bengala, Negro, Grande e Dois Rios (BNG2) – Maria Carmem Saporetti Azevedo
Suplente: Consórcio GT Foz – Paulo Jorge Xavier de Souza

Titular: Consórcio Intermunicipal para Proteção e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Pomba – Viviane Aparecida Marinho
Suplente: Fundação Ormeu Junqueira Botelho – Amanda de Almeida Carlos Oliveira

Titular: Consórcio do Rio Muriaé – Antônio José Francisco
Suplente: Associação Comercial e Industrial de Muriaé – Felício Brum Lugão

Titular: Fundação Comunitária Educacional de Cataguases (FUNCEC) – Georgina Maria de Faria Mucci
Suplente: Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC)

Titular: Biologia da Conservação – Educação e Projetos Ambientais (BIOCEP) – Plínio Marcos Guimarães Mendes
Suplente: Associação pelo Meio Ambiente de Juiz de Fora (AMAJF) – Lodônio Figueiredo

Titular: Fundação Desenvolvimento Regional (FUNDER)– Luiz Carlos Cabral Júnior
Suplente: Colégio Pio XII – Fabiano Diogo Ferreira

Fl. nº 111

Câmara Técnica Consultiva

MÔNICA DA COSTA/TEXTOARTE

Um dos desafios do grupo é unificar a visão e as ações integradas da bacia

Com a elaboração do Planejamento Estratégico do Sistema CEIVAP/AGEVAP, as antigas Câmaras Técnicas de Planejamento e Investimento, Institucional e de Educação Ambiental foram reduzidas para apenas uma. Instalada em 24/4/2008, ocasião em que tomaram posse os novos membros e foi escolhida a coordenação, a Câmara Técnica Consultiva já realizou desde então dez reuniões de trabalho, sendo nove ordinárias e uma extraordinária. Na opinião da coordenadora Zeila Piotto, essa mudança foi positiva, embora os integrantes ainda estejam na fase inicial de retomada das atividades. Isso porque devido à essa reestruturação necessária, os trabalhos de assessoramento técnico estiveram paralisados por cerca de um ano e meio. No momento, há uma grande demanda reprimida de ações que visam dar suporte ao Comitê em questões importantes, como o Manual de Investimentos, o Plano de Aplicação e o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, entre outros.

É função da CTC dar apoio ao CEIVAP em questões técnicas e institucionais para que o colegiado cumpra sua missão de trabalhar em prol da melhoria da qualidade e da disponibilidade de água na Bacia, promovendo o uso racional de recursos hídricos. A CTC permite que os fóruns de discussão entre os diferentes setores representados no Comitê sejam ampliados e torna possível uma maior aproximação com as ações desenvolvidas pela AGEVAP. "É uma evolução natural de um processo que é muito novo: a gestão compartilhada de recursos hídricos do Brasil. Ainda estamos aprendendo e é preciso evoluir bastante, porque os desafios aumentam quando se trata de um comitê formado por três Estados e 180 municípios", diz a coordenadora.

Para Zeila, os desafios são grandes, especialmente no sentido de unificar a visão e as ações integradas da Bacia e não só a visão setorial ou estadual. "As estruturas administrativas e de apoio técnico - notadamente a AGEVAP - também precisam ser otimizadas no sentido de melhorar a gestão do processo em si e as ações da CTC. Especialmente no atendimento das demandas técnicas e demandas de gestão, enquanto

Fl. nº 112

Agência de Bacia. Desta forma, é necessário uma ação articulada do CEIVAP com a ANA para viabilizar estas melhorias no curto prazo", ressalta.

Em 2008, as principais atividades desenvolvidas pelo grupo foram a aprovação do Regimento Interno da Câmara Técnica e a revisão do Manual de Investimentos, contemplando alguns itens importantes, como: inclusão da alternativa do uso do mecanismo diferenciado de cobrança, critérios mais rigorosos para habilitação de projetos, estabelecimento de prazos para assinatura de contratos e inicio das atividades, visando dar maior agilidade e efetividade para a aplicação dos recursos.

A fim de viabilizar a tomada de recursos dos pequenos municípios para a elaboração de projetos de obras estruturais, também foi criado um mecanismo que tem por objetivo incentivar estas ações. Para tanto, os recursos de 2007-2008 (cerca de 50% do montante destinado a ações de planejamento) foram direcionados aos pequenos municípios, e, neste caso, sem contrapartida. A CTC também discutiu sobre o processo vigente de aplicação de recursos da cobrança. Foi consenso entre os integrantes que há necessidade de otimizar o processo, recomendando ao CEIVAP que a aplicação de recursos tenha por base o Plano de Aplicação, composto pelo Manual de Procedimentos e pelas diretrizes de aplicação. A referência para a elaboração do Plano de Aplicação é o Plano de Recursos Hídricos.

Para 2009, as expectativas do grupo são a consolidação da CTC, a melhoria na estrutura e prestação de serviços da AGEVAP, o que permitirá o desenvolvimento de ações estruturantes e integradoras como, por exemplo, a revisão do Plano de Recursos Hídricos e a conseqüente elaboração do Plano de Aplicação dos recursos da cobrança.

Grupo de Trabalho de Articulação Institucional

O Grupo de Trabalho de Articulação Institucional (GTAI) foi criado pelo CEIVAP para dar continuidade às ações propostas na 1ª Oficina de Integração dos Organismos para a Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Esta Oficina foi realizada em outubro de 2005, na cidade de Nova Friburgo (RJ), e reuniu representantes de organismos das diversas unidades de gestão instituídas no âmbito dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e do Rio de Janeiro, além de representantes do CEIVAP.

A sua principal atribuição é buscar a integração dos organismos de bacia, respeitadas as suas atribuições específicas, no sentido de que a descentralização do processo decisório e a visão da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul sejam garantidas. As atribuições específicas do GTAI, resultantes da Oficina de Integração, podem ser resumidas na definição do mapa institucional de gestão da bacia; na revisão do Plano de Recursos Hídricos do Paraíba do Sul e sua integração com os planos das bacias afluentes; na revisão e integração dos regimentos e estatutos das entidades de bacia; e na formulação de estratégias e mecanismos de integração permanente entre o CEIVAP e todos os organismos.

Desde a sua implantação o grupo já obteve os seguintes resultados: apresentação ao CEIVAP do resultado da Oficina de Integração; apoio ao desenvolvimento do mapa das unidades territoriais de gestão no âmbito do Estado do Rio de Janeiro; apoio na formulação do processo de discussão do Plano de Recursos Hídricos e de sua integração com os Planos das bacias afluentes; integração do processo de cobrança desenvolvido no CEIVAP com os comitês CBH-PS (SP) e CBH Preto-Paraibuna (MG); elaboração de termos de referência para a realização de Oficina para discussão das inter-relações institucionais no âmbito do CEIVAP; e elaboração de termos de referência para processo de planejamento estratégico no âmbito do sistema AGEVAP/CEIVAP

O coordenador do grupo, Wilde Cardoso Gontijo, representante da Agência Nacional de Águas (ANA), diz que o foco do GTAI é a articulação entre o CEIVAP e os organismos de bacias estabelecidos e com funções legais para a gestão no âmbito dos três Estados. "Após a criação do GTAI tem havido uma colaboração importante entre os organismos, como citado, tanto no âmbito da integração dos Planos de Recursos Hídricos, da cobrança pelo uso da água e da discussão sobre a escolha da AGEVAP como agência de águas dos comitês de bacia existentes", diz Gontijo.

De acordo com ele, o GTAI deverá criar as condições institucionais necessárias para uma efetiva colaboração entre os comitês e a AGEVAP. "Creio que esta integração permitirá que se avance no sentido de integrar os municípios e os usuários de água com a AGEVAP e, por intermédio desta, se planejar a destinação de recursos para a aplicação necessária ao atendimento das necessidades de gestão da bacia e dos investimentos previstos no Plano de Recursos Hídricos", avalia.

Para o coordenador, o grande desafio do Grupo é a implementação do novo CEIVAP, ou seja, fazer com que o novo Plenário seja construído como um Plenário de Integração,

Fl. nº 113

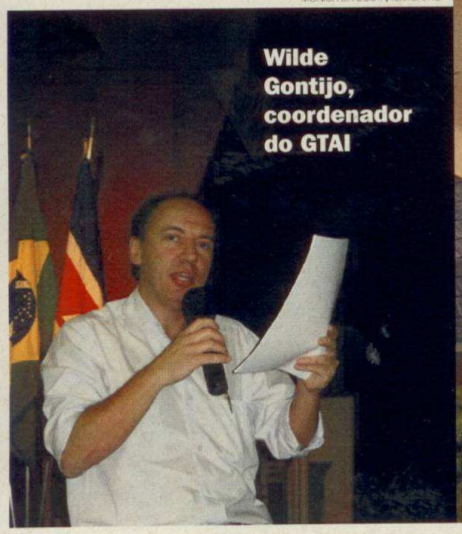
Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica

conforme ajustes promovidos no Regimento Interno do Comitê, no final de 2007. Esta integração permitirá a construção de uma agenda conjunta do CEIVAP com os comitês das unidades estaduais de gestão. Um segundo desafio é a elaboração e celebração de um novo Convênio de Integração, envolvendo também os órgãos gestores dos Estados e a ANA, para a construção de um Pacto pelas Águas da bacia.

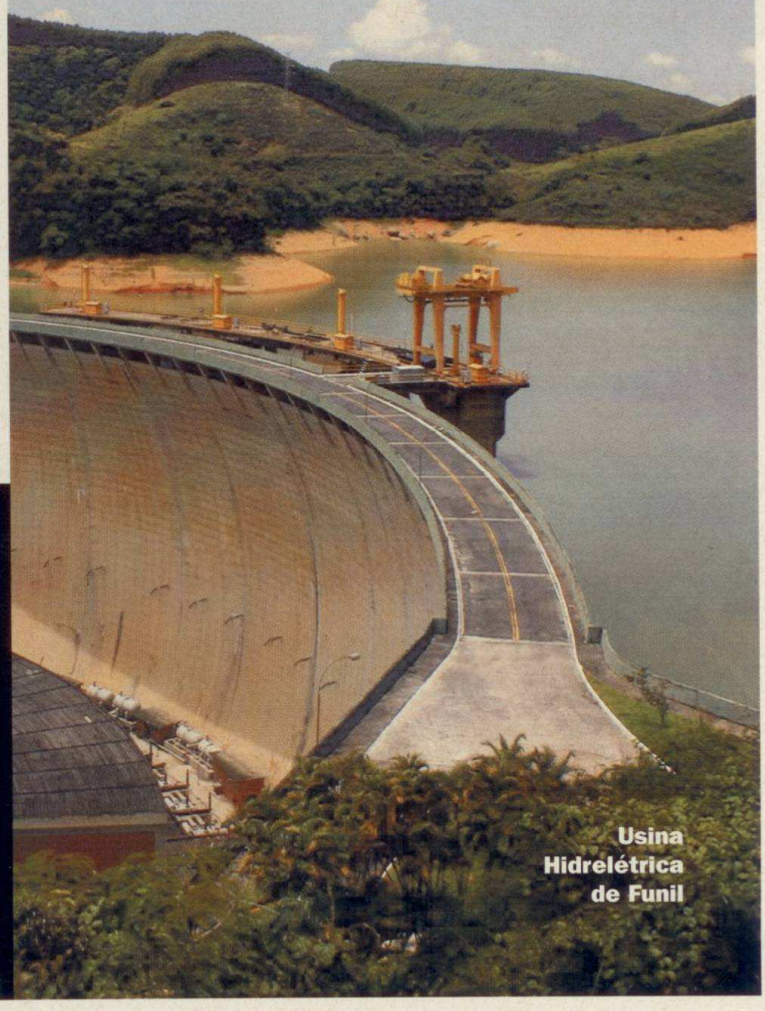
Gontijo também lembrou que o GTAI propôs ao CEIVAP a retomada das discussões sobre o Convênio de Integração em meados de 2009, juntamente com a avaliação da situação geral da gestão da bacia, tanto nos seus aspectos políticos como regulatórios. "Aguardamos, assim, um posicionamento do Comitê para que, no menor prazo, possam ser repactuadas as ações a serem conduzidas de forma integrada para a gestão dos recursos hídricos na Bacia".

Outro item que deve voltar à pauta no próximo ano é o Pacto das Águas, instrumento resultante das diretrizes do CEIVAP com relação à utilização das águas da bacia. "Por seu intermédio espera-se direcionar as ações de regulação e os investimentos a serem feitos para o alcance de metas de oferta e de uso da água, principalmente nos pontos de "controle" previstos no Regimento do Comitê como objetivos principais de um Comitê de Integração", conclui.

MÔNICA DA COSTA/TEXTOARTE



Wilde Gontijo, coordenador do GTAI



Usina Hidrelétrica de Funil

Fl. nº 114

GTAOH atua na operação hidráulica dos grandes reservatórios de regularização e transposição para o rio Guandu

Em 2008, além do monitoramento da operação hidráulica no rio Paraíba do Sul e das apresentações dos estudos do Operador Nacional do Sistema (ONS) – relativos ao planejamento da operação nos períodos de estiagem e de controle de cheias, o Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica (GTAOH) está acompanhando o desenvolvimento, realizado por FURNAS e ONS, de um modelo de simulação da operação hidráulica a montante de Santa Cecília e as ações de remoção das macrófitas (vegetação aquática flutuante), no trecho paulista da bacia.

Segundo o coordenador do grupo Marcelo Roberto Rocha de Carvalho, representante de FURNAS, o maior desafio enfrentado nos últimos tempos aconteceu em julho de 2007 devido ao acúmulo de vegetação flutuante na ponte de Caçapava (veja mais na pagina 32). "Houve a necessidade de reduzir as vazões liberadas pelas usinas de montante e, devido ao baixo nível de armazenamento em Funil, foi preciso também reduzir a vazão transposta para o rio Guandu", diz Carvalho. Tal operação implicou num intenso monitoramento na bacia do Guandu e ocorreram diversas teleconferências envolvendo o Comitê Paulista (CBH-PS), Comitê Guandu, ONS e agentes de geração, para consensar as decisões operativas. "Esperamos que com a criação, pelo CEIVAP, dos Grupos de Trabalho de Ocupação de Margens e de Macrófitas , tais GT´s atuem de forma rápida e eficiente de forma a mitigar tais problemas, atenuando as restrições hidráulicas e possibilitando uma operação hidráulica mais eficiente", destaca.

O Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na bacia do rio Paraíba do Sul, para atuação conjunta com o Comitê da Bacia do rio Guandu, foi instituído pela Deliberação CEIVAP nº 53/2005 e tem por objetivos: antecipar e analisar situação de conflitos envolvendo a operação hidráulica dos reservatórios e os usos múltiplos da água e propor soluções alternativas; analisar e propor soluções alternativas para os critérios de operação hidráulica dos reservatórios do rio Paraíba do Sul e da transposição de água para o rio Guandu, visando ao atendimento dos requisitos quantitativos; atuar no sentido de propor formas de garantir o atendimento dos requisitos dos usos múltiplos da água; e divulgar informações correntes sobre aspectos quantitativos dos recursos hídricos nas bacias.

As soluções e propostas oriundas do GTAOH são encaminhadas à plenária do CEIVAP para aprovação. Posteriormente, a Secretaria do CEIVAP encaminha os critérios e procedimentos aprovados pela Plenária para o ONS, ANA e ANEEL para conhecimento e manifestação. Nos casos de crise de disponibilidade hídrica que justifiquem procedimentos de urgência, o CEIVAP, em prol da agilidade de decisão, outorga ao GTAOH a faculdade de encaminhar suas propostas diretamente para o ONS, ANA e ANEEL. Cabe salientar que a atuação do Grupo de Trabalho se restringe à operação hidráulica dos grandes reservatórios de regularização e da transposição para o rio Guandu.

Compõem o GT os operadores dos reservatórios de regularização (LIGHT, CESP, FURNAS); os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos (DAEE/SP, SERLA/RJ e IGAM/MG); representantes dos usuários da água do CEIVAP (SABESP/FEMSA - SP, SAAE de Barra Mansa-RJ e CESAMA-MG); representantes dos usuários da água do Comitê do Guandu (CEDAE e Gerdau); representantes dos municípios da bacia do rio Paraíba do Sul (Tremembé e Redenção da Serra-SP e Barra do Piraí-RJ); representantes dos municípios da bacia do rio Guandu (Rio Claro-RJ). Além dos membros, o GTAOH tem como convidados permanentes a Agência Nacional de Águas - ANA, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; os órgãos estaduais de controle ambiental (CETESB/SP, FEEMA/RJ e FEAM/MG) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, responsável por definir e fiscalizar, em articulação com a ANA, as condições de operação dos reservatórios.

DANIEL REZENDE/TEXTO&ARTE

Fl. nº 115

Modernização da AGEVAP

Novos conceitos atendem aos desafios propostos pelos integrantes do Sistema

Recentemente, com a elaboração do Planejamento Institucional Estratégico e Estruturação Organizacional, foram adotadas algumas alterações na Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), que levaram em consideração os seguintes aspectos: abertura a novos associados; alterações na composição do Conselho de Administração; ajustes no escopo de funções e competências da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; delimitação dos encargos da AGEVAP como Secretaria Executiva do CEIVAP; ampliação de alternativas para terceirização de serviços; e nova estruturação de seu quadro funcional.

Todas essas mudanças tiveram por objetivo modernizar o sistema e adequá-lo aos novos desafios propostos pelos integrantes do CEIVAP/AGEVAP. E tudo isso aconteceu após um longo e intenso processo interno de discussões e reflexões, que buscaram sempre o aprimoramento da gestão integrada da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. Durante esse período de ajustamento, tanto o CEIVAP quanto a AGEVAP tiveram suas funções parcialmente alteradas, o que resultou num período de menor atividade.

Porém em 2008, já reestruturada, a AGEVAP conduziu uma série de trabalhos, entre eles a revisão do Plano de Trabalho do Contrato de Gestão, a criação da Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão (CEIVAP), a revisão da Metodologia de Cobrança e a revisão do Plano de Bacia. Realizou também oficinas de trabalho para estudar o Planejamento Estratégico; a alteração do Regi-

DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

Assembléia Geral da AGEVAP aprovou alterações no Estatuto

DANIEL REZENDE/TEXTOARTE

Reunião em Resende foi coordenada pelo Presidente do Conselho de Administração, Renine César de Oliveira, e a diretoria do CEIVAP: Mauro Viegas (Vice-Presidente), Paulo Teodoro de Carvalho (Presidente) e Breno Gurgel (Secretário)

Fl. nº 116

Representantes formalizam convênios entre IGAM e AGEVAP. Da esquerda para a direita: Cleide Pedrosa de Melo, Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); Flávio Simões, Coordenador Técnico da AGEVAP; Edson Fujita, novo diretor da AGEVAP; Romina de Paiva Torres, Analista Ambiental da FIEMG - representando o PS1; Maria Aparecida Vargas, Presidente do COMPÉ; Paulo Teodoro de Carvalho, Presidente do CEIVAP; Breno Gurgel, Secretário do CEIVAP; e Hendrik Mansur, Coordenador de Gestão da AGEVAP (na ocasião, respondendo interinamente pela diretoria da Agência da Bacia)

mento Interno do CEIVAP; e as alterações do Estatuto e do Regimento Interno da AGEVAP. Uma outra atividade empreendida foi a análise dos processos enviados para a Caixa Econômica Federal, agente financeiro dos empreendimentos aprovados pelo CEIVAP, para mapeamento dos processos.

Um destaque importante em 2008 foi a assinatura de dois convênios com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) para que a AGEVAP se torne a agência das bacias dos comitês dos Rios Preto e Paraibuna e Pomba e Muriaé. O ato aconteceu durante reunião do CEIVAP, no dia 21 de agosto, em Juiz de Fora (MG), ocasião em que também foi escolhido o novo Diretor da AGEVAP, engenheiro Edson Guaracy Lima Fujita, que assumiu o cargo em setembro. Segundo o Coordenador de Gestão, Hendrik Lucchesi Mansur, com relação aos convênios com o IGAM, já está em andamento o contrato para a ampliação do cadastro de usuários na porção mineira das bacias hidrográficas. "O projeto será executado em três fases: cadastramento, apresentação de resultados e acompanhamento da execução do cadastramento", explica o Coordenador.

Em setembro, em Brasília (DF), as Diretorias do CEIVAP e da AGEVAP participaram da assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Caixa Econômica Federal (CEF) para viabilizar o financiamento das ações de recuperação das Bacias Hidrográficas dos rios Paraíba do Sul e Piracicaba, Capivari e Jundiaí, a partir dos recursos da cobrança pelo uso da água. O acordo tem por objeto a mútua cooperação para que sejam realizados estudos técnicos e jurídicos, a fim de analisar algumas alternativas e soluções para o financiamento das ações de recuperação de bacias hidrográficas.

Ainda no segundo semestre, com o propósito de estreitar as relações entre a AGEVAP e os órgãos gestores dos três Estados, a diretoria da Agência da Bacia realizou diversas visitas de cortesia, entre elas ao Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE (São Paulo), Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA (Rio de Janeiro) e Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM (Minas Gerais). A diretoria também esteve em visita à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), para conhecer as instalações do Campus Regional de Resende. O objetivo é formalizar um convênio de cooperação técnico-científico com uma das principais universidades do país, visando à implantação de cursos de pós-graduação com ênfase em gestão de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Além disso, a AGEVAP realizou seleções para contratação de pes-

Fl. nº 117

Criada em 20 de junho de 2002, a AGEVAP – Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – foi constituída para o exercício das funções de Secretaria Executiva do CEIVAP, desenvolvendo também as funções definidas no Art. 44 da Lei Nº 9.433/97, que trata das competências das chamadas Agências de Água – ou Agências de Bacia, como são mais conhecidas, principalmente no que se refere à elaboração do Plano de Recursos Hídricos e à execução das ações deliberadas pelo Comitê para a gestão dos recursos hídricos da Bacia.

A partir da edição da Medida Provisória Nº 165/04, posteriormente convertida na Lei Nº 10.881/04, a AGEVAP pôde, por meio do estabelecimento de Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas (ANA), assumir as funções de uma Agência de Bacia, que são, essencialmente, receber os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água bruta e investi-los segundo o Plano de Investimentos, aprovado pelo CEIVAP.

A AGEVAP tem a personalidade jurídica de uma associação civil de direito privado autônoma, sem fins econômicos. Com a recente alteração estatutária, poderão se associar à Agência da Bacia pessoas jurídicas de qualquer natureza, cuja atuação seja comprovadamente interveniente sobre as disponibilidades hídricas ou com reconhecidas contribuições a favor da gestão das bacias hidrográficas da sua área de atuação. A nova estrutura orgânica da AGEVAP tem a seguinte constituição: Assembléia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal (órgãos colegiados de administração superior) e Diretoria-Executiva.

soal, de fornecedor para serviço de contabilidade e terceirização do serviço de consultoria e assessoria de imprensa, de comunicação técnica em recursos hídricos e criação e produção editorial de publicações (jornais, revistas, boletins eletrônicos, notas técnicas, relatórios de gestão e de atividades) e apoio ao Núcleo dos Comitês da AGEVAP.

Já o setor Jurídico da AGEVAP, que também é terceirizado, elaborou os Atos Convocatórios e promoveu o acompanhamento dos processos; realizou diversos atendimentos aos Ministérios Públicos do Rio e São Paulo; preparou as minutas do Regimento Interno do CEIVAP, do Estatuto da AGEVAP e do Regimento Interno da AGEVAP; assessorou o Conselho de Administração da AGEVAP e o CEIVAP na 1ª Reunião Extraordinária realizada em agosto em Juiz de Fora (MG); e promoveu a defesa na Ação Civil Pública – processo nº 2008.5109.000312-0 – movida pelo Conselho Regional de Administração em face da AGEVAP, a respeito da impugnação do Processo Seletivo/2008, sendo julgada improcedente a ação.

Também estão em andamento as seguintes atividades para cumprimento do Contrato de Gestão: Publicação de Revista; Contratação de Notas Técnicas sobre Gestão dos Recursos Hídricos na Bacia e Cobrança; Elaboração de Termo de Referência para Contratação dos Estudos para atendimento à DN 65/06; e contratação de Auditoria para contabilidade da AGEVAP.

Outro projeto em desenvolvimento na AGEVAP é a replicação do Projeto Piloto de Revitalização da Bacia do Rio Barra Mansa (RJ) para as bacias hidrográficas dos rios Una (SP) e Paraopeba (MG), no sentido de subsidiar a consolidação de metodologias a serem aplicadas no planejamento e implementação de ações de revitalização na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, do qual constituem importantes tributários (veja mais no quadro). Para o Coordenador Técnico da AGEVAP, Flávio Simões, a extensão do modelo de Projeto Piloto para as bacias hidrográficas dos rios Una e Paraopeba proporcionará referencial para a proposição de um modelo para o "Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul", incorporando a percepção da heterogeneidade social, econômica e ambiental existente na bacia hidrográfica e que engloba porções de três unidades federativas brasileiras. "Os Projetos Piloto terão como premissa a implementação de políticas coerentes com o desenvolvimento sustentável, numa visão de gestão integrada de recursos hídricos e meio ambiente, descentralização e participação dos diferentes segmentos da sociedade", diz Simões.

"Em 2009, a AGEVAP terá muitos desafios internos e externos". A afirmação é do Diretor Edson Fujita, que aponta a implantação e operacionalização dos novos Estatuto e Regimento Interno e uma eficaz execução do Contrato de Gestão com a ANA e CEIVAP, e de outros contratos e convênios com IGAM e SRHU, como os principais desafios internos. "Entre os desafios externos, estão um maior aporte de recursos para fazer frente às crescentes demandas da Agência, a elaboração de um adequado Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança, um maior relacionamento com os Comitês e Consórcios da Bacia Hidrográfica, assim como um adequado apoio ao CEIVAP, que terá novos membros, para a promoção de um efetivo Pacto de Integração entre os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo", conclui.

Fl. nº 118

Revitalização de Bacias Hidrográficas

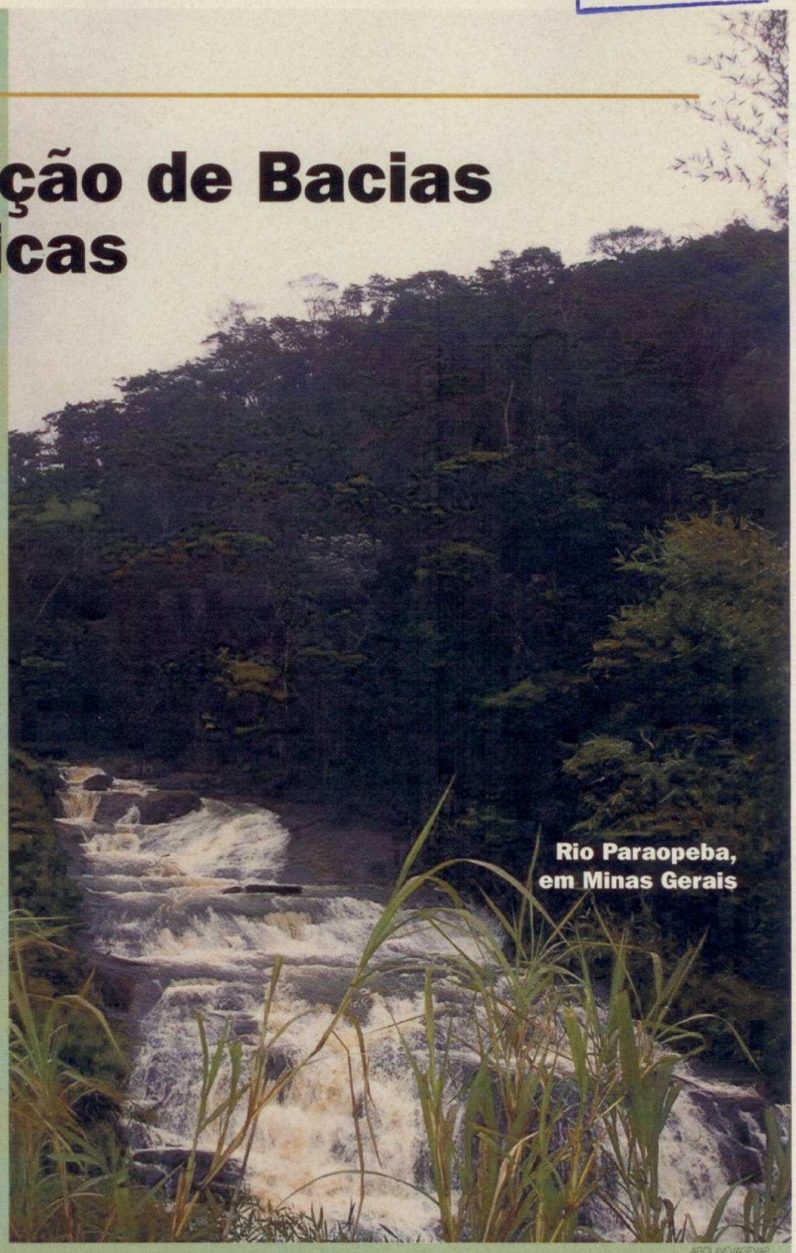
Fortalecendo a gestão descentralizada e participativa

A AGEVAP está desenvolvendo a proposta de replicação do modelo de Projeto Piloto de Revitalização da Bacia do Rio Barra Mansa (RJ) para as bacias hidrográficas dos rios Una (SP) e Paraopeba (MG). Os referidos projetos têm como objetivo principal propor diretrizes que subsidiarão a construção do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, tendo como referência a área da bacia hidrográfica como unidade de gestão e as instâncias de interlocução com atuação regional reconhecidas no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), fortalecendo a gestão descentralizada e participativa – um dos fundamentos preconizados pela Lei 9.034/97.

Os estudos, programas, projetos e planos existentes na bacia do Paraíba do Sul, tanto constantes do Plano da Bacia quanto no acervo dos municípios, apresentam uma quantidade de substancial de informações em uma variedade de formatos. Estas informações precisam ser reunidas, gerenciadas, analisadas e integradas, tendo em vista proporcionar melhor tomada de decisões quanto ao planejamento, gestão e monitoramento, fornecendo alternativas de manejo para a revitalização da bacia hidrográfica.

Muito embora a bacia do Paraíba do Sul concentre grande quantidade de estudos e seja pioneira na aplicação dos instrumentos de gestão, faz-se necessária a sistematização e classificação dos dados e informações de cunho ambiental, tendo como referência a bacia hidrográfica, unidade de planejamento e gestão aplicável aos Projetos de Revitalização de Bacias Hidrográficas.

Os resultados esperados do Plano Piloto são: extensão do modelo de Projeto Piloto de Revitalização da Bacia do Rio Barra Mansa para as bacias hidrográficas dos rios Una e Paraopeba; produção de documento com subsídios para a construção do Programa de Revitalização da Bacia do Rio Paraíba do Sul; sistematização de indicadores; e produção de Banco de Dados Georreferenciados, contendo informações sistematizadas e mapas temáticos.



Rio Paraopeba, em Minas Gerais

ARQUIVO/AGEVAP

Fl. nº 119

ANEXO I – PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTRATO DE GESTÃO ANA – AGEVAP – CEIVAP

INDICADORES	
1	**DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES** I - sobre disponibilidade hídrica; II - sobre o cadastro de usuários e VI - sobre o próprio sistema de informações
2	**PLANEJAMENTO E GESTÃO** IX - sobre estudos para gestão; X - sobre o plano de recursos hídricos e XIa - sobre o enquadramento
3	**COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA** IV - sobre o acompanhamento financeiro; V - sobre a análise dos investimentos; XIb - sobre o estudos e XIc - sobre o plano de aplicação
4	**GERENCIAMENTO INTERNO** VII - sobre os convênios e contratos e VIII - sobre a proposta orçamentária
5	**RECONHECIMENTO SOCIAL** Art. 41 - Secretaria-Executiva do Comitê
Os incisos apresentados para os indicadores 1 a 4 referem-se ao artigo 44, assim como o artigo 41, referido no indicador 5, integrantes da Lei nº 9.433, de 1997	

INDICADORES		CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	CONTEÚDO DISPONIBILIZADO
		ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES
		MÉDIA MENSAL DE CONSULTAS À PÁGINA ELETRÔNICA
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	PUBLICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DA BACIA
		RELATÓRIO COM SUBSÍDIOS PARA AÇÕES DE REGULAÇÃO NA BACIA
		MANUAL DE INVESTIMENTOS
		PLANO DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO BARRA MANSA
3	COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA	VALOR DESEMBOLSADO SOBRE O VALOR REPASSADO PELA ANA (%)
		RECURSOS DAS CONTRAPARTIDAS ALAVANCADAS SOBRE RECURSOS DA COBRANÇA INVESTIDOS (%)
		PROPOSTA PARA APERFEIÇOAMENTO DA COBRANÇA
4	GERENCIAMENTO INTERNO	PONTUALIDADE NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
5	RECONHECIMENTO SOCIAL	AVALIAÇÃO PELOS MEMBROS TITULARES DO COMITÊ (OU POR VOTANTES NA PLENÁRIA) SOBRE A ATUAÇÃO DA AGEVAP

GLOSSÁRIO SOBRE OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1	**DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES**	
	CONTEÚDO DISPONIBILIZADO	Informações do CEIVAP, da AGEVAP, de cadastro de usuários, de cobrança, de estudos e projetos, de investimentos, de monitoramento hidrometeorológico, dos reservatórios, de qualidade da água, da legislação sobre recursos hídricos e das sub-bacias.
	ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	Avaliação sobre a versão mais recente dos registros de conteúdo disponibilizados.
	MÉDIA MENSAL DE CONSULTAS À PÁGINA ELETRÔNICA	Alcance de metas de número médio mensal de consultas à página eletrônica.
2	**PLANEJAMENTO E GESTÃO**	
	PUBLICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DA BACIA	Publicação anual onde conste a situação dos recursos hídricos da bacia sob os aspectos quantitativos e qualitativos registrados em diversos pontos de controle, a situação dos reservatórios, os usos cadastrados e sua caracterização, os valores arrecadados pela cobrança e a aplicação dos recursos, os eventos críticos registrados no ano, as realizações institucionais do CEIVAP e da AGEVAP, os programas e projetos realizados, a situação dos investimentos e outros assuntos que tenham sido relevantes para gestão anual dos recursos hídricos, inclusive com a proposição e verificação de indicadores construídos para o acompanhamento da gestão.
	RELATÓRIO COM SUBSÍDIOS PARA AÇÕES DE REGULAÇÃO NA BACIA	Diretrizes para as ações da ANA quanto ao cadastramento de usuários, à fiscalização dos usos, à operação dos reservatórios, à arrecadação e repasse dos valores da cobrança, ao acompanhamento do contrato de gestão e à articulação com os organismos da Administração Pública federal.
	MANUAL DE INVESTIMENTOS	Atualização do Manual de Investimentos à luz das realizações do ano, visando a dar diretrizes para a aplicação dos recursos da cobrança para o ano seguinte.
	PLANO DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO BARRA MANSA	Apresentação do Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Barra Mansa, devidamente aprovado pelo CEIVAP.
3	**COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA**	
	VALOR DESEMBOLSADO SOBRE O VALOR REPASSADO PELA ANA (%)	Metas progressivas visando ao maior desembolso frente ao valor repassado.
	RECURSOS DAS CONTRAPARTIDAS ALAVANCADAS SOBRE RECURSOS DA COBRANÇA INVESTIDOS (%)	Metas progressivas visando a aumentar a alavancagem de recursos externos com a aplicação da cobrança pelo uso da água.
	PROPOSTA PARA APERFEIÇOAMENTO DA COBRANÇA	Proposta sobre a implementação da cobrança e os efeitos dos mecanismos e valores vigentes sobre a racionalização dos usos da água e o lançamento de efluentes poluidores.
4	**GERENCIAMENTO INTERNO**	
	PONTUALIDADE NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	Verificação do atendimento da AGEVAP, nas datas previstas anualmente, da apresentação do relatório de gestão, da prestação de contas, do registro do extrato do demonstrativo financeiro no Diário Oficial da União, do encaminhamento da previsão de receitas para o ano seguinte e sobre a aprovação do termo aditivo ao contrato de gestão pelo CEIVAP para o ano subseqüente, visando à alocação dos recursos financeiros.
5	**RECONHECIMENTO SOCIAL**	
	AVALIAÇÃO PELOS MEMBROS TITULARES DO COMITÉ (OU POR VOTANTES NA PLENÁRIA) SOBRE A ATUAÇÃO DA AGEVAP	Avaliação realizada pelos membros do CEIVAP sobre as atividades exercidas pela AGEVAP considerando os aspectos técnicos e administrativos.

Fl. nº 121

INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

AVALIAÇÃO		1A CONTEÚDO DISPONIBILIZADO	1B ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	1C MÉDIA MENSAL DE CONSULTAS À PÁGINA ELETRÔNICA	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		4	4	2	
2º SEMESTRE 2006	META	10	10	1800	9,60
	RESULTADO	10	9	3596	
	NOTA (NP)	10,0	9,0	10,0	
2007	META	10	10	1950	8,80
	RESULTADO	8	9	3847	
	NOTA (NP)	8,0	9,0	10,0	
2008	META	10	10	2100	10,00
	RESULTADO	10	10	5577	
	NOTA (NP)	10,0	10,0	10,0	
2009	META	10	10	2250	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	
2010	META	10	10	2400	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	
2011	META	10	10	2550	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	
2012	META	10	10	2700	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	
2013	META	10	10	2850	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	
2014	META	10	10	3000	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	
2015	META	10	10	3150	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	
1º SEMESTRE 2016	META	10	10	3300	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	

OBJETIVO

Atender ao que dispõem os incisos I, II e VI do art. 44 da Lei nº 9433/97

PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADO

1A. Conteúdo disponibilizado e 1B. Atualização das informações

1	CEIVAP (informações gerais e realizações)
2	AGEVAP (informações gerais e realizações)
3	CADASTRO USUÁRIOS
4	COBRANÇA E ARRECADAÇÃO
5	BANCO DE DADOS DE ESTUDOS E PROJETOS
6	SITUAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NA BACIA
7	MONITORAMENTO HIDROMETEOROLÓGICO
8	SITUAÇÃO E OPERAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS
9	LEGISLAÇÃO SOBRE RECURSOS HÍDRICOS
10	CONTRATO DE GESTÃO

O Resultado será verificado pelo número de itens atendidos com relação à lista acima, por período de avaliação, na página eletrônica do CEIVAP.

1C. Média mensal de consultas à página eletrônica

Número médio mensal de consultas aferidas no período da avaliação

FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS

NP = 10 * Resultado / Meta; se Meta = 0 então NP = 0 e Peso = 0, no período; 0 ≤ NP ≤ 10

NF = Σ(NP * Peso) / Σ(Pesos)

Fl. nº 122

INDICADOR 2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO

AVALIAÇÃO		2A. PUBLICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DA BACIA	2B. RELATÓRIO COM SUBSÍDIOS PARA AÇÕES DE REGULAÇÃO NA BACIA	2C. MANUAL DE INVESTIMENTOS	2D. PLANO DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO BARRA MANSA	NOTA FINAL (NF)
		PESO				
		3	1	3	3	
2º SEMESTRE 2006	META	3	2	1		6,00
	RESULTADO	3	3	0		
	NOTA (NP)	10,0	10,0	0,0		
2007	META	6	5	1		6,00
	RESULTADO	6	5	0		
	NOTA (NP)	10,0	10,0	0,0		
2008	META	8	5	1	1	10,00
	RESULTADO	8	5	1	1	
	NOTA (NP)	10,0	10,0	10,0	10,0	
2009	META	10	5	1	1	0,00
	RESULTADO					
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	0,0	
2010	META	12	5	1	1	0,00
	RESULTADO					
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	0,0	
2011	META	12	5	1	1	0,00
	RESULTADO					
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	0,0	
2012	META	12	5	1	1	0,00
	RESULTADO					
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	0,0	
2013	META	12	5	1	1	0,00
	RESULTADO					
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	0,0	
2014	META	12	5	1	1	0,00
	RESULTADO					
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	0,0	
2015	META	12	5	1	1	0,00
	RESULTADO					
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	0,0	
1º SEMESTRE 2016	META	12	5	1	1	0,00
	RESULTADO					
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	0,0	

OBJETIVO
Atender ao que dispõem os incisos IX, X e XIa do art. 44 da Lei nº 9433/97

PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADO		
2A. Publicação sobre a situação da bacia		
	1	CEIVAP (informações gerais e realizações)
	2	AGEVAP (informações gerais e realizações)
	3	RECURSOS HÍDRICOS - balanço quantitativo
	4	RECURSOS HÍDRICOS - balanço de qualidade
	5	EVENTOS CRÍTICOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS
	6	EVENTOS CRÍTICOS QUALITATIVOS REGISTRADOS
	7	BALANÇO SOBRE A COBRANÇA PELO USO
	8	USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS
	9	CADASTRO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS
	10	SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO (OUTORGA, ENQUADRAMENTO, PLANO E SISTEMA DE INFORMAÇÕES)
	11	SITUAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NA BACIA
	12	SITUAÇÃO DA COLETA E DO TRATAMENTO DE ESGOTOS
		O Resultado será verificado pelo número de itens expressos na publicação do período de avaliação, tendo como referência a lista acima, podendo ser utilizados estudos de quaisquer fontes

2B. Relatório com subsídios para ações de regulação na bacia		
	1	SOBRE O CADASTRO DE USUÁRIOS
	2	SOBRE A FISCALIZAÇÃO
	3	SOBRE A OUTORGA
	4	SOBRE A COBRANÇA
	5	SOBRE OS RESERVATÓRIOS
		O Resultado será verificado pelo número de itens presentes, com as sugestões da AGEVAP, por período de avaliação, para as ações de gestão na bacia, dentre os temas da lista acima

2C. Manual de investimentos
O Resultado será verificado pela apresentação do Manual de Investimentos para o ano seguinte, devidamente aprovado pelo CEIVAP.

2D. Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Barra Mansa
O Resultado será verificado pela apresentação do Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Barra Mansa, devidamente aprovado pelo CEIVAP.

FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS
NP = 10 * Resultado / Meta; se Meta = 0 então NP = 0 e Peso = 0, no período; 0 ≤ NP ≤ 10
NF = Σ(NP * Peso) / Σ(Pesos)

Fl. nº 123

INDICADOR 3 - COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA

AVALIAÇÃO		3A. VALOR DESEMBOLSADO SOBRE O VALOR REPASSADO PELA ANA (%)	3B. RECURSOS DAS CONTRAPARTIDAS ALAVANCADAS SOBRE RECURSOS DA COBRANÇA INVESTIDOS (%)	3C. PROPOSTA PARA APERFEIÇOAMENTO DA COBRANÇA	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		4	4	2	
2º SEMESTRE 2006	META	20,0	30,0	1	9,69
	RESULTADO	27,5	27,7	1	
	NOTA (NP)	10,0	9,2	10,0	
2007	META	75,0	40,0	1	6,42
	RESULTADO	45,3	1357,56	0	
	NOTA (NP)	6,0	10,0	0,0	
2008	META	80,0	50,0	1	4,17
	RESULTADO	43,3	0,0	1	
	NOTA (NP)	5,4	0,0	10,0	
2009	META	85,0	60,0	1	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	
2010	META	90,0	80,0	1	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	
2011	META	91,0	100,0	1	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	
2012	META	92,0	120,0	1	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	
2013	META	93,0	140,0	1	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	
2014	META	94,0	160,0	1	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	
2015	META	95,0	180,0	1	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	
1º SEMESTRE 2016	META	96,0	200,0	1	0,00
	RESULTADO				
	NOTA (NP)	0,0	0,0	0,0	

OBJETIVO

Atender ao que dispõem os incisos IV, V, XI, "b" e "c", do art. 44 da Lei nº 9433, de 1997

PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADO

3A. Valor desembolsado sobre o valor repassado pela ANA (%)

VD / VR (%)

VD = Valor total gasto neste contrato de gestão, acumulado desde seu início até o mês de apuração (R$)

VR = Valor total repassado neste contrato de gestão, acumulado desde seu início até o mês anterior à apuração (R$)

3B. Recursos das contrapartidas alavancadas sobre recursos da cobrança investidos (%)

CP / CB (%)

CP = Recursos financeiros de contrapartida para ações estruturais contratadas, no período de avaliação, na Bacia (inclusive seus projetos) (R$)

CB = Recursos financeiros da cobrança para ações estruturais contratadas, no período de avaliação, na Bacia (inclusive seus projetos) (R$)

3C. Proposta para aperfeiçoamento da cobrança

Resultado verificado pelo número de propostas apresentadas ao CEIVAP

Este critério somente será considerado no período da avaliação quando exigido pelo CEIVAP

FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS

NP = 10 * Resultado / Meta; se Meta = 0 então NP = 0 e Peso = 0, no período; $0 \leq NP \leq 10$

$NF = \Sigma(NP * Peso) / \Sigma(Pesos)$

Fl. nº 124

INDICADOR 4 - GERENCIAMENTO INTERNO

AVALIAÇÃO		4A. PONTUALIDADE NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	NOTA FINAL (NF)
		PESO	
		10	
2º SEMESTRE 2006	META	1	10,0
	RESULTADO	1	
	NOTA (NP)	10,0	
2007	META	5	10,0
	RESULTADO	5	
	NOTA (NP)	10,0	
2008	META	5	10,0
	RESULTADO	5	
	NOTA (NP)	10,0	
2009	META	5	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	
2010	META	5	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	
2011	META	5	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	
2012	META	5	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	
2013	META	5	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	
2014	META	5	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	
2015	META	5	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	
1º SEMESTRE 2016	META	5	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	

OBJETIVO

Atender ao que dispõem os incisos VII e VIII do art. 44 da Lei nº 9433, de 1997

PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADO

4A. Pontualidade no cumprimento das obrigações contratuais

1	RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO
2	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DOS GASTOS E RECEITAS
3	PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA NO D.O.U. - ATÉ 31.03
4	PREVISÃO DE RECEITA GLOBAL PARA O ANO SUBSEQÜENTE - ATÉ 31.05
5	APROVAÇÃO DO CEIVAP AO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS PARA O ANO SUBSEQÜENTE - ATÉ 31.12

O Resultado será verificado pelo número de itens atendidos com relação à lista acima, em cada período de avaliação.

FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS

NP = 10 * Resultado / Meta; se Meta = 0 então NP = 0 e Peso = 0, no período: $0 \leq NP \leq 10$

$NF = \Sigma(NP * Peso) / \Sigma(Pesos)$

Fl. nº 125

INDICADOR 5 - RECONHECIMENTO SOCIAL

AVALIAÇÃO		5A AVALIAÇÃO DOS MEMBROS TITULARES DO COMITÊ (OU POR VOTANTES NA PLENÁRIA) SOBRE A ATUAÇÃO DA AGEVAP	NOTA FINAL (NF)
		PESO	
		10	
2º SEMESTRE 2006	META	9	8,0
	RESULTADO	8	
	NOTA (NP)	8,0	
2007	META	9	0,0
	RESULTADO	0	
	NOTA (NP)	0,0	
2008	META	9	8,0
	RESULTADO	8	
	NOTA (NP)	8,0	
2009	META	9	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	
2010	META	9	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	
2011	META	9	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	
2012	META	9	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	
2013	META	9	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	
2014	META	9	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	
2015	META	9	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	
1º SEMESTRE 2016	META	9	0,0
	RESULTADO		
	NOTA (NP)	0,0	

OBJETIVO

Atender ao que dispõe o art. 41 da Lei nº 9433, de 1997

PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADO

5A. Avaliação pelos membros titulares do Comitê (ou por votantes na Plenária) sobre a atuação da AGEVAP

O Resultado será apurado por período de avaliação, por intermédio de metodologia aprovada pelo CEIVAP	Pontos
Nota entre 9 e 10	10
Nota entre 7 e 9	8
Nota entre 5 e 7	6
Nota inferior a 5	Valor apurado será igual à nota calculada

FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS

NP = 10 * Resultado / Meta; se Meta = 0 então NP = 0 e Peso = 0, no período; 0 ≤ NP ≤ 10

NF = Σ(NP * Peso) / Σ(Pesos)

Fl. nº 126

PLANILHA DE AVALIAÇÃO - PERÍODO: 2008						
	INDICADORES	Peso	Nota Final (NF)	Nota Geral (NG)	Conceito Geral	Fórmula de Cálculo e Conceitos
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	2	10,00	8,4	Bom	Nota Geral = (S Nota * Peso Indicador / S Peso Indicador)
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	3	10,00			Conceitos
3	COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA	2	4,17			Ótimo NG ≥ 9 / Bom 7 ≤ NG < 9
4	GERENCIAMENTO INTERNO	1	10,00			Regular 5 ≤ NG < 7 / Insuficiente NG < 5
5	RECONHECIMENTO SOCIAL	3	8,00			

Fl. nº 127

ANEXO II – INFORMATIVO IMPRESSO "PELAS ÁGUAS DO PARAÍBA" – ANO 9 – EDIÇÃO Nº 19 – NOV/2008

pelas águas do PARAÍBA

Ano 9
Edição Nº 19
Novembro de 2008
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CEIVAP

INFORMATIVO DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP

Bacia do rio Paraíba do Sul recebe investimentos

A cobrança pelo uso da água é a principal fonte de recursos financeiros para investimentos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. A ANA é a instituição responsável pela operacionalização da cobrança em rios de domínio da União, para posterior repasse às respectivas Agências. Desde 2004, os recursos arrecadados são repassados integralmente pela ANA à AGEVAP, conforme determina a Lei nº 10.881/04. Cabe ao CEIVAP a hierarquização dos projetos, serviços e obras a serem financiados, a partir do processo de seleção e pré-hierarquização realizado pela AGEVAP, baseado em critérios técnicos constantes no Manual de Investimentos, aprovado a cada ano pelo Comitê. Entre os anos de 2003 e 2007, a ANA arrecadou um total de R$ 32,8 milhões, sendo que deste montante R$ 6,2 milhões arrecadados em 2003 foram repassados direto aos tomadores e os R$ 26,6 milhões restantes (período de 2004 a 2007) repassados à AGEVAP. Além disso, também são contabilizados os recursos adicionais alavancados com a cobrança, como: recursos de contrapartida, num total de R$ 58 milhões, mais recursos do PRODES/ANA, no valor de R$ 24,5 milhões, que somados à arrecadação entre 2003 e 2007 totalizam R$ 115,3 milhões para investimentos em ações de gestão, planejamento e estruturais. ■ PÁGINAS 4 A 7

www.ceivap.org.br

Planejamento Estratégico e Organizacional

Desde o início de 2007, a gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul vem passando por profundas transformações, visando ao contínuo aperfeiçoamento deste modelo – considerado pioneiro em todo o Brasil. Entre os principais ajustes e reformulações previstos, destaques para a revisões do Regimento Interno do CEIVAP e do Estatuto da AGEVAP. ■ PÁGINAS 8 A 10

Convênios unem IGAM e AGEVAP em importante parceria

A AGEVAP e o IGAM assinaram, no dia 21 de agosto, dois importantes convênios, num total de R$ 260 mil. Na prática, a parceria entre as entidades formaliza a AGEVAP como agência do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna (PS1) e do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé (COMPÉ). ■ PÁGINA 11

Fl. nº 128

pelas águas do PARAÍBA

Ano 9
Edição Nº 19
Novembro de 2008
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CEIVAP
COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL
SP | RJ | MG

INFORMATIVO DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP

Bacia do rio Paraíba do Sul recebe investimentos

DAE-CGA/CARANGOLA

A cobrança pelo uso da água é a principal fonte de recursos financeiros para investimentos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. A ANA é a instituição responsável pela operacionalização da cobrança em rios de domínio da União, para posterior repasse às respectivas Agências. Desde 2004, os recursos arrecadados são repassados integralmente pela ANA à AGEVAP, conforme determina a Lei nº 10.881/04. Cabe ao CEIVAP a hierarquização dos projetos, serviços e obras a serem financiados, a partir do processo de seleção e pré-hierarquização realizado pela AGEVAP, baseado em critérios técnicos constantes no Manual de Investimentos, aprovado a cada ano pelo Comitê. Entre os anos de 2003 e 2007, a ANA arrecadou um total de R$ 32,8 milhões, sendo que deste montante R$ 6,2 milhões arrecadados em 2003 foram repassados direto aos tomadores e os R$ 26,6 milhões restantes (período de 2004 a 2007) repassados à AGEVAP. Além disso, também são contabilizados os recursos adicionais alavancados com a cobrança, como: recursos de contrapartida, num total de R$ 58 milhões, mais recursos do PRODES/ANA, no valor de R$ 24,5 milhões, que somados à arrecadação entre 2003 e 2007 totalizam R$ 115,3 milhões para investimentos em ações de gestão, planejamento e estruturais. ■ **PÁGINAS 4 A 7**

Planejamento Estratégico e Organizacional

Desde o início de 2007, a gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul vem passando por profundas transformações, visando ao contínuo aperfeiçoamento deste modelo – considerado pioneiro em todo o Brasil. Entre os principais ajustes e reformulações previstos, destaques para a revisões do Regimento Interno do CEIVAP e do Estatuto da AGEVAP. ■ **PÁGINAS 8 A 10**

Convênios unem IGAM e AGEVAP em importante parceria

MÔNICA DA COSTA/TEXTOARTE

A AGEVAP e o IGAM assinaram, no dia 21 de agosto, dois importantes convênios, num total de R$ 260 mil. Na prática, a parceria entre as entidades formaliza a AGEVAP como agência do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna (PS1) e do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé (COMPÉ). ■ **PÁGINA 11**

www.ceivap.org.br

Fl. nº 129

CEIVAP

expediente

O Informativo "Pelas Águas do Paraíba" é uma publicação do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP

Estrada Resende-Riachuelo, nº 2.535 – AEDB, 4º Andar
Morada da Colina – Resende (RJ)
CEP: 27523-000 / Tel: (24) 3355-8389
www.ceivap.org.br – ceivap@ceivap.org.br

Presidente
Paulo Teodoro de Carvalho
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais – SEMAD/MG

Vice-Presidente
Mauro Ribeiro Viegas
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN/RJ

Secretário
Breno Botelho Ferraz do Amaral Gurgel
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/SP

Coordenação Técnica
Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP

CNPJ: 05.422.000/0001-01

Estrada Resende-Riachuelo, nº 2.535 – AEDB, 4º Andar
Morada da Colina – Resende (RJ)
CEP: 27523-000 / Tel: (24) 3355-8389
www.agevap.org.br – agevap@ceivap.org.br

Presidente do Conselho de Administração
Renine César de Oliveira

Presidente do Conselho Fiscal
Ivan de Mello e Silva

Diretor
Edson Guaracy Lima Fujita

Coordenador de Gestão
Hendrik Lucchesi Mansur

Coordenador Técnico
Flávio Simões

Produção Gráfica / Editorial
Diagramação, Arte Final
Reportagens, Redação, Edição e Revisão
Assessoria de Comunicação da AGEVAP
TextoArte Comunicação – Rua Dr. Oliveira Braga, nº 405 – Centro – Aparecida (SP)
CEP: 12570-000 – Tel: (12) 3631-4961
textoarte@textoarte.com

Editora
Mônica da Costa (MTb 24.122)

Jornalista Responsável
Teresa Barbosa (MTb 16.973)

Fiscalização e Acompanhamento
Hendrik Lucchesi Mansur
Aline Raquel de Alvarenga

Fotografias
TextoArte Comunicação e Arquivos CEIVAP/AGEVAP

Impressão
Resolução Gráfica – Tel: (12) 2125-1700

Tiragem
5.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CEIVAP publica edital de seleção de propostas para financiamento com recursos da cobrança pelo uso da água

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) informa que estão abertas as inscrições de novas propostas de ações e intervenções que visem à recuperação e proteção das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, para financiamento com recursos da cobrança pelo uso da água. Os integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, usuários de recursos hídricos e entidades da sociedade civil organizada interessados devem apresentar seus projetos até 5 de dezembro, respeitando as normas e os requisitos necessários definidos pelo Manual de Investimentos 2008 (http://www.ceivap.org.br/downloads2008/manualdeinvestimento2008.zip).

Através da Deliberação nº 88/2008, o CEIVAP destinou para hierarquização os recursos financeiros de 2008 e o saldo remanescente de 2007, da seguinte forma: R$ 3.999.413,55 para Ações de Planejamento e R$ 3.004.784,12 para Ações Estruturais, de acordo com as diretrizes do Plano de Investimentos integrante do Plano de Recursos Hídricos da Bacia. A seleção das propostas submetidas à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas, em duas etapas:

- habilitação pela área técnica, que consiste em verificar a proposta quanto ao atendimento aos requisitos obrigatórios estabelecidos no Manual de Investimentos 2008 e ao mérito técnico (avaliando a coerência entre objetivos, metodologia, resultados esperados e cronograma de execução).
- hierarquização pelo CEIVAP, mediante Deliberação Normativa.

As propostas devem ser encaminhadas através do correio (com Aviso de Recebimento - AR), respeitando a data limite de inscrição, para o seguinte endereço: AGEVAP – Estrada Resende-Riachuelo, nº 2.535 – Morada da Colina – Resende (RJ) – CEP: 27523-000. A relação das propostas habilitadas e a respectiva hierarquização serão divulgadas no site do CEIVAP, nos meses de fevereiro e março de 2009, respectivamente.

Informações adicionais podem ser obtidas na AGEVAP pelo telefone (24) 3355-8389, e-mail ceivap@ceivap.org.br ou, ainda, na página eletrônica www.ceivap.org.br. O Edital de Seleção de Propostas também já encontra-se disponível neste mesmo endereço.

Encontro Anual das Agências de Água no Brasil irá debater Planejamento e Aplicação de Recursos da Cobrança

A Agência Nacional de Águas (ANA) vai realizar nos dias 17 e 18 de novembro, na sede da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, o 4º Encontro Anual das Agências de Água no Brasil – 2008, com o tema "Planejamento e Aplicação de Recursos da Cobrança". Com estimativa de participação de representantes do governo federal, comitês de bacias (CEIVAP, PCJ e CBHSF), agências de água (AGEVAP, PCJ e Loire-Bretagne/França), órgãos gestores estaduais e agentes técnicos financiadores, o encontro prevê a realização de palestras e mesas-redondas para o debate de diversos temas. Entre os assuntos em pauta, destaques para o "Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança na Bacia do Paraíba do Sul", o "Plano de Recursos Hídricos nas Bacias PCJ", o "Programa de Aplicação dos Recursos da Cobrança na França" e a "Governabilidade dos Planos de Recursos Hídricos".

Fl. nº 130

Delegatária na função de Agência de Água

A gestão de recursos hídricos, a partir da Lei 9.433/97, desponta como um dos modelos mais interessantes e democráticos para governança e construção de pactos em torno das questões ambientais que afetam uma bacia hidrográfica. Colocar frente a frente diferentes atores e dirimir de forma transparente os conflitos com capacidade deliberativa são características ímpares.

Mas, o grande desafio para consolidação deste modelo ainda é o custeio das atividades administrativas demandadas e a aplicação da cobrança pelo uso da água nas questões hierarquizadas pelo Comitê, previstas para serem desempenhadas pela Agência de Água.

Na falta de uma Agência, o que mais contribui para a inoperância de um Comitê é a ausência de uma Secretaria Executiva que possa dar provimento às decisões emanadas por um Comitê. Ainda que desconsiderada a aplicação efetiva de recursos em projetos e obras, a falta de um escritório operacional dificulta até mesmo a capacidade de articulação e de interferência em políticas públicas, o que só é superado quando este ônus operacional é assumido por alguma outra fonte de recurso, como acontece em alguns poucos casos no país.

Vale lembrar que a cobrança pelo uso dos recursos hídricos é também um instrumento educativo, e faz-se claramente perceptível que os montantes arrecadados não são capazes de solucionar todos os problemas de uma bacia, mas são capazes de deflagrar contrapartidas para a captação de outras fontes de recursos, além de projetos de pequena monta capazes de auxiliar na transformação de práticas em uma bacia e ainda em estudos que permitam a coerente tomada de decisão.

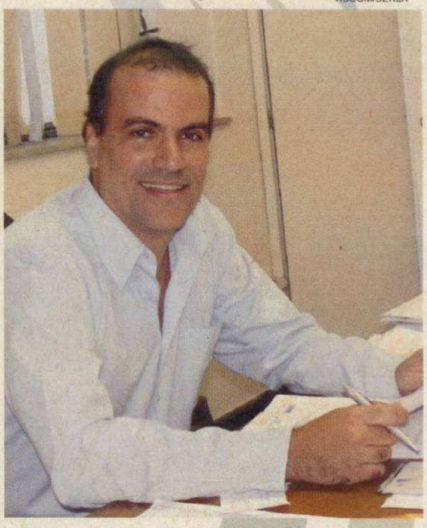
O fato é que na maioria das mais de 140 bacias onde já estão criados Comitês, percebe-se uma realidade de capacidade limitada de arrecadação, o que torna a estruturação de agência, nos moldes ideais previstos na legislação, um objetivo difícil de ser alcançado. Por isso mesmo a Lei 10.881/04 buscou alternativa ao conferir o papel da agência a uma instituição delegada pelo Comitê, conferindo assim legitimidade e agilidade que permitem adaptação às condições locais e de capacidade dos Comitês.

No Estado do Rio de Janeiro, onde a cobrança foi implantada em 2004, a ausência das agências representa um entrave ao avanço da Política de Recursos Hídricos, principalmente no aspecto administrativo de um Comitê, já que a existência de um Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), que tem como fonte os valores arrecadados devidamente distribuídos em subcontas por Comitês, tem permitido que despesas possam ser pagas diretamente pelo Órgão Gestor em cumprimento às determinações dos Comitês.

Por isso, mesmo com as novas delegatárias nas funções de agências, esta prática deverá continuar, e até ser estimulada, pois no caso de projetos de grande porte, e mesmo daqueles que envolvam contrapartidas do Estado, a licitação direta no Órgão Gestor agiliza e torna prático o processo, uma vez que os recursos, se assim aprovados, podem ser sacados em parte da subconta do Comitê e em parte do Órgão Gestor.

Assim sendo, desde 2004 a SERLA, para cumprir às determinações dos Comitês, ou paga diretamente as despesas determinadas por estes, ou busca conveniar com instituições que eles indiquem, mas os convênios, além de precários, são burocráticos e demorados, e estas são condições indesejáveis quando se trata de um trabalho que não pode, e não deve sofrer descontinuidade, fato que os atuais convênios acabaram por proporcionar, gerando assim instabilidade ao processo.

ASCOM/SERLA



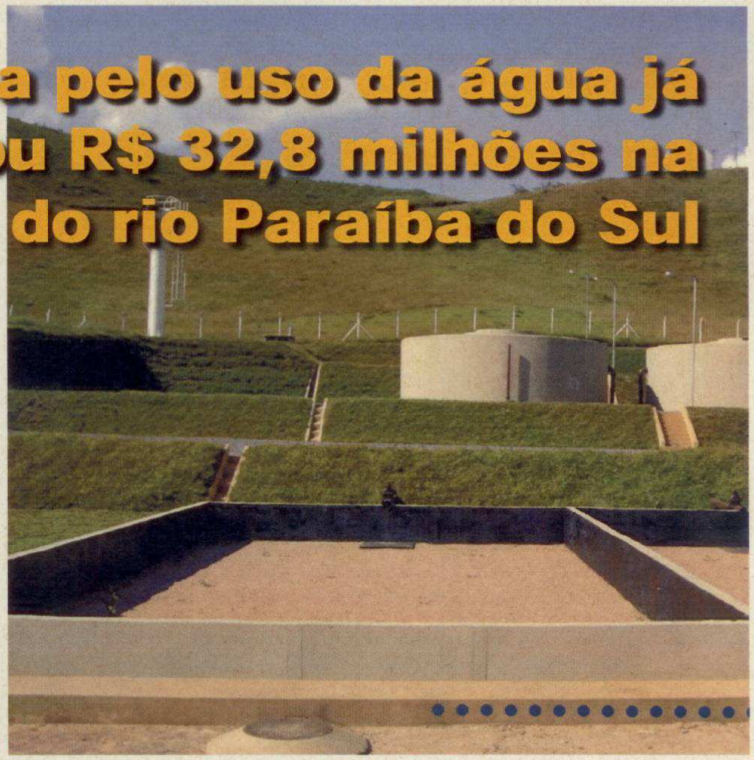
Luiz Firmino Martins Pereira é Presidente da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA/RJ

Ainda que inspirada no modelo federal, a proposta estadual leva para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) a definição sobre os limites de gastos com as ações administrativas, ou seja, diferente da Lei Federal 9.433, que estabeleceu um limite de 7,5% da arrecadação de recursos na bacia para os gastos administrativos, no caso estadual, este teto será definido pelo CERHI. Isto é vital para Comitês com baixa capacidade de arrecadação, uma vez que um percentual pequeno predefinido pode inviabilizar a administração do mesmo. Cabe lembrar que boa parte dos Comitês do Estado tem arrecadação anual inferior a R$ 1 milhão e, portanto, um percentual baixo para administração tornaria impraticável o exercício de suas funções de apoio.

Assim sendo, considerando a expectativa de arrecadação dos Comitês fluminenses, a opção do Estado do Rio de Janeiro, já aprovada pelo CERHI, consiste na aprovação de uma lei fluminense adaptada da Lei 10.881/04, que permitirá a celebração de contratos de gestão e a conseqüente superação deste obstáculo para a consolidação da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Fl. nº 131

Cobrança pelo uso da água já arrecadou R$ 32,8 milhões na bacia do rio Paraíba do Sul



As obras do 1° módulo da Estação de Tratamento de Esgoto do município de Carangola (MG) receberam investimentos da cobrança pelo uso da água, num valor de R$ 800 mil. O empreendimento possibilitará uma redução de 324 kg de DBO/dia.

A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) – ou Agência da Bacia – é o braço executivo do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), que recebe os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água e os aplica segundo o Manual de Investimentos aprovado pelo colegiado. Criada em 20 de junho de 2002, a AGEVAP também tem outras competências, como a elaboração do Plano de Recursos Hídricos e a execução das ações deliberadas pelo CEIVAP para a gestão das águas. Em 2004, assinou um Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas (ANA) e assumiu as funções de Agência da Bacia.

A cobrança pelo uso da água é a principal fonte de recursos financeiros para investimentos na bacia do rio Paraíba do Sul. A ANA é a instituição responsável pela operacionalização da cobrança em rios de domínio da União, para posterior repasse às respectivas Agências. Os recursos arrecadados são repassados integralmente, desde 2004, pela ANA à AGEVAP, conforme determina a Lei nº 10.881/04. Cabe ao CEIVAP a hierarquização dos projetos, serviços e obras a serem financiados, a partir do processo de seleção e pré-hierarquização realizado pela AGEVAP, baseado em critérios técnicos constantes no Manual de Investimentos, aprovado a cada ano pelo Comitê. A Agência é também responsável pelo acompanhamento da execução das ações contratadas.

Todo o recurso oriundo da cobrança é aplicado integralmente em ações de Gestão, de Planejamento e Estruturais, com vistas a melhorar as condições relativas à qualidade e à quantidade das águas. Entre os anos de 2003 e 2007, a ANA arrecadou com a cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul um total de R$ 32,8 milhões, sendo que R$ 6,2 milhões arrecadados em 2003 foram repassados direto da ANA aos tomadores. De 2004 a 2007, a ANA repassou para a AGEVAP R$ 26,6 milhões. "Se transformarmos esses valores em porcentagens, temos os seguintes índices: total desembolsado de 44,74% (R$ 11,9 milhões); contratado de 53,76% (R$ 14,3 milhões); e saldo restante de 1,5% (R$ 400 mil), dados computados até 31 de dezembro de 2007", explica o Coordenador de Gestão da AGEVAP, Hendrik Luchesi Mansur. Além disso, também são contabilizados os recursos adicionais alavancados com a cobrança, como: recursos de contrapartida, num total de R$ 58 milhões, mais recursos do PRODES/ANA, no valor de R$ 24,5 milhões, que somados à arrecadação entre 2003 e 2007 totalizam R$ 115,3 milhões para investimentos em ações de gestão, planejamento e estruturais.

Gestão na bacia

Desde 2004, a AGEVAP já assinou um total de 69 contratos, sendo: 17 de Ações de Gestão (16 concluídos e 1 em andamento); 22 de Ações de Planejamento (4 concluídos e 18 em andamento); e 30 de Ações Estruturais (5 concluídos e 25 em andamento) – veja ao lado o quadro resumo.

As Ações de Gestão são ações e atividades que envolvem educação ambiental e sanitária; monitoramento e controle ambiental e de recursos hídricos; mobilização e comunicação social; capacitação; e a implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, com vistas ao uso racional das águas e a recuperação e preservação da bacia hidrográfica.

Fl. nº 132

DAE-CGA/CARANGOLA

Fonte: AGEVAP

SÍNTESE DOS CONTRATOS CONCLUÍDOS

TOMADOR AÇÕES DE GESTÃO	RECURSOS DA COBRANÇA R$
AMPAS – Programa Educação Ambiental	99.733,00
Fundação Casimiro Montenegro – ITA – Rede de Ensino para Gestores de Recursos Hídricos	152.400,00
Faenquil/USP – Monitoramento Ecotoxicológico de Efluentes Industriais	120.994,10
Instituto Oikos – Planejamento para Gestão Participativa Usos dos Recursos Hídricos	85.730,80
Instituto Ipanema – Programa Educação Ambiental Rural	14.085,00
Associação Pescadores de Itaocara (RJ) – Programa Preserv. Ilhas Fluviais do RPS (cont. do CT03/05)	61.400,00
Prefeitura Municipal de Fervedouro (MG) – Programa Educação Ambiental Microbacias – APA	25.840,00
Consórcio BNG2 – Programa Ação Informativa – Gestão Recursos Hídricos	177.999,25
Prefeitura Municipal de Laranjal (MG) – Programa Educação Ambiental Microbacias	18.640,00
MAPA – Petrópolis (RJ) – Programa Mobilização Educação Ambiental na Bacia do Piabanha	75.000,00
UENF – Univ. Norte Fluminense – Programa Conscientização na Bacia do Rio Paraíba do Sul	40.300,00
AGEVAP – Campanha do Uso Racional da Água – PROG (G) 04/05	46.750,00
AGEVAP – Campanha do Uso Racional da Água – PROG (G) 04/05 Vol. I – Rio Pomba	22.175,00
AGEVAP – Campanha do Uso Racional da Água – PROG (G) 04/05 Vol. II – BNG2	22.175,00
AGEVAP – Campanha do Uso Racional da Água – PROG (G) 04/05 Vol. III – AMPAS	22.175,00
AGEVAP – Campanha do Uso Racional da Água – PROG (G) 04/05 Vol. IV – Fundação Christiano Rosa	22.175,00
AÇÕES DE PLANEJAMENTO	
Prefeitura Municipal de Barra Mansa (RJ) – Projeto Executivo do Sistema de Esgoto	649.961,96
Prefeitura Municipal de São José dos Campos (SP) – Proj. Controle de Erosão – V. Cristina	89.680,00
Prefeitura Municipal de Rodeiro (MG) – Projeto Emissário e Interceptor de Esgoto	57.600,00
Prefeitura Municipal de Leopoldina (MG) – Estudo de Concepção do Sistema de Esgoto	73.937,50
AÇÕES ESTRUTURAIS	
Prefeitura Municipal de Muriaé (MG) – Construção ETE Safira	871.795,00
Prefeitura Municipal de Guaratinguetá (SP) – Construção de Coletor Tronco – Pedregulho	200.000,00
Prefeitura Municipal de Carangola (MG) – Construção do 1º Módulo – ETE Carangola	**800.000,00**
Prefeitura Municipal de Jacareí (SP) – Construção de Coletor Tronco e Recalque – Bandeira Branca	120.473,90
Taubaté (SP) – PRODES – ETE Taubaté	2.876.078,21

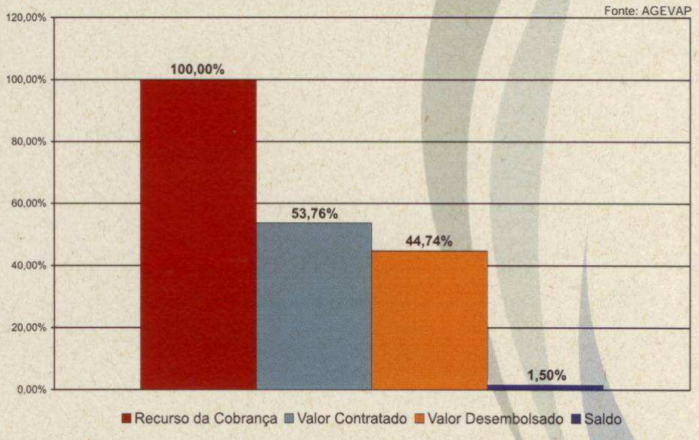
As Ações de Planejamento referem-se à elaboração de estudos de concepção; planos diretores e projetos básicos e executivos necessários à execução de ações estruturais e de gestão, que visam à melhoria da bacia hidrográfica.

E Ações Estruturais são obras de engenharia que visam à correção de problemas relativos à qualidade e quantidade de água para diferentes usos na bacia hidrográfica.

As Ações de Planejamento e Estruturais passíveis de financiamento são: a) Coleta e tratamento de efluentes urbanos; b) Ações de combate à erosão; c) Recuperação de áreas degradadas; d) Reflorestamento, proteção e recuperação de nascentes e mananciais; e) Racionalização do uso da água; f) Remediação de impactos decorrentes de aproveitamentos hidráulicos e de lançamento de resíduos; e g) Estudos de concepção.

Balanço sobre a cobrança pelo Uso da Água
Gestão AGEVAP (2004 a 2007)

Fonte: AGEVAP



No período entre 2004 (celebração do Contrato de Gestão entre a AGEVAP e a ANA) e 2007, foram repassados à AGEVAP R$ 26,6 milhões (recursos da cobrança), sendo 44,74% (R$ 11,9 milhões) já desembolsado, 53,76% (R$ 14,3 milhões) contratado e apresentando um saldo de 1,5% (R$ 400 mil) em 31/12/2007.

Fl. nº 133

Recursos da cobrança alavancam outros importantes investimentos em ações estruturais na bacia

SIDNEY SILVA/ARQUIVO TÉCNICO SABESP

FOTOS: ARQUIVO TÉCNICO SABESP

A ETE Taubaté-Tremembé tem área aproximada de 64,85 ha e fica localizada junto ao rio Paraíba do Sul. Com um custo total estimado em R$ 80,6 milhões, a previsão da SABESP é de uma remoção média de DBO em torno de 92% (DBO/dia – 17.382 kg).

Em 2007, o CEIVAP aprovou a Deliberação 84/2007 que autorizou a destinação de R$ 4.628.493,49 de recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, alocados em Ações Estruturais, para aplicação no PRODES/ANA – 2007. Foram escolhidos os seguintes projetos: ETE Central – SAAE/Jacareí (SP), no valor de R$ 703.549,04; Sistema ETE Taubaté-Tremembé – SABESP/Taubaté (SP), no valor de R$ 2.876.078,21; ETE União das Indústrias – CESAMA/Juiz de Fora (MG), no valor de R$ 656.028,25; ETE 3 Ano Bom – SAAE/Barra Mansa (RJ), no valor de R$ 269.733,35; e ETE Principal – DEMSUR/Muriaé (MG), no valor de R$ 123.104,64. Todos os empreendimentos tiveram pontuação 5,36.

Entre as ações estruturais aprovadas pelo CEIVAP, o Sistema ETE Taubaté-Tremembé foi classificado no PRODES em primeiro lugar e já está em construção. Em setembro do ano passado, a Agência Nacional de Águas (ANA) assinou contrato com a SABESP e a Secretaria de Saneamento e Energia, no valor de R$ 16 milhões.

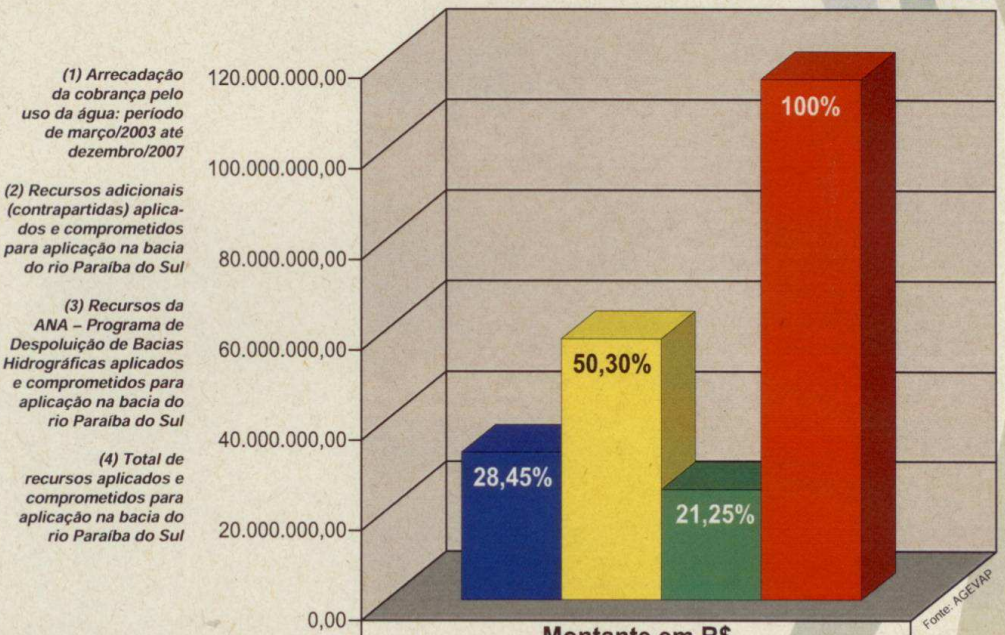
Segundo a assessoria de imprensa da SABESP – Unidade de Negócios Vale do Paraíba, o horizonte de projeto para este sistema foi estendido de 2010 (prazo inicial de conclusão) para o ano 2025, sendo implantada em uma única etapa. A ETE tem área aproximada de 64,85 ha e fica localizada junto ao rio Paraíba do Sul, no Bairro Aterrado, município de Tremembé, a cerca de 2 km da área urbanizada de Taubaté. A previsão da SABESP é de uma remoção média de DBO em torno de 92% (DBO/dia – 17.382 kg).

Pela projeção da empresa, a obra beneficiará, em 2025, uma população aproximada de 360 mil habitantes (Taubaté, 315 mil e Tremembé, 50 mil), cerca de 15% da população do trecho paulista do Rio Paraíba do Sul. O custo total estimado do empreendimento, considerando as alterações previstas, é de R$ 80.674.156,27.

Fl. nº 134

Cobrança pelo Uso da Água
Recursos Arrecadados & Alavancados

2003 a 2007



(1) Arrecadação da cobrança pelo uso da água: período de março/2003 até dezembro/2007

(2) Recursos adicionais (contrapartidas) aplicados e comprometidos para aplicação na bacia do rio Paraíba do Sul

(3) Recursos da ANA – Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas aplicados e comprometidos para aplicação na bacia do rio Paraíba do Sul

(4) Total de recursos aplicados e comprometidos para aplicação na bacia do rio Paraíba do Sul

	Montante em R$
Arrecadação [1]	32,8 milhões
Recursos adicionais alavancados com recursos da cobrança [2]	58 milhões
PRODES – ANA [3]	24,5 milhões
TOTAL [4]	**115,3 milhões**

O que é o PRODES?

Em 2001, a ANA criou o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) para incentivar a implantação de estações de tratamento de esgotos, com a finalidade de reduzir os níveis de poluição dos recursos hídricos no país. O PRODES, também conhecido como "Programa de Compra de Esgoto Tratado", é uma iniciativa inovadora: não financia obras ou equipamentos, paga pelos resultados alcançados, pelo esgoto efetivamente tratado.

O programa consiste na concessão de estímulo financeiro pela União, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, a Prestadores de Serviço de Saneamento que investirem na implantação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs), desde que cumpridas as condições previstas em contrato.

O Contrato de Pagamento pelo Esgoto Tratado é firmado pelo Governo Federal, por intermédio da ANA, diretamente com o Prestador do Serviço de Saneamento – entidade pública ou privada. A liberação dos recursos se dá apenas a partir da conclusão da obra e início da operação da ETE, em parcelas vinculadas ao cumprimento de metas de abatimento de cargas poluidoras e demais compromissos contratuais.

Nesse contrato são estipulados os níveis de redução das cargas poluidoras pretendidas com a implantação e operação da ETE, o valor do estímulo financeiro a ser aportado pela ANA, bem como o cronograma de desembolso. O valor do aporte financeiro da ANA é equivalente a 50% do custo do investimento da ETE, estimado pela ANA tomando como base a Tabela de Valores de Referência.

Fl. nº 135

Sistema CEIVAP/AGEVAP passa por importantes transformações

Desde o início de 2007, a gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul vem passando por profundas transformações, visando ao contínuo aperfeiçoamento deste modelo – considerado pioneiro em todo o Brasil. Após uma pequena crise institucional ocorrida no âmbito do CEIVAP e da AGEVAP para a definição de competências, missão, divisão de trabalhos e funções, chegou-se à conclusão que a concepção de um Planejamento Institucional Estratégico e Estruturação Organizacional seria vital para a reestruturação e fortalecimento do Sistema CEIVAP/AGEVAP.

Contratado por meio do Ato Convocatório nº 008/06, o trabalho realizado pelos consultores especializados Francisco José Lobato da Costa e Belmiro Valverde Jobim Castor levou em consideração duas observações iniciais: em primeiro lugar, o pioneirismo e o viés experimental característico da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul na criação de seu Comitê, Agência de Bacia e implantação da cobrança pelo uso da água - portanto, uma experiência que necessita de constantes ajustes de caminhos; e, em segundo, a presença muito forte da Agência Nacional de Águas (ANA) e, por conseguinte do governo federal, na rápida implementação do sistema de gestão, o que teria gerado de certo modo o distanciamento entre CEIVAP/AGEVAP e os atores locais, especialmente usuários e sociedade civil. "Um bom exemplo disso é a maneira como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) se comporta ainda hoje a respeito do Sistema CEIVAP/AGEVAP, com um certo distanciamento e o pagamento da cobrança ainda em juízo", disse Lobato.

Segundo o consultor, a metodologia adotada para a construção de um diagnóstico inicial de todo o Sistema CEIVAP/AGEVAP contemplou a interlocução com atores estratégicos na bacia – em especial com o quadro dirigente e o corpo técnico da AGEVAP, bem como membros com relevante atuação junto ao CEIVAP. Após a etapa das entrevistas confidenciais, também foram realizadas várias oficinas que contaram com a participação de integrantes do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Planejamento Estratégico, do Grupo de Trabalho de Articulação Institucional, da Diretoria do CEIVAP, da Diretoria Executiva da AGEVAP, dos coordenadores das Câmaras Técnicas do CEIVAP, do Grupo de Trabalho do Conselho de Administração da AGEVAP e de representantes dos órgãos gestores de recursos hídricos (ANA, IGAM, SERLA e DAEE).

"O que identificamos em todo este processo é que havia muita perplexidade e distância, com grande embate político entre os diversos atores e instâncias", explicou Lobato. "Pudemos verificar que o grande problema é que o Sistema CEIVAP/AGEVAP operou não como um sistema articulado, com uma definição concreta de divisões de trabalho e composições de competências, e sim com muita dispersão de foco, com agendas ou funções iguais o tempo todo". Assim, para corrigir essas distorções, as mudanças propostas foram as seguintes: dar ao plenário do comitê a função de deliberação final e convergência política; reduzir as dimensões das CTs, mas melhorando a sua especialização profissional com a função de subsidiar as decisões do plenário; e focar a gestão da AGEVAP em questões mais operacionais, com seu Conselho de Administração voltado ao gerenciamento da Agência e não aos embates políticos. "Essa foi a vertente que identificamos e isso é muito exemplar para várias outras bacias e Comitês que estão em curso no país", enfatizou.

Como resultado dos conceitos expostos, também foram definidas as principais ações e atividades com o objetivo de estruturar o planejamento estratégico do Sistema CEIVAP/AGEVAP, em especial a missão, estratégia institucional e principais atividades. "Eu diria que para a definição da missão estratégica e institucional havia ainda um outro problema: a pauta do debate do Comitê e, portanto, da própria Agência era uma pauta muito aberta. Aí propusemos que ela sempre fosse vinculada ao Plano da Bacia Hidrográfica", contou Lobato. "Desta forma, a proposta de reformulação da estrutura do CEIVAP/AGEVAP surgiu como resultado da investigação que fizemos para que o plano da bacia fosse implementado, para que a pauta vinculada ao plano fosse de fato empreendida e, portanto, a missão e os objetivos atingidos".

Francisco Lobato considera que toda essa investigação é muito positiva para o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. "O preço que o sistema CEIVAP/AGEVAP paga é exatamente experimentar os próximos passos e avanços, como bacia hidrográfica que tem esse caráter pioneiro. E, certamente, tudo o que o sistema CEIVAP/AGEVAP fizer será olhado com atenção por outras bacias hidrográficas, em matéria de aprendizado", explica. Segundo ele, esse é o grande ganho

Fl. nº 136

e o grande destaque que a bacia do rio Paraíba do sul tem em relação ao país, como um todo.

As mudanças no Sistema

A partir do Planejamento Institucional Estratégico e Estruturação Organizacional, algumas importantes mudanças foram empreendidas no Sistema CEIVAP/AGEVAP. Entre os principais passos de ajustes e reformulações previstos, destaques para a revisões do Regimento Interno do CEIVAP, aprovado por unanimidade durante a 4ª Reunião Extraordinária realizada no dia 3/12/2007, em Resende (RJ), e do Estatuto da AGEVAP, cujas alterações também foram aprovadas na 1ª Reunião Extraordinária da Assembléia Geral da AGEVAP e referendadas pelo CEIVAP em sua 2ª Reunião Extraordinária, ambas realizadas no dia 23/9/2008, em Resende (RJ).

No CEIVAP, a nova estrutura contemplou as seguintes mudanças: composição da diretoria, que passou a ser colegiada e formada apenas por três membros (um de cada estado e de cada segmento); redução de três para apenas uma Câmara Técnica Consultiva; a eleição dos membros do Comitê passou a ser feita em articulação com os Comitês de rios afluentes; fim da representação por procuração nas assembléias; manutenção dos Grupos de Trabalho existentes e criação de outros GTs temporários, de acordo com a demanda; e criação da Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão.

Já na AGEVAP, as principais alterações levaram em consideração os seguintes aspectos: abertura a novos associados; alterações na composição do Conselho de Administração; ajustes no escopo de funções e competências da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; delimitação dos encargos da AGEVAP como Secretaria Executiva do CEIVAP; ampliação de alternativas para terceirização de serviços; e nova estruturação de seu quadro funcional (leia na página 10 matéria sobre a aprovação das alterações no Estatuto da AGEVAP, ferramenta fundamental para a implementação das novas mudanças).

Para o Presidente do CEIVAP, Paulo Teodoro de Carvalho, é preciso observar que todo esse trabalho é fruto de um longo período de discussão com ampla participação de membros do CEIVAP e da AGEVAP, que tiveram a coragem de enfrentar as dificuldades internas de frente, não jogando para debaixo do tapete a crise ocorrida dentro do Sistema CEIVAP/AGEVAP. "E isso é muito importante destacar, porque, uma vez mais, nós tivemos oportunidade de exercitar essas discussões, com bastante liberdade, muita autonomia e democracia", salientou.

Segundo ele, com a aprovação do novo Regimento Interno do CEIVAP e, mais recentemente, das alterações ao Estatuto da AGEVAP, agora o Sistema CEIVAP/AGEVAP possui todos os instrumentos capazes de nortear a sua caminhada futura na gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. "Acredito que construímos um bom modelo de estatuto e de regimento interno e as modificações propostas foram no sentido de dotar o nosso sistema – sobretudo a AGEVAP – de condições de disputar abertamente dentro de um moderno sistema de administração de recursos públicos, num modelo absolutamente privado".

O Presidente do CEIVAP ressalta ainda que as mudanças empreendidas fortalecem não só Comitê, como a Agência da Bacia. "É um sistema formado por duas instituições fortalecidas e trabalhando unissonamente se torna também fortalecido perante a comunidade e os usuários de água. E é exatamente isso que estamos precisando: que os usuários de água e a sociedade civil tenham plena confiança no modelo de gestão de recursos hídricos praticado por nós", conclui.

MÔNICA DA COSTA/TEXTOARTE

MISSÃO DO SISTEMA

Promover a gestão integrada das águas na totalidade da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, mediante deliberações e ações na esfera de suas competências, consubstanciadas em um Plano da Bacia que promova a articulação e consolidação das políticas públicas com as intervenções de agentes privados e da sociedade civil, afetas ao gerenciamento das disponibilidades hídricas e ao atendimento dos interesses da presente e das futuras gerações

MISSÃO DO CEIVAP

Agir como o espaço institucional de articulação entre as esferas federal, estadual e municipal de governo, e destas com usuários de recursos hídricos e representantes da sociedade civil, visando integrar iniciativas que promovam a conservação e a proteção das disponibilidades hídricas na área da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul

MISSÃO DA AGEVAP

Prestar apoio técnico e operacional à gestão integrada dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, promovendo o planejamento, a execução e o acompanhamento de estudos, ações, programas e projetos determinados, de acordo com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia e com as diretrizes, deliberações e recomendações dispostas pelo CEIVAP

Fl. nº 137

AGEVAP tem novo Estatuto Social

MÔNICA DA COSTA/TEXTOARTE

Presidente do Conselho de Administração, Renine César de Oliveira coordena os trabalhos de revisão do estatuto pela Assembléia Geral da AGEVAP. Aprovação das alterações foi referendada pelo CEIVAP, em reunião que contou com a presença de Mauro Viegas (Vice-Presidente), Paulo Teodoro de Carvalho (Presidente) e Breno Gurgel (Secretário) – da esquerda p/ direita.

Como parte do resultado do Planejamento Institucional Estratégico e de Estruturação Organizacional do Sistema CEIVAP/AGEVAP, foi aprovado no dia 23 de setembro deste ano o novo Estatuto Social da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) – associação civil de direito privado, autônoma, sem fins econômicos. Fruto de um intenso trabalho iniciado em 2006, após um longo período de discussão que envolveu inclusive os membros do CEIVAP, o novo estatuto define a forma de atuação da Agência da Bacia, suas competências e estrutura organizacional.

Renine César de Oliveira, Presidente do Conselho de Administração (que é o órgão superior de deliberação administrativa da AGEVAP), destaca a ampla participação dos membros do CEIVAP, dos associados da AGEVAP e do Conselho de Administração como um dos fatores fundamentais para o sucesso do processo de revisão de todo o sistema. "É bom lembrar que foi um processo de revisão não só da AGEVAP, como do próprio CEIVAP, e isso é o mais importante", frisou. "Creio que todos compreenderam a necessidade de maior flexibilização, permitindo que a AGEVAP tenha mais autonomia, seja mais dinâmica, consiga trabalhar longe das amarras que tanto prejudicam a aplicação dos recursos e atravancam a gestão", completou.

Entre as principais alterações aprovadas, um dos destaques refere-se ao Capítulo III - Dos Associados. Nele, houve uma grande abertura para a ampliação do número de associados, que até então era limitada aos membros do CEIVAP que solicitassem sua admissão. Com a mudança, agora podem se associar à AGEVAP pessoas jurídicas de qualquer natureza, cuja atuação seja comprovadamente interveniente sobre as disponibilidades hídricas ou com reconhecidas contribuições a favor da gestão das bacias hidrográficas da sua área de atuação, e que solicitem formalmente sua admissão.

Uma outra modificação importante foi a redução na composição do Conselho de Administração, de 19 para 5 membros. "Essa foi uma mudança fundamental, pois nem sempre quantidade se traduz em qualidade", disse Renine. "Logicamente não é regra em todos os casos, mas tenho certeza que a redução desse número de conselheiros vai possibilitar a profissionalização dessa gestão, fazendo com que a AGEVAP seja mais ágil e tenha mais autonomia no seu próprio dia-a-dia".

Com essa nova dinâmica de trabalho, as expectativas também são muito positivas quanto ao fortalecimento do processo de cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul e a conseqüente ampliação de usuários contribuintes. "Nós estamos acreditando nisso e tudo que fizemos até o momento foi para realmente fortalecer o papel da Agência de Bacia na gestão dos recursos hídricos. Acho que com o novo estatuto os associados deram uma chancela para que a AGEVAP ouse mais, seja mais empreendedora, tenha uma aceleração das suas práticas e ações", explicou Renine.

Segundo ele, isto é o que todos gostariam de ver, até mesmo porque a recuperação da bacia hidrográfica não pode esperar tanto. "Portanto, esse é um primeiro passo para que todo o corpo técnico e a diretoria da AGEVAP possam compreender que o sinal verde foi dado e eles devem agora empreender e ousar mais. Acredito que fizemos o melhor para o momento e, desta forma, espero que tenhamos uma AGEVAP mais dinâmica, participativa e transparente nas suas ações e que de fato venha a exercer o seu papel de Agência de Bacia".

Fl. nº 138

Convênios com IGAM formalizam AGEVAP como Agência das Bacias dos Afluentes Mineiros PS1 e PS2

MÔNICA DA COSTA/TEXTOARTE

Cleide Melo anuncia o objeto dos convênios firmados com a AGEVAP, em solenidade que contou com as presenças de Edson Fujita, Romina Torres (Analista Ambiental da FIEMG - representando o PS1), Maria Aparecida Vargas, Paulo Teodoro de Carvalho, Breno Gurgel (Secretário do CEIVAP) e Hendrik Mansur (Coordenador de Gestão da AGEVAP, na ocasião respondendo interinamente pela diretoria da Agência da Bacia).

A AGEVAP e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) assinaram dois importantes convênios, num total de R$ 260 mil (veja quadro), que na prática formalizam a AGEVAP como Agência do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna (PS1) e do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé (COMPÉ). A solenidade aconteceu durante a 1ª Reunião Extraordinária do CEIVAP, realizada no dia 21 de agosto, em Juiz de Fora (MG).

Anunciados com muita alegria pela Diretora Geral do IGAM, Cleide Izabel Pedrosa de Melo, os convênios são considerados muito significativos pelo Presidente do CEIVAP, Paulo Teodoro de Carvalho. "Gostaria de destacar que, mais uma vez em relação a esses dois Comitês, o CEIVAP também está sendo pioneiro, ou seja, procurando inserir os Comitês Afluentes numa gestão bastante participativa e integrada ao Comitê das águas de domínio da União, com uma Agência única no caso", disse. "E espero que esse exemplo seja seguido pelas outras bacias para que não tenhamos uma proliferação muito grande de agências por aí afora, algumas delas sem a mínima possibilidade de sobrevivência econômico-financeira", completa.

O Diretor da AGEVAP, Edson Fujita, ressalta que o IGAM reconhece a Agência da Bacia do Paraíba do Sul como entidade equiparada e os convênios firmados têm como principal objetivo viabilizar a implantação da cobrança nas duas bacias hidrográficas mineiras. "Por aproveitar a experiência e a estrutura organizacional de uma Agência criada para esse fim, há sempre ganhos em custos, tempo e qualidade", explica. "Outra característica importante, e não tão visível nesse contexto, é a expressão da vontade do Estado de Minas Gerais em promover, onde possível, a integração dos recursos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, que inclui os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo".

Na mesma ocasião, Cleide Melo também anunciou o aporte de mais R$ 400 mil para um outro convênio a ser firmado entre as duas entidades e que prevê a implementação de um Plano de Comunicação Social, exatamente para acelerar o processo de implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio estadual nas duas sub-bacias. De acordo com Maria Aparecida Vargas, Presidente do COMPÉ, o colegiado já definiu como meta iniciar em maio de 2009 a cobrança nas bacias dos rios Pomba e Muriaé.

OS CONVÊNIOS

1º – Valor de R$ 150 mil
Tem como objeto o serviço de levantamento, ratificação e complementação do cadastro de outorgas concedidas pelo IGAM, tendo como objetivo específico identificar e registrar no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH) os usuários outorgados nas Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Preto/Paraibuna (PS1) e Pomba/Muriaé (PS2).

2º – Valor de R$ 110 mil
Tem como objeto a instalação, estruturação e operacionalização de dois escritórios, que constituirão unidades da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para prestar apoio executivo às Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos PS1 (Bacia dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna) e PS2 (Bacia dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé).

Fl. nº 139

Acordo viabiliza antecipação dos recursos da cobrança pelo uso da água

DENISE CAPUTO/BANCO DE IMAGENS ANA

Representantes das bacias hidrográficas dos rios Paraíba do Sul e PCJ marcaram presença na solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre MMA/ANA/CEF. Entre outras autoridades, evento contou com a participação do Presidente do CEIVAP, Paulo Teodoro de Carvalho, e do Diretor da AGEVAP, Edson Fujita.

Representantes do CEIVAP e da AGEVAP estiveram presentes dia 3 de setembro, em Brasília, na solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica que viabilizará a antecipação dos recursos da cobrança pelo uso da água para financiar grandes projetos de saneamento urbano e despoluição de águas nas bacias dos rios Paraíba do Sul (PS) e Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ).

O acordo, firmado pelo Ministro do Meio Ambiente (MMA), Carlos Minc, pelo Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, e pela Presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Maria Fernanda Coelho, tem por objeto a mútua cooperação para que sejam realizados estudos técnicos e jurídicos, a fim de analisar alternativas e soluções para o financiamento das ações de recuperação de bacias hidrográficas.

A parceria com a Caixa se integra ao plano que está sendo elaborado pelos Ministérios do Meio Ambiente e das Cidades para dobrar, em dez anos, a coleta e tratamento dos esgotos no país. "O saneamento ambiental é uma urgência que demandará investimentos robustos e de uma só vez. A Caixa fará esses investimentos antecipando a receita do pagamento pelo uso da água, que na prática será uma garantia de empréstimo", disse o Ministro Carlos Minc.

Para o Presidente do CEIVAP, Paulo Teodoro de Carvalho, essa iniciativa vem ao encontro da ansiedade dos Comitês de Bacias em multiplicar o aporte de recursos para a revitalização das bacias hidrográficas. "A cobrança pelo uso da água é uma ferramenta muito importante, mas efetivamente ainda está gerando uma arrecadação tímida para as necessidades emergentes de investimento nas bacias. A possibilidade de ampliar os financiamentos às prefeituras, com o aval dos CBHs, abre novos horizontes para a gestão dos recursos hídricos", conclui.

Com validade de um ano, o acordo prevê, além da antecipação dos recursos a serem arrecadados pela cobrança, a criação de um Fundo de Investimento. De acordo com os dados da ANA, até o final do ano a arrecadação advinda da cobrança na bacia do rio Paraíba do Sul (MG, RJ e SP) deve superar R$ 41 milhões.

Oficina discutiu operacionalização da cobrança nas bacias do Paraíba do Sul e PCJ

A diretoria da AGEVAP, composta pelo Diretor Edson Fujita e os Coordenadores Hendrik Mansur (Gestão) e Flávio Simões (Técnico), esteve presente na 2ª Oficina de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos nas bacias dos rios Paraíba do Sul (PS) e Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ). Realizado nos dias 30 de setembro e 1° de outubro, em Brasília, o evento reuniu cerca de 30 técnicos envolvidos na operacionalização da cobrança, ligados à ANA, Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo - Coordenadoria de Recursos Hídricos (SMA/CRHi), Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas do Rio de Janeiro (SERLA), bem como integrantes da Agência de Água PCJ.

O objetivo desta oficina foi integrar os procedimentos operacionais e compatibilizar as normas, bem como propiciar a troca de experiências entre os agentes que estão implementando a cobrança pelo uso de recursos hídricos nas duas bacias hidrográficas. Para os organizadores, essa integração entre a ANA e os órgãos gestores estaduais é necessária para a adequada implementação do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), visando compatibilizar a cobrança nos rios de diferentes domínios existentes numa mesma bacia hidrográfica.

EDSON FUJITA/AGEVAP

Fl. nº 140

ANEXO III: REVISTA "PELAS ÁGUAS DO PARAÍBA" – ANO 2 – EDIÇÃO Nº 2 – DEZEMBRO/2008

Fl. nº 141

www.ceivap.org.br

pelas águas do PARAÍBA

CEIVAP
COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL
SP | RJ | MG

Ano II • Edição Nº 2 • Dezembro de 2008

■ Estados de MG, RJ e SP avaliam condição ambiental da região

Investimentos

Bacia arrecada R$ 40 milhões em cinco anos

Desastre ambiental mata milhares de peixes

Combate às capituvas no rio Paraíba

Fl. nº 142

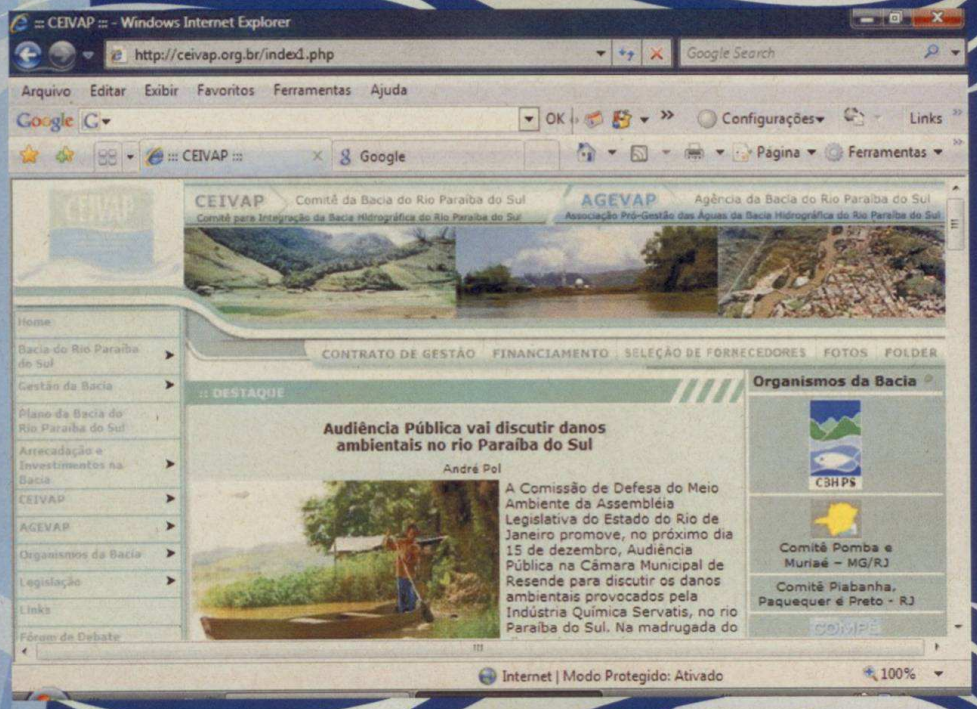
PRESERV

integrando a

cada gota é vital para o P

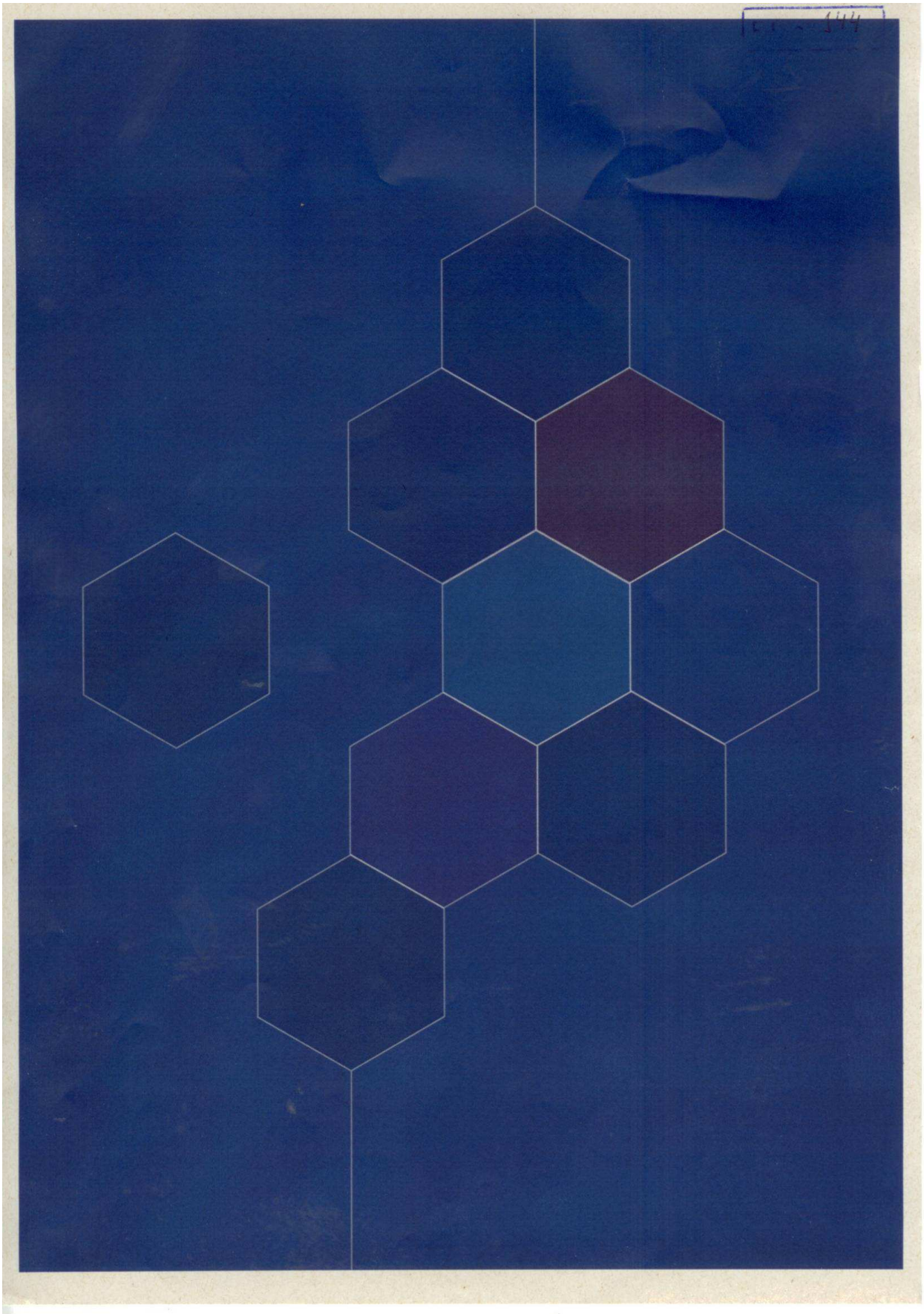
Fl. nº 143

Conheça o trabalho pioneiro do CEIVAP



Acesse nosso site e fique por dentro sobre tudo o que acontece em gestão de recursos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul

www.ceivap.org.br



Fl. nº 145

AGEVAP

AGÊNCIA DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL

III – Demonstrativos Contábeis

Balanço Patrimonial – Ano 2008

Demonstrações dos Recursos – Ano 2008

Demonstrações dos Recursos do Contrato de Gestão BDMG – Ano 2008

Composição do Disponível em 31.12.2008

Demonstração do Superávit

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Notas Explicativas – Ano 2008

Relatório Financeiro

Parecer da Auditoria Independente

Fl. nº 146

Santa Rita - Contabilidade

AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL LIMITADA
Rua 21 nº 42 - Vila Stª Cecília - Volta Redonda-RJ
CRC - RJ 1565/0-6 - CNPJ 27.965.458/0001-31
Tel.: (24) 3348-1048 / 3342-9791

Associação Pro-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
Estrada Resende-Riachuelo, nº 2535 – Morada da Colina – Resende/RJ.
CNPJ 05.422.000/0001-01

Balanço Patrimonial – Ano 2008

Em 31/12/2008

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante		**Passivo Circulante**	
Bancos Aplicações	3.913.680,23	Imposto e Taxas a recolher	3.488,03
Bancos C/C	6.006,62	Cont. Sociais a recolher	14.568,52
Poupança	21.627.685,92	Contas a Pagar	192,82
		Aprovisionamento	37.074,20
Realizável a Curto Prazo		Projeto Revitalização	206.100,58
Conv. a Regularizar ANA	8.596.641,52	Contrato BDMG	46.610,02
Conv. a Regularizar BDMG	33.018,99	Contrato Gestão ANA	34.002.401,60
Conv. a Regularizar IGAM	110.000,00	Contrato IGAM	110.000,00
Ativo Permanente			
Imobilizado ANA	134.169,46		
Imobilizado AGEVAP	1.104,35		
Imobilizado BDMG	13.591,03	**Patrimônio Líquido**	
		Patrimônio Social	14.358,00
		Superávit Acumulado	1.104,35
TOTAL	**34.435.898,12**	**TOTAL**	**34.435.898,12**

Fl. nº 147

Santa Rita - Contabilidade

AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL LIMITADA
Rua 21 nº 42 - Vila Stª Cecília - Volta Redonda-RJ
CRC - RJ 1565/O-6 - CNPJ 27.965.458/0001-31
Tel.: (24) 3348-1048 / 3342-9791

Associação Pro-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
Estrada Resende-Riachuelo, nº 2535 – Morada da Colina – Resende/RJ.
CNPJ 05.422.000/0001-01

Demonstrações dos Recursos - Ano 2008

Em 31/12/2008

(+) Saldo Disponível em 2007	19.194.977,72
Valores Convênio/ANA	7.302.968,25
Indenizações/Restituições	189,38
Ganhos de Aplicação	1.876.828,86
Devoluções	12.129,05
Estorno de despesa de exercícios anteriores	45.446,01
Projeto Revitalização	198.881,20
IGAM	110.000,00
BDMG	53.190,00
(a) TOTAL	28.794.610,47
(-) Convênios a Regularizar ANA	1.159.023,14
Custo de Convênios	1.274.750,12
Despesas Operacionais	605.111,76
IGAM	110.000,00
BDMG	39.598,97
(b) TOTAL	3.188.483,99
(-) Imobilizações	58.753,71
(c) TOTAL	58.753,71
(-) Desp. Exercícios Anteriores	0,00
(d) TOTAL	0,00
(+) – (-) Disponível	25.547.372,77

Fl. nº 148

Santa Rita - Contabilidade

AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL LIMITADA
Rua 21 nº 42 - Vila Stª Cecilia - Volta Redonda-RJ
CRC - RJ 1565/0-6 - CNPJ 27.965.458/0001-31
Tel.: (24) 3348-1048 / 3342-9791

Associação Pro-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
Estrada Resende-Riachuelo, nº 2535 – Morada da Colina – Resende/RJ.
CNPJ 05.422.000/0001-01

Demonstrações do Recurso do Contrato Gestão BDMG - Ano 2008

Em 31/12/2008

(+) Saldo Disponível em 2007	0,00
Valores Convênio/BDMG	53.190,00
Indenizações/Restituições	0,00
Ganhos de Aplicação	0,00
Devoluções	0,00
(c) TOTAL	53.190,00
(-) Convênios a Regularizar	33.018,99
Custo de Convênios	6.579,98
Despesas Operacionais	0,00
(d) TOTAL	39.598,97
(-) Imobilizações	13.591,03
(c) TOTAL	13.591,03
(-) Desp. Exercícios Anteriores	0,00
(d) TOTAL	0,00
(+) – (-) Disponível	0,00

Fl. nº 149

Santa Rita - Contabilidade

AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL LIMITADA
Rua 21 nº 42 - Vila Stª Cecília - Volta Redonda-RJ
CRC - RJ 1565/0-6 - CNPJ 27.965.458/0001-31
Tel.: (24) 3348-1048 / 3342-9791

Associação Pro-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
Estrada Resende-Riachuelo, nº 2535 – Morada da Colina – Resende/RJ.
CNPJ 05.422.000/0001-01

Composição do Disponível em 31/12/2008 conforme Balanço

Banco Conta Movimento	6.006,62
Aplicações Financeiras	3.913.680,23
Poupança	21.627.685,92
TOTAL	25.547.372,77
Valor a Pagar	55.323,57
DISPONÍVEL.....	25.492.049,20

Fl. nº 150

Santa Rita - Contabilidade

AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL LIMITADA
Rua 21 nº 42 - Vila Stª Cecília - Volta Redonda-RJ
CRC - RJ 1565/0-6 - CNPJ 27.965.458/0001-31
Tel.: (24) 3348-1048 / 3342-9791

Associação Pro-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
Estrada Resende-Riachuelo, nº 2535 – Morada da Colina – Resende/RJ.
CNPJ 05.422.000/0001-01

Demonstração do Superávit – Ano 2008

Em 31/12/2008

(=) Superávit acumulado (2005)	1.104,35
(+) Receitas	
Indenizações/Restituições	0,00
TOTAL	0,00
(-) Custo das Atividades	0,00
(=) Superávit Bruto	1.104,35
(-) Despesas Operacionais	
Desp. Gerais e Administrativas	0,00
Desp. Financeiras	0,00
TOTAL	0,00
(=) Superávit do exercício	0,00
(=) Superávit de acumulado (2005)	1.104,35

Fl. nº 151

Santa Rita - Contabilidade

AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL LIMITADA
Rua 21 nº 42 - Vila Stª Cecília - Volta Redonda-RJ
CRC - RJ 1565/0-6 - CNPJ 27.965.458/0001-31
Tel.: (24) 3348-1048 / 3342-9791

Associação Pro-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
Estrada Resende-Riachuelo, nº 2535 – Morada da Colina – Resende/RJ.
CNPJ 05.422.000/0001-01

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008
(valores expressos em reais)

	2008
Origens de recursos	
Ajuste de exercício anterior (imobilizado não registrado)	
Total das origens de recursos	
Aplicações de recursos	
Imobilizações de uso	58.753,71
Total das aplicações de recursos	58.753,71
Aumento (redução) do capital circulante líquido	**(58.753,71)**
Demonstração da variação do capital circulante líquido:	
Ativo circulante:	
No início do exercício	26.445.355,00
No fim do exercício	34.287.685,00
	7.842.330,00
Passivo circulante:	
No início do exercício	26.519.350,00
No fim do exercício	36.251.364,00
	9.732.014,00
Redução do capital circulante líquido	**(58.753,71)**

Santa Rita - Contabilidade
AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL LIMITADA
Rua 21 nº 42 - Vila Stª Cecília - Volta Redonda-RJ
CRC - RJ 1565/0-6 - CNPJ 27.965.458/0001-31
Tel.: (24) 3348-1048 / 3342-9791

Notas Explicativas – Ano 2008

Nota 1 – Contexto Operacional

A Associação Pro-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, associação civil, sem fins lucrativos, tem por finalidade básica dar apoio técnico e operacional á gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

A AGEVAP foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, em sua Resolução nº 38, de 26 de marco de 2004, como entidade delegatária das funções de Agencia de Água da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Nos termos da Lei 10.881, de 06 de junho de 2004, firmou Contrato de Gestão com a Agencia Nacional de Águas – ANA, com interveniência do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, visando o exercício das funções de competência da Agencia de Água da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela AGEVAP são providos anualmente pela ANA oriundos da cobrança pelo de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, conforme determinado no Contrato de Gestão.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, complementar pelos princípios fundamentais de contabilidade aplicáveis a entidade sem fins lucrativos.

Nota 3 – Principais Práticas e Diretrizes Contábeis

a) Apuração do resultado:

As receitas e despesas foram reconhecidas com observância ao regime de competência do exercício.

Santa Rita - Contabilidade
AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL LIMITADA
Rua 21 nº 42 - Vila Stª Cecília - Volta Redonda-RJ
CRC - RJ 1565/0-6 - CNPJ 27.965.458/0001-31
Tel.: (24) 3348-1048 / 3342-9791

b) Ativo circulante:

São demonstrados pelos direitos, valores e créditos de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, legalmente e contratualmente previstos.

Os recursos disponíveis aplicados no exercício estão assim distribuídos:

c) Imobilizado:

Os bens do ativo imobilizado estão avaliados pelo custo de aquisição, encontrando-se agrupadas em Imobilizados Contrato Gestão ANA e Imoblizados AGEVAP. Face a real origem dos recursos utilizados para compra dos bens, os mesmos não foram depreciados em função da não utilização dessa metodologia pela contabilidade dos órgãos Públicos (Origem de Recursos).

IMOBILIZADO EXERCICIO 2008	
Imobilizações ANA	
Moveis e Utensílios	37.692,40
Equipamento p/ Informática	61.278,00
Equipamentos AGEVAP	18.818,06
Equipamentos BDMG	13.591,03
Equipamento Proj. Revital.	16.381,00
Imobilizações AGEVAP	
Equipamentos AGEVAP	654,35

d) Passivo Circulante:

O passivo circulante está demonstrado pelos valores conhecidos dos recursos comprometidos originários do Contrato de Gestão com a ANA e BDMG.

Santa Rita - Contabilidade
AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL LIMITADA
Rua 21 nº 42 - Vila Stª Cecília - Volta Redonda-RJ
CRC - RJ 1565/0-6 - CNPJ 27.965.458/0001-31
Tel.: (24) 3348-1048 / 3342-9791

Nota 4 – Receitas do Contrato de Gestão

O Contrato de Gestão teve um repasse no valor de R$ 7.302.968,25 (Sete Milhões Trezentos e Dois Mil Novecentos e Sessenta e Oito Reais e Vinte e Cinco Centavos), baseado na estimativa de arrecadação da cobrança pelo de recursos hídricos realizada pela ANA.
O Contrato BDMG teve um repasse de R$ 53.190,00 (Cinqüenta e Tre Mil Cento e Noventa Reais).

Nota 5 – Receitas não Operacionais

A Conta de Receitas Indenizações e Restituições registra os valores devolvidos em virtude de pagamentos indevidos e/ou devoluções de despesas não realizadas no valor total de R$ 189,37 (Cento de oitenta e Nove reais e Trinta e Sete Centavos).

Nota 6 – Depósitos Não Identificados

A Conta Depósitos não Identificados apresenta um registro de R$ 0,01, identificado através de extrato bancário.

Nota 7 – Demonstração de resultados

A Associação Pro-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, associação civil, sem fins lucrativos, não teve receita e despesas próprias. Sua operacionalização somente foi com recursos do convênio com a ANA e BDMG, que não são Receitas. As despesas realizadas em 2008 são exclusivamente da gestão dos recursos originários da ANA e BDMG, transformados em programas. Pelo exposto, deixamos de apresentar o DRE de 2008.

Santa Rita - Contabilidade

AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL LIMITADA
Rua 21 nº 42 - Vila Stª Cecília - Volta Redonda-RJ
CRC - RJ 1565/0-6 - CNPJ 27.965.458/0001-31
Tel.: (24) 3348-1048 / 3342-9791

Nota 8 – Despesas de exercícios anteriores

Em anos anteriores despesas necessárias à realização de convenio foram contabilizadas como Resultado de Execução de Convênios. Por orientação da autoria realizada no inicio de 2008 referente ao exercício de 2007, estas despesas tiveram um estorno em 2008 e contabilizadas junto com os recursos de transferências para convênios. Na contas dos convênios estão identificados o que são repasse financeiro e despesas necessárias a sua realização.

Nota 9 – Despesas BDMG

Foi identificada a diferença de R$ 239,12 lançada contabilmente como despesa do PROG PR - 05/08 quando deveria ser lançado como depesas BDMG, que será corrigida em Janeiro de 2009, passando o saldo da conta Resultado de Exec. Conv. BDMG para R$ 6.579,98.

Nota 10 – Saldo do Convênio Esc. Jd. Primav. Guara – PL/202/05

Em Janeiro de 2009 será feito estorno do lançamento de R$ 4.000,00 entre a conta contábil 21403-5 e a conta contábil 21958-4, quando o saldo do Convênio Esc. Jd. Primav. Guara – PL/202/05 passará a ser R$ 65.150,65.

Resende, 31 de dezembro de 2008.

Edson Guaracy Lima Fujita
Diretor
AGEVAP

Hendrik Lucchesi Mansur
Coord. de Gestão
AGEVAP

Sebastião Carlos Gama Filho
Contador – CRC-RJ 049684/O-0
JPC - Santa Rita Aud. Ass. Adm. e Contábil Limitada.

Fl. nº 156

Santa Rita - Contabilidade

AUDITORIA E ASSESSÓRIA CONTÁBIL LIMITADA
Rua 21 nº 42 - Vila Stª Cecília - Volta Redonda-RJ
CRC - RJ 1565/0-6 - CNPJ 27.965.458/0001-31
Tel.: (24) 3348-1048 / 3342-9791

AGEVAP — **RELATÓRIO FINANCEIRO - Exercício 2008**

		Contrato de Gestão		Agevap	
1- Receitas					
Saldo anterior					
Contrato de Gestão					
	Banco Conta Movimento		3.673,64	3.673,64	
	Aplicações Financeiras		19.191.304,08	19.191.304,08	
	Agevap			654,35	654,35
Transferências CG ANA					
Contrato de Gestão			7.302.968,25	7.302.968,25	
Devolução de Convênios			12.129,05	12.129,05	
Agevap			0,00	0,00	
Outras Receitas					
PROJETO REVITALIZAÇÃO			198.881,20	198.881,20	
Contrato de Gestão (restituições/depósitos não identificados)			189,38	189,38	
IGAM			0,00	110.000,00	
BDMG			0,00	53.190,00	
Rendimentos financeiros					
Contrato de Gestão			1.876.828,86	1.876.828,86	
Estorno de despsas de exercícios anteriores			45.446,01	45.446,01	
	Total 1		**28.631.420,47**	**28.795.264,82**	
2- Despesas/Custo					
Ação Impl. e Operação da Agência					
Despesas operacionais 2008		605.111,76		605.111,76	
	subtotal I	**605.111,76**		**605.111,76**	
Ação Não Estrutural Prioritária					
PROG (PR) 01/08	Plano Bacia Rio Paraíba Sul	20.204,29		20.204,29	
PROG (PR) 02/08	Est. Acomp. Ins. GRH Bacia	37.412,02		37.412,02	
PROG (PR) 03/08	Exer. Fun. Sec. Exec. Com	209.502,39		209.502,39	
PROG (PR) 05/08	Exec. Contratos Gestao	455.454,74		455.454,74	
PROG(PR)	Plano Pilot-P.Riv.Bacia Rio BM	72.860,87		72.860,87	
PROG(PR)08/08	Exe. Aco. Cont/Conv/Par	6.644,00		6.644,00	
PROG(PR)08/06	Des. Tec. P. G. Agen.Bacia	153.000,00		153.000,00	
PROG(PR)04/08	Exer. Func. Agen.Bacia	319.671,81		319.671,81	
PROG(PR)04/09	BDMG	0,00		6.579,98	
	subtotal II	**1.274.750,12**		**1.281.330,10**	
3- Desembolso					
Ações de Gestão					
PROG (G) 04/05	Camp. Conscientização Uso Racional Água/AGEVAP				
	Campanha Uso Racional Água - BNG2	0,00		0,00	
	Campanha Uso Racional Água - AMPAS	0,00		0,00	
	Campanha Uso Racional Água - Rio Pomba	0,00		0,00	
	Cam.Cristiano Rosa	0,00		0,00	
PROG (G) 100/05	As.Us. Aguas M. Paraíba	0,00		0,00	
PROG (G) 101/05	Rede Ens. Pesq. ITA / Fund.Casemiro M.Filho	24.684,13		24.684,13	
PROG (G) 102/05	Monitor. ecotoxicologico efluentes ind./FAENQUIL	12.099,41		12.099,41	
PROG (G) 103/05	Gestão particip. Uso Rec. Naturais / OIKOS	0,00		0,00	
PROG (G) 104/05	Educação Ambiental Rural/Inst. Ipanema	0,00		0,00	
PROG (G) 105/05	Aprend. Preservar D. Ilhas fluviais / Ass Pescadores	0,00		0,00	
PROG (G) 106/05	Estudo sobre Degrad. Sócioamb / Paraibuna	0,00		0,00	
PROG (G) 107/05	Prog. Ed. Amb. APA / Fervedouro	0,00		0,00	
PROG (G) 108/05	Consorcio dos Rios	0,00		0,00	
PROG (G) 109/05	Prog. Ed. Amb. Cor São João / Laranjal	0,00		0,00	
PROG (G) 110/05	Mobiliz. e Ed. Amb. Bacia Piabanha / MAPA	0,00		0,00	
PROG (G) 111/05	Prog. Cons. Sociedade Civil / UENF	0,00		0,00	
	subtotal III	**36.783,54**		**36.783,54**	
Ações de Planejamento					
PROG (PL) 200/05	Projeto Exec. Sist. Esgotos/Barra Mansa				
PROG (PL) 201/05	Projeto Exec. Esg. Jd.do Vale/Guaratinguetá	45.000,00		45.000,00	
PROG (PL) 202/05	Projeto Exec. Esg. Jd Primavera/Guaratinguetá	18.225,00		18.225,00	
PROG (PL) 203/05	Projeto Exec. Recup. Área degr. Vila Crist/SJCampos	0,00		0,00	
PROG (PL) 204/05	Ver. Proj. Trat. Esgostos/Paraibuna	0,00		0,00	
PROG (PL) 205/05	Projeto Col. e Trat. Esg. /Divinésia	0,00		0,00	
PROG (PL) 206/05	Projeto Col. e Trat. Esg./Astolfo Dutra	0,00		0,00	
PROG (PL) 207/05	Projeto Rede Col. e Trat. Esg./Guidoval	0,00		0,00	
PROG (PL) 208/05	Projeto Emissário de Esgoto/Dona Euzébia	0,00		0,00	
PROG (PL) 209/05	Projeto Rede Col. e Trat. Esg./Itamarati	0,00		0,00	
PROG (PL) 210/05	Projeto Emis. e Intercep. Trat Esg./Rodeiro	24.720,00		24.720,00	
PROG (PL) 211/05	Projeto Exec. Esg./DEMSUR Muriaé	86.706,46		86.706,46	
PROG (PL) 212/05	Estudo de Concepção / Leopoldina	34.645,00		34.645,00	
PROG(PL) 213/05	Plano Geral de Drenagem / Juiz de Fora	0,00		0,00	
PROG (PL) 200/06	Rede Coletora / Rio Pomba	0,00		0,00	
PROG (PL) 201/06	Av. Sanitárias e Intercept. / DEMSUR - Muriaé	0,00		0,00	
PROG (PL) 202/06	Rede Coletora e ETE / S. Cataguases	0,00		0,00	
PROG (PL) 203/06	Rede Coletora e ETE /Argirita	0,00		0,00	
PROG (PL) 204/06	Rede Coletora e ETE / CESAMA - JF	0,00		0,00	
PROG (PL) 205/06	Ampliação rede coletora e ETE - Triunfo / CESAMA - JF	0,00		0,00	
PROG (PL) 206/06	Sistema Esg.Sanit. Esperança / SAAE Jacarei	0,00		0,00	
PROG (PL) 207/06	Reflorestamento Turi / Jacarei	0,00		0,00	
PROG (PL) 208/06	Proteção Nascentes / Pref. Volta Redonda	0,00		0,00	
	subtotal IV	**209.296,46**		**209.296,46**	

Fl. nº 157

Santa Rita - Contabilidade

AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL LIMITADA
Rua 21 nº 42 - Vila Stª Cecília - Volta Redonda-RJ
CRC - RJ 1565/0-6 - CNPJ 27.965.458/0001-31
Tel.: (24) 3348-1048 / 3342-9791

RELATÓRIO FINANCEIRO - Exercício 2008 (continuação)

Ações Estruturais						
PROG (E) 300/04	ETE Safira/Muriaé	28.546,05		28.546,05		
PROG (E) 301/04	ETE Bairros Zona Norte/Ubá	0,00		0,00		
PROG (E) 302/04	ETE Cach.Paulista/Cachoeira Paulista	139.249,25		139.249,25		
PROG (E) 300/05	Coletor Tronco ETE Pedregulho/Guaratinguetá	0,00		0,00		
PROG (E) 301/05	Contr. erosão sub-bacia São Gonçalo/Guaratinguetá	0,00		0,00		
PROG (E) 302/05	ETE Pedregulho/Guaratinguetá	23.603,38		23.603,38		
PROG (E) 303/05	1o Módulo da ETE Carangola/Carangola	323.651,42		323.651,42		
PROG (E) 304/05	Canais de Caimpos/SERLA	15.064,97		15.064,97		
PRODES 2005	ETE Domelas	0,00		0,00		
PRODES 2005	ETE Paratei	0,00		0,00		
PRODES 2005	ETE Cach Paulista	0,00		0,00		
PRODES 2005	ETE Guararema	0,00		0,00		
PROG (E) 300/06	ETE / Rodeiro	0,00		0,00		
PROG (E) 301/06	ETE Pirapanema- DEMSUR / Muriaé	55.013,79		55.013,79		
PROG (E) 302/06	ETE - SAAE / Barra Mansa /	0,00		0,00		
PROG (E) 303/06	ETE SAAE / Aparecida	0,00		0,00		
PROG (E) 304/06	ETE - PQ GARÇAS SAAE / Volta Redonda	63.101,69		63.101,69		
PROG (E) 305/06	Construção de Receptores / Carangola	74.020,82		74.020,82		
PROG (E) 306/06	Construção de EEE, LR - SAAE / Jacarei	0,00		0,00		
PROG (E) 307/06	Construção EEE e R.Coletora - SAAE / Jacarei	120.473,90		120.473,90		
PROG (E) 308/06	Construção Rede Coletora / Caçapava	0,00		0,00		
PROG (E) 309/06	Proteção Manancial - COPASA /	0,00		0,00		
PROG (E) 310/06	Recup. Mata Ciliar / Lavrinhas	0,00		0,00		
PROG (E) 311/06	Recuperação Mananciais / Miradouro	11.818,00		11.818,00		
PROG (E) 312/06	Recuperação Mata Ciliar / Fundção Cristiano Rosa	58.399,87		58.399,87		
PROG (E) 313/06	Controle Erosão / Tremembé	0,00		0,00		
PROG (E) 314/06	Trat. Resíduos Sólidos / S. Cataguases	0,00		0,00		
PROG (E) 315/06	Triagem, Compostagem e Aterro / Itamarti de Minas	0,00		0,00		
PROG (E) 316/06	Triagem, Compostagem e Aterro / Pequeri	0,00		0,00		
Prodes 2007	Jacarei - SP ETE Central	0,00		0,00		
Prodes 2007	Taubate - ETE	0,00		0,00		
Prodes 2007	Juiz de Fora - ETE União Industria	0,00		0,00		
Prodes 2007	Barra Mansa - ETE 3 Ano Bom	0,00		0,00		
Prodes 2007	Muriaé - ETE Principal	0,00		0,00		
	subtotal V	**912.943,14**		**912.943,14**		
	TOTAL ANA	**3.038.885,02**		**3.045.465,00**		
BDMG						
	Fhidro	0,00		18.118,99		
	Funcec	0,00		14.900,00		
	TOTAL BDMG	**0,00**		**33.018,99**		
IGAM						
	Fund.Co. Edu. Cataguases	0,00		84.730,00		
	Com.Int.P.R. Amb. Bac. Rio Pomba	0,00		25.270,00		
	TOTAL IGAM	**0,00**		**110.000,00**		
	Total 2	**3.038.885,02**		**3.188.483,99**		0,00
4. Imobilização						
Contrato de Gestão						
Impl. e Operação da Agência		45.162,68		45.162,68		
PROG (PR) 03/05	Apoio à Execução do Plano de RH e Cont. de Gestão					
BDMG		0,00		13.591,03		
Agevap		0,00		654,35		654,35
	Total 3	**45.162,68**		**59.408,06**		
5. Saldo contábil (1-2-3-4)	**Total 4**	**25.547.372,77**	**25.547.372,77**	**25.547.372,77**		0,00
6. Saldo Financeiro						
Caixa (pequenas montas)						
Bancos						
Banco conta movimento			6.006,62	6.006,62		
Aplicações Financeiras			3.913.680,23	3.913.680,23		
Conta Poupança			21.627.685,92	21.627.685,92		
	Total 5		**25.547.372,77**	**25.547.372,77**		0,00
7. Diferença (4-5)			0,00	0,00		0,00

audimaxi
AUDITORIA

Fl. nº 158

PARECER DE AUDITORIA

Examinamos as contas, bem como as demonstrações **BALANÇO PATRIMONIAL** e a **DEMONSTRAÇÃO DE SUPERAVIT/DÉFICIT**, da **ASSOCIAÇÃO PRO GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARAIBA DO SUL - AGEVAP**, encerradas em 31 de dezembro de 2.008, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram feitos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas. A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da entidade.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas, representam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.008.

Os resultados de suas operações referentes ao exercício findo estão de acordo com os princípios de contabilidade emanados na legislação.

Piracicaba, 11 de Fevereiro de 2009.

AUDIMAXI AUDITORIA LTDA
Luis Carlos Marin Giusti
Contador CRC1SP 146.439/O-5
CNAI 1944

Praça José Bonifácio,799 - sala 57 - Centro – Piracicaba – SP – CEP 13400-340

AGEVAP

Fl. nº 159

IV – Parecer do Conselho Fiscal

AGEVAP

Fl. nº 160

Resende, 11 de fevereiro de 2009.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No uso de suas competências conferidas pelo Art. 27, incisos I e II do Estatuto da AGEVAP, após exame dos elementos de informação e análise dos **balancetes referentes ao exercício de 2008**, e com fundamento no relatório de auditoria da empresa AUDIMAXI, do mesmo período, em reunião realizada no dia onze de fevereiro de dois mil e nove, na Sede da AGEVAP, tem a manifestar:

Considerando as recomendações da Auditoria, item V do relatório, esse Conselho endossa todos os pontos observados, em especial os relativos aos subitens 5.3, 5.4, 5.5 e 5.6.

O Conselho identificou que parte do valor destinado a contratação de projetos, obras e serviços ainda não foram realizados totalmente pelos tomadores. Recomendamos a AGEVAP que proceda a um diagnóstico para identificar as dificuldades no processo.

O Conselho recomenda finalmente, acompanhamento bimestral da Auditoria, com a apresentação de respectivos relatórios.

Desta feita esse Conselho aprova a prestação de contas do **exercício de 2008.**

IVAN SÁ EARP DE MELLO E SILVA
Representante da FIRJAN
Presidente do Conselho Fiscal da AGEVAP

Est. Resende-Riachuelo, 2535
4º andar – Morada da Colina - Resende - RJ
27523 000 - Tel/Fax: 24 3355 8389
www.agevap.org.br